O BRASIL E O MUNDO ÁSIO-AFRICANO

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Adolpho Justo Bezerra de Menezes

O Brasil e o mundo ásio-africano

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

M543

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de.
O Brasil e o mundo ásio-africano / Adolpho Justo Bezerra de; carta-prefácio de João Neves da Fontoura. — Brasília : FUNAG, 2012.
372 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7631-387-8

1. Colonialismo – Ásia. 2. Colonialismo – África. 3. Orientação Política Brasileira. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 325(5+6)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

A meus velhos pais, a quem tudo devo, especialmente à minha mãe, professora de cartilha, preparadora ginasial, minha polemista favorita e meu inigualável incentivo e estimulante intelectual.

Oferecimento

À Casa de Rio Branco, na pessoa do eminente Chanceler Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ofereço este trabalho, como melhor demonstração da confiança que deposito no papel transcendental do Itamaraty, para que o Brasil se projete no cenário mundial, com o vigor e a importância que lhe correspondem, tanto pela grandiosidade e riqueza de seu território quanto pelo número e pela energia de seus habitantes.

As opiniões emitidas no presente trabalho representam pontos de vista pessoais do autor e não têm, de forma nenhuma, caráter oficial, não estabelecendo, portanto, qualquer relação com a política exterior do governo brasileiro.

Sumário

Carta-prefácio **15**

Introdução **19**

Capítulo I
Colonialismo: considerações gerais 21

Capítulo II
Por que a Ásia é considerada de tal importância? 35

Capítulo III
A África acorda 41

Capítulo IV
Sistemas de colonialismo africano 51

Capítulo V
Política colonial francesa 87

Capítulo VI
Portugal no Oriente. 109

Capítulo VII
Remanescentes holandeses: o West Irian 139

Capítulo VIII
Austrália e Nova Zelândia 149

Capítulo IX
Japão, a grande incógnita 163

Capítulo X
As Filipinas e seus complexos 175

Capítulo XI
O Sião, sua decisão e importância 185

Capítulo XII
A China continental 195

Capítulo XIII
O mundo árabe e muçulmano: aspirações, decepções e tendências 203

Capítulo XIV
Os três mais fracos dentre os cinco de Colombo: Paquistão, Ceilão e Birmânia 223

Capítulo XV
As Conferências de Colombo e Bogor 237

Capítulo XVI
Conferência de Bandung 247

Capítulo XVII
A América no Oriente 255

Capítulo XVIII
Liderança americana atual, liderança brasileira futura 271

Capítulo XIX
Orientação política do Brasil com respeito ao mundo ásio-africano 291

Capítulo XX
Em defesa do Itamaraty 301

Capítulo XXI
Medidas de caráter governamental 311

CapítuloXXII
Medidas de ordem geral 323

Capítulo XXIII
Comunidade Luso-brasileira 335

Referências bibliográficas 343

Apêndice 347

Discurso proferido pelo Premiê Chou En-lai, chefe da delegação da República Popular da China, por ocasião da sessão plenária da Conferência Ásio-Africana 349

Discurso de abertura do ilustre Carlos P. Romulo, membro do gabinete, Presidente da delegação filipina à Conferência Ásio-Africana, Bandung, Indonésia 357

Carta-prefácio

Faz mais de 15 anos, quando, pela primeira vez, tomei parte em uma assembleia internacional. Nessa ocasião, conheci, na cidade de Miami (Estados Unidos da América – EUA), o autor deste livro, que então servia como auxiliar no Consulado do Brasil.

Impressionaram-me favoravelmente a clareza dos seus julgamentos, sua aguda inteligência, seu amor ao estudo, sua agradável modéstia. Com o tempo, perdi-o de vista. Depois, tornei a encontrá-lo, já então proveitosamente integrado no serviço diplomático do Itamaraty, de que fui chefe duas vezes.

Não foi, assim, com surpresa, que percorri atentamente as provas tipográficas deste livro, que documenta a passagem do autor, como funcionário, por diversos países situados em muitas regiões do globo, sobretudo as longínquas do Oriente e, nos últimos anos, a Indonésia.

Tendo estudado conscienciosamente a situação das nações para onde foi mandado servir, o Senhor Adolpho Justo Bezerra de Menezes prestou um verdadeiro serviço, condensando em volume suas observações e estudos, opinando com independência acerca dos problemas que, nesta hora, apaixonam os responsáveis pela política internacional e pela condução das chancelarias.

Há sensível acuidade na sua maneira de expor os problemas do chamado colonialismo, quer do ponto de vista histórico da formação das antigas possessões europeias na África, na Ásia e na Oceania, quer do ponto de vista da progressiva emancipação desses territórios. O autor dá,

nesse particular, um justo destaque ao antigo Império Lusitano, de que o Brasil foi, por três séculos, a parte principal. O segredo da boa colonização portuguesa residiu, realmente, na capacidade de miscigenação dos descobridores e primeiros povoadores das áreas descobertas ou conquistadas. Daí o motivo por que a civilização portuguesa, o "mundo que o português criou", não foi obra efêmera e as marcas da sua passagem ficaram indeléveis.

Outros problemas surgiram nos anos posteriores à última guerra, sobretudo o referente à extinção do chamado colonialismo. O Brasil, nas suas relações com os outros povos, não conhece esse problema como uma dificuldade, pois não temos sob a jurisdição da nossa soberania um palmo de terra que não seja nosso.

Somos partidários de que os grupos humanos ainda não independentes adquiram o direito ao *self-government*. Não poderia deixar de ser assim, na forma do nosso liberalismo tradicional. Entretanto, como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), não fazemos desse altíssimo objetivo um estímulo revolucionário, senão uma etapa do processo de emancipação, regulado pela carta da organização, a que pertencemos. Porém, o Brasil sabe distinguir entre o ideal humano de liberdade para todos os povos e a exploração comunista que transformou a questão do colonialismo em arma de propaganda contra as nações ocidentais. Foi justamente o grande tema da Conferência Afro-Asiática, reunida na Indonésia. Pela primeira vez, ocorreu uma assembleia política com ausência oficial da raça branca. A finalidade da China comunista, no encontro de Bandung, foi transformá-lo em uma espécie de levante político dos dois continentes contra as potências ocidentais. Sob cor de repelir qualquer sobrevivência de possessões europeias no mundo afro-asiático, seu intuito era o de favorecer o comunismo internacional. Este apareceria no fundo do cenário, empunhando uma espécie de gládio libertador. Nem mais nem menos. A política de "terceira posição" da Índia não era estranha a esse jogo.

Porque o que há de conscientemente ilógico no propagandismo anticolonialista é que seus mais barulhentos pregoeiros fingem esquecer que nações das mais antigas, com um padrão cultural e civilizado de séculos, antigas monarquias, que já foram luzeiros espirituais, como a Hungria, a Tchecoslováquia, a Polônia, a Romênia, jazem, há longos anos, militarmente ocupadas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), debaixo da mais negra das ditaduras policiais, que lhes arrebata a soberania e lhes suprime as liberdades elementares da pessoa humana. Sem dúvida, essa é uma nova e odiosa forma de colonização. Mais grave

do que a outra, porque só pela força poderão dela se libertar os povos oprimidos.

Não só esse problema foi levantado em Bandung pelo primeiro-ministro do Ceilão, mas também o das minorias ásio-siberianas submetidas ao governo de Moscou.

De todas essas ocorrências, o livro de Adolpho Justo Bezerra de Menezes nos dá feliz notícia e adequado comentário, assim como do comportamento que recomenda para os nossos agentes diplomáticos e consulares no Oriente.

Louvo, sinceramente, o esforço do diplomata brasileiro, sua capacidade de expor os problemas, sua independência de julgamento. Seu livro é uma contribuição feliz ao aperfeiçoamento dos serviços do Itamaraty. Esse, seu melhor elogio.

João Neves da Fontoura

Introdução

O que é necessário, desde já, é uma resposta das classes dirigentes da elite brasileira à pergunta: O Brasil será, em um século, a potência mundial ou uma das potências mundiais? A resposta deve ser dada com inteira isenção de ânimo, fria, logicamente, sem vagares patrioteiros. Se, como tudo aponta, em virtude de seus recursos econômicos, tamanho, solução adequada de problemas raciais e sociais a resposta for positiva, o Brasil deve começar imediatamente a traçar e a por em execução uma política internacional de escopo mundial. Precisaremos fazer o que o americano chama coloquialmente de *to think big*, ou seja, pensar, planejar largamente, dentro de uma órbita maior que a continental. A mesquinhez de uma política apenas ativa na América do Sul e passivamente seguidora dos Estados Unidos no mundo em geral já não mais terá cabimento. Se vamos ser, muito em breve, companheiros ou sucessores dos gigantes contemporâneos, devemos, desde já, começar a por em ação um programa que nos impeça de reincidir nos erros por eles cometidos.

Devemos considerar como ponto passivo, talvez presunçosamente, mas por força da necessidade, que nossa hegemonia sul-americana já é um fato consumado. À luz desse raciocínio, veremos que o que nos interessa em verdade é ganhar as boas graças, a admiração mesmo dos povos orientais e africanos, os quais, fatal e inexoravelmente, terão de pesar fortemente na balança mundial, em meados do século XXI, quando começarmos a figurar como grande país nos quadros mundiais.

Em todo o livro, talvez se note uma insistência crítica contra os Estados Unidos da América ou contra o povo estadunidense. Não foi

deixado de explorar nem de esmiuçar qualquer ponto vulnerável, qualquer erro da política daquela importante nação com respeito à Ásia e à África. Até mesmo nas ocasiões em que mereceu loas, foram quase sempre feitas com certa reserva, com ressalvas.

O autor tem rebuscado a consciência para explicar essa atitude. Seria muito mais útil, muito mais cômodo e lucrativo, dizer amém a tudo que emanasse de Washington, concordar *in totum*, não espicaçar o leão. Será inveja ditada por um excesso de patriotismo?

Há patriotismo, e muito, de parte de quem escreve, mas não há fantasia. Estamos certos de que a hegemonia brasileira virá com a mesma inevitabilidade com que o cometa Halley fará sua próxima aparição em nossos firmamentos; talvez, venha mais tarde que essa celestial visita, mas, também, sabemos que até lá o mundo é e continuará sendo americano, dividida ou solitariamente. Mais que isso, estamos plenamente capacitados de que, até esse advento pátrio, o planeta, todo ou em grande parte, não poderia estar em melhores mãos.

Somos levados, portanto, a crer que nossa crítica nada tem de soez, mas que, ao contrário, é construtiva. Que, se apontamos erros, é na intenção sincera de fazer com que não se repitam, e o primado *yankee* sobre o globo trilhe estrada cada vez mais suave, até que o grande povo, obedecendo ao imutável ciclo da história, passe o bastão a outro, que esperamos ser o nosso.

Ao tempo em que este trabalho for divulgado, é provável que alguns dos augúrios e sugestões nele contidos já se tenham verificado. Escrever sobre política internacional sempre foi tarefa ingrata, pois a realização dos acontecimentos não espera pela publicação dos livros. Agora, então, mais que nunca, as relações entre os povos se caracterizam por uma fluidez mais intensa, pelas mudanças bruscas de atitudes, pelo rápido aparecer, crescer e explodir de problemas, que em outros tempos demandariam décadas para amadurecer.

Entretanto, como o objetivo colimado é o de incentivar a internacionalização da mentalidade brasileira, esperamos que o encontro de algumas previsões, que soem como repetição do noticiário das agências telegráficas, não afete o eventual interesse do leitor.

Jacarta, Indonésia. Novembro de 1955.

Capítulo I

Colonialismo: considerações gerais

1. Marcha geral

Em números plenos e redondos, a Ásia é gargantuescamente enorme se comparada ao resto do mundo. Sua extensão é de 48 milhões km² e sua população de 1,3 bilhão de habitantes. Mais ou menos seis vezes a superfície e 22 vezes a população de nosso imenso Brasil.

Unida à África e às miríades de ilhas do Pacífico (com exceção dos territórios brancos da Austrália e da Nova Zelândia), os números descritos tornam o conjunto pan-americano um verdadeiro anão e a Europa, sem dúvida, liliputiana.

Contudo, sem se importar com a vastidão desses territórios e dessa onda humana em marcha, o Ocidente teima obstinada e orgulhosamente em considerar-se o eleito, o castelão rico, poderoso, cheio de armas e de conhecimentos técnicos, que enxerga no resto do mundo o seu feudo; no resto da humanidade, o seu vassalo.

É verdade que essa atitude, essa correlação de senhor e de súdito, vem mudando bastante após a terminação da Segunda Guerra Mundial, após a independência de grandes segmentos asiáticos e depois da luta aberta entre democracia e comunismo. Porém, não está mudando tão rápida e radicalmente como era de desejar-se, tendo em vista o passivo do colonialismo ocidental e a ânsia de igualdade de tratamento, de consideração e de respeito que permeia os povos ásio-africanos.

Há cinco séculos que o Ocidente vem estabelecendo contatos (a maior parte deles forçados) com o resto do mundo. Há cinco séculos que esse resto do mundo vem sendo considerado como uma espécie de apêndice, como um quintalejo baldio para ser disposto e dividido ao bel-prazer do europeu.

A marcha do homem branco foi épica e de forte cunho místico-religioso durante a fase luso-espanhola; francamente utilitária e materialista no período e nos territórios holandeses; o colonialismo francês parece ter padecido sempre de falta de planejamento: apresenta-se ora imponente, como na Índia de um Du Plessy, ora arrogante, como no Levante, ora intransigente, como na África do Norte.

Da marcha britânica pela Ásia e pela África, muito poderá ser dito em seu favor. Sem dúvida, foram enormes os erros cometidos por John Bull na subida de seu poderio e no zênite vitoriano de sua importância. No entanto, parece que todos os mea-culpa poderão ser compensados em parte, pela adaptabilidade, pela maior visão do futuro, pela sincera vontade de mútua compreensão que o governo inglês começou a demonstrar ao seu declínio, em meados do século XX.

Analisemos, agora, no tempo e no espaço, a marcha desses intrusos. O lusitano é constituído por um punhado de bravos, animados mais por um ideal do que pelo ganho imediato no comércio das especiarias. A expansão portuguesa em seus primórdios relaciona-se tanto à procura de novas rotas de comércio quanto à continuação de uma luta religiosa encarniçada.

Uma ponta do crescente é quebrada em Ceuta, quando os lusos levam a guerra pela vez primeira aos domínios do infiel. A expansão atinge seu ponto máximo, um século mais tarde, com o rebentar da segunda ponta, do outro lado do mundo, nas Filipinas e nas Molucas. Tivessem os portugueses a mesma displicência, a mesma tolerância acomodatícia demonstrada pelos colonizadores anglo-saxões e batavos em matéria de religião, o Islamismo dominaria hoje em dia desde os confins da Oceania até grandes porções de território da China e, talvez, até mesmo o Japão.

Na ânsia de "levar a fé e o império", essas minúsculas aranhas lusitanas lançaram-se à construção de uma tela astronomicamente esparramada. Essa tênue e imensa construção não tinha superfícies territoriais em que se apoiar. As despesas de ocupação, os imensos obstáculos militares e, principalmente, a carência do elemento humano (Portugal não contava mais de um milhão de habitantes naquela época) não permitiam a ocupação em profundidade, apenas o lançamento de amarras de sustentação dessa rede que se espalhava, ao meio-dia do colonialismo português, de Marrocos até os confins do Timor.

Em realidade, se marcarmos os entrepostos, as fortalezas, as feitorias, os portos e os protetorados portugueses em um mapa da África, da Ásia e da Oceania, em fins do século XVI, teremos, relativamente à população das metrópoles, mais cabeças de alfinetes do que as de um mapa do Império Britânico, em seu máximo esplendor, no fim do século XIX.

Na África Ocidental, quase toda a costa e ilhas ribeirinhas foi ocupada ou palmilhada por sapatões de truculentos lusitanos. Ainda hoje em Cape Town, em pleno coração do mundo aparteísta, o descuidado turista depara com duas avenidas denominadas Vasco da Gama e Bartolomeu Dias.

É preciso apenas de um pouco de imaginação e de dinheiro para fazer um pequeno cruzeiro pelos oceanos Índico e Pacífico. Com esses dois elementos, qualquer brasileiro orgulhar-se-á de sua ascendência ao vislumbrar as sólidas e imponentes fortificações, que até hoje, nesta era hidrogênica, olham por suas seteiras, com altiva desconfiança, a aproximação de qualquer navio de linha fumegando descarada e modernamente.

Nomes como Cabo, Zanzibar, Mombaça, Dar-es-Salaam, Ormuz, Jaffna, Colombo, Diu, Damão, Goa, Malaca, Bangcoc, Macau, Nova Guiné, Timor, Flores e Formosa têm por força de ressoar aos nossos ouvidos com um misto de romance, de exotismo e de admiração. É impossível deixar de vibrar, também, quando encontramos, ainda hoje, catedrais e colégios católicos portugueses em Singapura, em Colombo, nos confins do Sião. Não será menor o pasmo do brasileiro ao descobrir canhões de magnífico bronze lusitano flanqueando as portas do museu de Jacarta e a presença dos brasões de Afonso Henriques nas salas do Rafles Museum, em Singapura.

Se o brasileiro esmiuçador, amante da etnologia, da linguística ou da história tomar a esmo um aeroplano da Garuda (a eficiente companhia de aviação da Indonésia), ele desembarcará em uma ilha qualquer em pleno coração do mundo malaio e, nela, fatalmente, encontrará algum traço de ligação entre o lugar e Portugal.

É uma minoria que ainda fala português; é uma igreja católica construída altivamente entre mesquitas; é uma tabuleta indicativa de rua ou de casa de negócio de puríssimo apelido vernáculo como Silva ou Almeida.

Não se pense, porém, que todas as páginas da história portuguesa na África e no Oriente trescalam tão somente esse romance e brilho. Os lusos cometeram muitos erros durante suas mais belas épocas de império

e de mando. Aqueles próprios do tempo, como o mau tratamento de prisioneiros, o saque de cidades indefesas, o comércio de escravos; e aqueles peculiares à raça, ao temperamento e ao fervor de suas crenças religiosas.

A conquista, a colonização e a perda do Ceilão, processo que durou cerca de um século, são etapas bem desabonadoras na longa estrada do ultramar lusitano. Até hoje, a memória desses europeus cheios de rapacidade, de insolência e de intransigência proselitista ainda evoca animosidade.

A terceira tentativa de esparramar a Europa sobre o resto do mundo (a primeira foi a das Cruzadas) começou no século XVIII e foi conjuntamente intentada por holandeses, franceses e ingleses. Espalharam-se e povoaram, de fato, regiões quase vazias na América do Norte, na África do Sul e na Austrália; procuraram também, e com sucesso, fixar-se em territórios orientais e africanos de grande densidade de população. Nesses últimos lugares, o europeu agiu quase sempre como capataz e não como colono, como abelha mestra comandando a colmeia imensa e buliçosa, captando e guardando o mel produzido.

Um fato interessante: onde os intrusos europeus luso-espanhóis tinham fracassado no Oriente, os que lhes seguiram não tiveram grande dificuldade em conseguir posições perfeitamente sólidas e duradouras. É que, bem ao contrário dos iberos, que só acreditavam em expansionismo desde o momento em que todo o acervo não só material, mas espiritual também da civilização ocidental pudesse ser transmitido a chineses, malaios, hindus, maometanos, e japoneses, seus sucessores franceses, holandeses e ingleses, mui comodamente, alijaram como bagagem pesada e importuna qualquer proselitismo oficial e concentraram esforços no ganho imediato e na transmissão das bênçãos resultantes dos avanços da indústria e da tecnologia europeias. De fato, a ascendência mundial da civilização ocidental é devida quase exclusivamente a essas três nações europeias unidas, mais tarde, ao primo rico de além Atlântico.

Já em 1914, tendo em vista as uniões postal-telegráficas e os meios modernos de transporte, o mundo podia ser considerado como um todo indivisível. Em 1918, então, por ocasião das partilhas de Versalhes e da entrada da América no palco do *grand jeu* internacional, todo o mundo era, por assim dizer, ocidental em seu comércio, em sua indústria, em suas divisões políticas.

A África, com diminutas exceções, era qual imensa camisa listrada de malandro. Aqueles senhores barbudos que, segundo diziam, estavam trabalhando em Moscou em função de um novo credo, não podiam causar

grandes receios. Não eram esses bolchevistas tão russos quanto Pedro, o Grande? E, há muito tempo, não tinha esse grande monarca compreendido e feito a Rússia compreender que ninguém poderia viver sem as dádivas da civilização ocidental?

Assim, contando nos dedos, dizia *Mister* Europeu, com muita autoadmiração:

> A Índia faz parte do Império; o Oriente Médio acaba de ser, harmônica e geometricamente, dividido segundo os melhores interesses franco-ingleses; a China tem muita gente, muito general venal, para poder parar e refletir, por um instante, se não haverá maneira de melhorar seu estado. Nós continuaremos a pensar por ela, a vender nosso óleo para suas lâmpadas. A Indochina Francesa bem mungida poderá espirrar tanta riqueza como as Índias Orientais Holandesas. O Japão apreendeu perfeitamente a grandiosidade de nossas máquinas, de nossa organização, e naturalmente viverá felicíssimo por *tempora in memoriam*, vendendo quinquilharias em outros mercados que não os nossos.

No quinto século da era colonial, o Ocidente parou, olhou em derredor e considerou que sua obra tinha sido boa e que seria para sempre firme. Não se apercebeu, porém, que tudo era fachada. O castelo era belo, imponente; no entanto, ao primeiro vento forte, as cartas desbaratar-se-iam.

2. Aquiles e seus dois calcanhares

Por que está ruído o castelo de cartas que o Ocidente julgou estar tão solidamente construído? Porque primeiramente o europeu e, depois, o americano, conjuntamente, exportaram e teimam em exportar para a Ásia e para a África uma civilização ocidental que não é genuína, mas um arremedo insincero da verdadeira.

A civilização ocidental só pode ser entendida, e assim a entendemos nós brasileiros, como civilização ocidental cristã. Um sistema de existência baseado nos direitos humanos como presentes inalienáveis provindos de Deus; um sistema que descrê em gradações de valor e de dignidade humana, em função de diferenciações físicas, pois o homem é feito à imagem e semelhança de Deus; o mesmo sistema eternamente mencionado (mas nunca seguido) nos preâmbulos de todas as Constituições nacionais e nos mais grandiosos instrumentos internacionais dos quais participam

potências ocidentais, inclusive os preâmbulos da ONU e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Infelizmente, o que a Europa e a América seguem e exportam para o resto do mundo:

> É uma civilização materialista, burguesa, capitalista, que descende em parte da Revolução Francesa, na qual foi afirmado que o homem não é mais que um animal econômico altamente evoluído, e que seu objetivo primário é adquirir riqueza ou gozar dos prazeres da existência[1].

É por esse motivo que para os povos anglo-saxões não será tão fácil levar rapidamente a melhor na luta que ora se trava na África e na Ásia contra o comunismo. É provável que os orientais e os africanos, que estão no palco mais como observadores do que como atores, tenham reparado naquilo que as potências anglo-saxônicas ainda não perceberam, ou seja, que a espécie de civilização que elas querem implantar como ocidental cristã não se diferencia muito do veneno que Moscou quer derramar sobre o mundo; muito pelo contrário, há muita afinidade. "O comunismo está para nossa civilização ocidental materialista, assim como putrefação está para a doença. Ambos acreditam em egoísmo. Nós, em egoísmo individual; o comunismo, em egoísmo coletivo"[2].

Assim, voltando à pergunta: por que está desmoronando o castelo de cartas? Pela pouca visão da Europa em querer exportar uma civilização em partes, como peças de automóvel. Porque, ao impingir a casca, relega o grão espiritual frutificador de nossa civilização. Porque ela foi e ainda é um monumental São Tomé, que pregou e prega altissonantes princípios democráticos de igualitarismo e pratica outros diametralmente opostos. Por sua quase completa ausência de idealismo, de espiritualidade nas relações com raças que ela aprioristicamente reputa inferiores. Por motivo, principalmente, do orgulho de sua pigmentação.

Aqui, me ocorre uma paródia do paradoxo citado por Machado de Assis no livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*: "por que bonita se coxa? Por que coxa se bonita?". Por que a raça anglo-saxã, que teve e que tem tantos predicados para liderar a civilização ocidental, há de ter em tão alto grau o preconceito de superioridade baseada na cor? Por que há de ter esses altos predicados, se é deformada pelo preconceito da pigmentação?

Como muito bem acentua Arnold Toynbee: "Se bem que em certos aspectos o triunfo dos povos de língua inglesa possa ser julgado,

[1] SHEEN, Fulton J. *Communism and the Conscience of the West*. New York, 1948.
[2] SHEEN, Fulton J. *Communism and the Conscience of the West*. New York, 1948.

em retrospecto, como uma bênção para a humanidade, neste perigoso assunto de sentimentos de raça, não se pode negar que semelhante triunfo foi um verdadeiro infortúnio"[3].

Realmente, o conceito de superioridade baseado na pigmentação é uma invencionice puramente anglo-saxã. Na história das civilizações, desde a egípcia até a greco-romana, e mesmo na nossa civilização ocidental, até a expansão ultramarina da Inglaterra e da Holanda, o preconceito da cor era completamente desconhecido.

Agora mesmo, em pleno século XX, Sua Majestade Ibnin Saud, o rei da Arábia Saudita, nomeou um escravo negro, Mohammed Surour es Sabban, para ser Ministro de Finanças. O monarca árabe do petróleo vem assim reavivar o velho conceito escravista do mundo greco-romano e oriental, o de que a escravidão nada tem a ver com a cor de pele. O servo era servo porque assim nascera, ou porque assim se tornara em razão dos azares das guerras ou de captura; contudo, não era servo por sua cor de pele. A partir do momento em que demonstrava qualidades, era elevado a posições superiores, como no caso citado.

A condição de cor de pele para graduação social é conceito moderno e puramente anglo-saxão. Acresce dizer que o ministro negro é oriundo da África Oriental e que foi trazido para Riad pelos complicados e tortuosos canais de um mercado de escravos, ainda bem ativo em nossos dias, na Península Arábica.

Antigamente, todos os povos julgavam-se superiores uns aos outros, tão cedo derrotavam seu vizinho mais próximo. No entanto, era uma superioridade baseada na força militar, na qualidade do armamento, na grandeza das cidades, na religião que professavam ou mesmo na *finesse* da civilização que julgavam possuir, como é o caso do grande "Filho do Céu", o imperador Chien Lung, em sua resposta negativa ao embaixador britânico, Lorde Macartney, quando este diplomata tentava penetrar nossa civilização (que aos chineses se afigurava bárbara) nos filigranados umbrais do Império do Meio:

> Nossas cerimônias, nossas leis diferenciam-se tão completamente das vossas que, mesmo que os enviados do vosso rei pudessem adquirir rudimentos de nossa civilização, não poderíeis transplantar nossas maneiras e costumes para o vosso solo estrangeiro. Além do mais, eu não dou o menor valor a vossos objetos estranhos ou engenhosos e não tenho uso para as manufaturas de vosso país[4].

[3] TOYNBEE, Arnold J. *Civilization on Trial*. Oxford, 1948.
[4] MACARTNEY, George. *An embassy to China*: Lord Macartney's Journal 1793-1794.

Em todo o caldeamento de povos civilizados e bárbaros ditado pelo epílogo do Império Romano; na complicada alquimia étnico-política que precedeu à cristalização europeia; e nas páginas heroicas das cruzadas a cor do opressor ou do oprimido era fator completamente irrelevante. Havia escravos brancos no Oriente, escravos gregos em Roma e nigérrimos núbios e abissínios comandavam posições de destaque no Império Bizantino. Amarelíssimos mongóis ficaram pelos Bálcãs na mareta deixada pelos hunos, e branquíssimas escravas povoavam os haréns de escuríssimos xeiques e vizires, de Fêz a Bagdá.

Se remontarmos nossa busca a um pequenino vilarejo da Judeia, onde nasceu o Senhor da nossa civilização ocidental, veremos que os reis que lhe vieram render homenagens vinham do Oriente e tinham diferentes pigmentações. As Escrituras não nos dizem, entretanto, se havia alguma precedência entre os Magos, segregação ou aparteísmo na jornada ou durante sua estada nos domínios de Herodes.

Em virtude desse irremediável erro anglo-saxão, dois grandes setores da humanidade estão levando uma tremenda vantagem, neste momento, de sacudir cadeias coloniais e de formação de novas entidades políticas na África e na Ásia. O primeiro é o próprio adversário do Ocidente: a URSS, que faz gáudio em demonstrar e praticar no exterior seu desprezo por qualquer preconceito racial. É notório, em toda a Europa, o trabalho dos camaradas orientadas em Moscou para seduzir os elementos mais promissores da África negra ou do Oriente amarelo. Aos olhos londrinos, por exemplo, essa miscigenação dirigida chega a ser acintosamente ofensiva. Contudo, no trato de assuntos com os membros do partido na África ou na Ásia, nos congressos e nas conferências, nas tramas de agitação, os enviados oficiais ou particulares comunistas procuram demonstrar, o mais claramente possível, que desconhecem qualquer noção de superioridade relacionada à pigmentação.

Evidentemente, essas manifestações são por demais ostensivas, para serem absolutamente acreditadas. Entretanto, é surpreendente o resultado que Moscou obtém com essas táticas, as quais certamente não têm o menor cunho de sinceridade e que talvez obedeçam tão somente a ordens superiores e transitórias emanadas da alta estratégia soviética.

De resto, é muito difícil avaliar a honestidade dessa política igualitarista exportada para fins de propaganda, quando ponderamos que não existe sequer uma pequena minoria negra na imensa extensão da Eurásia russa e que, no Oriente, o *habitat* da minoria amarela é por demais recôndito, misterioso, mesmo desde os tempos dos czares, para que essa igualdade total, tão buzinada por Moscou, possa ser julgada e analisada seriamente.

O outro setor não racista (e esse o é inegavelmente) é o muçulmano. Essa virtude, que já o ajudou a expandir-se descomunal e repentinamente, há 13 séculos, empresta-lhe grande importância política na formação da África moderna e na ressurreição da Ásia. Em vista das práticas perigosamente ilógicas da União Sul-Africana e de outros setores coloniais em que se admira a política aparteísta, não deverá constituir surpresa se, em 50 anos, toda a África negra estiver independente sob, por exemplo, a liderança egípcia; e não só independente, mas também toda ela maometana, odiando sem quartel o mundo branco e cristão.

3. Segundo calcanhar

O outro calcanhar de Aquiles da história colonial anglo-saxã foi a religião. A Inglaterra fez-se púbere justamente ao tempo em que seu rei Henrique VIII buscava um pretexto para transformar em dogma o direito, que deveria ter todo inglês, de interpretar qualquer dogma à sua maneira, sincera ou interessadamente. Expandiu-se em uma das épocas históricas de maior controvérsia religiosa; estratificou-se no Oriente e principalmente na África, em um período no qual as palavras "indústria", primeiramente, e "tecnologia moderna" depois, eram recitadas dos altos púlpitos financeiros do *Exchequer*, como encantações que eventualmente fariam todo o mundo gozar das mesmas delícias que Albion já vinha desfrutando.

A questão da crença era secundária. Certamente, deveriam ter seus colégios, suas igrejas, seus sermonistas protestantes para que as práticas e tradições do *home life* fossem continuadas mesmo em plena barbárie. No entanto, entre isso e imiscuírem-se nas religiões inferiores e incompreensíveis daqueles formigueiros da Ásia, ou de tratarem de espiritualizar selvagens da África e da Oceania, ia uma enorme distância. O exemplo luso-espanhol ainda era bem recente. John Bull não iria reincidir nos mesmos erros nem ter as mesmas dores de cabeça que Lisboa e Madri tiveram na sua insensatez de querer conquistar não só o corpo, mas também a alma daquele complicadíssimo restante da humanidade. A religião era algo individual de que Suas Majestades Britânicas não se deviam ocupar. Se havia gente nas ilhas e, mais tarde, no vasto território do Tio Sam louca o suficiente para ir ensinar a Bíblia a selvagens africanos ou a recalcitrantes maometanos, hindus e malaios, em vez de se entregarem a uma ocupação mais remunerativa e útil, que o fizessem por conta própria ou de suas sociedades filantrópicas.

E assim foi. Os missionários ingleses e, mais tarde, nos fins do século XIX, em conjunto com seus mais abastados primos americanos, atiraram-se sofregamente à tarefa de converter todo o mundo ao protestantismo, dos camareiros de Sua Santidade no Vaticano até os mais atrasados pigmeus da África Central.

No seu afã sincero, mas mal dirigido, não repararam que, desejando servir a Cristo, eles iriam desservi-lo. O desserviço foi mais manifesto na Ásia, entre aqueles povos de religiões avançadas e para os quais o subjetivo e o espiritual sempre mereceram maior atenção.

A hindus, a chineses e a malaios, eles apresentaram um cristianismo multiforme, cada dia sujeito a uma nova interpretação, ao aparecimento de uma nova seita. Um cristianismo desordenado, descentralizado, sem rumo e objetivo ulterior; uma crença apresentada sob as mais divergentes condições de exteriorização e de prática, na qual cada um de seus ramos se julgava o melhor e apoucava os restantes.

Em alguns remotos pontos do mundo colonial anglo-saxão, não raro se encontravam dois missionários em guerra acesa, cada qual procurando seduzir as ovelhas de seus diminutos rebanhos. Evidentemente, esse proselitismo não poderia ter, como não teve, resultados satisfatórios. Considerando o tempo, os capitais empregados e a enormidade dos territórios e das populações em que ele foi experimentado, o protestantismo na Ásia é quase inexistente. O número de adeptos que ele conquistou em três séculos, nem de longe se compara ao que os jesuítas portugueses e espanhóis obtiveram em sua curta fase expansionista. Até hoje, existem grandes segmentos asiáticos predominantemente católicos nas Filipinas, no Ceilão e em Goa. Finalmente, o número de adeptos conseguidos pelas seitas protestantes nem de longe compensa o desserviço de uma apresentação fragmentada e entrechocante do cristianismo ocidental.

4. Enter America

Voltando a analisar o mundo colonial, do ponto de vista político-econômico, notamos que, em fins do século XIX, entra grande e importante ator no palco ásio-africano: os Estados Unidos da América. Sua intromissão e ascendência são verdadeiramente meteóricas.

Em 1847, foi declarada a independência da Libéria, um árido pedaço do lombo africano conseguido por meio de compra, para uma experiência de retransmigração negra, aliás, de parcos resultados. Em 1853, o Almirante Perry forçou as portas japonesas. Em 1889, participou, como igual, ao lado das

potências europeias, no "vale tudo" chinês; embora não tivesse demandado concessões territoriais, a interpretação americana do *open door policy* não teve a menor partícula de idealismo. Nem de leve procurou defender a pobre China contra as potências europeias nem contra o Japão. Não visou arrefecer o apetite daquelas gentes vorazes, daquele cardume de piranhas descarnando, em nome do capitalismo e do livre-mercantilismo, o infeliz, triste e velho boi chinês. No jargão histórico-diplomático das potências coloniais, a atitude de Washington é assim traduzida: "*Secretary of State John Hay supported the doctrine of the open door, in the sense that powers holding concessions in China were expected not to discriminate against others by differential tariffs or railway rates*". Mais adiante: "*The US took her place amongst the mercantile nations of the world watching, with some anxiety, the eminent break-up of that country*"[5].

Pela Guerra de Espanha, os Estados Unidos entraram diretamente na Ásia como potência colonial não só ao herdarem Guam e Filipinas, mas também ao adquirirem Havaí e parte da Samoa. Em 1905, em Portsmouth, duas forças, uma semiasiática em período de decadência e outra asiática em franca ascendência, concederam aos Estados Unidos o direito de opinar diretamente sobre assuntos orientais. Em 1918, a despeito das doutrinas isolacionistas, não hesitaram em obter despojos alemães na Oceania, que são os primeiros elos de uma *chain reaction* que os transforma, depois, em fiadores da Austrália e da Nova Zelândia. Nas décadas de 1920 e de 1930, em associação com a Holanda nas Índias Orientais, e por conta própria na Arábia, surgiram como grandes atores no teatro das complicadas explorações petrolíferas.

A Segunda Guerra Mundial e a vitória contra o Japão os colocaram, de vez, no palco asiático. Agindo ainda sob o calor dos ideais do grande Presidente Roosevelt, concederam completa independência às Filipinas, tornaram-se os defensores de movimentos de liberação e ofereceram ao Japão condições de paz mais que filantrópicas, como jamais vencedor nenhum, em toda a história, concedera a um vencido incondicional. Parecia que, enfim, havia surgido o Príncipe Aliosha, de Dostoiévski, no cenário das grandes potências. O Dom Quixote desinteressado, idealista de que a civilização cristã ocidental vinha carecendo desde a Revolução Francesa, quando o homem veio a entregar-se de corpo e alma ao moloque do materialismo científico ou estatal.

Entretanto, os sonhos de Roosevelt não puderam materializar-se. A Rússia não quis continuar a representar o papel de *bon garçon*, estipulado nos acordos. Resolveu mostrar unhas ursinas, deglutir os Bálcãs e ranger os dentes à Europa Ocidental.

[5] THOMPSON, David. *World History from 1914 to 1950*. Oxford, 1954.

Tio Sam espantou-se, irritou-se, exacerbou-se; reforçou a Europa com dólares e soldados, atirou-se a uma desenfreada produção armamentista e encetou uma política de agrupamento do mundo contra a Rússia, política seguida idealística e voluntariamente por alguns países, como os latino-americanos; interessadamente por outros na Europa; e rejeitada, por terceiros, na Ásia e na África.

Essas rejeições em política internacional se afiguraram verdadeiros crimes aos planejadores americanos, da mesma maneira que o macartismo, mais tarde na vida interna da grande nação, veio a rotular de criminoso ou de traidor qualquer cidadão que discordasse não só dos princípios, mas também do *modus operandi* da política ou da diplomacia de Washington.

O problema foi colocado em um plano muito semelhante ao das lutas religiosas oriundas da Reforma. Não existia (existia é a palavra, posto que já se encontra uma grande facção americana que pensa de modo contrário) possibilidade de meio termo, de não participação no choque ideológico entre democracia americana e comunismo. "Quem não está comigo está contra mim", eis o verdadeiro lema americano durante o período histórico conhecido como Guerra Fria.

Para a consecução de seu *desideratum,* os Estados Unidos não mediam esforços, empregavam os meios mais contraditórios e paradoxais. Evidentemente, uma política desse jaez tinha por força que obter resultados negativos na Ásia e na África, uma região que tinha sido apenas besuntada com o verniz econômico-materialista de nossa civilização ocidental. Uma região onde os altos princípios morais e éticos que constituem o suporte dessa civilização tinham sido apenas pregados por um grupo de missionários antagônicos, mas nunca praticados quer pelos capitães de indústria quer pelos governos dos países do Ocidente. A Ásia e a África não podiam, como não podem, interessar-se sinceramente por um choque de ideologias que lhes são completamente alheias.

Esse desinteresse feriu fundo os Estados Unidos, que nele enxergaram verdadeira ingratidão, quase uma traição. Procuraram, então, fazer com que essas nações e povos recalcitrantes pensassem e agissem à sua maneira, constrangendo-os a comparecer a conferências e a assinar tratados que não desejavam, como o de criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Seato); a receber armamentos de que não careciam; e a não reconhecer vizinhos com os quais necessitam comerciar *per omnia saecula saeculorum* (relação entre Japão e China, por exemplo).

É evidente, pelos fatos enumerados, que os Estados Unidos já são e serão, por muito tempo, sós ou em conjunto com a União Soviética, a força máxima em política internacional ásio-africana. Sua

hegemonia sobre o resto do mundo não Ocidental e não comunista foi verdadeiramente esfuziante. O que as potências europeias levaram três séculos para consolidar, os Estados Unidos conseguiram fazer em menos de cinco décadas. As grandes decisões sobre o Extremo Oriente e sobre o Sudoeste Asiático são tomadas em Washington. Até os países brancos austrais já deixaram de olhar para Londres, em busca de todo conselho e apoio. A Casa Branca é o maior farol dos navios australianos e zelandeses que navegam com medo no nevoeiro amarelo e imenso de uma Ásia que acorda. Até o Oriente Médio, que, depois da retirada da França do Levante, parecia *preserve* estritamente inglesa, já passou a ser liderado pelos Estados Unidos. Os vácuos deixados pela retirada inglesa do Suez e do Sudão foram imediatamente refeitos, não pela liderança egípcia de Nasser, como era de esperar, mas pelos planos americanos.

Nenhuma potência na história, nem mesmo a imensa Rússia, conseguiu tanto e tão rapidamente. Contudo, na Ásia, nessa tremenda incógnita que terá por força de pesar mais fortemente na balança da política internacional que a velha e pequenina Europa, nunca uma nação suscitou uma animosidade tão forte quanto a conseguida pelos Estados Unidos, e em tão pouco tempo. A Inglaterra ali esteve de capataz durante mais de 300 anos e, no entanto, qualquer súdito de Sua Majestade, com todos seus complexos de império, de separação clubista social continua sendo admirado e respeitado. O americano, que há dez anos apenas era olhado como o campeão dos oprimidos, de Karachi a Coreia, do Tibete aos confins dos Mares do Sul, é considerado atualmente um fingido, um quebrador de promessas.

Capítulo II

Por que a Ásia é considerada de tal importância?

Na plataforma do Pacífico, há quatro prováveis centros de força militar. Três asiáticos (Índia, Japão e Manchúria) e um anglo-saxão (Austrália). O Japão já demonstrou sua capacidade de produção de armas e de acessórios para a guerra moderna. A fraqueza nipônica reside na necessidade de importar cerca de uma dezena de matérias-primas essenciais, inclusive petróleo e ferro. A Manchúria tinha uma siderurgia bem desenvolvida, na região de Mukden/Anshun, à base de minério de baixo teor. Não se sabe, ao certo, se os sovietes desmontaram esse parque industrial durante a ocupação de 1945 e 1946. Entretanto, segundo os últimos dados sobre ferro e aço divulgados pela Comissão Econômica das Nações Unidas, a produção da China continental vem seguindo uma marcha sempre ascendente, o que leva a crer que ou o parque siderúrgico manchuriano foi reconstruído ou surgiram outros no imenso território do país. Em 1949, a China produzia apenas 300 mil toneladas de *pig iron* e 200 mil de lingotes; em 1954, as cifras desses mesmos produtos atingiram, respectivamente, mais de três e de dois milhões de toneladas. A região de Bihar e Orissa tem uma importância crescente. Nada impede que a Índia venha a tornar-se uma semipotência no que respeita à capacidade técnico-militar. Ressente-se, apenas, da falta de petróleo e de alguns produtos químicos.

Certamente, a capacidade conjunta de produção desses três centros não excede, no momento, a 12 milhões de toneladas anuais de aço. No entanto, tal produção poderia ser enormemente elevada, caso grande

parte dos países do Extremo Oriente, do Sudeste Asiático e do Oriente Médio deixassem de constituir verdadeiras ilhas econômicas ligadas a interesses extra-asiáticos e formassem, como parece que já estão fazendo, um todo político homogêneo, com um maior espírito de planejamento econômico coletivo e de ajuda mútua.

As reservas de minério de ferro e de carvão de coque são enormes e, pelo pouco que venham a ser exploradas, darão um papel de relevo à siderúrgica asiática. A Índia, por exemplo, possui reservas de cinco bilhões de toneladas; a Indonésia e as Filipinas, veios de carvão e de minério de excelente qualidade da ordem de um bilhão de toneladas; as Coreias, consideráveis quantidades de carvão antracite e de minério de alto teor.

Na Índia, está sendo instalada pela Krupp uma nova fábrica de laminados com uma produção prevista de um milhão de toneladas, e cálculos imparciais colocam a produção japonesa de aço, prevista para 1960, entre 9 e 12 milhões de toneladas.

Razão mais forte para que o mundo Ocidental olhe com toda a atenção esse conjunto geopolítico reside no fato de que atravessamos uma fase transicional na apreciação de valores e na capacidade de produção militar. Nada impedirá que regiões aparentemente inferiores venham a concorrer com outras em um plano de quase igualdade, uma vez que as fontes convencionais de energia possam ser substituídas mais rápida e economicamente do que se julga. No entanto, não existe impedimento lógico (*know-how*, força de vontade e capacidade intelectual) que impeça o resto da Ásia de ter o mesmo avanço espetacular que o do Japão.

O mais importante fator na apreciação das possibilidades geopolíticas da plataforma do Pacífico reside em que ela pode ser subitamente enriquecida em seu potencial pela ativa participação de qualquer das duas potências mundiais, ora em luta fria. A esses fatores geopolíticos pode-se adicionar outros importantíssimos, de caráter exclusivamente econômico.

A Ásia tem um imenso *reservoir* de matérias-primas essenciais e semiessenciais, como borracha, estanho, urânio, ferro, petróleo e carvão. A extração petrolífera, por exemplo, já atingia, em 1950, um quinto da mundial, ou seja, cem milhões de toneladas métricas, das quais cerca de 70 milhões eram refinadas na própria Ásia.

As reservas (no que respeita às já comprovadas por meio de perfuração, e não apenas às presumíveis) são maiores do que as de todo norte, sul e centro americanos combinadas. Pesquisa-se e perfura-se no Golfo Pérsico, na Índia, no Bornéu, na Papua, na Nova Guiné, na Austrália e nos confins da China comunista. Constroem-se refinaria no Iraque, na

Arábia Saudita e em Sumatra. Assinam-se ou reatualizam-se acordos no Irã, no Paquistão, no Iraque e na Arábia.

Os americanos, então, mostram-se particularmente ativos nessa caça ao ouro negro do subsolo asiático. Na Arábia Saudita, onde, em 1945, eram extraídas apenas 2,8 milhões de toneladas de óleo cru, hoje em dia são produzidas 46 milhões. Na refinação já se nota grande preponderância por parte dos interesses americanos que, segundo as estatísticas de 1953, processavam 26 milhões de toneladas métricas, enquanto as companhias de outras nacionalidades não iam além de 13 milhões.

Em virtude das condições mais vantajosas que o capitalista americano está oferecendo, é bem provável que os Estados Unidos eclipsem muito breve seus competidores ingleses e holandeses, que sempre foram os "mandachuvas" tradicionais nessa área. No entanto, os abalos provenientes da transformação de uma economia essencialmente colonial em uma de base nacional começam apenas a se fazer sentir. Há uma quantidade de produtos essenciais como a borracha, o estanho e outros transformados na Europa e nos Estados Unidos e que terão por força, no futuro, de serem industrializados nos países asiáticos de origem, pelas companhias ocidentais. Essa mudança forçará fatalmente uma elevação de salários, e o trabalhador passará de um *starvation minimum* para uma base pelo menos igual à dos países europeus de mais baixos índices. De qualquer forma, essa melhora, por menor que seja, em vista dos números astronômicos da mão de obra na Ásia, aumentará gigantescamente o potencial aquisitivo do continente e, por consequência, seu comércio exterior.

Enquanto o Oriente não se industrializar, os países ex-coloniais constituirão excelente campo para uma lucrativa batalha comercial. Os que eram compartimentos estanques como a Indonésia, a Indochina e a Birmânia poderão converter-se em importantes mercados para todos os países europeus e americanos.

Há muito para ser cobiçado na Ásia. São exemplos as matérias-primas e os gêneros alimentícios que ela produz; as manufaturas de que necessita; e as enormes comissões que advêm para os intermediários de um comércio importador e exportador, que atinge cifras astronômicas (em 1950, cerca de US$ 5 bilhões somente para o Sudoeste Asiático).

Outro fator que não deve ser subestimado e que será de grande alcance para toda a economia mundial é o reajustamento financeiro proveniente do desaparecimento de blocos monetários isolados, como o do florim das ex-Índias Orientais, o do *sterling area* das ex-colônias inglesas, e o do franco da União Francesa.

O último relatório da United Nations Economic Commission for Asia and the Far East (Ecafe), publicado em março de 1955, relativo ao ano econômico de 1954, dá uma ideia do potencial da nova Ásia. As estimativas desse abalizado órgão internacional avaliam o comércio exterior atual (exclusive o de grandes países como a China comunista e a Indonésia) em nada menos de US$ 6,6 bilhões, um aumento de mais de 1,5 bilhão sobre as cifras de 1950.

Entretanto, a despeito dessas somas estarrecentes, as reservas monetárias não vão além de US$ 2 bilhões, enquanto a demanda para a realização de novos projetos (sem contar os da China comunista e os do Japão) é orçada em cerca de US$ 5 bilhões. Haverá, assim, uma disparidade de US$ 3 bilhões durante pelo menos cino e no máximo sete anos, que poderá e deverá ser compensada por meio de investimentos, seja em serviços, mercadorias ou dinheiro por parte do Ocidente capitalista (*capitalista,* no verdadeiro sentido da palavra), e caso possam ser acomodadas as susceptibilidades nacionalistas de alguns países asiáticos e as divergências políticas de outros.

A maioria dos governos atingidos pela análise da Ecafe (Afeganistão, Birmânia, Ceilão, China nacionalista, Hong Kong, Índia, Japão, Coreia, Bornéu Britânico, Nepal, Paquistão, Filipinas e Tailândia) está interessada em programas de desenvolvimentos de serviços básicos, como transporte e energia, irrigação e controle de inundações, medidas que são nada mais que destinadas a aumentar a produção agrícola e a expandir as exportações de matéria-prima. Acrescente-se ainda que esses países estejam fazendo também todo o possível para suster qualquer aumento das importações.

É provável, portanto, que a ênfase no desenvolvimento de serviços básicos e no aumento do potencial agrícola não permita à Ásia florescer industrialmente com grande rapidez. Esse planejamento, porém, firmará os alicerces de um progresso futuro, que será lento, mas certo, sem crises semelhantes às que afligem países como o nosso, onde se procura atingir um alto nível de industrialização sem tomar certas medidas que devem sempre preceder tal transformação.

Uma das maiores forças e, paradoxalmente, a maior das fraquezas da Ásia reside em seus fatores demográficos e em seu constante aumento de população. Naturalmente, 1,3 bilhão de habitantes formam um respeitável número que impõe receio em qualquer tempo, sobretudo em um momento como o do presente, em que as grandes potências sentem que chegou a hora de purgar seus pecados e veem que a estrada imperialista está chegando a seu termo.

O velho chavão do "perigo amarelo" renova-se, pois, agora sob outras considerações, mas, no fundo, a ideia básica do terror que inspira a Ásia reside no estarrecente número de seus habitantes e no poder procriativo desordenado de seus povos.

Não é para crer absolutamente que o Oriente devorará militarmente o mundo pelo poder de seus números ou que o matará de fome (depois de ele haver morrido) em virtude do desaparecimento dos próprios alimentos. Entretanto, esse velho receio malthusiano, apesar de não constituir motivo de alarme e pânico, deve ser reconsiderado à luz do aumento médio de vida humana, do decréscimo da mortalidade e da elevação do índice da natalidade asiática, três fatores resultantes dos avanços da ciência médica moderna, principalmente no campo profilático e bacteriológico.

O problema está intimamente ligado a considerações religiosas, tanto no Oriente hindu, chinês e maometano quanto no das minorias católicas. A única religião que não proíbe diretamente ou a contrassenso o planejamento familiar é o protestantismo. Das outras, as mais estritas são o catolicismo e o maometanismo. O ponto de vista católico é bem conhecido: proíbe o controle artificial, mas não obriga a separação dos cônjuges se o número de filhos permanece estacionário. A religião islâmica é a que mais complica o problema asiático, pois não permite a convivência de cônjuges férteis, a não ser que procriem com a maior regularidade possível. A infertilidade, ainda quando patológica, é causa de repúdio da mulher pelo marido. Há pouco tempo, na Indonésia, houve um caso célebre em que alta personalidade política do país teve permissão para contrair novas núpcias, sob a alegação de que havia três anos que sua esposa não lhe dava prole, apesar dos cinco primeiros rebentos.

Do ponto de vista maometano, é repugnante a coabitação, a não ser para motivos de reprodução. É fácil ver o estímulo que representa tal diretriz religiosa e estatal para o aumento da população das nações islâmicas, principalmente se se tiver em vista a facilidade com que a poligamia é nelas praticada. No entanto, felizmente, já se notam indícios de que até mesmo nos países islâmicos, principalmente na periferia do mundo muçulmano, existam elementos progressistas que compreendem que o futuro econômico e o bem-estar de suas nações poderão ser irremediavelmente comprometidos pela observância de usanças religiosas inadequadas à época presente.

Um exemplo auspicioso é o êxito conseguido por um planejamento familiar posto em prática pelos seringueiros da Dunlop Malayan States, depois que observaram os resultados obtidos por companheiros residentes em Cingapura e que se tinham valido dos conselhos e métodos de uma associação denominada *Family Planning Association of Singapore*.

Metade das 11 mil famílias que trabalha nos seringais da Dunlop é maometana; no entanto, elas concordaram em submeter-se a esse planejamento familiar. Disse Haji Ali Bin Mahomed Said Salleh, o mais graduado imã de Cingapura, ao procurar justificar a atitude de suas ovelhas malaias: "Planejamento familiar não é inteiramente contrário aos princípios do Islão. Medidas tomadas para distanciar os partos e salvaguardar a saúde das mães são permissíveis." As palavras do esclarecido imã provocaram, como era de esperar, intensa polêmica religiosa; contudo, de qualquer forma, elas constituem um bom indício, um começo.

Grandes líderes asiáticos, como o Primeiro-ministro Nehru, já apoiaram planos semelhantes. A ignorância e as superstições a esse respeito ainda são grandes, principalmente na Índia e na Indonésia; porém, é de esperar que, com a abertura de mais escolas, com a maior difusão de conhecimentos e com a maior independência da mulher, possa ser obtido um planejamento familiar mais ajustado às condições econômicas e financeiras do Oriente. É provável também que os métodos comunistas já estejam obtendo compulsoriamente o que os países democráticos estão procurando obter por meios suasórios.

De uma maneira ou da outra, com controle ou sem controle, a Ásia continuará por muitos anos a confrontar o Ocidente com seus assoberbantes números. Quando mais não seja, essas multidões representarão uma força passiva, uma imensa reserva de *chair au canon* e terão, por força, de pesar em qualquer esquema ocidental que vise ganhar pelo menos a condescendência de Ásia, caso não haja humildade cristã bastante grande para conseguir-lhe ainda a amizade.

Capítulo III

A África acorda

A África cobre cerca de uma quinta parte do que há de terra sobre o globo, mas, seus habitantes não vão além de uma décima parte da população mundial. Os peritos em demografia e os recentes geógrafos que se ocupam do assunto divergem bastante em relação às cifras apresentadas. A ONU, em um de seus mais recentes estudos sobre a área, feito em 1950, calcula a população africana em 198 milhões de habitantes.

Em verdade, desde o término da Segunda Guerra Mundial, tem sido considerável o número de trabalhos publicados acerca do chamado *Dark Continent*, principalmente pela imprensa e pelos escritores de língua inglesa. Um fato curioso é o de que há grande interesse e desejo dos estudiosos em apoucar as possibilidades africanas, alegando os seguintes motivos:

1) a África, apesar de estar em contato com o mundo civilizado há seis mil anos, não foi inteiramente devassada, se não há meio século;

2) algumas das populações interiores ainda se encontram na época das guerras tribais, e a venda de escravos continua a ser praticada no continente, por exemplo, no canto norte-oriental, onde os árabes sauditas se entregam a um ativo comércio dessa espécie;

3) com tão imensa superfície, a quilometragem das estradas de ferro existentes no continente africano não chega a 6% do total da rede ferroviária mundial;

4) enquanto se encontram traços de passadas civilizações em quase todas as outras grandes regiões continentais e algumas insulares, nada se vê na África que ateste a presença remota de extintas culturas;

5) a enorme variedade de línguas e dialetos (700 aproximadamente) e as cerca de três dezenas de grupos étnicos de que é composta lhe dificultam excessivamente a formação de um todo homogêneo;

6) os defeitos que se atribuem ao caráter do africano, por exemplo, a preguiça, a falta de higiene, a pouca resistência às doenças contagiosas, principalmente à tuberculose e às doenças venéreas;

7) as doenças endêmicas, que assolam a maior parte do continente, principalmente a doença do sono e a malária. A primeira dizima não só o homem, mas também seus rebanhos;

8) a instabilidade de caráter que, inegavelmente, o homem africano apresenta. Nativos há que, depois de trabalharem muitos anos na mesma tarefa, aparentemente contentes, abandonam de repente o emprego ou fazem tudo inexplicavelmente errado;

9) a susceptibilidade da maioria dos solos férteis africanos à erosão. Ademais, nativos como os de Quênia e de Uganda desconhecem os meios para deter esse processo devastador e se negam a aceitar conselhos.

Todas essas razões alegadas para a diminuição das possibilidades da África e do africano são facilmente refutáveis, se estudadas com isenção completa de ânimo. Vejamos:

1) o fato de que o continente africano só agora tenha sido devassado não deve causar espanto, mormente para nós brasileiros, que apenas começamos a conhecer o fundo de nosso quintal;

2) nossas populações indígenas e a de outros países latino-americanos ainda se encontram na fase de lutas tribais, e o comércio de escravos ainda é praticado hoje em dia pela Rússia soviética e, indiretamente, pelos aparteístas da União Sul-Africana;

3) a carência de estradas de ferro não deve espantar a nós brasileiros, que nos ressentimos tanto, também, desse meio de transporte. O aeroplano, na África, deve representar idêntico papel ao que vem desempenhando atualmente no Brasil;

4) é verdade que a África, de todos os continentes, é o único que não demonstra arqueologicamente a presença de uma civilização passada. Por isso mesmo, maior oportunidade ela terá, agora, de tornar-se teatro de tal movimento. O filho do solo é perfeitamente adaptável e pode competir de igual para igual com o representante de qualquer outra civilização. As demonstrações já dadas por africanos e por semiafricanos na América Latina e nos Estados Unidos, sejam no campo científico, sejam no artístico, são por demais expressivas para que necessitem ser relembradas. Ademais, dizer que o continente negro não foi berço de civilização é um sofisma do cientista europeu. Certamente, a grande civilização egípcia não abrangia

todo o imenso triângulo africano, mas em seu apogeu acompanhava o Nilo pelo atual Sudão, terra adentro, quase até seus confins. A civilização semítica-cartaginesa é outro exemplo bem forte;

5) o argumento linguístico é também assaz fraco. A Índia e a China conseguiram a formação de um todo perfeitamente homogêneo e, no entanto, têm uma infinidade de línguas diferentes; a primeira tem um considerável número de grupos étnicos extremamente diferentes, em cor e compleição. Outro exemplo frisante seria a grande massa continental da Eurásia soviética, composta do mais variegado sortimento de raças e de línguas;

6) as acusações de preguiça e de falta de higiene são verdadeiros *boomerangs* que se voltam contra os acusadores coloniais. Todo o trabalho pesado na África, como nos países americanos que desfrutam de uma grande minoria negra, é realizada por esse elemento *soi disant* preguiçoso. Nos próprios filmes americanos, quando o produtor procura dar uma ideia justa do interior, lá vêm os safáris e, neles, o caminhão, as cargas pesadas a serem transportadas, as terras a serem escavadas, as casas a serem construídas, e é sempre o africano quem dá conta do recado.

Então, se atentarmos (como veremos mais tarde) para o ápice do triângulo africano formado pela União, pela Confederação da África Central e pelas possessões portuguesas orientais, chegaremos à conclusão de que o vasto império industrial que ali está surgindo não poderia existir se não fosse o braço negro. O europeu que os acusa de preguiça é o mesmo que se sente incapaz de qualquer esforço físico maior; é o mesmo que só escolhe para si os empregos administrativos, de comando, de direção; é o mesmo que possui bastante capital para pagar ao nativo, quando necessita dar conta de algum trabalho puramente braçal; é o mesmo que, pelo *tableau* que nos dão os livros sobre a África, estamos acostumados a colocar mentalmente em uma varanda sombreada, com um interminável *long drink* ao alcance do braço, e que, até para apanhar um livro na estante, recusa-se a levantar-se, preferindo chamar o "preguiçoso *boy*" africano.

Note-se que o europeu é, em geral, bem-nutrido e defendido contra as doenças endêmicas que grassam na África Central. Quem não seria preguiçoso com uma dieta que satisfaz apenas um mínimo de subsistência e, desde a nascente, é atacado por um sem-número de doenças parasitárias? Nós temos tal caso, bem ao alcance de nossa observação, no Nordeste e em algumas partes do interior do Brasil.

A falta de higiene marcha *pari passu* com as possibilidades econômicas do africano. Os hábitos do nativo em Leopoldville, em pleno coração da África tórrida, são consideravelmente mais altos que os dos

negros semicitadinos que vivem nas favelas situadas ao redor das cidades industriais sul-africanas.

Essa parte da deficiência africana poderá ser extinta facilmente com o progresso das medidas profiláticas e com auxílio das poderosas armas antibióticas com que conta o arsenal da moderna medicina;

7) essa característica de irresponsabilidade tão criticada pelo europeu, nós também a encontramos no matuto brasileiro e no *coolie* javanês. São dois os motivos que dão origem a esse aparente desinteresse do africano: em primeiro lugar, o clima lânguido; em segundo, o sentir-se ele a meia corrente no seu pedaço de mundo. Largou as amarras de seus velhos padrões de vida primitiva, mas a civilização ocidental, em razão principalmente da falta de transportes, tocou apenas a pele dessas regiões, e seus habitantes não puderam integralizar-se ainda em seus hábitos, costumes e ideias.

Nós, no Brasil, chamávamos a essa gente de "negros fujões" e tínhamos queixa eterna contra o matuto, que mal juntava cinco dias de jornada e já abandonava o trabalho sem motivo aparente. Entretanto, esse tipo de jornaleiro já está desaparecendo no Brasil, em virtude da faciliade de comunicações e do interesse mais direto que ela está tomando pelos problemas nacionais. Da mesma maneira, o africano mudará de atitude logo que se sinta parte integrante de alguma coisa, e não boi de carga para interesses remotos que ele nem chega a conhecer, tão complexo é o xadrez do tecido colonial africano;

8) o único motivo plausível pelo qual a África poderá ser mantida como um continente de segunda ordem, à margem do progresso geral e das possibilidades da fase tecnológica que a humanidade atravessa neste século, é o que decorre do problema relacionado à mosca tsé-tsé e à consequente doença do sono.

A doença do sono (trypanosoniasis) é sem dúvida uma das maiores pragas que podem assolar uma determinada região. A mosca, de duas variedades, ataca indiscriminadamente tanto o ser humano quanto qualquer animal doméstico; enquanto os transmissores se reduzem à medida que a civilização avança sobre o *jungle*, a tsé-tsé tende a aumentar seu âmbito e seu número. À medida que o tráfego aumenta, que mais estradas são construídas, mais se espalha o terrível inseto, pois ele tende a perseguir qualquer objeto em movimento. Até um trem em marcha ou um caminhão que não passe muito depressa pode transformar-se em transportador da mosca.

O mal que advém do inseto não se manifesta diretamente apenas nas vítimas que ele faz, mas também no afastamento de populações

ribeirinhas, pois a variedade que ataca o ser humano reproduz-se, de preferência, à margem de rios e de lagoas. Essa gente é forçada a deixar um solo fértil e remunerativo de pastagem ou de cultivo para viver em áreas mais secas, de erosão, onde inevitavelmente não poderá obter suficiente rendimento para mantê-la acima de uma dieta de subnutrição.

Entretanto, mesmo esse tremendo problema não deverá reduzir as possibilidades futuras do grande continente. A área atingida pela mosca é sem dúvida imensa, mais ou menos do tamanho de Mato Grosso, mas a África ainda é infinitamente grande e possuidora de infindáveis possibilidades econômicas. Além do mais, mesmo nesse perímetro, medidas auxiliares, como saneamentos de pântanos e fumigação de veículos poderão ser incrementadas a par de uma busca científica para uma vacina que imunize homens e animais contra os efeitos da tsé-tsé.

1. Potencial econômico

Depois da Austrália, a África é o continente que apresenta a mais baixa densidade demográfica. Tem, porém, 40% do potencial hidrelétrico mundial (a América do Norte tem 15%; a Europa, 13%) e pode facilmente compensar qualquer carência de braços.

Como na América do Sul, os estudos geológicos têm sido quase diminutos. Entretanto, rico como é o subsolo africano em quase todas as espécies de metais, não admira que ainda venham a ser descobertas ali excelentes jazidas de petróleo. Em números redondos, a África apresenta as seguintes proporções de extração mineral: cerca de 33% da produção mundial de fosfatos; 85% da de cobalto; 70% da de vanádio; 45% da produção de cromo; 23% da de manganês. Outros minerais de grande valor encontrados em abundância na África são o cobre (Congo e Rodésias), o urânio (Congo e União), o carvão, o estanho, o ferro, o chumbo, o ouro e o diamante.

A África não é grande produtora de gêneros alimentícios, à exceção do café e do chocolate, mas tem grandes produções de óleos vegetais, de algodão, de madeiras e de lã. Angola é rica em diamante, em asfalto, em betume, em cobre e em ouro. Tem rebanhos bovinos consideráveis orçados em cerca de US$ 20 milhões de dólares; exporta cerca de cinco milhões de gado anualmente para a União.

O Congo é riquíssimo. É talvez o mais rico território da África. Em 1951, sua balança de pagamentos deixou um saldo líquido de US$ 100 milhões sobre as importações. Suas reservas hidrelétricas são praticamente

ilimitadas. "O Rio Congo sozinho poderia fornecer 134 milhões HP, o que é mais de 20 milhões do que todos os rios dos Estados Unidos"[6]. Esse país possui as maiores reservas de urânio; supriu, em 1951, cerca de 96% da produção mundial. Possui também cobre, ouro, platina, 70% dos diamantes industriais, borracha, manganês e 75% da produção de cobalto, um total essencial para os motores dos aviões a jato. Só de cobre o Congo exporta anualmente US$ 90 milhões.

A Nigéria, que muito em breve terá sua independência, é grande produtor de óleo vegetal. Com a Costa do Ouro e com a África Ocidental Francesa, a produção ultrapassa 50% do estoque mundial. Com esses dois outros territórios exporta também mais da metade da produção global de cacau. É riquíssima também em madeiras, estanho e castanhas.

Os investimentos de capitais ingleses na África distribuem-se da seguinte forma: US$ 1,5 bilhão para a União Sul-Africana, ou seja, 43% do total; US$ 310 milhões para as Rodésias; US$ 200 milhões para a Nigéria; US$ 150 milhões para a Tanganica; US$ 120 milhões para Quênia e Uganda; US$ 100 milhões para a Costa do Ouro; US$ 90 milhões para a África Sul-ocidental; US$ 450 milhões para o Congo Belga; US$ 90 milhões para a África Ocidental Francesa; e US$ 65 milhões para a África Equatorial Francesa.

Esses dados são de 1936. Embora tenha havido grande retraimento na União Sul-Africana em virtude das políticas criadas pelo aparteísmo e pelas tendências separatistas, é provável que as inversões inglesas tenham subido muitíssimo nesses últimos 15 anos, em razão da atenção que estão dando às Rodésias e aos territórios da África Oriental.

A Costa do Ouro exporta principalmente cacau, ouro, madeiras de lei, diamantes e bauxita. As reservas de bauxita são estimadas em cerca de 200 milhões de toneladas em terrenos de fácil extração. O problema de energia e de transporte para a costa já está em vias de solução com a construção de um dos maiores lagos artificiais do mundo, para represar as águas do Rio Volta. A energia será usada não só para fundir o alumínio, mas também a água servirá para a irrigação de uma vasta região perto de Acra.

Uma prova do potencial econômico da África pode ser encontrada nesse pequeno quase domínio que tem o tamanho da Inglaterra. Em todos os planos de desenvolvimento econômico que Londres está lançando na África depois da última guerra, o da Costa do Ouro é o que menos lhe custará. As despesas estão orçadas em cerca de US$ 200 milhões, dos quais 150 milhões serão custeados com recursos locais.

[6] "África – Stalling Verlag, Oldenburg".

Essa unidade da Commonwealth é um dos maiores ganhadores de dólares para a economia inglesa. Cacau, manganês, diamante e ouro são todos vendidos a bons preços na América, e uma vez construída a represa no Rio Volta, outros dólares advirão para John Bull com as vendas de alumínio produzido a baixo custo.

Em Marampa, na Serra Leoa, existem depósitos de minério de ferro de alto teor, estimados em cerca de 12 milhões de toneladas, facilmente acessíveis para a extração e exportação. Até a árida e aparentemente pobre República da Libéria tem estanho, chumbo, cobre e ouro, e exporta cerca de cem mil toneladas mensais de um minério de ferro de alto teor.

Os territórios franceses ao sul do Saara já produzem muito e poderão produzir muito mais. Há pouco, a França alongou os trilhos de uma estrada de ferro de Orã a Colombo Bechara e abriu repentinamente outra riquíssima jazida de carvão. Na África Francesa, talvez se encontrem os mais ricos depósitos mundiais de zinco e de cobre. Com um pouco de irrigação, os territórios do Alto Volta e do Sudão Francês poderão produzir grandes quantidades de algodão e de arroz; acredita-se, cientificamente, que a vasta expansão do Saara contenha imensas reservas de minerais que a presente civilização, cada vez mais, demanda.

Quênia e Uganda estão se firmando como grandes exportadores de café. Nesses países, também há um outro grande projeto para a captação de força hidráulica, conhecido como Owens Falls System, que promete largos e remunerativos dividendos com a mineração do cobre na região de Kilombe e com a exportação de ricos depósitos de minerais raros como nióbio, apatita e magnetita. Esse projeto fará da futurosa cidade de Jinja, às margens do Lago Vitória, um centro industrial de grande importância. Em Uganda, perto da fronteira com o Quênia, existe uma grande montanha de fosfatos que, sem dúvida, servirá para fertilizar o solo pobre dessa região e permitir um grande aumento da população que para ali será atraída.

Em Tanganica, o governo inglês entrega-se a dispendiosos e ambiciosos projetos agrícolas. A primeira experiência no plantio de produtos alimentares como o amendoim, por parte da Overseas Food Corporation, não constituiu grande sucesso. Entretanto, outras sementeiras, como a do sisal, atraíram mais capitais, abriram vias de comunicação, o que possibilitou à colônia progredir e lucrar com a experiência. A exportação atual de sisal é de cerca de 180 mil toneladas anuais, e a de café está quase a alcançá-la em valor.

A Rodésia do Norte tem no cobre, no chumbo e no plantio de tabaco sua principal riqueza. A chamada faixa do cobre da Federação Central Africana está localizada na Rodésia do Norte; o carvão da Wankie Colliery

está perto, no outro lado da fronteira, na Rodésia do Sul. O potencial dessa mineração e o da de outros metais, bem como a industrialização dessa zona, será grandemente acrescido se o governo inglês levar a bom termo outro projeto conhecido pelo nome de Plano Kariba Gorge, que visa represar as águas do Rio Zambeze para a obtenção de um milhão de kW. O projeto, avaliado em US$ 20 milhões, é bem mais audacioso que o da represa do Rio Volta, na Costa do Ouro.

2. A África, segundo a imaginação do brasileiro

Com exceção de Casablanca e Dakar, pontos de escala obrigatória de navios e aviões que demandam a Europa, quase nada mais é conhecido da África pelos brasileiros. Alguns, mais audaciosos e ricos, conseguem desgarrar-se por uma semana do fascínio de Paris e Roma, arriscando-se ir até o Egito para conhecer as pirâmides, talvez mesmo o Tebas.

Até a União Sul-Africana, tão em foco na imprensa e na cogitação de todo o mundo, é conhecida apenas por um limitadíssimo número de "itamaratianos" que para ali seguem aos empurrões, como os poetas da Conjuração, rumo ao degredo.

Então, se quisermos usar o tão conhecido chavão dos filmes e dos romances, do Golfo da Guiné para o sul e para o interior, a região, conhecida como *Darkest Africa*, nunca viu sombra de turista nem de funcionário brasileiro. A não ser para pessoas diretamente interessada na produção de nossos café e cacau, que começam a verificar nesse continente a existência de regiões altamente competitivas com a nossa limitada economia agrícola, ou de algum raro estudioso, como o mestre Gilberto Freyre, que visitou o ultramar a convite do governo português em 1954, a África é mais remota que as crateras lunares.

África, para o brasileiro, é uma imensa região de pantanais e de florestas, onde o Clark Gable ou o Gregory Peck, a pretexto de caçar, vão tecer um enredo amoroso com Ava Gardner ou com qualquer outra vedete que Hollywood estime comandar o respeito das bilheterias, no momento. É também uma região misteriosíssima, em que a única condução é o lombo do negro ou um jipe ocasional, no qual vão, entronizados, a espingarda a tiracolo, o mocinho e o bandido. O safári, quase sempre busca uma região nebulosa, uma espécie das Minas do Rei Salomão. O caminho é árduo, cheio de animais ferozes e de negros muito pintados e mais ferozes ainda.

Mais para o norte, para as bandas francesas, nossa África pertence ao Charles Boyer, ou morrendo de sede com seus legionários em remotas

fortalezas do Saara, ou se livrando das traiçoeiras lâminas de insidiosos árabes nas Kasbahs de Argel ou de Marrocos.

Qual de nós já visualizou trens rapidíssimos com ar-condicionado, tão modernos quanto os mais novos comboios americanos, ligando as grandes distâncias da União Sul-Africana? Quem faz ideia de Lourenço Marques como uma estação balneária elegante, uma futura "Riviera Portuguesa" no Oceano Índico, onde os ricos aparteístas de Pretória e de Johanesburgo vão de automóvel durante os *weekends*, para desfrutar das delícias de uma atmosfera social menos carregada.

Kano, no coração da Nigéria, é uma pequena fornalha onde termina a África árabe e Mediterrânea e começa o continente propriamente negro. É a região dos Fulani, nome tribal que para sempre ficou no nosso vernáculo pela expressão "Fulano e Sicrano". Há 50 anos, era não mais que um mercado de escravos, um conglomerado de choupanas de barro circundado pelas muralhas do Emir, bem na orla do deserto. Hoje, é um grande centro de aviação, um entroncamento para as linhas aéreas que ligam a Austrália e os países da África Meridional ao continente europeu. Tem também uma excelente estrada de ferro, que a põe em contato com o mar no Golfo da Guiné.

Quem já pensou do Congo Belga, em plena África tropical, como uma região de cidades ultramodernas? A população negra de Leopoldville (cerca de 220 mil habitantes) vive em casinhas novas com eletricidade e água corrente; para o lazer, entre outras coisas, há um estádio de futebol com capacidade para 60 mil pessoas. Em Stanleyville, um helicóptero fumiga a cidade todas as tardes, para que seus habitantes possam dormir livres de mosquitos e sem cortinados. As avenidas de Elisabethville são arborizadas com mudas de jacarandá levadas do Brasil, especialmente para efeitos de maior beleza urbanística.

Quando nos lembramos do Lago Vitória, automaticamente afluem ao pensamento revoadas de íbis, toldando as águas com o preto e o branco de suas asas; ou então grupos de hipopótamos, repoltreando-se pelas margens. A visão é perfeitamente correta, mas omite apenas os gramados verdíssimos do Jinja Golf Club, construído à beira do lago e por onde, às vezes, aqueles mesmos hipopótamos transitam sem medo, descaradamente. Omite também o fato de que essa cidade, embora pareça remota, será um grande centro industrial, logo que o nível das águas do lago seja represado em mais de cinco metros.

Já se pode tomar um bom trem em Mombassa, no Índico, e em Kampala, em Uganda, em pleno coração da África, baldear, como em qualquer ponto da América, para outros trens expressos que ali estão

parados, fumegando. Um segue para o Congo Belga, na direção oeste, e o outro para o norte, para o Sudão e para o Egito. Kampala tem três grandes colinas. Em uma delas, ergue-se uma branquíssima mesquita; em outra, uma enorme igreja protestante; na terceira, uma catedral católica maior ainda.

Na igreja, aos domingos, podem-se ver os membros do Parlamento da colônia (nativos vestidos perfeitamente à Ocidental) e enfermeiras africanas envergando os uniformes da profissão, ao lado de indivíduos inteiramente tribais, descalços, vestindo pulseiras de cobre nos tornozelos e mantos purpúreos, que os assemelham a cardeais em um conclave. Kampala é um *boom town*: há muito hindu no comércio e muito hindu de *sarhi*. Há também bancos modernos e salões mais modernos ainda, onde se expõem os mais recentes modelos de automóveis.

Precisamos, portanto, refazer inteiramente as ideias, as apreciações e o retrato mental que fazemos da África, a fim de melhor compreendermos sua crescente importância, as aspirações de sua gente e o magno papel que esse continente poderá representar para um Brasil futuro.

Capítulo IV

Sistemas do colonialismo africano

O colonialismo na África prossegue em todo o continente, à exceção do Egito, da Líbia, da Abissínia e da Libéria. A União Sul-Africana, embora teoricamente país independente, em razão da política interna que atualmente adota, na qual uma minoria de 2,5 milhões de pessoas mantém uma maioria de 12,5 milhões completamente subjugada, não pode ser considerada como tal. Assemelha-se a qualquer um dos territórios africanos onde minorias europeias fazem uso do potencial demográfico e econômico da região para o fomento de seus próprios interesses. A única diferença é que a potência controladora, em vez de residir além-mar, habita no próprio território, com o povo que controla.

Apesar de a divisão colonial do território ou do braço nativo ter sofrido poucas alterações, em virtude da Segunda Guerra Mundial, é inegável que essa guerra deu origem não só a uma transformação da maneira por que o europeu passou a considerar a África, mas também a uma reavaliação de possibilidades e de aspirações, por parte dos filhos do solo.

De fato, diretamente, o impacto da Segunda Guerra Mundial foi relativamente pequeno sobre a África. Talvez tenha havido menos reajustamentos que no final da Primeira Grande Guerra, quando os grandes tratos de territórios pertencentes à Alemanha tiveram de ser distribuídos ou colocados sob mandato. Dessa vez, nada mais que a disposição dos farrapos do pobre Império Colonial Italiano.

Entretanto, indiretamente, foram enormes para a África as consequências da Segunda Grande Guerra. Vejamos alguns dos motivos:

a) o desaparecimento de grandes segmentos de impérios coloniais na Ásia faz com que as potências europeias venham a consagrar um interesse crescente a seus territórios africanos;

b) países como a Holanda, ao perderem suas colônias asiáticas, transferem grandes interesses econômicos para os territórios de potências amigas na África;

c) a comunicação da China reorienta grandes interesses ocidentais para o continente negro;

d) a longa luta travada na Indochina encaminha grandes capitais franceses para as colônias africanas;

e) a descoberta de ricas jazidas de urânio no Congo Belga coloca os Estados Unidos como grande e interessado investidor de capitais na África;

f) planos da alta estratégia ocidental fazem de algumas regiões centro-africanas bases aéreas de ataque da mais alta importância;

g) a necessidade de matérias-primas africanas, durante a guerra, veio a concorrer para um maior desenvolvimento industrial do continente e para dar um grande impulso no processo de urbanização do nativo, principalmente na África do Sul;

h) o aparecimento da Rússia soviética como grande potência no pós-guerra transforma a África em excelente retorta para as experimentações da propaganda comunista;

i) a contrapropaganda ocidental apressa mais esse processo de amadurecimento a que está sendo submetido o negro africano.

Era fatal, pois, que essa súbita importância da terra e do autóctone viesse a motivar um reajustamento na atitude do europeu com relação a ambos. Começaremos pelo reajustamento que vem sendo tentado ao sul do continente, por ser único em suas características. É um reajustamento às avessas, de caráter negativo. Ali, o europeu não tenta mudar suas passadas concepções, tendo em vista as transformações trazidas pela guerra. Bem pelo contrário, fecha os olhos ao presente e procura a ferro e fogo atrasar o relógio socioeconômico para antes do tempo do início do conflito que ocorreu de 1939 a 1945.

1. Aparteísmo

O navio deixou Cape Town. Novas faces, novos nomes. Dos companheiros que tinham feito a travessia desde o Rio de Janeiro restavam dois ou três apenas. Era como se fosse começada uma viagem inteiramente nova. Funcionários ingleses transferidos para o que resta dos *outposts* do império no Oriente; um lorde "sessentão", chefe do Judiciário em Cingapura, de volta de uma vilegiatura nas Rodésias, que não falava, emitia pedantemente uns sons guturais, à maneira de uma foca a que é acenada uma sardinha. Embarcaram também alguns oficiais da aviação sul-africana que se destinavam a reforçar as tropas na Malaia. Gente jovem, simpática que custava crer que pertencesse a um país que advoga e pratica sistema tão injusto e perverso como o aparteísmo. Aliás, esses jovens, alguns dias depois, ao confraternizarem com mestiço de francês em um dos portos de Madagascar em que o navio atracou, mostraram-me o que há muito suspeitava: que a endogamia do africâner, tanto quanto a do holandês nas antigas Índias Orientais, é e era medida de conveniência política. Não existe, em verdade, uma ojeriza biológica, um antagonismo inato, uma idiossincrasia, ou, em termos modernos, uma alergia do homem branco contemporâneo da África do Sul aos encantos de mulher escura. Nem mesmo da mulher holandesa ao homem de pele absolutamente negra ou pelo menos "achocolatada". Conheço muita dama batava, e algumas bem lindas, sacratissimamente casadas com indonésios de Java, de Sumatra, das Célebes, das Molucas, maridos que têm características não só orientais, mas também de raças negroides.

Essa gente embarcada em Cape Town trouxe para bordo, a par de seus inglesismos e de seus "africanerismos", um tópico onipresente nas conversações: Malan, Strydom e Cia., no papel de lobo, contra a população britânica na África do Sul, no papel de Chapeuzinho Vermelho. No entanto, todo o enfado que pudesse advir das conversações repetidas, dos verdadeiros discos de vitrola, das lamentações, das críticas de parte da gente que só enxerga o mal que o aparteísmo lhes faz, mas que não vê a iniquidade que ele pratica contra negros, hindus e mestiços, tudo isso foi fartamente compensado ao testemunhar o inesperado comportamento daqueles aviadores sul-africanos em Madagascar. Eles vieram comprovar que ainda pode haver um raio de esperança no tenebroso horizonte do *Beloved Country* do escritor Alan Paton.

A política sul-africana de segregação racial e de antagonismo ao elemento britânico na união não tem ainda uma década de existência, mas a literatura que existe sobre o assunto já dá para encher uma pequena

biblioteca. É raro o dia em que a imprensa americana ou inglesa não consagra um editorial ao problema. Rara também é a semana em que não entra no prelo um livro em defesa ou em ataque ao aparteísmo, publicado pelas editoras de Nova York, Londres ou Cape Town. Limitar-nos-emos, porém, a um sucinto resumo, porque acreditamos que é tempo malgasto o que se consagra a tal assunto, em virtude de sua transitoriedade.

A União Sul-Africana é país por demais futuroso para que continue vítima, por largo tempo ainda, de tamanho e perigoso cisma. No entanto, o africâner, ainda que desprezasse o que foi feito pelo inglês, ele próprio já trabalhou tenazmente e fez surgir da selva em menos de um século país tão belo, para que continue se empenhando em destruí-lo com a adoção intransigente de táticas políticas ruinosas.

O aparteísmo, que é uma infecção aguda do tipo do nazismo, não pode persistir por muito tempo em um corpo forte e jovem como era o da Alemanha ou como é o da a África do Sul. Ou o paciente morre, depois de agitadas convulsões, dominado pela moléstia, como morreu a Alemanha hitlerista, ou toma uma boa dose de *common sense*, à guisa de antibiótico, e, cedo, debela o mal. Para aqueles que ainda teimam em não querer ver que o aparteísmo é uma reedição tão ou mais perigosa do nazismo, seria vantajoso citar as palavras do Senhor Otto Du Plessis, chefe de uma espécie de Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sul-africano, ao definir as bases do Partido Nacionalista, Herenigde Nasionale Party: "O Estado e a nação são todos poderosos. Todo cidadão, corporação, organização ou grupo funciona como uma subdivisão do Estado e no interesse da nação, que é uma unidade posta sempre acima dos interesses individuais ou regionais."

Os portugueses, até o século XVIII, limitaram-se a fazer do Cabo e de outros lugares da África do Sul visitados pelos grandes navegadores angras de aguada, onde tocavam apenas em suas idas e vindas para o Oriente. Primeiro as Índias e, depois, os Brasis já os tinham por demais assoberbados, para que ainda pudessem preocupar-se com aquelas vastidões quase áridas no ápice da África Meridional.

Em 1653, Jan Van Riebecck, um doutor de navio em viagem para as Índias Orientais, encarregado pelo governo holandês de encontrar um porto de reabastecimento, saltou no Cabo com muitos homens de equipagem que ali resolveram permanecer como colonos, a despeito do pouco interesse que Haia sempre demonstrou por qualquer aventura no continente africano. Escravos foram trazidos de Goa, da Malaia e da África Ocidental para o trabalho pesado que quer o europeu, quer o autóctone eram incapazes de realizar. Com as escravas orientais ou africanas, tanto bôeres quanto franceses huguentos (emigrados em 1688) ou ingleses

chegados mais tarde, em 1795, mesclaram-se livremente e produziram a grande minoria até hoje existente dos chamados *Cape colored*.

O bôer, que no primeiro século de colonização já havia demonstrado grande individualismo e independência em relação às ordenações emanadas da metrópole, mais altaneiro ficou com a chegada dos ingleses e resolveu sair do Cabo, emigrar para o interior. A isso se denominou *The Great Treck*, ou a Grande Caminhada. Ela os levou às regiões hoje conhecidas como Transvaal e Orange, *habitat* dos Bantu, uma tribo africana das mais importantes cujas existência e vivência eram pastorais, tal qual o bôer desejava para si próprio.

Enquanto este último estava assim ocupado, consolidando seu império de "além-veld", exterminando os Bantu ou tornando-os perfeitamente maleáveis para seu futuro e eterno papel de burro de carga, o diamante e o ouro foram descobertos. Novo e maior afluxo de intrusos inundou as fazendas desses individualistas atacados de claustrofobia, pois toda a vez que um colono bôer divisava a fumaça da chaminé da casa do vizinho, considerava-se sufocado, com pouco espaço para viver.

A fim de desvencilhar-se dos forasteiros não desejados, o Presidente Kruger resolveu taxar mineiros e garimpeiros de maneira bem forte, sem lhes conceder mínima parcela de participação política. Pretória, o cérebro bôer, ficava a menos de 50 quilômetros das minas de ouro de Witwatersrand (ao redor das quais nasceu a bela e moderna cidade de Johannesburgo) e foi, assim, muito fácil acirrarem-se os ânimos e estalar a Guerra do Transvaal. A bela página de valor, de coragem e de perseverança escrita por um povo diminuto, mas bravo contra a Inglaterra Vitoriana em seu pleno apogeu e na plenitude de sua força militar suscitou a simpatia, se não o apoio indireto, de quase todas as outras nações. Foi tão épica a resistência que, quando a luta chegou, enfim, a seu término, não houve o mínimo sentimento de orgulho por parte do vencedor.

Foi esse quase vexame que fez com que os ingleses fossem tão generosos em seus tratados de paz, esperando que as condições tão amenas da proposta da União, de uma plena igualdade com a metrópole, pudessem dissipar as amargas memórias do conflito.

Estadistas da têmpera dos Generais Botha e Jan Smuts chegaram a dar ao mundo a impressão de que, de fato, o passado tinha sido esquecido, de que a União Sul-Africana era unidade integrante da Commonwealth, tão importante quanto a Austrália ou o Canadá. Os fatos, porém, eram e são outros. O africâner, como todo descendente dos bôeres gosta de ser chamado, roubando assim dos nativos até mesmo o nome, não esqueceu passados agravos. Suas memórias, mais azedas que o vinagre,

permaneceram apesar da passagem dos anos, e não faltaram agentes e motivos que servissem para acelerar um processo separatista embrionário. Primeiramente, em 1927, o país foi agitado pela questão de uma bandeira inteiramente sul-africana. Em 1939, quando do início da Segunda Guerra Mundial, as simpatias estiveram a tal ponto divididas, que o concurso da África do Sul foi obtido à custa de uma ínfima maioria parlamentar. A eterna questão da dualidade linguística foi também grande causa de atrito. O africâner se insurgiu contra o uso da língua inglesa, talvez mesmo mais que o intransigente flamengo, na Bélgica, contra o uso do idioma francês. Finalmente, os rápidos sucessos do Partido Nacionalista, cujos pontos de vista eram bem diversos dos da maioria sul-africana de origem inglesa, completaram o quadro, tornando-o mais sombrio ainda.

Um pouco de política

A política da união sempre girou em torno de dois magnos assuntos: separatismo ou continuação no quadro da Commonwealth e relações do europeu frente a frente com as populações não brancas que habitam o país.

Desses, o segundo é sem dúvida o de maior importância. Certamente, a eventual separação da Inglaterra e a eclosão de uma república francamente dominada pelo elemento africâner, na qual o anglo-saxão ficasse em plano secundário, acarretariam imensas consequências. Haveria retraimento de capitais, êxodo de indústrias inglesas (o que já se verifica em escala relativamente grande), afrouxamento do processo de industrialização do país e perda de prestígio internacional. Não mais existiria a venda preferencial de locomotivas, de trilhos, de automóveis, de toda maquinaria pesada que permitisse à África do Sul conseguir tão rapidamente o potencial industrial de que ela desfruta. Portos como Durban, Elisabeth City, Cape Town tenderiam a perder mais e mais sua importância.

Contudo, a continuação dessa loucura, ou seja, a extirpação estudada, paulatina, sem tréguas de tudo que é britânico não afetaria completamente as bases do país. É provável que a África do Sul, assim mesmo mutilada, continuasse a arrastar-se como nação. Entretanto, o problema relativo às relações raciais poderá afetar a existência mesma do país.

Vejamos, em rápida e sucinta análise, a marcha do aparteísmo. Em 26 de maio de 1948, o Partido Nacionalista, depois de derrotar o governo de coligação do General Jean Smuts, formado pelos Partidos Trabalhista e

de União Nacional, subiu ao poder, baseando-se em uma plataforma que preconizava uma política de separação racial. Um panfleto amplamente distribuído apresentava o problema sob o seguinte aspecto:

> Há duas correntes de opinião no país. Uma que advoga direitos iguais, dentro da mesma estrutura política para todas as pessoas civilizadas e educadas, sem distinção de raça ou cor, bem como a concessão gradual desses direitos a não europeus, à proporção que eles se tornem capazes. Outra que preconiza a política de aparteísmo, fruto da experiência da população no país, a *qual é baseada em princípios cristãos de justiça e equidade*. O objetivo dessa política será a perpetuação e a proteção dos grupos raciais nativos separadamente e com possibilidades de evoluírem eles em comunidades autossuficientes dentro de suas próprias áreas. Essa política estimularia o orgulho nacional e o respeito mútuo entre as várias raças do país.

O panfleto confrontava, assim, o eleitorado com dilema desta ordem: ou o país trilhava o caminho da igualdade de tratamento, e isso redundaria em um suicídio nacional, ou embarcava na política aparteísta, segundo a qual o futuro de todas as raças seria protegido. A seguir, fazia então as seguintes promessas:

> a) proteger devidamente a raça branca, contra qualquer política, doutrina ou ataque que possa solapar sua existência;
>
> b) adotar uma política definitiva e completa de separação de brancos e não brancos, bem como separação dos próprios grupos raciais não brancos, entre si;
>
> c) proibir todo casamento entre europeus e não europeus;
>
> d) não tolerar interferência e propaganda externa relacionadas aos problemas raciais do país;
>
> e) não permitir que igrejas e sociedades solapem a política aparteísta;
>
> f) abolir o privilégio de representação ainda desfrutado pela comunidade mestiça, na Legislatura Federal e na província do Cabo.

Nunca houve governo cuja plataforma fosse seguida mais à risca que a desse regime. Se, em sua apresentação teórica, o aparteísmo procurou fantasiar, encobrir um pouco suas finalidades amorais e não cristãs, na prática perdeu todo o sentido de decoro internacional e de respeito às

ideias igualitárias, que todos atualmente fingem, pelo menos, esposar; em poucos anos, ultrapassou qualquer sonho, por mais otimista que fosse, vislumbrado por seus criadores. O número de leis, de estatutos e de regulamentos de exceção – uns quase inquisitoriais, outros apresentados e aprovados em menos de seis anos – representa verdadeiro recorde legislativo em volume e em tempo. Vejamos:

1) Lei de Cidadania (*Citizenship Act*): abolia a cidadania comum que existia entre os nacionais dos domínios da Comunidade Britânica. A lei visava enfraquecer o eleitorado britânico a fim de facilitar a passagem de medidas de caráter aparteísta;

2) Lei Proibitiva de Casamentos Mistos (*Prohibition of Mixed Marriages Act*): os principais atingidos por essa legislação foram os pobres mestiços, alguns deles tão claros quanto os próprios europeus, pois os casamentos entre negros e brancos já eram quase inexistentes;

3) Emenda da Lei de 1927 sobre imoralidade (*Amendment to the Immorality Act*): a Lei de 1927 declarava ilegal as relações sexuais entre europeus e nativos e punia os condenados com cinco anos de prisão. A emenda estendeu a proibição aos mestiços e foi como um suplemento à Lei Proibitiva de Casamentos Mistos, a fim de evitar que europeus e mestiços se juntassem extramatrimonialmente. Aliás, essas duas leis provam, de certa forma, como é contraditória a tese de que europeus e pessoas de outras origens não desejam contato, umas com as outras, no país sul-africano;

4) Lei sobre População (*Population Act*): a lei não passaria de um registro normal de população não fosse seu objetivo principal, a classificação detalhada, em função da cor e da origem étnica, de todos os indivíduos que habitam a União. Para o branco, a lei representa apenas um cartão de identidade, cuja exibição possivelmente as autoridades nunca solicitarão. Para o negro, será mais uma identificação, mais um passe que pouca inconveniência representará para ele, acostumado desde a nascença a ser tratado como criminoso. Entretanto, para muitos daqueles que compõem os 1.102.323 mestiços da África do Sul, essa lei significa sepultamento em vida, perda dos últimos retalhos de respeito próprio, tragédia grega de profundeza psicológica incomensurável.

O desgraçado que for classificado como nativo,descerá mais ainda na escala social sul-africana. Doravante, terá de viver em uma favela nauseabunda, e os filhos deixarão de frequentar a escola de mulatos que, embora modestíssima, é mil vezes melhor que a dos negros. Todas as vezes em que necessitar permanecer na cidade depois das 18h, precisará de um passe oficial; para qualquer viagem, por mais curta que seja, será exigida uma permissão especial do Ministério do Interior; passará a ganhar menos

do que recebe por tarefas mais humildes ainda; seus ex-companheiros de trabalho, seus amigos de toda a existência, com medo de serem também assim reclassificados, voltar-lhe-ão o rosto, como se fosse um leproso; nem se embriagar para esquecer que ainda está vivo poderá, pois negro só bebe cerveja fabricada e vendida em doses homeopáticas pelo Estado branco, todo poderoso;

5) Lei sobre Áreas para Grupos Étnicos (*Group Areas Act*): essa legislação divide a população do país em três grandes grupos, a saber, *branco*, *negro* e *mestiço*; confere ao ministro do Interior a faculdade de subdividi-los a seu bel-prazer e o direito de selecionar áreas para a localização ou residência deles. A lei representa o princípio da segregação racial, sob os aspectos mais injustos e amorais. Além de não permitir a venda, a compra ou o aluguel de certas propriedades imobiliárias a pessoas que não pertençam ao grupo privilegiado, além de dar ampla liberdade ao Estado para desapropriar posses a preços vis, vai ao ponto de não reconhecer disposições testamentárias, uma vez que o *de cujus* nega ao não branco imóvel situado em local destinado ou que venha a ser destinado ao grupo privilegiado.

Em fevereiro de 1955, teve início, em Johannesburgo, o despejo de cerca de 160 mil homens de cor, atingidos por uma das mais importantes reclassificações de área até hoje feita, em função da nova lei. Essa gente foi obrigada a deixar uma esquálida favela denominada Sophiatown, onde alguns deles vêm vivendo há mais de meio século – isso como um mínimo de compensação monetária, muitas vezes sem nenhuma. Sem dúvida, as casas que os aparteístas construíram para os negros, em uma campina denominada Meadowlands, a muitos quilômetros da cidade, têm um pouco mais de conforto e um pouco menos de sujeira que suas habitações citadinas. Entretanto, quase todos os despejados gostariam de continuar vivendo perto da cidade, de seus empregos, nos lugares onde tinham crescido e aos quais estavam mais ligados por laços de família e de sentimentos;

6) Lei de Supressão do Comunismo (*Suppression of Communism Act*): com essa lei o governo arrogou-se uma imensa latitude de interpretação e de arbítrio para dizer quem é ou não é comunista. A lei permite rotular como tal qualquer organização política, sociedade religiosa, clube social ou indivíduo que se oponha, mesmo que levemente, ao credo aparteísta;

7) Lei de Eleitores com Representação Separada (*Separate Representation of Voters Act*): foi o primeiro passo para a completa eliminação, até do mestiço, da vida política do país. Na província do Cabo, onde se localiza quase 90% da população *coloured*, os eleitores mestiços não constituem mais que 9% da força votante. Entretanto, até mesmo

essa ínfima percentagem (50 mil eleitores) era demasiada e perigosa aos olhos aparteístas, e foi necessário descobrir esse estratagema político de representação separada. Segundo ele, o mestiço não pode votar; é apenas representado por quatro deputados e um senador europeus, no Parlamento da União; eles não podem participar de debates sobre assuntos de interesse fundamental para o Partido Nacionalista;

8) Lei dispondo sobre a População Nativa (*Banto Authorities Act*): até a passagem dessa legislação, o negro ainda possuía uma forma de representação, embora limitadíssima e pouco eficaz, por intermédio do Conselho Representativo dos Nativos, constituído de europeus. Era uma maneira, apesar de muito frágil, do negro mais avançado cultural e politicamente exprimir suas ideias, suas aspirações. Pela nova lei, desaparece essa espécie de curadores, cuja função, pelo menos teórica, era a de defender a população nativa, e surgem capatazes todo-poderosos, escolhidos pelo ministro do Interior, verdadeiros ditadores regionais, no que se refere à vida dos negros.

Em seis anos de aparteísmo foram também emitidas inúmeras portarias e regulamentos sobre toda a sorte de ação administrativa, visando suplementar esse já copioso corpo de legislação. Algumas dão bem a medida de como os tentáculos do polvo aparteísta, cada vez mais, enleam, paralisam, sugam e asfixiam os infelizes negros e as minorias que vivem na África do Sul. Algumas delas estão explicitadas a seguir:

1) nova disposição sobre passaportes dando amplos poderes ao ministro da Justiça para cancelar, cassar ou não conceder tais documentos da maneira mais discricionária possível. É uma excelente forma de amordaçar até no estrangeiro as vozes mais representativas das minorias;

2) algumas medidas visam à completa censura da imprensa inglesa que não se conformasse com as ideias aparteístas e com a proibição de irradiações estrangeiras nocivas à nova ideologia. As transmissões da British Broadcasting Corporation (BBC) já estão suspensas na união desde 1950;

3) novas diretrizes de educação da juventude tendentes a produzir nacionalistas bem-doutrinados. Isso não passa de um ressurgimento de movimentos semelhantes produzidos pelo nazismo e pelo fascismo;

4) em 1950, foi aprovada uma nova regulamentação sobre o ensino de línguas pelo Conselho Provincial do Transvaal. Segundo ela, os pais não têm mais o direito de escolher a escolha de seus próprios filhos. O governo compele toda criança a ser educada na língua que ele presume ser a falada por seus ascendentes. Assim, africâneres, anglo-saxões, minorias e negros ficarão cada vez mais afastados;

5) uma nova portaria do Ministério do Interior proíbe negros de familiarizarem-se com artesanatos europeus;

6) o Ministério da Justiça, por meio de declarações públicas, concedeu permissão tácita para que fazendeiros brancos construíssem cadeias particulares para prisioneiros negros sentenciados por qualquer corte municipal, provincial ou federal. Dessa maneira, o agricultor sul-africano poderá ter sempre a seu alcance um bom suprimento de braço negro a baixo custo;

7) foram também aprovados regulamentos policiais de exceção contra as minorias, e uma emenda da Lei Penal da União está em vias de ser sancionada. Por ela, crimes e contravenções idênticos poderão ser doravante oficialmente punidos com sentenças mais severas, quando o réu não for branco.

Em todo este sereno mar legislativo, a nau aparteísta não encontrou mais que um escolho, a Corte Suprema. Esta, em março de 1952, teve a tremenda ousadia de declarar inconstitucional a tal Lei de Eleitores com Representação Separada. Fê-lo, porém, não porque importam aos meritíssimos juízes a sorte política da maioria mestiça, mas porque receiam que o governo esteja caminhando rapidamente para uma autocracia.

Segundo a interpretação do Judiciário, o voto dos mestiços da província do Cabo era garantido pela Lei Fundamental da União (*The South African Act*), de 1909, que exigia para sua alteração uma maioria de dois terços, obtida com as duas Casas do Congresso reunidas.

Foi nesse ambiente de expectativa, de desafio entre o Executivo e o Judiciário do país que, com a aposentadoria do Senhor Daniel Malan, processou-se uma eleição para primeiro-ministro. O candidato do fundador do aparteísmo era Nicolas Havenga, membro moderado do partido e seu antigo substituto. Era tal a força política do velho lobo aparteísta, que parecia que a mera apadrinhação de um candidato lhe conferiria a vitória. Isso não se deu, porém. O vencedor majoritariamente votado do pleito foi Johannes Gerhardus Strydom, quem, por mais incrível que pareça, baseou sua plataforma em uma crítica à maneira paciente por que o Senhor Malan estava conduzindo as aspirações aparteístas.

Assim, pois, a esperança nutrida pela população anglo-saxã, pelas minorias hindus, pelos mestiços e pelos próprios negros de que o louco programa nacionalista e racista fosse abrandado com o afastamento do Senhor Malan foi completamente frustrada. O antigo e intolerante premiê é quase um cordeiro em comparação ao Senhor Strydom. Este último muito se assemelha ao ex-Führer do III Reich, não só nas ideias, mas também na oratória de um teatralismo demagógico intenso.

Esse político sul-africano tem dois desprezos profundos: o primeiro pelas raças não brancas – "*die witman moet baas bly*" (o homem branco deve continuar patrão); o segundo pela Inglaterra. Uma frase empregada em vários de seus discursos é: "Um dos alicerces do Império Britânico é a igualdade de direitos para todos, não importa a cor ou o odor; o outro alicerce é o capitalismo britânico-judaico."

Fiel às promessas feitas ao partido por ocasião de sua eleição, o Premiê Strydom atirou-se de corpo e alma na tarefa de pôr completamente em prática a legislação já sancionada, de acabar com a veleidade do Judiciário de poder declarar inconstitucional uma ou outra lei e de extirpar, de uma vez por todas, o espinho que o voto dos 50 mil eleitores mestiços do Cabo representa para o aparteísmo.

Em menos de um ano, quase tudo foi conseguido. Primeiramente, foi aumentado o número de juízes na Corte Suprema, de 6 para 11. Os novos magistrados são elementos dóceis e fiéis membros do partido. Não haverá, pois, perigo de que, desse momento em diante, alguma coisa decidida pelo Parlamento aparteísta sofra a desaprovação do Judiciário.

Resta ainda, o voto dos mestiços. Essa barreira o primeiro-ministro propôs transpor por meio de engenhoso estratagema político. Foi introduzido, e certamente será aprovado, um Projeto de Lei que visa aumentar o número de senadores de 48 para 89. Esse aumento será feito de maneira tal que o Partido Nacionalista, que contava 30 senadores, passará a ter 77; a oposição, que tinha 18 cadeiras, passará a ter 12. Os novos senadores nacionalistas proverão o governo com os dois terços necessários para emendar a Lei Fundamental da União e para suprimir o voto dos mestiços.

Strydom marcha, assim, com passos mais ainda acelerados na política funesta iniciada pelo Senhor Malan. O objetivo desse primeiro-ministro não é propriamente o aparteísmo, pois isso já está mais que garantido. O que ele quer é enfeixar, agora, a força máxima em suas mãos, a fim de manter para sempre as medidas drásticas alcançadas por Malan. Para isso, está transformando a democracia sul-africana em uma ditadura oligárquica.

À proporção que a máquina estatal se movimenta por um número menor de mãos, um maior temor permeia o país. Já não são apenas os negros, os mestiços e os hindus que se sentem acuados, mas também os ingleses e os próprios africâneres menos reacionários já começam a perceber que a nação caminha, a passos gigantescos, para a ditadura total e, talvez, para a própria ruína.

2. John Bull experimenta

O quinhão africano de John Bull, embora territorialmente menor que o francês, ainda é bem respeitável. Além de grande, abrange talvez, em conjunto, as mais férteis e ricas regiões do continente. Na costa ocidental, do norte para o sul, compreende as seguintes entidades, coloniais ou semi-independentes:

a) *Gâmbia*: uma pequena cunha na África Ocidental Francesa. Colônia da coroa e protetorado desde 1888. Superfície aproximada de 10 mil km^2; população aproximada de 275 mil habitantes. Capital: Bathurst, um porto situado a uns 200 quilômetros ao sul de Dacar.

b) *Serra Leoa*: confina ao sul com a Libéria e é quase circundada pela África Ocidental Francesa. Colônia da coroa (1788) e protetorado (1896). Superfície aproximada de 72 mil^2; população de dois milhões habitantes. Capital: Freetown.

c) *Costa do Ouro*: no golfo da Guiné, entre as províncias de Dahomey e Costa do Marfim, que integram a África Ocidental Francesa. Uma colônia da coroa desde 1871. Protetorado, em 1946. Semidomínio, em 1953. Superfície: 205 mil km^2; população aproximada e 4,5 milhões de habitantes. Capital Acra, no Golfo da Guiné. Fazem parte desse quase domínio e por ele são administradas as seguintes regiões: Ashanti, desde 1896, e os Territórios do Norte, constituídos em 1901.

d) *Togolândia Britânica*: parte de uma ex-colônia Alemã dividida entre a França e a Inglaterra, em 1920, e situada entre a Costa do Ouro e o Dahomey Francês. Um fideicomisso da ONU desde 1946 administrativamente integrado à Costa do Ouro. Superfície de aproximadamente 33 mil km^2 e população de 400 mil habitantes.

e) *Nigéria*: colônia e protetorado, desde 1914. Situada entre as Áfricas Ocidental e Equatorial Francesas. Superfície aproximada de 970 mil km^2; população aproximada de 26 milhões de habitantes. Capital: Lagos, no Golfo da Guiné.

f) *Camarão Britânico*: uma faixa de terra que se alonga em profundidade para o interior da África, situada entre a Nigéria e a África Equatorial Francesa. Fazia parte do Camarão Alemão, capturado em 1916, e dividido entre a França e a Inglaterra em 1919. A região, um fideicomisso da ONU, é administrada pela Nigéria. Superfície: cerca de 88 mil km^2; população: 1,4 milhão de habitantes.

Na costa oriental africana, são as seguintes as unidades:

a) *Bechuanalândia*: ao noroeste da União Sul-Africana e a leste de Angola. Protetorado desde 1885. Superfície aproximada de 715 mil km². População aproximada de 300 mil habitantes. É para a união uma verdadeira cunha encravada entre a província *de jure* do Transvaal e a província *de facto* do sudoeste africano.

b) *Basutolândia*: uma grande cunha dentro do território da União Sul-Africana, entre as províncias de Cabo Orange e Natal. Um protetorado desde 1871. Superfície aproximada de 30 mil km²; população de 570 mil habitantes. Capital: Maseru.

c) *Suazilândia*: outra cunha dentro da província do Transvaal, ao lado da província portuguesa de Lourenço Marques. Protetorado desde 1894. Superfície aproximada de 7,5 mil km²; população de 190 mil habitantes. Capital: Mabalane.

d) *Federação Central Africana*: formada em 1954; grande domínio da Commonwealth composto das seguintes unidades:

1) *Rodésia do Sul*: superfície aproximada de 391 mil km² e uma população de 21 milhões de habitantes. Capital: Salisbury, moderna e futurosa cidade, em uma planalto, a 1,5 mil metros de altitude.
2) *Rodésia do Norte*: com uma superfície aproximada de 748 mil km² e uma população aproximada de 1,7 milhão de habitantes. Capital: Lusaka.
3) *Niassalândia*, com uma superfície aproximada de 97 mil km² e uma população próxima a 2,5 milhões de habitantes. Capital: Zomba.

e) *Tanganica:* antiga colônia alemã; antigo mandato Britânico depois da Primeira Guerra Mundial; fideicomisso da ONU administrado pela Inglaterra desde 1947. Superfície aproximada de 943 mil Km²; população de 5,3 milhões de habitantes. Capital: Dar es Salaam, porto no Índico.

f) *Quênia*: região situada quase toda em um planalto africano de considerável altitude, entre Tanganica, ao sul, e Etiópia, ao norte. Protetorado e colônia da coroa desde 1920. Superfície aproximada de 571 mil km²; população aproximadamente de 6,5 milhões de habitantes. Capital: Nairóbi.

g) *Uganda*: situada entre Congo Belga, a oeste; Sudão, ao norte; Quênia, a oeste; e Tanganica, ao sul. Protetorado desde 1894. Superfície aproximada de 244 mil km² e uma população de 3,9 milhões de habitantes. Capital: Campala.

h) *Somália Britânica*: faixa de terra semiárida no Golfo de Aden, entre a Etiópia e a Somália. Protetorado desde 1884. Superfície aproximada de 177 mil km² e população de 700 mil habitantes. Capital: Berbera.

i) Ilhas no Atlântico africano:

1) *Santa Helena*: colônia da coroa situada a 1,8 mil quilômetros da costa de Angola com 122 km² e cinco mil habitantes. Capital: Jamestown.

2) *Ascensão*: a três mil quilômetros de São Paulo de Loanda. Superfície de 88 km² e 250 habitantes. Departamento da colônia de Santa Helena.

3) *Tristão da Cunha*: grupo de ilhotas a meio caminho do Atlântico, entre o Rio de Janeiro e Cape Town. Superfície de 76 km² e população de 300 habitantes. Departamento de Santa Helena.

j) Ilhas no Índico Africano:

1) *Mauritius*: ilha a cerca de 1,9 quilômetros a oeste de Madagascar, ex-colônia francesa e colônia da coroa desde 1814 pelo Tratado de Paris. Superfície de 1,1 mil km² e população de 500 mil habitantes. Capital: Cure-Pipe.

2) *Seychelles*: arquipélago a uns mil quilômetros da costa da Somalilândia. Colônia da coroa desde 1794. Superfície de 400 km² e população de 35 mil habitantes. Capital: Vitória.

3) *Zanzibar e Pemba*: duas ilhas situadas a cerca de 60 quilômetros da costa do Quênia. Tiveram fama histórica ao tempo das rivalidades árabe-lusitanas e grande importância estratégica para a Inglaterra, no século XIX. Protetorado britânico desde 1890. Superfície aproximada de 2,5 mil km² e população de 270 mil habitantes. Capital: Zanzibar.

Temos, pois, uma superfície global aproximada de 5,3 milhões de km² e uma população de cerca de 57 milhões de habitantes. É quase tanta gente quanto a existente no Brasil, em um território pouco inferior a duas terças partes do nosso.

Com muita visão do futuro, depois da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra compreendeu que era tempo de mudar seus antigos métodos coloniais, caso desejasse conservar diretamente ou não esse imenso e importante quinhão territorial africano. Não cabia dúvida que, em comparação ao resto da Commonwealth, as colônias da África estavam bem atrasadas econômica política ou socialmente.

O primeiro passo no terreno socioeconômico foi a passagem do Colonial Development and Welfare Act, em 1945, pelo qual a metrópole destinou US$ 300 milhões para serem gastos em projetos de melhoramentos

e expansão. Essa quantia foi empregada da seguinte forma, nos últimos 10 anos: 38% em serviços sociais, 17% em administração, 17% em economia, 8% em estudos experimentais e 9% em setores diversos.

Em 1955, Londres destinou mais US$ 360 milhões para os gastos dos cinco anos seguintes. As despesas propriamente ditas das colônias africanas custaram à Inglaterra cerca de US$ 1,8 bilhão no período de 1955 a 1960, contra US$ 1,5 bilhão despendido nos dez anos anteriores. Em compensação, a receita anual colonial africana é atualmente (1954) da ordem de US$ 4,5 bilhões (Nigéria, US$ 1,7 bilhão; Quênia, US$ 320 milhões; Uganda US$ 300 milhões), o que bem reflete a importância que representam essas terras para a economia inglesa.

Muitas colônias preferem concentrar os fundos que lhes são destinados pela metrópole em projetos educativos e sociais e, assim, desenvolver internamente seus próprios projetos econômicos, por meio de empréstimos e fundos locais. Isso é justo, pois hoje em dia se reconhece, quase que universalmente, que é impossível conseguir progresso econômico e padrões técnicos mais elevados em uma comunidade deseducada. Da mesma forma, reconhece-se que é pura perda promover a concentração de técnicos estrangeiros e especialmente em qualquer campo econômico, agrícola ou industrial, menos que eles sejam coadjuvados por um grupo de funcionários locais, que atuem como assistentes e que sirvam de intérpretes para um quadro ainda mais vasto de funcionários, fazendeiros e trabalhadores industriais.

No terreno político, os primeiros sinais de mudança fizeram-se sentir com a subida do Labour Party, em 1945. A partir dessa data, o Colonial Office procurou incutir nas massas africanas urbanizadas e semiurbanizadas uma ideia sempre crescente de direitos e responsabilidades políticas. Essa linha de conduta visava à concessão, em curto ou longo prazo, do direito desses povos se governarem a si próprios.

A facção política inglesa, que se opõe à iluminada diretriz que emana do White Hall prevê mesmo um *empressement* da coroa em desfazer-se de suas joias africanas; uma abdicação imperial criadora.

A crítica é injusta ao extremo. Na realidade, a Inglaterra tem a mesma falta de vontade de abandonar as rédeas governamentais de territórios tão vitais para sua economia, como o tem a França com relação à África do Norte e como o tinha a Holanda com respeito às Índias Orientais. Apenas ela está sendo mais sábia, mais lógica, com relação a desafios históricos incontestáveis; está procurando ser mais racional, escolhendo dentre as poucas linhas de conduta que se coadunam com a

repugnância britânica à mistura genética, àquela que talvez lhe permita não sair inteiramente perdedora.

Fora desse esquema de flexibilidade política, que restaria à Inglaterra? Uma política de força e de sufocação a quaisquer pretensões do nativo, à maneira da África do Sul? E, se acaso o governo britânico adotasse essa diretriz, poderia manter em tão grande e variado território uma posição de absoluto comando, sem apelar constantemente para a força e para as armas? Uma norma de oportunidades econômicas excepcionais para o nativo, mas sem participação política, como a adotada no Congo Belga, não seria mais que um paliativo, uma curta fase de transição, como veremos adiante.

Assim, pois, a Inglaterra está sendo perfeitamente consequente em sua política colonial. Dentro das limitações ditadas pelas crendices de sua superioridade racial, escolheu a linha que talvez lhe traga os maiores dividendos.

Nos territórios quase essencialmente negros da Costa Ocidental Africana, o Colonial Office apressa o amadurecimento político dos nativos e entrega-lhes a direção interna, buscando conquistar-lhes as boas graças, a gratidão, a vontade de continuar de *motu próprio* dentro do esquema político da Commonwealth, de concederem à metrópole tratamento privilegiado no campo econômico por meio de maiores investimentos de capitais e de retiradas liberais de lucros ou de matérias-primas, para seu parque industrial.

Na África Oriental e no Centro Oriental ingleses, onde existe uma quantidade mais considerável de colonos e para onde há planos de maior expansão imigratória, as liberalidades políticas são menores, e as concessões feitas aos nativos são mais modestas e menos rápidas. Vejamos, em rápida sequência, as experimentações políticas que se procedem nas colônias inglesas africanas:

Costa do Ouro: três motivos levaram essa ex-colônia a tornar-se, de fato, com seu comparecimento à Conferência de Bandung, o primeiro quase domínio africano na Commonwealth. São eles: a) um período da prosperidade inigualável, durante o pós-guerra, com a alta do cacau; b) o aparecimento de um líder e estadista de apreciáveis qualidades, o Senhor Kwame Nkrumah; c) e um mais importante ainda, uma vontade inexcedível em um povo de cinco milhões de habitantes de educar-se, ilustrar-se e aprender o mais depressa possível a difícil arte de governar-se.

Em 1948, as verbas colocadas para fins educativos não iam além de US$ 2 milhões; hoje em dia, a Costa do Ouro está gastando cerca de US$ 9 milhões, para o mesmo fim.

O governo propriamente dito coaduna-se com a forma britânica parlamentar. O Governador Sir Charles Arden-Clarke é designado pela coroa. Ele e o secretário chefe constituem os únicos membros não africanos do governo.

O gabinete consta do governador, que ocupa a presidência do domínio, e que é uma espécie de órgão moderador, de três ministros *ex-ofício,* além dos oito que fazem parte da Assembleia Legislativa.

O primeiro-ministro é designado pelo governador, mas sujeito à aprovação da assembleia. Já em 1946, a maioria dos membros desse órgão era eleita e não escolhida pelo governador. Atualmente, todos eles são eleitos.

O próprio funcionalismo público do domínio já está quase 50% em mãos africanas.

Nigéria: a Nigéria espera estar independente em curto prazo. Como a Costa do Ouro, é um país quase puramente africano, sem complicações, portanto, de discriminações e de conflitos provenientes da existência de um grande número de colonos anglo-saxões. Mantém uma forma de governo semelhante ao da Costa do Ouro. Território muito rico e populoso. Poderá vir a ser, até o fim do século XX, uma espécie de Índia africana, um polarizador das aspirações políticas da África. Como seu vizinho ao norte, possui também um excelente estadista na pessoa, o Senhor *Nmamdi Azikwe*.

Esses dois promissores conglomerados políticos serão domínios *de jure* muito em breve, logo que tenham habilidade bastante para fazer funcionar com sucesso as novas constituições que lhes foram outorgadas, respectivamente em janeiro de 1951 e de 1952. Há o perigo apenas da eclosão de oligarquias privilegiadas.

Visto que uma grande medida de self-government lhes foi concedida em um período muito curto, antes da formação de partidos políticos, há sempre o perigo, como o existe na América Latina ainda em nossos dias, de rivalidades regionais ou oligarquias. Perigo de que o homem no poder se julgue indispensável e queira nele perpetuar-se. De qualquer forma, o efeito produzido pela adoção dessa política de renúncia e educação por parte da Inglaterra, nessa lombada do continente, tem sido profundo, tem grandemente encorajado as ambições políticas de outros segmentos africanos e dado a muitos nativos uma fé nos métodos hodiernos do *British Colonial Office*.

Aparentemente, no restante da África Inglesa, em sua parte este, a política colonial está procurando trilhar as mesmas pegadas.

Uganda: o Conselho Legislativo tem 16 membros não diretamente escolhidos pela coroa e assim distribuídos: quatro europeus, quatro indianos e oito africanos.

Quênia: a administração foi organizada em 1946, quando a máquina governamental foi colocada sob a autoridade de Conselho Executivo, que é responsável perante o governador. Esse conselho é formado pelo Conselho de Ministros e por mais um árabe e dois africanos. Por sua vez, o Conselho de Ministros é constituído do governador, de seu substituto e de 14 membros, dentre os quais dois asiáticos e um africano. O Legislativo é composto de 21 membros eleitos (14 europeus, seis indianos e um árabe) e de mais um árabe e seis africanos designados pelo governador.

Tangantica: Tangantica é administrada por um governador, assistido de um Conselho Executivo que compreende 13 membros, todos eles designados. O Legislativo inclui o governador, como presidente do conselho, e um máximo de 29 membros, sendo que 14 deles são eleitos. A última eleição do Legislativo, em 1953, acusou sete europeus, quatro africanos e três asiáticos.

Federação Central Africana: criada em agosto de 1953 e inaugurada em 1954, abrange todo o território autônomo da Rodésia do Sul, Rodésia do Norte e do protetorado de Niassalândia, os quais continuam a reger-se, por seus estatutos anteriores, em tudo que não diga respeito a negócios econômicos, financeiros e exteriores, transporte, comunicações, imigração e educação superior. Os negócios industriais, a mineração e, sobretudo, as relações com a população africana nativa regulam-se pelas leis de cada território. A coroa é representada na federação pelo governador-geral e, nos territórios, pelos respectivos governadores locais. A Assembleia Federal é formada de 35 membros, dos quais seis são africanos e três são europeus especialmente eleitos para representarem os interesses dos nativos.

Essas franquias, porém, não significam que as aspirações africanas estão em vias de serem totalmente satisfeitas. Ainda existem iniquidades de todas as espécies, muita discriminação baseada na cor. Então, nos territórios imediatamente próximos à União, a situação é bastante mais complexa. A Rodésia do Sul mantém muitas formas de discriminação semelhantes ao modelo sul-africano, como não reconhecimento de uniões trabalhistas, proibição de casamentos mistos, regulamentos de interdição de livre-trânsito e segregação de habitações.

Na própria Rodésia do Norte, bastante mais afastada, os mineiros da Northern Rhodesian While Miner's Union reuniram-se em fevereiro de 1955 e resolveram adotar métodos aparteístas, não permitindo que os africanos ocupassem empregos mais especializados nas minas. A assembleia do território foi contrária, mas não teve poder até agora para impedir a interdição. Reina a discórdia, ao que parece incitada e amparada financeiramente pela União Sul-Africana.

Não resta dúvida de que as autoridades metropolitanas estão procurando construir algo de sólido, de idealista e de duradouro na África Inglesa. Uma coisa, porém, é a teoria, e são os planos feitos, a milhares de quilômetros de distância, na calma dos gabinetes londrinos, onde as soluções para os conflitos raciais, pela impersonalidade dos que as buscam, são de fato construtivas e moralmente alevantadas. Outra coisa é por em prática tais soluções, tendo como instrumentos uma minoria de colonos humanamente frágil na consecução de altos propósitos; uma minoria que insensivelmente visa à perpetuação de seus privilégios; uma minoria que tem de privar e trabalhar todo o tempo com uma chusma imensa de criaturas de outra cor, que considera inferior; minoria que ademais tem o exemplo e o incitamento do vizinho ultrarracista, o qual, aparentemente, está levando a melhor.

Londres depositava grandes esperanças na Federação Central Africana. Seria ou ainda será a unidade célula, exemplo para a formação de outras semelhantes. Entretanto, na prática, tudo está mostrando que ela não passa de uma ficção geográfica, com pouca chance de sucesso.

Há enormes discrepâncias no tamanho, na riqueza e principalmente na formação demográfica dos territórios. Por exemplo, a correlação entre brancos e negros é de 1 para 12 na Rodésia do Sul; é de 1 para 40 na do Norte; e é de um para quatro mil na Niassalândia. Nesta última e menor das três partes componentes da federação, existem 2,5 milhões de africanos, ou seja, quase a metade da população total dos três territórios. Essa unidade não julga, com razão, ter ganhado coisa alguma com sua inclusão. Antes, seus habitantes faziam parte de um protetorado inglês, que pelo menos era governado diretamente pelo Colonial Office, enquanto as Rodésias não passavam de colônias.

O que qualquer africano de mais instrução deseja, e mesmo o que os analfabetos sentem, é a necessidade de, nesses territórios de colonização mais intensa, o inglês desistir de meias medidas, de política "unida, mas separada", e de instrução "igual, mas separada", como nos estados sulistas americanos. Que os colonos procurem, de uma vez por todas, desistir de práticas restritivas baseadas na cor da pele; que tenham mais perseverança no propósito de verdadeiramente entender-se com os negros; em uma palavra, que comecem a trabalhar com os africanos, em vez de para os africanos ou contra os africanos.

Em contraposição a essa maneira de sentir do nativo está a maneira por que encara o problema a maioria dos europeus. A linha de raciocínio do colono é a seguinte: Londres está interessado na concessão de franquias políticas ao africano. Vamos concedê-las, mas o mais vagarosamente

possível, o mais aparentemente possível. Vamos construir máquinas executivas e legislativas tão complexas que o negro pense que ele desfrute de 80% de direitos e de privilégios cívicos quando, na realidade, ele não tem mais de uns 20%. Vamos dividir ou reunir político-geograficamente essa parte da África de bom clima, de promissor futuro, onde nos é mais fácil domicílio e para onde estão vindo outros dos nossos, de tal forma que nossas minorias possam pesar politicamente mais e, portanto, não conceder ou retardar o mais possível as franquias solicitadas pelos nativos.

Um exemplo desse processo dedutivo encontrou-se há pouco, em janeiro de 1955, quando os colonos do Quênia solicitaram ao Colonial Office que esse território fosse integrado à Federação Central Africana junto com Tanganica. Caso fosse aceita a ideia, Uganda seria deixada fora dos planos da projetada Federação da África Oriental.

É evidente que a proposta dos colonos era puramente interesseira e de caráter discriminatório. Como em uma Federação Oriental, o Quênia (que tem muitos brancos) estaria ligado a Tanganica (que tem poucos brancos); os europeus, no entanto, preferem ligá-la ao conjunto mais amplo das Rodésias, supondo que, em um maior agrupamento dessa espécie, eles terão controle no governo central da federação, dominação europeia no Quênia (que eles consideram "província branca") e que poderão forçar a "guia europeia" nas províncias negras de Tanganica e Uganda. Isso não seria mais que um plano "escapista", nada condizente com as ideias mais avançadas das autoridades inglesas.

O Quênia, é verdade, padece do mesmo doce mal que a Argélia. É lugar de bom clima e para onde os colonos foram para ficar. Não são aves de passagem. É uma província africana, em que o número dos brancos é bem alto para padrões africanos, 40 mil europeus. Entretanto, Londres pensa, e com justa razão, que mais que a nenhum outro inglês, cabe a essa gente do Quênia achar um modelo para relações raciais harmônicas, modelo que sirva de guia para o resto da África Inglesa.

A tarefa do homem branco no Quênia é antes de tudo reeducar-se a si mesmo. Transformar uma comunidade branca, privilegiada, individualista, consciente de sua cor, mas francamente aterrorizada, em uma que compreenda as realidades políticas africanas e globais do presente.

Observa-se, pois, nos territórios anglo-saxões, que, logo exista uma minoria europeia domiciliada e menos diminuta, o problema político transforma-se imediatamente em um de caráter racial. O anglo-saxão está sempre disposto a encorajar, em curto ou longo prazo, aspirações separatistas coletivas, mas se opõe tenazmente à consecução de quaisquer ambições individuais das raças por ele consideradas inferiores.

No caso do Quênia, o inglês colono está disposto a encorajar separatismo geográfico ou nominal (passagem de colônia ou protetorado para domínio), mas desde que as rédeas do poder continuem com a minoria europeia. Essa atitude é que motivou a eclosão da Mau-Mau, uma rebelião que já tem mais de dois anos e que já custou a vida de dois mil negros leais, de mil brancos e de sete mil revolucionários nativos terroristas.

O governo, a imprensa e a opinião pública colonial explicam o aparecimento dessa reação nativa como resultante da infertilidade de grande parte do solo; de as tribos da região possuírem mais gado do que necessitam, o que fazem por uma questão de prestígio; de o africano não saber combater a erosão; de estar a população nativa aumentando consideravelmente (5,5 milhões contra 40 mil europeus e 160 mil asiáticos). Esquecem-se, porém, da razão principal, que é a desigualdade racial.

A Mau-Mau, embora seja uma rebelião rural, é de origem francamente urbana. Seus incitadores residem em Nairóbi. É nas cidades que o nativo, logo que se torna menos ignorante, compreende o golfo que o separa social e economicamente do homem branco. É ali que ele vai sentir em cheio toda a força das separações e a pequenez das oportunidades individuais que lhe são concedidas.

Recapitulando: como vimos, a Inglaterra está fazendo um esforço hercúleo no campo político e outro ainda maior no econômico para marchar de acordo com os tempos. É quase certo que ela tenha sucesso nos territórios essencialmente negros da costa atlântica, onde os poucos britânicos que decidiram ficar, depois da independência, se conformarão com uma situação politicamente subalterna e socialmente igual. Nos outros territórios centrais e nos do Índico, onde a população europeia é relativamente grande e crescente, só um milagre poderá consolidar os países que dali surgirem. Não importa as somas gastas pela metrópole em projetos sociais, de saúde pública e de expansão industrial; não importa as filigranas nem os subterfúgios políticos que adotarem; a questão de diferenciação racial pairará sempre mais alto, impedindo a formação de verdadeiras nacionalidades.

O exemplo sul-africano é bem próximo. O exemplo norte-americano, embora distante, ainda é mais veemente. Uma nação forte, rica, com 140 milhões de brancos tem e continuará tendo um tremendo espinho nacional e internacional na existência de uma minoria negra de cerca de 20 milhões, visto que o horror anglo-saxão à miscigenação impede que tal minoria seja absorvida.

Como poderão, pois, territórios relativamente pequenos como Quênia, Uganda e Tanganica pretender criar e consolidar nações que perdurem, que se cristalizem, a despeito dos embates sociais? Territórios

onde os europeus se assemelham a gotas de azeite de impossível mistura, em um mar de africanos, em um mosaico de minorias que eles consideram também, de certo modo, inferiores, como árabes, hindus, hindu-maometanos e goeses?

3. Congo Belga

O Congo e seus tributários estendem-se como as ranhuras de uma enorme meia folha de planta tropical sobre um território imenso, em extensão e riqueza. Até 1877, era terra intensamente menosprezada pelas potências coloniais, em virtude das dificuldades de acesso e de o homem branco poder sobreviver em um clima que se julgava ser o mais insalubre de toda a África. Entretanto, naquele ano, o grande e corajoso explorador Stanley, saindo da costa do Índico, descobriu a Bacia do Congo em sentido inverso, das nascentes para a foz, e verificou a existência de uma enorme rede fluvial interior depois das cataratas.

Uma curta ligação ferroviária de uns 300 quilômetros era o necessário para que a costa atlântica fosse ligada a um território fabulosamente grande (aproximadamente um terço da superfície brasileira) e de fácil exploração, dada a completa navegabilidade de seus rios.

Repetiu-se, porém, quase quatro séculos mais tarde, o episódio colombiano da dúvida e da rejeição de planos e de ideias por parte de ex-futuros patrocinadores. No caso do Congo, a Inglaterra imitou a descrença da corte de Dom Manuel para com o genovês; a Bélgica, na pessoa do iluminado Rei Leopoldo II, teve a mesma perspicácia de Castela.

Formou-se a Associação Internacional do Congo. O primeiro vapor fluvial foi transportado epicamente, aos pedaços, para ser montado além das cachoeiras, e a descoberta das inesgotáveis minas de cobre de Katanga fizeram com que os belgas consolidassem a ocupação territorial, que os levou até os confins das Rodésias.

Entretanto, o bocado colonial era, por demais, importante para ser dirigido por uma só companhia de caráter privado, e assim o rei foi forçado, primeiro, a dar estatuto legal à aventura, transformando-a em Estado Livre do Congo, e depois em uma verdadeira colônia, cuja metrópole pudesse abertamente arcar com as tremendas despesas de desenvolvimento e de supressão das revoltas dos nativos.

No entanto, mesmo depois de 1908, quando o Parlamento em Bruxelas resolveu suprimir drasticamente os poderes autocráticos de que o rei desfrutava, farta messe de costumes e práticas coloniais absolutistas

continuaram, principalmente no terreno econômico. Entre esses hábitos avulta o do sistema de exploração por intermédio de monopólios, sistema que posteriormente foi responsável pelo aparecimento das poucas e grandes companhias industriais, que praticamente controlam a importante colônia.

Como em uma cadeia de reações químicas, a existência e o contínuo florescimento desses colossos levaram os mentores do colonialismo belga à observância de algumas normas de conduta que se tornaram, com o tempo, verdadeiros dogmas no campo. *Em primeiro lugar,* as companhias necessitavam de uma fonte certa e inesgotável de braços nativos, sedentários e urbanizados. Em resultado, foi oferecido e continua sendo dado ao trabalhador do Congo um salário e conforto material bem mais alto que o de qualquer outro africano. *Em segundo lugar,* as companhias (no total de cinco, que controlam 9/10 dos investimentos na colônia) são tão grandes que praticamente todos os empregos iniciais foram dados por intermédio delas. Naturalmente, tais empregos, graças ao caráter privado desses monopólios, eram em número consideravelmente menor que os existentes em qualquer outra comunidade colonial africana. Daí adveio que a imigração belga e europeia em geral foi sempre restrita e francamente desencorajada. As companhias começaram a valer-se mais e mais do nativo, mesmo para trabalhos tecnicamente mais avançados. Embora fossem mais bem pagos, ainda havia economia em relação ao que gastariam caso o mesmo serviço fosse efetuado por um empregado europeu.

Para o governo em Bruxelas, que controla 50% das ações e dos imensos lucros dessas companhias (a maior delas, em 1950, teve um lucro líquido da ordem de US$ 50 milhões), o argumento era sem dúvida bem forte. Foi, pois, decretada uma lei, segundo a qual todo imigrante, visitante ou homem de negócios que vá ao Congo, necessita fazer prova de possuir no mínimo de 50 mil francos. Esse mínimo deverá ser mantido, sob pena de o contraventor ter de abandonar a colônia.

Não existe homem branco pobre no Congo Belga. Todos eles ocupam boas posições de direção e de controle, ou então são funcionários públicos perfeitamente bem remunerados. Não existem assim discrepâncias econômicas no pagamento de trabalhos iguais realizados por trabalhadores de cores diferentes, nem receio do branco de que o negro aprenda artesanatos e trabalhos de caráter técnico. Não há dúvida de que, economicamente, ao negro do Congo foram e continuarão a ser dadas excelentes oportunidades. Quanto mais aplicado e inteligente se mostrar, atividades mais delicadas e especializadas lhe serão confiadas com um consequente aumento de remuneração e conforto material.

Como terceiro elo nessa cadeia de reações, a ênfase dada pelas companhias (com o apoio do governo) ao recrutamento desse exército de trabalhadores nativos bem-pagos e cuidados segundo os padrões coloniais africanos, pressupõe também uma rígida disciplina, um severo controle para evitar a eclosão de qualquer veleidade de emancipação, para prevenir qualquer pedido de direitos políticos.

É verdade que o africano do Congo tem moradia com eletricidade e água corrente. É certo que mais e mais ele começa a realizar tarefas cujo desempenho, no restante do continente, só a europeus ou, quando muito, a hindus é permitido. Contudo, é verdade também que qualquer profissão liberal lhe é absolutamente proibida; qualquer estudo mais intelectual, que possa meter-lhe no cérebro ideias de independência, é estritamente tabu; qualquer forma de voto ou de outra participação política lhe é inteiramente vedada.

Este sistema colonial, que costuma ser chamado de *managerial revolution*, é causa de orgulho para os belgas, que nele veem o meio termo ideal entre o negativismo aparteísta e o que eles consideram os excessos britânicos, no campo das concessões políticas.

> Nós não usamos da menor hipocrisia para com o mundo acerca de nosso pedaço africano [dizem os belgas]. O Congo nos veio às mãos quase com relutância de nossa parte. Mas, uma vez que dele nos encarregamos, não usamos de subterfúgios para lhe disfarçar a exploração. É uma colônia; e uma colônia deve ser dirigida como uma empresa comercial; às claras, visando ao máximo conforto material de seus empregados, para um maior rendimento de produção e dividendos.

O atual Governador-geral, o advogado Leo Petillon, dirige a colônia sob um lema bem expressivo da política colonial seguida pela Bélgica: "*Dominer, pour servir*." É francamente favorável à política do paternalismo, que ele acha ser a única que o africano compreende. A fascinação de tornar-se um profissional técnico, de manejar máquinas de precisão faz com que o negro se esqueça da política. Paternalismo significa comida abundante, mas nenhum direito a qualquer voto; as melhores casas de trabalhadores encontradas na África, mas liberdade de locomoção consideravelmente limitada; governo bom, mas sem a mínima oposição.

Há pouco, em 1955, o Rei Baudoim fez uma visita oficial ao Congo. Era a primeira vez que um monarca belga visitava a colônia. Foi recebido com simpatia, procurou agradar a colonos e nativos, mas, em todos seus discursos, não deu a entender que a Bélgica tivesse a intenção, mesmo

remota, de conceder ao africano um mínimo que fosse de direitos políticos. Será que esse sistema de *contented labour* poderá fazer o nativo esquecer suas aspirações mais intelectuais, mais espirituais? Fazê-lo esquecer que seus filhos nunca terão direito de estudar em uma universidade estrangeira? Fazê-lo olvidar que, embora de maneira mais branda que nas Áfricas bôer e anglo-saxã, também é alvo de segregação residencial e social?

Dizem os belgas que sim. Educação, saúde e civilização são ministradas de acordo com princípios cristãos e caminham de mãos dadas. Nossa administração pode ser comparada favoravelmente com qualquer outra na África? Nossa discriminação manifesta-se apenas no campo sociopolítico. Para aqueles que já começam a viver como europeus (monógamos, cristãos, ganhando bons salários, conhecedores da língua francesa), já passamos, em 1952, *la foi des evolués* que lhes permite um tratamento melhor que o dispensado à maioria dos nativos.

No entanto, há um ponto em que o belga nunca fará concessões. É o que respeita à miscigenação de colonos e nativos. De funcionário, com longa carreira no Congo, a quem louvei a administração esclarecida, perguntei se não havia possibilidade de belgas e africanos misturaram-se um pouco. Tive essa resposta e ponto final: "*Ah, ça jamais*[7]!" É bem verdadeira a ênfase da exclamação. A despeito da parcela de sangue latino que tem, o belga aferra-se intransigentemente ao mito da superioridade em função da cor.

Assim, pois, considerando o número crescente dos negros "evoluídos" no Congo, em virtude do alto padrão econômico de que eles desfrutam; tendo em vista que, quanto mais evoluído, maior é o sentimento de frustração experimentado pelo nativo; considerando, ainda, que a onda de nacionalismo africano tenderá sempre a aumentar, é difícil compreender como uma minoria tão insignificante possa pensar em continuar a mandar, por muito tempo, em tanta gente e em um lugar tão grande.

À Bélgica restam, portanto, duas linhas de conduta. Ou o país aumenta gigantescamente a emigração de sua gente para o Congo e passa pelos mesmos dissabores que a União Sul-Africana terá de passar, ou continua sua esclarecida e sincera exploração colonial enquanto puder, retirando-se airosa e elegantemente quando chegar a vez de sofrer o Congo o embate da inevitável e arrasadora onda de emancipação que varre atualmente todo o continente africano. Essa segunda hipótese não será muito lucrativa, mas certamente deixará o nome da Bélgica para sempre marcado no continente negro como o da única potência colonial

[7] Em português: "Ah, isso nunca!"

racista, mas justa, e à qual a África deveu a eclosão de uma média, que poderá servir de exemplo e de guia, no campo socioeconômico, para as demais nações recém-formadas.

4. Contraste da África portuguesa

Em todo o rodamoinho de experimentações coloniais, em todas as convulsões nacionalistas que já começam a agitar o subsolo político africano, uma área existe onde o sismógrafo nada acusa: as províncias de Angola e de Moçambique, a Guiné e as ilhas portuguesas do Atlântico.

É fato curioso que, em uma momento como o atual, em que o colonialismo tanto preocupa a humanidade (as raças não brancas unindo-se para sua extinção, as potências coloniais divisando sistemas para perpetuá-lo), a África Portuguesa está bem ao lado da reacionária União, bem vizinha dos atemorizados territórios das Áfricas Orientais Inglesas, mostrando-lhes a maneira de o homem branco poder viver em paz e com a possibilidade real de participar de igual para igual com o nativo, para sempre, nas novas nações que vêm surgindo no continente negro.

Contudo, não importa a eloquência do exemplo, o homem branco africâner, inglês ou belga fecha os olhos e teima em não ver a realidade dos fatos. É porque essa realidade implica uma complexa ausência de discriminação baseada na cor: miscigenação, para o português, não é pecado, não é tabu, não é monstruosidade, como se afigura àqueles outros europeus. Entretanto, não é só o fator sangue; não é somente a percentagem de plasma luso no resultado da amalgama racial que estabelece um perfeito entendimento entre os portugueses e qualquer outro grupo étnico *soidisant* inferior. Mesmo que o português, por qualquer circunstância, não se mesclasse com os habitantes de outras terras, onde ele se fixou como colonizador ou imigrante, as relações sociais seriam quase tão boas. Isso porque o que estabelece o seu perfeito entendimento é o fato de que o homem de Portugal não faz linha demarcatória entre branco e negor, entre branco e amarelo, apenas entre bárbaro e civilizado.

É bem provável que 90% dessa atitude tão lógica provenha da posição geográfica e da formação histórica do país. Acercados como estão da África e sujeitos como foram, durante 300 anos, à ocupação dos árabes, a noção de que um homem é inferior ou superior simplesmente em razão de sua pigmentação nunca pôde prender raízes na Península Ibérica. Agregue-se ainda que o escuro sarraceno, embora oposto e combatido sem trégua e sem quartel em virtude das divergências de

credo, era reconhecidamente portador de uma civilização mais refinada e desenvolvida que tudo que a Europa medieval pudesse apresentar.

Como poderia, pois, o português olhar com desprezo tal homem somente em função da cor de sua epiderme? Essa valiosa e salutar atitude ajudou, em muito, tanto a fundação e consolidação do Império Português, no século XVI, quanto certamente ajudará Portugal a manter a unidade e a união de suas modernas províncias do ultramar.

Os portugueses comparam-se, com razão, aos últimos herdeiros da tradição romana, segundo a qual o mundo era dividido em bárbaros e cidadãos. O bárbaro de nada valia até que ele merecesse a cidadania. Esta, porém, não lhe era interditada por ser ele núbio e negro nem concedida por ser germânico e louro.

O português age na África *à la romana* ao tempo de Caracala. Dessarte, o negro é bárbaro somente enquanto ele persiste em seu primitivismo; é cidadão português, social e politicamente igual ao branco, logo que ele demonstre dignidade humana. Com razão muito justa, o primeiro passo nessa demonstração é a conversão ao cristianismo. À conversão seguem-se o abandono da poligamia, das tradições tribais, da aquisição da noção de que o trabalho dignifica. Depois, vêm a aprendizagem de falar e escrever português, e, finalmente, na última etapa da assimilação do nativo, a aquisição de um padrão de vida bem acima no nível tribal. Para o português, mesmo que esse tratamento humano e cristão lhe acarrete uma *capitis diminutio* em sua autoapreciação, mesmo que fisicamente ele perca um pouco da brancura da pele, da aquilinidade do nariz ou da suavidade do cabelo, o que importa para ele é que a civilização europeia, cristã, católica, portuguesa, que ele levou, seja mantida na África. Em Angola, por exemplo, já existem presentemente 140 mil africanos que gozam de cidadania total e que ajudam a administração portuguesa a governar o resto dos quatro milhões de nativos que compõem a população daquela província.

Infelizmente, o problema é por demais complexo, e a perfeita solução de um setor como o das relações étnico-sociais não implica a completa resposta à equação colonial. Na parte política, há um contínuo *interplay* entre a ação benéfica do governo português e a francamente desagregante e danosa adotada pelas nações e colônias fronteiriças.

O aparteísmo, por exemplo, em razão de sua posição geográfica, vizinho como está das duas mais importantes províncias portuguesas (Angola e Moçambique), é uma influência extremamente perniciosa para Portugal. Gilberto Freyre notou, em sua viagem de 1952 ao ultramar, que, em Lourenço Marques, para fins de atrair o turismo sul-africano

de Pretoria e de Johannesburgo, os hoteleiros portugueses já estavam adotando práticas de separação racial. Moçambique, mais que nenhuma outra província ultramarina, está intimamente ligada, pela situação geográfica, pelos transportes comuns e por sua economia, aos destinos de importantes segmentos anglo-saxões na África.

Lourenço Marques e Beira são, talvez, os portos mais bem-equipados e bem-dirigidos da África Austral, e o natural ponto de saída para a produção do Transvaal, da Rodésia do Sul, do território de Swaziland e da rica região de Katanga, no Congo Belga. Só Lourenço Marques, para não citar outros portos, tem um tráfego de cerca de cem navios e um movimento de carga e descarga de aproximadamente 250 mil toneladas mensais.

Existem grandes companhias de navegação que escalam e mantêm ativo comércio em Moçambique, pondo esta região em comunicação direta não só com a Europa, com o Extremo Oriente e com a América do Sul (Royal Interocean Lines), mas também com os portos do Golfo Pérsico, como o Lloyd Triestino.

Há estradas de rodagem pavimentadas que ligam as cidades de Lourenço Marques e da Beira com a União, com as Rodésias e com o Nyassaland; em estradas carroçáveis, do tipo brasileiro, já se pode ir perfeitamente, pelo centro da África Meridional, de Moçambique até Angola. A rede rodoviária dentro das fronteiras da província totaliza 30 mil quilômetros.

A Divisão de Exploração de Transportes Aéreos (Deta), uma organização oficial que explora os serviços de aviação entre a metrópole e as províncias ultramarinas da África e que possui uma frota de 22 aviões, coloca Moçambique em constante contato com seus vizinhos ingleses. Além da citada companhia, há linhas sul-africanas e inglesas que ligam a província a Johannesburgo e a Durban, (voos diários iniciados em Lourenço Marques); e a Salisbury, na Rodésia (dois voos semanais, que partem da Beira). A Central African Airways executa um serviço entre Lourenço Marques e Salisbury ou Bulawayo; finalmente, a East African Airways mantém serviços semanais entre Lourenço Marques e Nairóbi, com conexões para a Índia e para a Europa.

No entanto, de todos os meios de transportes, os ferroviários são os mais vitais, não só para a província, mas também para os vizinhos. As ligações ferroviárias não são de interesse recente. Já em 1894 era colocado o primeiro trilho em Moçambique, para uma ligação de 88 km entre Lourenço Marques e Pretória, no Transvaal. Na mesma época, iniciava-se a construção da estrada de ferro que iria ligar o porto da Beira à cidade

de Salisbury, na Rodésia do Sul. Hoje em dia, a província de Moçambique conta com uma quilometragem ferroviária de 2,3 mil quilômetros, relativamente bem importante, se a compararmos com a brasileira. Os esforços sobre-humanos desenvolvidos conjuntamente por engenheiros e trabalhadores anglo-luso-africanos são emocionantemente descritos por H. F. Varian, engenheiro inglês, pioneiro na construção de várias linhas na dificultosa África de fins do século XIX, na obra *Some African Milestones* (VARIAN, 1953). São também mencionados, no livro, os primeiros atritos resultantes da maneira nada respeitosa por que o anglo-saxão encarava o nativo aportuguesado e as colônias lusitanas. Os soldados australianos de um regimento que passava pela Beira, a caminho da Guerra do Transvaal, resolveram tomar conta da cidade com grande altaneria, estalando seus longos chicotes de canguru na cara dos policiais nativos. Estes últimos reagiram a tiro e, em consequência, generalizou-se um conflito que obrigou a Inglaterra a retirar imediatamente suas tropas dos limites da cidade, a fim de evitar uma guerra com um Portugal aliado.

O atual regime político da União Sul-Africana está sendo responsável por um crescente retraimento das inversões de capitais ingleses naquele país e pela consequente busca de novos campos africanos para idênticas inversões. A Federação Centro Africana e os territórios da África Oriental Inglesa aparecem ao governo e aos particulares britânicos como as regiões mais promissoras. Em virtude dessa tendência, a importância de Moçambique e de suas estradas de ferro cresceu ainda mais. Em junho de 1950, os governos de Portugal e da Grã-Bretanha firmaram acordo sobre a exploração e os melhoramentos a serem feitos no porto da Beira. No entanto, reparando que a ligação Beira-Salisbury já não é suficiente para arcar com o tráfego sempre crescente entre a província e a jovem federação, os governos interessados estão construindo conjuntamente modernísima via férrea entre Lourenço Marques e Bulawayo (segunda cidade da Rodésia do Sul), com uma extensão de 400 milhas de vales remotos e passos de montanhas, que serão vencidos em 22 horas de viagem.

Há planos também para uma ligação direta com o Atlântico, possivelmente em Tiger Bay, na fronteira da África do Sul Oriental com a Angola. Essa linha viria eliminar uma conexão muito incômoda, longa e de tráfego pesadíssimo, que atualmente se faz da África Central para Lobito, em Angola. Pelas Rodésias e pelo Congo Belga, Londres e África Central ficariam a seis mil milhas de distância apenas; via Capetown são 7,3 mil quilômetros; via Beira, 8,3 mil quilômetros; e via Lourenço Marques, oito mil quilômetros. Finalmente, esta linha constituiria mais um elo entre as duas maiores províncias portuguesas.

Entretanto, vale dizer que Moçambique, mesmo sem sua situação geográfica privilegiada, seria uma região de grande importância, em vista de seus próprios recursos. A província é rica em vários minerais, como ouro, ferro, carvão e grafite, que já vêm sendo explorados e exportados, urânio, que ainda está em fase de exploração incipiente (foram vendidas quatro toneladas de mineral radioativo em 1950) e petróleo, que está sendo pesquisado pela Maçambique Gulf Oil Company, uma subsidiária americana da Aramco (Arabian American Company). Moçambique tem ainda grande riqueza em madeira, inclusive as preciosas como o ébano e o sândalo.

A colônia esteve estagnada até fins do século XIX. Nos últimos 50 anos, porém, fez avanços rapidíssimos. Há grandes projetos hidrelétricos e de irrigação que a transformarão radicalmente em pouco tempo e que já estão sendo atacados.

A área total de Moçambique é 771 mil quilômetros quadrados. Um pouco mais da metade da província de Angola, mas com uma população bem maior, de cerca de 5,7 milhões de habitantes. De acordo com o critério português, a população divide-se em cem mil civilizados e o restante de nativos em estado tribal. Desses cem mil, as percentagens são as seguintes: 53% de europeus; 14% de hindus; 2% de outros asiáticos; 27 % de raças mescladas; e 5% de negros assimilados.

Nesses números, são encontrados os pontos fraco e forte do colonialismo português. O primeiro reside na apreciação do número total de habitantes em relação ao que os portugueses classificam como civilizados, que não chega a perfazer 2% do total. Isso prova o pouco interesse no desenvolvimento material da colônia que ali existia até pouco tempo e a relutância do metropolitano em emigrar para a África na escala em que o devia fazer.

Quando reparamos que os 53% de europeus não passam de 45 mil portugueses em cinco séculos de colonialismo e que o Brasil absorve mais de três mil lusitanos mensalmente, é que vemos o perigo que poderá representar para Portugal esse involuntário descaso, em uma época de eclosão nacionalista e de propaganda comunista intensa no continente africano. Aliás, embora não fosse abertamente declarado, há pouco tempo, o descaso era intencional, fazia parte da política colonial lusitana. Portugal acreditava que colônias esquecidas, com pouca riqueza e pouco desenvolvimento industrial, atiçavam menos a cobiça alheia e, portanto, eram mais facilmente conservadas.

Não resta dúvida de que esse modo de pensar deu resultado até agora. Esse é o motivo da quase ausência de notícias em toda a imprensa mundial, até nas esmiuçadoras imprensas anglo-saxãs, acerca das colônias portuguesas. No Brasil, então, nem se ouve falar. Angola por

exemplo, há pouco tempo, só existia como designação geográfica quando fazíamos o estudo da história colonial do Brasil. Era o lugar de degredo dos Conjurados, era um dos lugares da África de onde nos tinham vindo os escravos. No entanto, voltando à pergunta, será que essa política pode continuar dando resultados na época presente?

De um inglês com mais de três décadas de Colonial Service, a quem apontava em conversa essa falha do colonialismo lusitano, recebi essa resposta, entre mágoa e inveja: "Pode ser que o sistema deles seja muito defeituoso, mas o fato é que eles vão conservando as colônias."

Não importa a reticente admiração do britânico. Quer nos parecer, entretanto, que a época não comporta mais essa atitude de colonialismo estático, e disso já se apercebe o presidente do Conselho de Ministros, que transformou as colônias em províncias ultramarinas; que procurou incrementar a imigração e a inversão de capitais, mesmo estrangeiros; que promoveu, no exterior, o conhecimento dessas terras por meio de uma boa propaganda governamental em inglês e em francês; que lançou, em 1953, um grande e ambicioso projeto de desenvolvimento econômico para todo Portugal metropolitano e ultramarino, conhecido como Plano dos Seis Anos, o qual procuraremos focalizar mais adiante. Voltando novamente às estatísticas, convém analisar o ponto forte do colonialismo português. Em um total de cem mil pessoas consideradas civilizadas e que, portanto, são as responsáveis pelos destinos políticos e econômicos da futurosa colônia de Moçambique, 47% não são europeus. Desses 47%, 19% são asiáticos ou negros e o restante, uma mistura de brancos, negros e asiáticos, ou seja, 27%.

Isso demonstra uma assimilação imediata logo o negro se civilize; uma integração fácil, que poderá, melhor que qualquer outro fator, auxiliar, depois, uma união real com a metrópole. Não se trata apenas de conceder participação política e social ao negro logo que ele demonstre aptidões para um padrão de vida superior. Isso, quem sabe, poderá vir a ser feito mais tarde no Congo ou em colônias anglo-saxãs mais liberais. O que não poderá nunca ser conseguido pela Inglaterra e pela Bélgica, a não ser que elas modifiquem visceralmente sua apreciação do problema, é a "integralização" do elemento negro ao grupo branco, hindu ou chinês. Esses 27% dão uma prova eloquente da superioridade moral do processo colonial português, a despeito da morosidade e do atraso em sua parte material. Não é só por suas qualidades de cadinho da química racial que o luso deve ser apreciado, mas também pela atitude paternalística que sempre usou para com os nativos, mesmo no tempo de sua arrogância, de seu zênite "albuquerqueano".

A educação do elemento civilizado negro, branco ou mulato está muito descurada no ultramar. Em Moçambique, por exemplo, não há ensino de nível universitário. Em 1952, apenas 950 e 1.850 estudantes cursavam escolas secundárias e técnicas, respectivamente. Para a educação do nativo ainda em estado primitivo nota-se, porém, muito mais empenho. Há mais escolas (não tantas quanto seria desejável), e Portugal emprega um método que parece ingênuo, mas que dá excelentes resultados. As escolas denominam-se "rudimentares", e o nativo as cursa durante cerca de quatro anos, ali aprendendo a ler, a escrever e a contar, sob a orientação de professores tão negros quanto eles – conterrâneos já assimilados e devotados ao luso tropicalismo.

Tanto quanto possível, o Estado procura entregar essa fase inicial de "desbravamente" à Igreja e ao trabalho de missionários católicos, que são fiscalizados apenas pela administração civil das províncias. Sem dúvida, trata-se de um grande passo que, ao mesmo tempo em que abre os olhos do bugre à senda da civilização temporal, abre-lhe a alma para nossa civilização espiritual e cristã. Para citarmos ainda números relativos a Moçambique, observaremos que há grande esforço proselitista católico em nossos dias, em terras de Portugal, tal qual existia em séculos passados, nos albores da expansão portuguesa. Das 900 escolas rudimentares ali existentes, 860 são católicas, e existem cerca de 150 missões. Os avanços da Igreja já foram notados pelo Vaticano, que contemplou Moçambique com um cardinalato, na pessoa do Arcebispo de Lourenço Marques. Entretanto, a ênfase no ensino católico em nada prejudica uma perfeita liberdade de crenças no ultramar. Existem cerca de uma dúzia de missões protestantes de várias nacionalidades e denominações, inclusive uma sul-africana. No entanto, tendo em vista a maneira completamente anticristã por que os negros da união são tratados pelos *tours de force* de dialética que empregam os doutores protestantes aparteístas para convencer de que as Escrituras aprovam o presente estado de coisas, é bastante difícil acreditarmos na sinceridade desses missionários sul-africanos, em Moçambique.

Não é só pela miscigenação, pela catequese e pela educação rudimentar dos nativos que Portugal vai construindo suas ilhas de calma e de tranquilidade pelo continente africano. Fa-lo-á também por pequenos gestos naturais, nada ensaiados – alguns deles requintadamente corteses, delicados –, os quais à maioria dos brasileiros, acostumados a admirar o lusitano por suas atitudes mais perseverantes, duras e "machas", custa acreditá-lo ser capaz de fazer. Veja-se, por exemplo, a diversidade de tratamento na questão das indumentárias, que constitui grande prova de consideração para com as terras e os povos tropicais por parte de

Portugal. Talvez a diferença não seja tão marcada com relação ao inglês, mas certamente o é em comparação ao americano e ao holandês.

Não me refiro à roupa de todo dia, para cujo uso o português é tão liberal ou até mais que o americano ou o brasileiro, mas ao traje de solenidades, protocolar, sacrificante para quem o usa, certamente, mas sinal de grande respeito da personalidade que o enverga com relação ao país, à colônia ou à província que visita ou administra. Há pouco tempo, por ocasião de suas visitas às províncias da África e do Oriente, o presidente de Portugal e o Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, atenderam a quase todas às solenidades com seus uniformes de gala.

Uma fotografia amplamente circulada por toda a Ásia em meados de 1955 mostrava um governador de Moçambique de fraque e cartola recebendo o seu ministro de Ultramar em pleno dia e sob o tão difamado sol africano. Sacrifício sem dúvida, mas *noblesse oblige*. Existe muito repórter na Ásia acostumado a ver altos dignitários que comparecem às mais altas solenidades de *shorts* e de chapéu de explorador que notou com simpatia essa prova de consideração lusitana para com terra de negro, de gente considerada inferior.

Não padece dúvida que o sistema colonial português é o mais adequado e o único que poderá vingar e, de fato, construir uma ponte de amizade entre a Europa e o vulcão Africano, prestes a entrar em ebulição. Aliás, não poderia ser de outra forma. Em reinados de Dom Manuel, em plena quadra de conquista e de orgulho viril de nacionalidade, Portugal já lançava as bases de um processo de indiscriminação racial que iria nortear toda a aventura colonial lusitana. Escrevia "O Terrível" Albuquerque ao "Venturoso" monarca, depois não de juntar, mas de casar, com todos os efes e erres civis e religiosos, 450 portugueses com mulheres das Índias: "Dei-lhes o casamento ordenado de Vossa Alteza, e a cada um seu cavalo e casas e terras e gado, aquilo que arrazoadamente me parecia bem."

A única coisa que poderá de fato comprometer o mundo português africano (africano austral bem entendido, pois a Guiné e as Ilhas parecem estar convenientemente remotas das áreas onde as erupções étnico-nacionalistas fatalmente rebentarão) é a vizinhança das Áfricas Bôer e Inglesa Oriental e Central.

Para contrabalançar essas comprometedoras proximidades, só resta a Portugal uma aceleração da imigração branca da metrópole, uma intensificação do processo de assimilação do nativo e um maior aumento na progressão do desenvolvimento econômico de Angola e de Moçambique. É verdade que, desde o início da "Era Salazar", essas duas

unidades têm feito progressos verdadeiramente sensacionais. Entretanto, ainda é necessário mais, e o esclarecido ministro está procurando fazê-lo por meio do "Plano dos Seis Anos", lançado em 1953.

Esse projeto, que está sendo posto em execução por um conselho econômico composto de sete ministros, sob a presidência do próprio Salazar, prevê despesas da ordem de US$ 1,5 bilhão, sendo pouco menos da metade para as províncias do ultramar.

São, portanto, quase US$ 250 milhões destinados ao Portugal não metropolitano, uma cifra que bem exprime o extraordinário esforço que esse pequenino país está fazendo para compensar o tempo perdido, tendo em vista os diminutos recursos de que dispõe. Somente Angola absorverá cerca de US$ 100 milhões em:

> a) trabalhos de irrigação e instalações hidrelétricas no vale do Rio Cunene, onde se planeja colocar um grande número de famílias portuguesas;
>
> b) construção de obras portuárias e alongamento de vias férreas, como a de Luanda-Malange, que buscará o norte, em direção ao Congo Belga, abrindo à civilização uma área de grande potencial não só agrícola, mas também extrativo.

A Moçambique o Plano dos Seis Anos destinou cerca de US$ 85 milhões, que serão gastos, como em Angola, principalmente na construção de estradas de ferro, pois a feição geográfica da rica província do Oceano Índico é bem mais acidentada que a do Atlântico, cortada como é, longitudinalmente, pelas nervuras de caudalosos rios e pelas costelas de altas cadeias de montanhas.

Capítulo V

Política colonial francesa

1. África do Norte

Há certa semelhança entre os conflitos que se travam nas extremidades setentrional e meridional do continente. No norte, porém, não há nem a desculpa da inferioridade racial, pois a maioria da população é de cor branca e originalmente asiática. A África do Norte é África apenas geograficamente. Etnicamente, ela está mais ligada à Ásia que ao continente negro. Estamos, pois, mais em face de um conflito econômico do que de raças, mesmo porque o francês não tem orgulho de pigmentação de pele. Embora não alardeie, como o português, sua faculdade de miscigenação, no trato individual não estabelece barreiras e diferenciações de tratamento em função da cor da pele.

Por muitos anos, grandes destacamentos de soldados negros do Senegal e de outras regiões africanas aquartelam-se não só nas grandes cidades de província, mas também nas pequenas. Gozam de todas as regalias e liberdades desfrutadas pelos cidadãos franceses; contra eles, não existe o menor regulamento de segregação, de exceção e, em quase cinco décadas de diário convívio com as populações metropolitanas, nunca houve sombra de distúrbios raciais, desprezo ou oposição coordenada.

O francês é em geral um *good-mixer*. Não só o homem – o que emigra para remotos postos da África e da Ásia e não vai acompanhado – como a própria mulher. Talvez não exista recanto em todo o mundo, por mais exótico que seja, onde não se encontre senhora francesa casada com elemento local de grande destaque.

Como explicar, pois, esta onda de ressentimento e de ódio que empolga todo o mundo colonial francês, quando francesas são até as mulheres de muitos líderes dos movimentos de independência, como as do Istiqlal, no Marrocos? Parece que a causa primária da exacerbação das populações que ainda vivem sob o mando colonial francês na África do Norte decorre da convicção de que a França, de *motu próprio*, nunca abandonará essas excelentes e cômodas estacas de sua economia. O mal do colonialismo francês, embora abrandado pela quase ausência de preconceitos raciais e pela difusão da educação e da cultura francesas, é o mesmo mal do holandês: impostos exorbitantes, salários ínfimos e quase não participação do elemento nativo na administração das colônias.

Na Indochina, do total da produção de um pequeno arrozal que proporcionava subsistência a uma enorme família, mais da metade era destinada ao pagamento de impostos. Os salários pagos a trabalhadores orientais contratados para trabalhar nos coqueirais das ilhas francesas do Pacífico Sul eram tão pobres, que esses jornaleiros ficavam para sempre nesses remotos postos, quase em estado de servidão. No Marrocos, em cada dez funcionários públicos, apenas um é marroquino.

Depois da guerra, quando todas as potências procuraram fazer uma readaptação de suas políticas coloniais mais consoantes com o tempo e com os crescentes anelos nacionalistas, a França permaneceu estática. Portugal reforçou os laços com a metrópole, transformando as colônias em províncias; deu mais ênfase à imigração e fez propaganda do seu sistema altamente moral dos assimilados. A Bélgica, a despeito de manter rigidez separatista, aumentou ainda mais o padrão de vida do trabalhador do Congo, que já era sensivelmente alto, em comparação ao de outras colônias africanas. Até a Holanda, depois de sua pranteada perda da Indonésia, declarou *urbi et orbi* que desejava permanecer na Nova Guiné para levar a cabo sua missão sagrada de educar os Papu e de encaminhá-los para uma eventual independência. A Inglaterra concedeu airosamente a independência a grandes segmentos de seu império e mantém um laboratório de experimentações políticas na África, declarando que seu sistema é o de educar as populações africanas para a autonomia.

Em todo esse burburinho, a França apareceu como uma palavra apenas, assimilação. Bela palavra, se seu espírito for de fato posto em uso, como nas províncias ultramarinas lusitanas. Excelente sistema para as Áfricas Francesas abaixo do Atlas, mas nunca para regiões habitadas por povos milenarmente civilizados, como os árabes e os indochineses. Pode haver conquista de povos adiantados, com cultura e religião próprias, como houve na Índia, por parte dos ingleses, e na Indonésia, por parte

dos holandeses, mas nunca assimilação. Os marroquinos, por exemplo, orgulham-se de que, em um período de mil anos, seu território não foi sujeito a conquistas. Orgulham-se também de seu passado na Península Ibérica, e muito chefe de família em Marrocos e em Tanger ainda passa, ao morrer, ao filho mais velho a chave de suas casas em Toledo ou Granada, abandonadas há séculos, mas que eles ainda consideram seus lares.

Como poderá a França ter a veleidade de querer assimilar tais gentes, tais países? União, sim. Uma Commonwealth evoluída, como a do moderno tipo britânico, poderá ser viável, caso a política francesa tenha a necessária clarividência para agir certo nessa direção e rápido. N. B.: – (O presente capítulo foi escrito em março de 1955).

Em vista dos grandes elos econômicos, culturais e de sangue que já unem as terras e os povos da África do Norte e da França, um entrelaçamento político desse tipo seria o mais feliz final para essa aventura colonial e militar encetada em 1830, quando o bei, pouco diplomaticamente, tocou de leve um mata-moscas no rosto do cônsul-geral da França na cidade árabe de Argel.

De outra forma, mais ano ou menos ano, presenciaremos um processo de reversão histórica em que Túnis ou Orã serão outras tantas Granadas, de onde será repelida uma intromissão europeia no mundo árabe, como repelida foi, em 1492, a intromissão árabe no mundo europeu.

Um pouco de história e de números

Até o século XIX, quando foi dada mais ênfase à partilha colonial africana, o mundo árabe ainda era governado pelo Império Otomano. A França conseguiu a Argélia por conquista. Não contraiu obrigações para com seus governantes locais. Na Tunísia, as forças francesas ocuparam o país em 1881 e "persuadiram" o bei a aceitar sua proteção. O Marrocos foi dos três territórios norte-africanos o que maior dificuldade apresentou para sua integração ao esquema colonial francês. A bravura das populações nativas e a cobiça conjunta de várias potências europeias deram origem a uma série de choques militares e diplomáticos que por pouco não avançam em uma década o calendário das duas Guerras Mundiais. Finalmente, em 1912, a França ali conseguiu estabelecer um protetorado.

A variedade de aquisição desses países motivou, pois, a diversidade de governos, de administração e, quiçá, até a maior ou menor decisão da metrópole para conservá-los. É por isso que, enquanto até mesmo os partidos conservadores já se resignaram a contragosto, com uma

autonomia local tunisiana, a Argélia é, e continuará sendo, um verdadeiro *noli me tangere* para qualquer político francês.

A população europeia (em grande parte urbanizada) não vai além de um 1,5 milhão de habitantes, enquanto a população de árabe-africanos é de 20 milhões. A discrepância entre o colono e o nativo ainda é maior que na União Sul-Africana. Entretanto, a proximidade e a facilidade de comunicações dão aos franceses a ilusão de que aquelas regiões não são mais que uma continuação dos seus territórios metropolitanos.

Economicamente, a África do Norte pesa bastante na economia francesa. Em Marrocos, há grandes explorações de fosfatos, carvão, manganês, ferro, chumbo, zinco e outros minerais cuja exportação tende a crescer. A perseverança de um gênio como Liautey e de muitos outros funcionários coloniais franceses que lhe sucederam e nele se inspiraram fez "deserto florescer". Há grandes obras de irrigação e de captação de força hidrelétrica no Atlas. Algumas estão em construção; outras, em atividade e trarão um grande potencial de riqueza para a região.

Casablanca, uma cidade linda e moderníssima de mais de 500 mil habitantes, brotada praticamente do areal em face da descrença de quase todos os técnicos em assuntos coloniais, é hoje o quarto porto mais importante de todas as Franças. A Tunísia, embora seja a menor das três unidades norte-africanas, já antes da guerra contribuía com um valor global de importações e exportações de cerca de US$ 30 milhões para a economia francesa (Enciclopédia Britânica, 1950). A Argélia, à exceção de carvão e de petróleo, é riquíssima em minerais. Estes são exportados em estado bruto, mas sua mineração favoreceu um grande desenvolvimento de linhas ferroviárias e de criação de portos, e o florescimento de centros de população em distritos anteriormente vazios. O valor principal da Argélia para a França está, porém, nos suprimentos agrícolas que proporciona à metrópole. Antes da guerra, a produção de cereais já ascendia a quase dois milhões de toneladas, das quais um milhão era de trigo. Os vinhedos (a maior parte localizada no departamento de Orã) dão uma produção anual de cerca de 400 milhões de galões, que são exportados, consumidos internamente ou enviados ao outro lado do Mediterrâneo, para contar os vinhos da metrópole. Todo esse império está ligado por uma enorme e excelente rede férrea e rodoviária em constante crescimento.

À luz de todo esse progresso industrial e da sólida situação econômica em que se encontra atualmente todo o norte africano (contraste imenso com o estado de verdadeiro caos existente em meados do século XIX, ao tempo da conquista), o francês não consegue compreender movimentos nacionalistas como o Neo-Destour, na Tunísia, e o Istiplal,

em Marrocos; acha-os ingratos e os considera inconfidentes. Essa é a linha de raciocínio que faz com que a mentalidade colonial francesa seja tão impermeável a qualquer concessão de autonomia política e tão ríspida nas suas reações contra quaisquer veleidades patrioteiras, principalmente de parte dos habitantes da Argélia, uma região que o francês já considera quase como um verdadeiro prolongamento da Provence ou do Languedoc. É pena que assim seja, porque é justamente essa linha de conduta que fortalece, dia a dia, os ardores nacionalistas das populações nativas.

Vejamos o que nos diz importante semanário americano, a propósito dos métodos franceses de repressão no Marrocos:

> Em agosto de 1954, na cidade de Fort Liautey, cerca de dez mil árabes completamente alucinados pelos incentivos de alguns jovens nacionalistas mataram sete europeus, inclusive uma mulher e sua filha. Os corpos esfaqueados foram passeados pelas vielas das *medinas* (espécie de sujas e pobres favelas). O crime foi sem dúvida terrível, mas a repressão o foi dez vezes mais. A 'operação' foi efetuada por grande número de soldados do exército, legionários e forças policiais e chamou-se, com propriedade bem gaulesa, *ratissage*, ou seja, 'ancinhamento'. Depois de ancinharem a *medina* em todas as direções e baterem a golpes de duros cassetetes de borracha nas mulheres que interviessem em favor de seus homens, quando as portas dos casebres foram arrombadas, cerca de 20 mil árabes foram conduzidos a uma espécie de curral, fora da cidade. Acuados como gado, só podiam sair por um corredor estreito, um a um, onde eram então severamente espancados por uma fila de soldados e policiais franceses. O trabalho de dar pauladas, pontapés, socos e coronhadas foi tão exaustivo, que a força punitiva teve de solicitar o auxílio de voluntários. Às 18h, depois de 12 horas de um árduo trabalho dessa espécie, contava-se uma infinidade de árabes gravemente feridos e 20 deles mortos. O 'gado' foi classificado então por um pachá como inocente ou suspeito. Este último grupo, composto quase todo de jovens de 17 a 25 anos, foi empurrado para caminhões e levado para uma cadeia. A seguir, o pachá aconselhou aos cambaleantes inocentes que retornassem a seus hábitos pacíficos de vida, pois da próxima vez a repressão seria feita com aeroplanos a jato. Os soldados, ao regressarem à noitinha em monstruosos tanques a seus quartéis no bairro europeu, na cidade de Fort Liautey, foram delirantemente ovacionados pela população francesa.

A não observação dos exemplos históricos dos casos em que os movimentos coloniais de independência ganham sempre mais ardor quando a metrópole não atende minimamente às reivindicações pleiteadas

é percebida no caso do ex-Sultão Moamed V, do Marrocos, em razão da pouca flexibilidade política gaulesa.

Moamed, que não era especialmente visto como um líder por seus compatriotas, solicitou concessões democráticas que sabia de antemão não poderem ser atendidas na íntegra. Seu intuito era o de elevação de seu prestígio pessoal. O governo francês não deu atenção a três, a duas, ou a uma sequer. Limitou-se a exilar Moamed-ben Youseff para Madagascar e a substituí-lo por Sidi-Arafa, personagem quase desconhecida. Resultado: embora Maomed tenha sido nomeado de Quisling – um sultão renegado – pelos franceses, ele tornou-se repentinamente herói nacional, símbolo da dignidade marroquina, em nome do qual os árabes, em 1954, indo de encontro a práticas seculares, negaram-se até a fazer os sacrifícios de praxe no festival de Aid-Idkebir.

Quando se tornaram mais fortes as manifestações nacionalistas, no começo de 1955, um boletim do governo francês publicou o seguinte comunicado:

> Os acontecimentos verificados durante estes últimos dias na Argélia demonstram que nossos adversários não nos pretendem dar tréguas. Entretanto, não nos parece que lançar mão do terrorismo e dos atentados contra aqueles que tornaram a África do Norte uma região próspera seja a melhor maneira de ajudar a causa do nacionalismo. A França tem a intenção de conduzir os povos sob a sua guarda a seu pleno florescimento. Isto não significa, porém, que ela renuncie à sua missão em virtude das ameaças, sobretudo quando estas são provenientes do exterior[8].

Essa comunicação oficial circulou no estrangeiro ao tempo da reunião preparativa da Conferência Ásio-Africana, que se realizou em Bogor, Java, entre os primeiros-ministros das Potências de Colombo. A ela compareceram, em caráter semioficial, representantes dos movimentos de liberação da Argélia e da Tunísia, que souberam tirar a melhor vantagem possível da fraseologia oficial emanada de Paris, ao comentarem quase *mot a mot* o citado comunicado na imprensa dos países do Sudoeste Asiático. Diziam:

> Se a França nos considera como *adversaires*, não deve admirar-se que lancemos mão de todos os recursos.

[8] No original: "*Les evenements survenus ces jours derniers en Argérie témoigment que nos adversaires n'entendent nous laisser aucun répit. Mais ce n'est pas servir la cause du nationalisme que recourir au terrorisme et aux attentats contre ceux qui ont fait de l'Afrique du Nord une contrée prospère. La France entend conduire les peuples dont elle a la charge à leur plein épanouissement, ce qui ne signifie pas qu'elle renoncera à sa mission devent la menace, sourtout lorsque celle-ci vient de l'exterieur*."

> Se os franceses acham (e com razão) que transformaram a África do Norte em uma região próspera, para quem o fizeram? Java também foi convertida em uma região muito próspera pelos holandeses e para os holandeses; no entanto, a Indonésia já conseguiu sua independência.
>
> Por um lado, a França acha que a África do Norte já é região próspera; por outro, que a despeito de tal prosperidade o desenvolvimento do povo não é de monta a lhe permitir reger seus próprios destinos.
>
> Por acaso o progresso, o desenvolvimento do marroquino, do tunisiano, do argelino será menor que o dos povos da Costa do Ouro e da Nigéria, que em breve terão sua independência; da Libéria e da Abissínia, que de há muito a possuem, e de um país perfeitamente igual aos seus, a Líbia, que vem de obter sua independência?

Na Argélia, mais que em qualquer outra região da África do Norte, o problema é de difícil solução porque a perda dessa região se afigura aos franceses verdadeira mutilação de sua economia. Além disso, a semicolônia já entrou definitivamente no panorama da política francesa por meio de seus parlamentares e do poderoso *lobby* argelino, e o assunto já não pode ser examinado com um semblante imparcial.

Quando os líderes nacionalistas fazem ver que desejam ser livres dentro de sua própria casa, administradores e residentes franceses dizem que eles já têm demasiada liberdade e que somente uma aplicação salutar e continuada de medidas severas poderá trazer paz e ordem ao país. Alegam, ademais, que a Argélia não é uma colônia sob o tacão "imperialista", mas simplesmente três departamentos franceses cujos habitantes gozam de todos os privilégios de cidadania.

A essas razões os argelianos refutam que, na prática, não se verifica vantagem alguma com essa cidadania teórica; que os benefícios da civilização gaulesa são reservados para um pequeno grupo de colonos e de homens de negócio franceses, enquanto os nativos apanham apenas as migalhas; que na Argélia, como na Tunísia e no Marrocos, as melhores terras agrícolas vêm sendo há anos monopolizadas pelos colonos franceses; que 19 mil europeus possuem 1,5 milhão de hectares, enquanto 600 mil agricultores argelianos têm apenas 2,5 milhões.

No entanto, os franceses são da opinião de que os nativos já têm uma grande dose de liberdade política. Os argelianos dizem, porém, que, se tal se desse, não haveria um governador-geral francês; que eles mesmos poderiam apontar o governador; que gozariam de representação

parlamentar proporcional a seu número, em vez do atual sistema de dois colégios eleitorais.

Naturalmente, todos os argelinos não pensam de maneira semelhante acerca de suas relações com a França. De um lado, na bancada maometana do Parlamento argeliano, por exemplo, a maioria dos lugares é ocupada por "independentes" pró-franceses, embora se afirme que esses representantes exerçam pouca influência sobre a massa da população. Do outro lado do quadrante político, situa-se a organização de caráter radical conhecida por Mouvement pour le triomphe des libertés democratiques, que nunca teve representantes na assembleia, que é considerada fora da lei e cujo líder, Messali Hadj, se encontra exilado na França. No centro está colocada a Union Democratique du Manifeste Algerian (UDMA), chefiada por Fehrat Abbas, de caráter moderado, mas igualmente nacionalista. Seu nome provém de um manifesto apresentado em fevereiro de 1945 pelos principais líderes árabes, no qual era solicitada uma constituição que garantisse absoluta liberdade e igualdade para todos os habitantes da Argélia e reconhecimento da língua árabe como idioma oficial, ao lado do francês.

Esses moderados rejeitam a concepção francesa de "assimilação" e sonham também com o estabelecimento de uma República Independente Argelina. Não têm, entretanto, desejos de romper relações totais com a França nem de desembaraçar-se da "presença francesa". Querem estabelecer na Argélia um perfeito equilíbrio entre os dois grupos étnicos, de maneira que cada um deles tenha uma influência política proporcional a seus números. A UDMA, a organização política de tendência moderada e que poderá vir a ser o núcleo de um provável entendimento, embora não recorra ao terrorismo, não ataca ou denuncia os que fazem uso desses terríveis meios, porque acha que a intransigência francesa é a verdadeira causa de toda a agitação.

A magnitude do problema norte-africano, o jogo de interesses que sua solução pode provocar e as excelentes oportunidades que poderão daí advir para a política e diplomacia comunistas já foram perfeitamente demonstradas na assembleia da ONU, quando esse assunto foi capaz até de propiciar a formação de um bloco árabe-asiático.

Há pouco tempo tivemos a crise parlamentar francesa, na qual um governo como o de Mendes France (talvez o mais vigoroso que o país já tenha tido nestes últimos dez anos) caiu porque favorecia certas reformas naquela região. Os adeptos de Mendes France alcunharam seus oponentes de *feodaux* (feudais), o que dá a entender que de fato existe certa verossimilhança na acusação dos árabes de que os interesses e as vantagens dos colonos franceses são quase de caráter medieval.

Em caráter geral, a queda do primeiro-ministro se deu em consequência do complicado jogo de partidos e de interesses da política francesa, mas os motivos imediatos foram sem dúvida o problema da África do Norte e as medidas que Mendes France tomou a esse respeito, durante o mês de janeiro de 1955, a saber:

> a) a força policial da Argélia foi colocada sob o controle direto do Ministério do Interior, enfraquecendo assim a máquina administrativa do *lobby* argelino;
>
> b) o próprio governo metropolitano revelou documentos que comprovavam o uso de tortura em prisioneiros nacionalistas. Essas revelações causaram grande espanto ao público francês, e o bispo de Argel iniciou uma campanha contra semelhantes métodos policiais;
>
> c) em 25 de janeiro de 1955, Mendes France colocou a palha que iria quebrar o dorso do camelo reacionário argelino, ao designar um homem de tendências anticolonialistas para governador-geral.

A ideia do premiê em relação à África do Norte era tão somente a de buscar uma solução para o problema enquanto ela fosse viável; completar as negociações tunisianas e inaugurar outras reformas administrativas básicas na Argélia. Segundo suas próprias palavras: "não desejava a repetição dos longos anos de cegueira que levaram ao desastre final na Indochina."

O premiê demissionário foi talvez o último francês que conseguiu captar a confiança dos árabes. Disse ele em peroração final, antes do voto de confiança que o demitiu: "Há dois caminhos a seguir na África do Norte: ou uma política de compreensão, de confiança, de progresso e de reforma, ou uma política de repressão e de força." A resposta a esse aviso tão ponderado foi dada no próprio debate da assembleia pelo Deputado Mayer, chefe do Partido Radical, um dos responsáveis pela queda de Mendes France, ao referir-se a um relatório apresentado pela Liga Árabe em favor da África do Norte:

> O secretário da Liga Árabe nos faz saber que a França deve adaptar-se ao mundo moderno. Se, por adaptação, entende ele que ela deva continuar uma política de fraqueza, como a que a levou a evacuar o Vietnã e os estabelecimentos da Índia, minha resposta é um não enfático. Não! Devemos opor-nos intransigentemente a qualquer linha de conduta que nos encaminhe para tais concessões.

É difícil conciliar a França que nós brasileiros conhecemos pelas visitas que fazemos com a mesma devota admiração do peregrino que visita Meca com a França que aprendemos a admirar por meio de seus livros, de suas artes, dos brilhantes representantes de sua radiante cultura que nos visitam. A França lógica de um Anatole; a França das aspirações igualitárias; a França que aprendemos a querer, desde os nossos tempos de Ginásio, nos compêndios de história de Seignobos e Mallet, mais folheados pelo estudante brasileiro que o próprio livro de História do Brasil; a França sem preconceitos, onde, em qualquer *bal musette*, um senegalês atrai mesma ou maior atenção de uma parisiense do que um nórdico muito louro; a França que sabe endeusar uma Josefina Baker, um Bill Armstrong ou qualquer outro homem de cor que tenha valor pessoal; a França onde qualquer estrangeiro – não importa a cor da epiderme ou a procedência – sente-se perfeitamente *at home*. É difícil para nós, portanto, conciliar essa França com aquela outra resultante das atuações de uma minoria reacionária, de um grupo de homens com mentalidade de *baronets* medievais, intransigentes, que não reconhecem as aspirações alheias, asfixiadores de justas aspirações patrióticas; avaros de suas prerrogativas e de seus privilégios que têm um credo para si, quando seu país sofre na Europa, e outro para o resto do mundo, quando procuram manter um *status* colonial obsoleto, ilógico e nocivo até mesmo aos interesses da humanidade em geral.

Na África do Norte, à exceção da Tunísia, onde o problema se apresenta de maneira mais simples, todos os maometanos e a maioria dos liberais franceses estão preocupados com a crescente evidência de que quaisquer medidas que Paris possa tomar no sentido de estabelecer uma política de oportunidade igual para todos os cidadãos franceses, sem levar em conta a religião ou a raça, serão sempre travadas por esses baronetes feudais renitentes que controlam a imprensa no Marrocos e na Argélia e que contam, no Parlamento, com votos suficientes para impedir qualquer modificação substancial.

Em princípio de 1955, o terrorismo árabe e o contraterrorismo francês transformaram Marrocos e Casablanca em uma nova edição da Chicago de 1935 e forçaram o Primeiro-ministro M. Edgar Faure a decretar um Estado de Urgência.

O Residente-geral no Marrocos, M. Lacoste, proclamou por escrito, em praça pública, que esses métodos terroristas deverão cessar antes de qualquer reforma ser posta em prática. É um verdadeiro círculo vicioso, uma vez que dizem os ultranacionalistas: "Por que parar com o tiroteio? Que segurança temos de que as promessas de reforma deixarão de ser promessas?"

Note-se, de passagem, este fato curioso: entre as forças que se coligaram na assembleia francesa para a derrubada de um político esclarecido com Mendes France figurava, paradoxalmente (se é que para ele existem paradoxos), o Partido Comunista, cujos altos patrões em Moscou tinham, há pouco tempo, na ONU, sustentado as reivindicações árabes.

Que a queda de Mendes France não destrua as últimas esperanças de ver o problema ser solucionado pacificamente. Esse *desideratum*, buscam-no a maioria do povo francês, o mundo árabe, o mundo ocidental, os nacionalistas norte-africanos moderados e, até mesmo, reacionários, como os Fellaghas da Tunísia, que depuseram as armas à espera de uma nova constituição, prometida pelo Gabinete Mendes France. Só não o buscam os feodaux colonialistas, Moscou e o comunismo internacional. Os primeiros por cegueira e caturrismo; os últimos porque sabem que cada vez que o Ocidente, na África ou na Ásia, decide pela força uma cartada apenas (favoravelmente ou não) ganha Moscou, sentado, uma partida inteira.

2. Outras Áfricas Francesas

O grande pássaro prateado evoluiu duas, três vezes sobre o azul do Mediterrâneo junto à costa africana, como se estivesse ruflando as asas antes de empreender longo voo de invernada; enveredou direto sobre a Líbia e perdeu-se na altura e no branco acinzentado do Saara.

Há 134 anos, aos tempos do nosso grito do Ipiranga, o deserto estava sendo, pela primeira vez, atravessado por um europeu. Foram necessários quase três meses e 1.400 camelos para atingir Tumbuctú. Hoje, em menos de sete horas, o nosso pássaro prateado teria tragado as vastidões vazias do deserto, grandes tratos de densas florestas tropicais na região do imenso Lago Tchad, e estaria agora novamente fazendo airosas curvas sobre o Rio Congo, "enorme e coleante serpente", no dizer do novelista Joseph Conrad, antes de pousar em Brazzaville, capital da África Equatorial Francesa.

Esta colônia cobre um território de 1,5 milhão de km^2 e conta apenas com 4,5 milhões de habitantes. Tão baixo índice de população não reflete só a aspereza da região ou a pouca atenção que lhe dá a potência colonial, mas também o esporte da caça ao negro, muito praticado pelos europeus até o século XVIII e pelos árabes até bem recentemente. A maioria dos africanos enviados para as duas Américas provêm dessa região.

O sistema colonial francês adotado no imenso território não é ainda dos melhores, mas é bem superior ao que vinha sendo seguido até o fim da guerra, quando era pura e simplesmente a exploração das riquezas econômicas conferida a algumas companhias privadas que se comprometiam a reservar para o governo uns 15% dos ganhos. Esse lucro saía do lombo do nativo, que recebia um mínimo por seus serviços ou matérias-primas vendidas e que pagava um máximo por qualquer produto importado e obtido nas cantinas dessas companhias, as únicas existentes.

Atualmente, o governo francês está invertendo consideráveis capitais nessa colônia, principalmente em estradas de ferro e de rodagem. A melhoria de vida do nativo ainda está, entretanto, muito descurada, e não se gasta em educação mais de 1% da soma total destinada ao território. Madeiras e algodão representam as principais exportações da colônia. Atualmente, na província de Gabão, está sendo incentivada a venda de ébano e o plantio do cacau.

Fazendo um ângulo de 90º com a África Equatorial Francesa, na parte centro-norte do continente, estende-se para oeste uma enorme e larga faixa de terra, a África Ocidental Francesa. Ela envolve, em um grande arco, uma das porções da África onde seu pobre território foi objeto das mais complicadas e desconexas divisões políticas já verificadas em todo o mundo. Encontram-se lá oito entidades geográficas pertencentes a quatro diferentes nações europeias e um Estado livre, a Libéria.

Esse outro gigante colonial francês cobre cerca de 2,7 milhões de km^2 e tem uma população de 16 milhões de habitantes. Unida à África Equatorial, representa um pedaço de mundo dez vezes maior que a França continental. Essa colônia é bem mais rica que a Equatorial e sempre despertou maior interesse da metrópole. Possui grandes jazidas de minério de ferro, de bauxita, de fosfatos, de zinco e de cobre. Grande parte dessas riquezas está ao alcance de portos modernos e bem-equipados, como Dakar (capital da colônia), Conakry, na Guiné Francesa, e Abdijan, na Costa do Marfim. Este último é um excelente embarcadouro artificial, construído pela escavação de uma duna que protege uma imensa lagoa, rente à costa africana, desde perto de Cabo Verde. Essa obra de vulto bem demonstra o crescente interesse econômico que a colônia está despertando nos círculos governamentais. Os projetos ferroviários de uma ligação Dakar-Tumbuctu estão em via de serem atacados, e até o velho sonho de um Transaariano voltou a ser considerado.

Um dos grandes males da política colonial nessas regiões era a qualidade de funcionários que a França enviava. Naturalmente, com os

vencimentos tão irrisórios oferecidos pelo governo, era de espantar que existissem candidatos para empregos que os forçariam a viver nos mais árduos postos de qualquer serviço colonial. Entretanto, a lealdade demonstrada pelo burocrata da África Equatorial ao negar render-se ao governo do Marechal Petain valeu-lhe um crédito de gratidão que já está, de certo modo, sendo pago em melhoria de pecúnia e em maiores oportunidades políticas.

As quatro regiões em que está dividida a África Equatorial elegem cinco membros para o Conselho do Governador-geral em Brazzaville, bem como deputados para ambas as Casas do Parlamento francês. Contudo, em 1946, mui acertadamente, o governo resolveu conceder, como na antiga Roma Imperial, cidadania aos bárbaros de todas as suas colônias. Talvez esse gesto tenha muito pouco valor para o africano do interior, ainda meio asselvajado; entretanto, para aquele elemento já urbanizado, a medida foi de grande alcance. Deu-lhe participação direta na administração de suas próprias terras e assestou forte golpe em qualquer propaganda comunista baseada em não igualdade política. Em Dakar, atualmente, não só os funcionários do Conselho Municipal e da Prefeitura, mas também o próprio prefeito são negros africanos. No próprio Conselho de Dakar, há uma maioria de vereadores que são filhos do solo; outro tanto ocorre em Brazzaville.

L'Institut Français de l'Afrique Noire, sediado em Dakar, é outro belo exemplo do que há de esclarecido na atual política colonial francesa. É sem dúvida uma das melhores universidades existentes no continente, a qual, a par de encarregar-se da difusão da cultura ocidental, procura também incutir no africano um crescente interesse por sua própria história e pelo aproveitamento de suas manifestações artísticas primitivas.

À vista dessas excelentes medidas e do resultado satisfatório que elas já estão produzindo; à vista do potencial econômico latente dessas regiões, é estranho que a França não concentre todas as suas energias nas duas grandes Áfricas (Ocidental e Equatorial), em vez de dispersá-las na conservação forçada de territórios que, mais cedo ou mais tarde, terão de tornar-se independentes.

Não é preciso ser perito em assuntos econômicos para que se possa compreender e apreciar o plano de reabilitação francesa que o ex-Primeiro-ministro Mendes France gostaria de pôr em prática, isto é, industrialização total do território metropolitano, com ênfase na indústria pesada e semipesada e gradual abandono de uma economia baseada nas exportações vinícolas, no fabrico de perfumes e nas importações e nas vendas de matérias-primas coloniais obtidas a baixo preço, em virtude de um custo ínfimo de mão de obra nativa.

O exemplo é bem frisante na Europa de pós-guerra. A Holanda lançou-se a uma industrialização completa e, a despeito da perda de

seu império colonial nas Índias Orientais, mantém hoje uma posição econômico-financeira entre as mais sólidas do mundo. A economia alemã operou outro tanto, se não mais. O que se deu não foi milagre; foi apenas a força de vontade, o trabalho bem-orientado e o desejo de depender de si próprio, e não do trabalho de terceiros. Entretanto, a França poderá fazer ainda melhor e, quiçá, reaver rapidamente seu lugar de grande potência, se fizer da metrópole seu parque industrial e se dispensar seus melhores esforços ao rápido desenvolvimento econômico e político dessas duas grandes regiões africanas. Para isso, entretanto, precisaria esquecer completamente a África do Norte e a Indochina, que serão doravante sorvedouros de verbas, e não fontes de receita.

De 1946, quando se declarou luta aberta, até os Acordos de Genebra, a campanha da Indochina custou à França 92 mil mortos, 140 mil feridos e cerca de 600 milhões de dólares. Com esta soma, tão malgasta, certamente poderiam ter sido feitos e concluídos grandes projetos de captação de força hidráulica nos Rios Volta, Níger e Congo e grandes obras de irrigação do deserto. Quem sabe se não sobraria alguma coisa mesmo para a construção do tão sonhado Transaariano?

Contudo, o plano Mendes Frances, tão enfático no que tange às indústrias pesadas, tenderia a enfraquecer o *lobby* colonial argelino no Parlamento francês, propiciando, assim, uma solução mais rápida para o problema norte-africano. Que Paris olhe nessa direção, porque aí está de fato o futuro, o ressurgir dessa grande inspiradora do mundo latino, que é a França.

3. Indochina

A Indochina, de todos os problemas asiáticos, é o que, ainda em meados de 1955, mais desafiou qualquer prognóstico. Uma equação de facílima solução, em 1945, foi deixada converter-se em uma trágica charada internacional. Ao término da Segunda Guerra Mundial, uma pressão forte dos Estados Unidos sobre a França teria transformado a colônia em um ou em três países independentes (Vietnã, Camboja e Laos). Situação idêntica existia na Indonésia, mas o país foi criado graças, principalmente, ao apoio americano e apesar de todos os protestos holandeses.

Naquele tempo, na Indochina, o movimento pseudonacionalista de Ho Chi Minh era incipiente apenas. Não contava com o auxílio direto dos comunistas chineses. Cumpria aos Estados Unidos incentivá-lo, desassociando-se abertamente de qualquer reacionarismo colonial

francês e sufocando a liderança soviética ao enxertar nesse movimento de origem comunista todos os nacionalistas de tendências democráticas que formavam e que ainda formam uma percentagem considerável da elite política e cultural do país.

Assim, de início, seria roubada dos comunistas a maior arma de propaganda, ou seja, a alegação de que eles é representavam os verdadeiros interesses da nação, em virtude de seus sentimentos antifranceses e anticoloniais. Contudo, era querer demais que Washington enxergasse tão longe na Indochina. Na própria China, ele não reparava o perigo muito maior a que estava expondo toda a Ásia e todo o mundo, sustentando um governo desacreditado como o de Chiang Kai-shek e ajudando assim, indiretamente, a comunicação daquele imenso setor da humanidade.

No entanto, admitindo que o problema fosse de dificílima previsão, a vitória e a consolidação do movimento revolucionário de Mao Tsé-Tung deveria servir de aviso para que fosse adotada uma política realista ou idealista com relação à Indochina. A política realista é entendida como uma política de cooperação militar aberta, às claras, com a França, com o beneplácito da ONU – ou sem ele –, visando estabelecer uma faixa tampão na fronteira sino-indo--chinesa, ao mesmo tempo em que o eixo Moscou-Pequim seria notificado de que a transposição de tais limites significaria uma guerra total.

Evidentemente que essa política colocaria os Estados Unidos como parceiro e fiador do já muito desacreditado consórcio colonial francês no Oriente e lhe valeria a desconfiança de toda a Ásia, que acorda. Entretanto, essa linha de conduta estaria perfeitamente em harmonia com a atual Power Politics adotada por Washington, que teria o grande mérito de represar imediatamente a onda vermelha sobre o sudoeste da Ásia e assim não permitir que Pequim aparecesse aos olhos das nações ocidentais como grande potência, em razão do abandono militar em que a França foi deixada.

A segunda linha de conduta seria idealista, moral e preconizaria: a) retirada imediata de tropas, funcionários ou qualquer outro resíduo colonial francês; b) permissão para que qualquer pequena parte já anexada ao norte do Vietnã fosse integrada à China comunista (isso roubaria qualquer veleidade jurídica de futura extensão comunista para o sul, visto que não existiriam dois Vietnãs); c) proclamação da independência total da Indochina, quer dividida, quer federadamente; d) ocupação da fronteira sino-indo-chinesa com equipamentos americanos, mas com tropas orientais, de preferência dos países vizinhos ou do bloco neutralista; e) policiamento interno a ser feito por tropas de elite dos mesmos países, visando anteparar qualquer maquinação comunista.

Uma vez preenchidas essas condições, os Estados Unidos procurariam abster-se de qualquer ingerência nos negócios das nações recém-formadas. Usariam os bons ofícios da Índia ou da Indonésia, por exemplo, para qualquer negociação posterior. São soluções para o conflito indochinês, quando são consideradas à luz da alta estratégia e dos interesses das potências ocidentais, principalmente dos Estados Unidos (em razão da demarcação de sua linha *on ne passe pas* entre comunismo e democracia); da Inglaterra (em razão da segurança da Malaia); da Austrália e da Nova Zelândia (em razão de um espraiamento, por demais liberal, do conceito das áreas vitais para a segurança de um país).

Entretanto, para a Ásia, o problema da Indochina apresenta-se de maneira bem sucinta. Para a maioria dos países orientais, a não ser para o vizinho anticomunista (Sião) e para países como as Filipinas, intimamente ligadas à política americana, tudo se resume em uma pergunta: "quando sairá, enfim, a França da Indochina?" O meio por que sairá e que espécie de governo ela terá é coisa que, infelizmente, pouco preocupa a maioria dos asiáticos, tão obcecados estão pelo desaparecimento desses resquícios de colonialismo.

Para a França, a questão também é, por demais, sucinta, embora a pergunta seja oposta à primeira: "Até quando permanecer na Indochina?" Os meios da permanência também muito pouco preocupam Paris, haja vista a missão comercial encabeçada por Jean Saintemy que, desde a perda militar da Indochina, vem procurando obter concessões econômicas de Ho Chi Minh, a fim de dar ao mundo o que os franceses chamam de "um brilhante exemplo de coexistência". Foi essa mesma vontade de ficar de qualquer maneira, como hóspede intruso, a contragosto, que levou os mentores da política colonial francesa a continuarem apoiando Bao Dai, sob o risco mesmo de serem abandonados pelos Estados Unidos da América. No entanto, que fazer? Essa *presence* enlouquece os nossos caros franceses. Atitude raríssima em um povo que sempre foi célebre pela clareza do raciocínio, pela perspicácia das deduções. É uma obsessão essa questão colonial para a França, na Ásia. De outra maneira, é incompreensível como não sentem o ódio que os envolve, um ódio permeado de certo desdém depois do fracasso de Dien Bien Fhu. É essa obsessão que permite que tropas francesas, marinheiros de gritantes pompons e oficiais coloniais de quepes de meio palmo façam descarada, audaciosa, heroica e provocativamente o *footing* pelas ruas centrais de Cingapura, uma cidade que muito se assemelha politicamente, em meados do século, aos barris de pólvora que eram as cidades balcânicas antes da Primeira Guerra Mundial.

É de admirar, porém, que a Inglaterra, que vem sabendo conduzir-se na Ásia pós-guerra com raros tato e visão, permita que esses estopins, que

esses rastilhos ambulantes venham descansar de suas refregas indochinesas – e descansar uniformizados – em uma cidade onde o sentimento anticolonialista atinge talvez o seu mais alto grau em todo o continente oriental.

O encarniçamento com que a França defende sua posição na Indochina não é motivado por objetivos políticos de manutenção de seu prestígio ou passado colonial (atitude portuguesa com relação à Goa); não é por querer concorrer para o bonsucesso da estratégia global americana na demarcação universal das fronteiras comunistas; não é, ainda, motivado por razões idealistas de propagação de cultura, de língua e de religião. O verdadeiro motivo é econômico. A Indochina pesava muitíssimo para o bem-estar financeiro dos orçamentos franceses de antes da guerra. Concorria com 10% na balança do comércio. Nada menos de US$ 50 milhões foram exportados em 1938 pela antiga Federação Indochinesa. Arroz, borracha, milho, peixe, estanho e excelente carvão antracite. Cinco milhões de dólares que hoje, com a alta dos preços, representariam cerca de US$ 250 milhões. Mais ainda: as importações indochinesas não atingiam a terça parte de suas exportações, e uns 60% das ditas importações provinham do território metropolitano. A colônia deixava, portanto, um lucro líquido fabuloso. E aí está por que é tão difícil que a França se conforme com uma perda total. Aí está por que, para a preservação ainda que de um pouco, ela se humilha a ponto de negociar a obtenção de direitos comerciais no porto de Hai Phong com seu próprio adversário e vencedor de ontem.

Étnica e geograficamente, que espécie de região é a Indochina? Uma verdadeira encruzilhada do sudoeste asiático. O ponto de encontro de civilizações, de ideias, de religiões, provenientes da Índia, da China, da Malaia. Contém uma variedade considerável de raças, de povos e de línguas. Há indonésios puros nas terras altas; foi local sempre preferido pelos javaneses para o plantio do arroz. Há anamitas resultantes de uma mistura de indonésios e mongóis. Há cambojanos formados por uma mescla de arianos, mongóis e malaios, e há gente de raça *thai* proveniente do Sião que se esparramou há muitos séculos pelo que hoje constitui o Laos.

A população total é de cerca de 25 milhões, dos quais 16 milhões são anamitas, três milhões são cambojanos, dois milhões são *thais*, 500 mil são chineses e 50 mil são franceses, segundo recenseamento japonês de 1943. Foi nesse mosaico de raças, algumas orgulhosas de suas civilizações passadas, como os cambojanos (gente que foi capaz de idealizar e de construir maravilhas, como o templo de Angkor Wat); algumas plenas

de vitalidade belicosa, como os anamitas, que a França decidiu construir seu império colonial no Oriente. Saigon foi tomada de assalto em 1859; o imperador do Anam cedeu três províncias na Cochinchina, e outras porções foram sendo gradativamente absorvidas até que, em 1899, formou-se um aglomerado de colônias ou protetorados franceses sob o nome de União Indochinesa.

Não é possível deixar de reconhecer que a França tentou dirigir a Indochina como potência esclarecida. Quando sentiu que a Política de Assimilação, ou seja, um afrancesamento geral das instituições, dos hábitos e do viver dos nativos encontrou determinada oposição, procurou dar uma pequena participação aos nativos, associando seus melhores elementos à vida política e administrativa da colônia. Não resta dúvida tampouco que, tal como aconteceu na Argélia, a França, no exíguo período de 40 anos de paz (colonialmente falando, desde o estabelecimento da união até a invasão japonesa), conseguiu transformar a Indochina em um próspero país agrícola, unir suas afastadas províncias por meio de estradas de ferro, promover suas fontes de extração mineral e dar certa união política àquele variado conjunto de homens que habitam essa encruzilhada asiática.

Entretanto, por mais benevolente e bem-intencionado que seja um empreendimento colonial, está ele fadado ao insucesso, a menos que a potência ocupante concorra com farta dose de sangue de seus filhos, não em lutas, mas em um processo voluntário e espontâneo de miscigenação, no qual os rebentos resultantes tenham ambiente e oportunidade de orgulhar-se de suas origens, e não a necessidade de a encobrirem, como acontece com a maioria dos eurásios[9], verdadeiros párias oriundos dos três últimos séculos de colonialismo e que ainda vivem, socialmente falando, em uma espécie de terra de ninguém.

Omissões ou discriminações desse jaez tendem a obumbrar qualquer espécie de apreço aos resultados positivos obtidos pelo país colonizador, principalmente quando o povo subjugado mantém viva a recordação de sua grandeza passada, como o mantiveram todas as nações asiáticas, até mesmo as que pareciam mais inermes, como a Indonésia, sob o controle holandês. Assim aconteceu com os povos que habitam esses fertilíssimos vales e deltas dos Rios Mekong e Vermelho. Seu antagonismo à potência ocupante nunca deixou de existir. Pendores nacionalistas sempre fumegaram em forma latente. A derrota russa em Port Arthur serviu-lhes de aviso (como para muitos outros povos asiáticos) de que poderiam fazer uso também das formas exteriores da civilização ocidental. A ida de

[9] Refiro-me não só aos eurásios originários das colônias anglo-saxãs e holandesas, mas também, sob certos aspectos, aos de origem franco-indochinesa, aos quais, por exemplo, não era permitida a emigração para a metrópole.

destacamentos coloniais indochineses à Europa durante a Primeira Guerra Mundial familiarizou esses povos com a maneira de pelejar do europeu; a investida fulminante do Japão sobre o sudoeste asiático terminou para sempre com o mito da superioridade guerreira do homem branco.

Nada resta *de la présence française* a não ser as fábricas, as estradas, as minas. Nem mesmo a unidade econômica. A unidade política, então, se desbaratou ao primeiro sopro do nacionalismo indochinês, depois de 1954. Então, depois de Dien Bien Phu, parece que nem a recordação do antigo "protetor" querem guardar os três países recém-formados. A União, no que concerne ao Vietnã Meridional, ao Laos e a Camboja, não é uma realidade, é um mito acreditado unilateralmente pelo governo francês.

Para um brasileiro, o que vale quase sempre dizer, para um admirador da França, foi triste reparar seu embaixador completamente evitado, desprezado mesmo, na Conferência de Bandung, pelos delegados dos três países que, pelo menos teoricamente, ainda estão associados ao governo de Paris. Enquanto isso, o embaixador inglês, que ali também compareceu como observador, recebia provas da maior cordialidade e mesmo de simpatia da totalidade dos países ásio-africanos partícipes da Commonwealth, os quais pareciam querer demonstrar o orgulho que derivam de tal associação. Infelizmente, esses foram e serão por muitos anos os frutos resultantes da intransigência francesa.

Poder-se-ia replicar que da ação francesa desenvolvida em quatro ou cinco décadas de colonialismo persiste pelo menos o fator religioso, isto é, a conversão de cerca de 2,5 milhões de orientais para o catolicismo romano. Entretanto, a bem dizer, esses resultados não foram causados pelo colonialismo, mas por uma obra lenta e perseverante de proselitismo clerical iniciada no século XVI por portugueses e espanhóis em toda costa indochinesa e continuada, mais tarde, por missionários franceses na província de Anam.

Quando se diz que "nada mais resta da presença francesa", de um lado, tem-se em vista uma atuação positiva e benéfica da ex-potência dominadora na vida dos países recém-formados ou no grau de admiração com que esses últimos ainda podem olhar, imitar ou desejar a colaboração da França. De outro lado, no sentido de presença negativa, prejudicial e não desejada de um país em outro, a França continua onipresente por meio de seus soldados, de seus oficiais, de seus burocratas e homens de negócio na vida do Vietnã Meridional, do Laos e da Camboja.

O Vietnã Meridional é onde mais se manifesta a ação intempestiva da insistência francesa de querer continuar a manter os restos de sua

influência passada e a obter, pelo menos, uma parcela dos lucros coloniais de antanho. A política francesa na região caracteriza-se por uma ausência completa de idealismo, por uma amoralidade de conduta em que o fim visado justifica quaisquer meios – isso desde junho de 1940, quando os japoneses forçaram os administradores coloniais franceses na Indochina a aceitarem uma comissão de controle para a direção da estrada de ferro Tonking-Yunnan, elo vital para os planos da estratégia nipônica. Acrescente-se que essa falta de idealismo que caracterizou e que ainda continua caracterizando a sucessão de acontecimentos com relação à Indochina não é crime gaulês unicamente. Todos os países que se imiscuíram em longo ou curto prazo na história desse importante cantinho da Ásia usaram do mais completo egocentrismo, até mesmo os companheiros de sangue dessas pobres marionetes do teatro oriental, que estão sendo desengonçadamente manipulados, ao sabor de qualquer mão estrangeira que lhes puxe os cordéis.

Vejamos, em princípio de 1942, depois da conquista da Malaia, os japoneses organizaram um governo fantoche encabeçado por Bau Dai, Imperador do Anam, mas continuaram se valendo dos franceses para administrar e para, de fato, mandar nos nativos. A máquina colonial francesa foi mantida intata até o fim da guerra. Completa falta de idealismo nipônico, portanto. Em Potsdan, foi decidido que a parte norte da Indochina seria reocupada pelos chineses de Chiang Kai-shek e que a parte sul, pelas forças inglesas. A finalidade era desarmar as forças nipônicas antes de o país ser entregue aos franceses. O Paralelo 16º seria a linha demarcatória. Nem ingleses nem chineses se apercebem ou quiseram se aperceber de que já existia um governo (nesse tempo rotulado unicamente de nacionalista) encabeçado por Ho Chi Minh, com real controle sobre muitas partes do Vietnã e o que contava com o apoio de uma grande parcela da população. Em princípio de 1946 os ingleses entregaram a parte do sul do país aos franceses e aos chineses; depois, fizeram outro tanto com relação à parte norte, sem que, nem de leve, fossem consideradas as aspirações de emancipação do povo indochinês. Em 1943, Bau Dai, que já se havia prestado a servir de testa de ferro para os interesses japoneses, voltou a fazer outro tanto para os franceses. Depois, vêm os longos anos de guerra contra os comunistas da Liga pela Independência do Vietnã (Viet Minh) e de indecisões da política americana, que já não tinha nem idealismo bastante para tomar uma atitude absolutamente refratária ao colonialismo francês nem se dispunha a ajudar integralmente as forças coloniais, a fim de sustar a derrocada que terminou em Dien Bien Phu e em Genebra.

Chega-se, assim, à terceira fase desse terrível drama, no qual são considerados os interesses de todos, exceto daqueles que eram os donos do país. A partilha foi feita em Genebra, e os vietnamitas foram oficialmente divididos, até a realização de um plebiscito, em 1956 (o qual tudo leva a crer não se realizará), e apareceu, pela primeira vez em um posto de destaque, que há muito merecia, um patriota de invulgar qualidades, o Senhor Ngo Dinh Diem, Primeiro-ministro do Vietnã Meridional.

O país, à beira do anarquismo, tinha um sem-número de problemas para resolver, para enfrentar. Nos anos caóticos da luta contra Ho Chi Minh, os franceses tinham permitido a eclosão de seitas político-religiosas de caráter fanático e o aparecimento e a estratificação social de generais feudais que mantinham seus próprios exércitos, coletavam seus próprios impostos e agiam, em geral, com a máxima independência, arrogância e crueldade, em suas respectivas esferas territoriais. Tinham também permitido o crescimento de uma matula de criminosos comandada por certo General Le Van Vien, intitulada Binh Xuyen. Esses perigosos elementos eram compostos de cerca de oito mil homens. Os chefes controlavam a prostituição, o comércio de narcóticos, um bando de assassinos assalariados e até mesmo a polícia de Saigon. O funcionalismo da cidade dependia de uma percentagem, que as autoridades francesas auferiam dessas escabrosas transações, e o próprio Imperador Bau Dai era mantido em sua interminável e dispendiosa vilegiatura de Cannes à custa de cheques bancários de igual proveniência. Acrescentem-se a esses males a interminável chusma de refugiados do Vietnã Setentrional que, sem cessar, atravessa a fronteira, fugindo do regime comunista, a ausência quase completa de um comércio exterior e a importação de armas e de petróleo para o governo nacionalista, proveniente da América, mas distribuída pelo comissário-geral francês e poder-se-á formar uma ideia da envergadura do problema com o qual se defrontava o primeiro-ministro indochinês.

Tudo levava a crer que uma vez sequer os anseios nacionalistas desse pobre povo asiático, tão cansado de lutas externas e internas, encontraria algum eco, alguma ajuda desinteressada por parte da França e dos Estados Unidos. Ademais, tudo mostrava que o governo do Senhor Diem polarizava a simpatia e o apoio do que de melhor e de mais patriótico havia no Vietnã. Bastava que a França não adotasse táticas de *divide and rule* e que não se imiscuísse nos negócios internos do país, e que os Estados Unidos ajudassem direta e abertamente ao jovem governo, e não por intermédio da França.

Observou-se justamente o contrário. A França, em sua cegueira, lançou mão de todos os recursos para estabelecer a anarquia, a guerra

civil no país, a fim de desacreditar o governo nacionalista de Diem. Os americanos, embora inteiramente favoráveis ao primeiro-ministro, limitaram-se a "torcer" pela vitória dos nacionalistas, nas verdadeiras batalhas que eles travaram nas ruas de Saigon, contra os regimentos dos generais feudais e contra os *gangsters* da Binh Xuyen. Essa gente reclamava a continuação de seus impossíveis privilégios e era completamente acobertada pelas autoridades civis e militares francesas, que viam na anarquia o último recurso para a volta do país a um simples *status* colonial.

Parece (em maio de 1955, ao tempo em que o assunto está sendo considerado), no entanto, que a fibra demonstrada pelos nacionalistas vietnamitas e que o sacrifício desnecessário de vidas e de valores que vem sendo feito desde o término da Segunda Guerra Mundial não foi em vão. Os franceses acabaram de anunciar a retirada dos 80 mil homens que compõem sua força expedicionária no Vietnã Meridional da cidade de Saigon para zonas de embarque na costa, cuja manutenção apenas os Estados Unidos gastam, anualmente, cerca de US$ 100 milhões.

Seria excelente indício que a França adotasse medidas semelhantes com relação a militares ou funcionários estacionados no Laos e no Camboja. Pelos acordos de Genebra, os franceses deixam uma missão militar junto dos exércitos do Camboja. No Laos, a França continua mantendo forças e bases militares. Quem sabe se a França ordenasse a retirada imediata dessa gente e não teimasse em querer enquadrar tais países no esquema da Union Fraiçaise, em uma espécie de mostra tardia de sinceridade, ainda não surtiriam alguns proveitosos resultados?

Capítulo VI

Portugal no Oriente

Em poucos meses, comemorar-se-ia o quarto centenário da fundação de Macau. As autoridades metropolitanas se esmeravam em aprestos. Lisboa enviaria altos dignitários, talvez um vaso de guerra, ou, quem sabe, mais um luzido regimento colonial para mostras de um prestígio de fato. Eram 400 anos de possessão ininterrupta sobre aquela impigem na rechonchuda face da China continental e, por força, deveria haver muito foguetório, muito discurso, muita "falação" à nossa meiga, nada maliciosa e nada perspicaz maneira luso-brasileira.

No entanto, o que seria perfeitamente inócuo e inconsequente há 10 anos, agora, nesta época de nacionalismo em ebulição, é um passo errado, uma tremenda falta de subtileza, por parte de Portugal. O Senhor Chou En-lai franziu o seu quase inexistente sobrolho e ejaculou, zangado, palavras misteriosamente chinesas que, decifradas em linguagem do Ocidente, significam:

> O Dragão nunca esteve tão forte e robusto quanto agora; além disso, já está bem irritado e bufante com a questão de uma Ilha Formosa que, dia a dia, mais enfeia seus planos, em Pequim. Convém, pois, que se cancelem quaisquer festividades, a fim de que o bicho, fustigado em seu orgulho pátrio, não varra de um momento para outro a pitoresca península com uma baforada de fogo.

Portugal concordou e resignou-se em feriar apenas a data da fundação; tudo a ser feito com muita modéstia e recato.

No outro dia, toda a imprensa asiática, de Karachi a Tóquio, paginava a notícia na folha do rosto, em letras garrafais. Farejava-se outra edição de Goa, vaticinava-se a deglutição não só de Macau, mas também de Hong Kong. Esse pensamento evidentemente desagradável para os súditos ingleses também o é para a maioria dos chineses que habita a mais próspera e a mais bela de todas as colônias da coroa que Sua Majestade Britânica ainda possui mundo afora. Tudo isso porque as autoridades lusas, aproveitando-se do calendário, quiseram desenterrar um prestígio material de soberania de fato, completamente em comatose no Oriente.

Maior prova de verdadeiro e imorredouro prestígio português presenciei nessa mesma semana em Cingapura, durante a missa de domingo na Catedral do Bom Pastor. Visitava a paróquia Dom João de Deus Ramalho, Arcebispo de Malaca, prelado português, figura digna, barbuda e ilustre a quem os 30 mil católicos da cidade votam o mais profundo respeito. O velho e grande edifício construído aos tempos da fundação da cidade, em princípio do século passado, transbordava do mais variegado lote de devotos, já reunido em uma igreja.

Havia malaias de *sarong*, jovens chinesas com seus elegantes *chongsans*, outras mais velhas e mais recatadas vestindo os tradicionais pijamas e blusas negras, indianas de *sari*, inglesas muito inglesas no trajar, *sikhs* altíssimos de barbas muito longas.

Era missa cantada com todo o ritual litúrgico dispensado a altos dignitários eclesiásticos, bem como àqueles que, pela primeira vez, comungam com o Senhor. Que magnífica mostra de fé. Que exemplo comovente de catolicismo militante. Exemplo utilíssimo para ocidentais, em geral, e para nós brasileiros, em particular, que somos católicos quase apenas por tradição. Mornos na fé e na observância dos preceitos, por pertencermos a país estatisticamente católico, cuidamos apenas de criticar e de desmerecer o que a Igreja já fez, sem reparar no muito que continua fazendo, a despeito de obstáculos quase insuperáveis. Belo espetáculo para nós que não nos cansamos de praticar e de incentivar nossos filhos a que eles pratiquem o sempre popular esporte indígena de ridicularizar, de "malhar" o padre, equiparando, assim, injustamente, o clero que labuta em zonas adversas ao de países como o nosso, onde a fala de competição, de desafio por parte de seitas protestantes ou de religiões orientais age como entorpecente, transviando alguns de seus representantes.

Aquela missa matinal, aquele rebanho não só tão diverso, mas também tão contrito; os 30 mil católicos asiáticos existentes em Cingapura; os colégios de padres portugueses tão considerados e prestigiados pelas diferentes raças que formam a salada humana daquela cidade; os mil

conversos, que arrebanhados anualmente entre os orientais; tudo isso representa para Portugal um renome muito maior que a soberania de fato sobre qualquer ponta de alfinete semelhante a Macau, a Goa, a Diu ou mesmo a Timor.

Então, em Malaca, cidade muito mais velha que Cingapura, que há séculos já não é mais português, é que se pode notar, em toda pujança, a força desse prestígio espiritual, moral e étnico que os lusos souberam conquistar por todo o Oriente e que nos convém não só manter, mas também reavivar ainda mais, por meio de um bom planejamento luso-brasileiro.

Visitei rápida, mas fervorosamente essa cidade, talvez a mais rica em tradição em todo o Oriente. A história de sua fundação remonta aos séculos XIV e XV. Primeiro adventícios mercadores chineses; fenícios do Oriente, em suas lucrativas andanças entre o Catal e a Índia. Depois, um príncipe exilado da dinastia hindu-javanesa Modjopahit ali foi fixar-se. Guerreiros burmeses, navegadores árabes, piratas malaios da Sumatra, comerciantes do Sião, todos concorrem para aumentar a fama da cidade, até que os portugueses, em 1511, a transformaram definitivamente em uma Cingapura do século XVI. Mais tarde, em 1641, com o declínio imperial das Quinas, chegaram os batavos e, finalmente, os ingleses, no século XIX.

Talvez não haja recanto no Oriente que tenha possuído tantos donos, e onde crenças, raças e costumes tão diversos se tenham roçado de perto e por tanto tempo. Etnicamente, Malaca poderia ser comparada a uma pantagruélica forma de bolo, na qual uma doceira ciclópica coloca, em camadas superpostas, ingredientes diversos. A camada portuguesa ficou justamente no meio e agiu como poderoso elemento de ligação, como fermento.

Lusos misturaram-se abundantemente com as nativas malaias e com o elemento chinês que ali já se encontrava. No entanto, muitas famílias indianas de Goa e do Cochim, já portadoras de sangue português, vieram residir em Malaca. Com a tomada da cidade pelos holandeses, houve novo caldeamento com a união de louros batavos às famílias semiportuguesas. A passagem da cidade para o mando de Sua Majestade Britânica motivou novo movimento de interpenetração racial. O inglês, ele próprio, não condescendeu em fazer parte do coquetel, mas propiciou, com a expansão econômica da Malaia, a vinda de novos elementos, como chineses do Cantão e Tamils do sul da Índia.

Naturalmente, com a passagem dos séculos, a percentagem de sangue português se foi diluindo e se tornando cada vez menor, mas mesmo assim esse pouco que existe ainda é responsável pelo excelente

clima social e étnico que se nota não só na cidade, mas também em toda a província de Malaca.

Em uma época como a presente, em que, a despeito do bom senso e da esclarecida política colonial inglesa, a Península da Malaia é um vulcão de reivindicações nacionalistas, de fermentações de diferentes grupos raciais, de desconfianças e rivalidades entre malaios e chineses, de efervescência e guerrilhas comunistas, esse ex-bastião lusitano é como o lago azul sem ondas, sem espumas do conhecido soneto de Júlio Salusse.

Desde que o automóvel atravessa a ponte sobre o Estreito de Johor (a porta dos fundos de Cingapura, a estreita faixa d'água escolhida para a travessia da máquina nipônica de conquista em 1941), o viajante sente que penetrou em zona perigosa, de guerra, embora não declarada. Pesados carros blindados patrulham as estradas incessantemente; as vias de acesso até para os mais insignificantes lugarejos estão sempre barricadas; as cidadezinhas mais importantes têm altas porteiras e estacadas medievais, guarnecidas noite e dia por latagões australianos de chapéus de aba virada ou por *gurkhas* em seus imponentes turbantes. Esse é o quadro sombrio com que defronta o viajante quase em todas as unidades da Federação Malaia. Ao cruzar, porém, a linha divisória entre o sultanato de Johor e a província de Malaca, distingue-se enorme letreiro: "*You are now entering a white zone*", advertindo ao motorista que ele está entrando em um setor não infestado pelos bandidos.

Será que até na dificílima política de uma Malaia agitada e em formação a mera existência de resquícios portugueses em uma pequena, dormente e histórica cidadezinha possa influenciar chineses, malaios e indianos, no sentido de estabelecerem uma faixa de paz e harmonia em volta daquela esquecida joia da lusitanidade? É possível, porque para o asiático em geral, e até mesmo para o comunista asiático, o português (mesmo aquele ainda todo branco, chegado há pouco tempo da metrópole) não é europeu, é português e nada mais. E esse *nada mais* é um grande, ainda que inconsciente, elogio que as raças orientais rendem a Portugal.

É provável que Malaca não impressione tanto o visitante interessado em coisas de Portugal, mas que a quer ver sob o prisma do turista ou com os olhos do historiador. Ela deve impressionar muito mais àquele que a observa do ponto de vista do sociólogo, do antropologista. Embora visualmente não nos ofereça tanto quanto Goa, quanto a cidade do Salvador na Bahia, ou quanto Macau, como repositório de relíquias e tradições lusitanas, ela ainda guarda muito para brindar àqueles que se atrevem a chegar tão longe, a lugar de tão difícil acesso, em uma espécie de *recherche du temps perdu* das coisas de Portugal.

São as ruínas da Igreja da Anunciação, velho edifício construído em 1511 pelo grande Albuquerque. Em 1642, apesar da obstinação do conquistador holandês em arrasar tudo que lembrava Portugal ou a religião católica, aqueles vetustos paredões resistiram. Os batavos não puderam fazer mais que profanar a imponente igreja, convertendo-a em uma espécie de cemitério para seus comerciantes, conquistadores e navegantes de passagem por Malaca. Desse modo, ao lado da cova de um São Francisco Xavier que ali esteve sepultado até sua transladação para Goa, se veem outras lajes com nomes completamente arrevesados para nossos olhos e ouvidos latinos. Dentre eles, o de Merrowan Riebeek, a esposa do fundador de Cape Town, o homem responsável pela África do Sul, o maior empreendimento do colonialismo holandês.

Outro sítio de grande intensidade emotiva para o visitante luso-brasileiro é o Forte de São João. Ele está a um quilômetro mais ou menos do centro, suas velhas muralhas, altaneiras ainda, estão plantadas sobre graciosa colina, esbatidas pelo sol poente que vem do lado do mar, dos lados da Sumatra. Por ali, por aquelas seteiras, há 400 anos ou mais, portugueses valentes espreitavam o oceano, buscando o sarraceno traidor, o pirata chinês ou, mais tarde, o adversário da pérfida Batávia. Hoje essas muralhas são uma espécie de abrigo, de ponto de meditação para os estudantes, principalmente os chineses, que ali vão todas as tardes ler, fazer suas tarefas, longe do trabalhinho e do vaivém da cidadezinha oriental. Não deixa de ser uma coincidência curiosa que esses jovens chineses, tão ansiosos pela educação e pelo saber, componentes dessa geração tão empenhada em colocar a Ásia no mesmo plano intelectual e técnico do Ocidente, venham pôr-se à sombra de ruínas de Portugal, país responsável pela primeira e sincera tentativa europeia de transmitir ao asiático seus avanços tanto materiais quanto espirituais. Ainda hoje a língua malaia atesta esse empenho lusitano; escola, em malaio, é *Sekolan* e igreja, *geredja*.

Outro ponto de obrigação, de peregrinação turística, é a Porta da Tranqueira, que os orientais chamam de Tranquerrah Cate. Era a portada medieval que, em priscas eras, fechava o reduto malaquenho às incursões dos nativos que viessem por terra. Além dessas relíquias, dessas ruínas, existem outros monumentos essencialmente portugueses, como colégios e igrejas construídos mais tarde, nos séculos XVII e XVIII. Há também o Portuguese Settlement, uma pequena e modesta vilazinha construída, a meio quilômetro da cidade, pelas autoridades inglesas, a fim de abrigar a minoria portuguesa; portugueses certamente pelas tradições e pelo *patois* que falam, são contudo dificilmente identificáveis, pois tão misturados

estão com chineses, hindus e outras raças. São quase todos pescadores e, em razão de terem as características do pescador português de não juntar dinheiro, de labutar toda a vida e de morrer pobre, essa gente ficou muito trás, financeiramente, do empreendedor chinês, criatura de grandes qualidades comerciantes e que pode competir de igual com qualquer homem de negócios, até mesmo com os de origem semita. Apenas algumas famílias sobrenadaram, ficaram à tona, permaneceram em Malaca e não se retiraram para essa espécie de asilo de assistência social, construído e brindado pelas autoridades inglesas. Dentre elas, a do Senhor Gomes, um português amorenado, bem escuro, com muito sangue indiano, mas que, se surgisse no Ceará, diríamos ser caboclo autenticamente brasileiro. Quando de minha passagem, esse "cearense" asiático acabava de ser designado pelas autoridades da Federação da Malaia para o cargo de representante das minorias de Malaca. Era figura considerada e querida quer por chineses, quer por indianos e até mesmo por malaios, gente difícil e que atualmente anda em fase aguda de rivalidade por todo o sudoeste da Ásia.

Em uma tarde em que fui tomar chá na casa desse senhor e cuja esposa (portuguesa achinesada de Macau) me brindou com um bolo autenticamente português ou brasileiro, tive ocasião de falar acerca dos planos futuros desses nossos remotos parentes. Disse-me o anfitrião que já havia decorrido mais de ano que os visitara o Ministro das Colônias, Almirante Sarmento Rodrigues, que prometera, em nome de Portugal, interessar-se pela sorte dessa gente. Não é tanto a dificuldade econômica que preocupa o líder desses portugueses, mas a instabilidade política que poderá advir depois que Malaca deixar de fazer parte do Império Britânico. O que de fato o atribula é a possibilidade de uma recrudescência de passadas rivalidades religiosas, caso os malaias obtenham incontestável supremacia política dentro da recém-criada federação.

Por que Portugal e Brasil não se interessam mais pela sorte dessa pobre gente? Nosso país principalmente, para o qual esses pescadores poderiam ser de grande utilidade.

No dia seguinte, ainda em companhia do Senhor Gomes e dos reverendos padres da Igreja de São Pedro, João Paulo de Sousa e Inácio Ho, ambos luso-chineses de Macau, visitei o bairro português e, especialmente, a escola primária ali existente. Era tudo muito humilde, muito pobre, mas muito limpo e saudável. O edifício tinha dois andares, todo calado de novo, e havia cerca de 200 crianças, de todas as cores do arco-íris, sob a direção de algumas freiras portuguesas, mas bem falantes em inglês. Um quadro assaz complexo para ser visualizado por olhos

brasileiros. Crianças de todos os tipos e feições, ensinadas em inglês por madres portuguesas. Nas salas muito alvas quase sem mobílias, um retrato muito bonito de Sua Majestade, a Rainha Elisabeth.

Minha chegada produziu um zum-zum de falinhas em chinês, em inglês e em malaio. E pensar-se que, horas depois, de volta às suas humildes casinhas, essa revoada de passarinhos de plumagens tão diferentes iria encontrar pais e avós que falavam outra língua estranha, um português quinhentista.

Esse cantinho da Ásia e essa escola *sui generis* mereceriam uma observação mais longa, mais atenta e carinhosa dos estudiosos brasileiros e, principalmente, a visita do grande mestre Gilberto Freyre, que, infelizmente, em sua viagem ao ultramar, não teve tempo nem oportunidade de ir até Malaca. Esses Rodrigues, esses Sousas, esses Albuquerques, esses Gomes, esses Silvas de tez amarelada e olhos oblíquos, ou de cabelos lisos e pele escura, à maneira indiana, mereciam que o Brasil estabelecesse um contato mais íntimo com eles.

Contudo, não são só os monumentos materiais e históricos encontrados em Malaca ou em qualquer ponto da Ásia que atestam a passagem de portugueses e que os tornam, junto com os brasileiros, ciosos do passado. É a própria existência desses tipos tão heterogêneos (e que, no entanto, insistem em considerar-se portugueses, em falar português, em manter acesas as tradições e usanças portuguesas) que faz com que Portugal, embora não seja uma presente realidade como na época do império colonial, seja e continue sempre a ser uma realidade de harmonia étnico-social, um fulcro de expansão cristã por toda a Ásia, caso ele e o Brasil deem a devida atenção a tais gentes.

Nada melhor que as horas de automóvel em Cingapura e Malaca para se sentir a discrepância dos sistemas colonialistas português e inglês. O de Portugal, com sua ênfase acerca do aspecto religioso; o inglês, com a sua política de *laissez-faire*, totalmente oposta à lusitana, em assuntos espirituais.

Olhando-se a cidade de Cingapura do alto, a par do arredondado dos tetos das mesquitas, das filigranas dos muros dos pagodes hindus ou das espiras pontiagudas dos templos budistas, divisam-se, também, muitos campanários, muitas cruzes. Devem-se ao proselitismo português, mais tarde coadjuvado um pouco pelo francês. Ao entrar em Malaca, 300 milhas depois, divisam-se novamente outras tantas cruzes, outros tantos campanários, resultado também do esforço e da crença portuguesa. Entrementes, por todo o trajeto no sultanato de Johor, não se vê um único templo cristão. O maometanismo domina absoluto, pois o interior da Península Malaia nunca foi trilhado pelo português.

Ao longo das costas, porém, pelo rendilhado de ilhas não só malaias, mas também de todos os arquipélagos do sudoeste da Ásia, a presença portuguesa é sempre notada. Ainda há lugares remotos no Oriente e na África onde o brasileiro e até mesmo o português investigador jamais pensaria existir uma influência lusitana; no entanto, ela existiu e ainda teima em existir. Ainda persiste latente na língua, nos costumes, no nome das pessoas e das ruas, no título das localidades.

O impacto de Portugal no Oriente e na África não pode ser medido em termos do império que foi ou que ainda lhe resta. Deve ser avaliado pelos traços linguísticos, religiosos, culturais e étnicos, muito mais permanentes, e que marcam a "presença" lusitana não só em áreas geograficamente limitadas, onde Portugal ainda exerce ou exerceu controle, mas também em outras remotas, onde julgávamos ter sido apenas transitória a passagem de seus filhos.

A língua malaia e a sua mais aristocrática progênie, o *Bahasa Indonesia*, estão repletas de palavras fonéticas e morfologicamente portuguesas ou aportuguesadas. Os nomes lusitanos abundam na Índia e, em menor escala, na Indonésia, no sul da China, em Cingapura. Há pouco tempo, a aristocracia da histórica ilha do Ceilão demonstrava grande orgulho de sua ascendência lusitana. Em Madagascar, ainda se encontram mementos da passagem dos portugueses. Diogo Dias, em princípio do século XVI, descobriu a imensa ilha e batizou-a com o nome de São Lourenço. Ainda por essa época, caravelas de el-Rei naufragaram nas imediações, e os tripulantes, quais Caramurus do Índico, plantaram casa e família nas cercanias do atual Port Daufin. Até hoje, existe ainda ali um grupo étnico denominado Antanosy (povo das ilhas), detentor de um folclore riquíssimo em memórias portuguesas. As lendas dos próprios nativos de Madagascar falam também de um grande chefe Andramasinoro, cujo sufixo masinoro deve, sem dúvida, ser corruptela de monsenhor – *monsinhoire*, na pronúncia lusitana.

Por muito tempo, o português foi a língua franca de grandes porções da imensa Ásia. Representou, nos séculos XVI e XVII, o mesmo que o inglês significa neste século. Por exemplo, no remoto Reino do Sião, o português foi mesmo língua diplomática até o século XVIII.

Em 1511, logo após a conquista de Malaca, Afonso de Albuquerque despachou seu primeiro emissário à Ayutthaya, antiga capital do país, situada a mais de 50 milhas rio acima. Em 1516, Duarte Coelho foi enviado, a fim de estabelecer um acordo com o Rei Rama Tibodi. O plenipotenciário luso, em negociações que demonstraram quão arguta era a diplomacia de Lisboa, já nos albores do século XVI, conseguiu receber em troca de uns

poucos armamentos consideráveis privilégios comerciais e grande área para a construção de uma feitoria.

O prestígio das Quinas subiu de tal maneira que, já em 1535, o Reino dos Parassóis possuía uma guarda de elite composta de 120 soldados lusitanos (uma espécie de missão militar americana nos moldes modernos), que servia para ensinar os siameses a fundir canhões, construir fortalezas, familiarizá-los, enfim, com todas as facetas das artes bélicas. Essa guarda desempenhou tão importante papel na defesa do Reino do Sião, durante o conflito com a Birmânia, em 1548, conhecido nos anais lusitanos como a Guerra do Pegu, que até hoje o local de seu aquartelamento na feitoria de Ayutthaya ainda é conhecido por *Ban Portuguet*, que significa em língua thai o campo português.

A feitoria abrangia considerável área de um quilômetro de comprimento por 300 braças de fundo, ao longo do Rio Menan, e quem se aventurar por aquelas bandas tão distantes encontrará ainda hoje sólidas ruínas de igrejas e de fortes lusos.

Em meados do século XVIII, o prestígio português material e militar no Oriente estava em declínio. O Reino do Sião, tão importante também no século XVI, já não tinha força para fazer frente aos exércitos burmeses, que o atacaram e destruiram, em 1767, a antiga capital. O Campo de Ayutthaya foi abandonado, mas ainda assim a posse real desse pedaço de terra tão longínqua continua garantida a Portugal. O governo da Tailândia até hoje não deu título de propriedade aos "posseiros", que há muito vêm ocupando essa preciosa relíquia territorial lusitana.

A prova do prestígio e da posição muito especial que Portugal sempre guardou na Tailândia é comprovada pelo fato de que, mesmo depois da transferência da capital, o próprio rei sugeriu o estabelecimento de nova feitoria e consulado, na atual de Bangcoc. Ali, poderiam os portugueses, já não tão fortes como antes, vir novamente construir seus navios e negociar.

Em 1820, Carlos Manuel da Silveira, primeiro feitor em Bangcoc, escreveu ao Conde de Rio Pardo, Vice-rei e Capitão-general dos Estados das Índias:

> Concluídas todas as visitas de cerimônia, dei princípio a tratar com o príncipe Cromachiete e antes de tudo requeri que se me dessem mais terrenos do que os que tinham sido dados há poucos dias a José Joaquim de Noronha, mandado aqui para fabricar um Navio. [Acrescentava ainda o feitor na linguagem burocrática de então]. Obtive afinal de muitos debates que, explicando tudo, encheria um grande número de páginas que seriam fastidiosas a Vossa

> Excelência, mais de 72 braças de fundo e 34 ao longo do rio, ficando com dois gudes para fabricar o navio de todo o porte e um riacho no meio para guardar madeiras etc.

A doação constou de uma considerável área de 14 mil m² às margens do Rio Menã, onde mais tarde veio a ser localizada a zona mais central da cidade. Hoje em dia, grande parte do terreno foi arrendado a companhias estrangeiras exportadoras, que ali edificaram enormes armazéns de depósito de arroz, o ouro do Sião. Contudo, assim mesmo, ainda há bastante terra em volta do edifício do consulado. Este foi projetado pelo Visconde de São Januário, Governador de Macau, depois de uma visita feita ao Reino do Sião em 1874. O prédio é sem dúvida uma joia da arquitetura colonial; embora esteja um pouco danificado pelo tempo e pelas constantes enchentes, ainda é muito importante em razão de suas paredes de convento, de suas colunadas gigantes, de sua varanda colonial que dá para o rio, o qual é uma espécie de Broadway de Bangcoc e, desde muitos séculos, a artéria principal do país. É com certa emoção que se vê a bandeira das Quinas balouçando no jardim, enquanto bem juntinho ao cais particular do consulado passam navios de alto bordo das mais remotas procedências.

O siamês contemporâneo, gente bonachona, filósofa, budista, pouco sabe sobre as tradições e o prestígio português de antanho. Para o moderno habitante do país, Portugal é mais lembrado como o dono de Macau e por ser tal cidade o maior centro de contrabando entre a China e o Sião. No entanto, quem sabe um incentivo da "presença" portuguesa por meio de conferências e cursos de história, de troca de delegações culturais, aliada à "presença" do Brasil desde o momento que nosso país entabolasse relações diplomáticas com o Sião, não reavivaria um pouco essas passadas memórias, esse prestígio de um país que soube tão bem conquistar a amizade duradoura de um povo tão exótico, tão diferente e tão distante. Já que tocamos no assunto, falemos um pouco de Macau, joia do ultramar, do outro lado do mundo, um bocadinho de Portugal e, sentimentalmente, também do Brasil.

Ainda me lembro de minha chegada, em uma tarde muito azul e ensolarada, àquela península atualmente ameaçada pelo nacionalismo chinês. Havia partido três horas antes, de Hong Kong, de um cais que muito se assemelhava à ideia que Hollywood nos pinta do Oriente. Soldados ingleses, de gâmbias à mostra, em seus *shorts* limpíssimos e engomadíssimos; chineses ricos, pobres e mendigos; chinesas elegantíssimas em seus reveladores *chongsans*, eurásias indefiníveis, mas

muito europeias no vestir; padres e freiras; bagagens que entram, bagagens que saem; patos e marrecos alongando o pescoço através das frestas de enormes cestas de vime. No mar, um pandemônio igual ou maior. Juncos de todos os tamanhos grudados ao naviozinho, como se fossem ventosas, pejados de gente, verdadeiras casas de comércio e residência flutuantes. Em todo aquele quadro só faltava, talvez, o aparecimento de Dorothy Lamour ou de Clark Gable, para que tivesse início a filmagem de uma película de espiões ou de mistérios orientais.

Tão pitoresco foi o trajeto, tão variegado foi o grupo dos companheiros de viagem, que o tempo correu célere e, em breve, já se divisava Macau. À proporção que o barco se aproxima, a emoção do turista brasileiro aumenta. Ele não vai apenas pisar solo português; o que está vendo, o que está crescendo ante seus olhos é uma paisagem bucólica de cidade dormilona do Nordeste ou do Norte do Brasil. É um São Luís do Maranhão, é uma Olinda ou talvez um Maceió, transplantados da costa brasileira para o Oriente. No entanto, para trazer-nos à realidade, o navio já entra agora em um estuário barrento de rio e, do outro lado, muito perto mesmo do cais, onde já vamos atracar, vislumbra-se o território chinês. Terras altas sem vegetação, cor de tijolo, algumas construções que se assemelham a um forte ou a um quartel, e a bandeira vermelha flutuando.

Era fatal que mais cedo ou mais tarde Pequim viesse a reclamar esse pedacinho de terra. Que vantagem poderão trazer ao gigante chinês três milhas de comprido por uma de largo, penduradas do lado ocidental do Rio Cantão? Não é fácil compreender.

O comércio atual de Macau é quase microscópico. Segundo me disse o Vice-governador, os marrecos (marrecos comunistas por certo), importados pelos 400 mil chineses macaenses, dão mais renda a Pequim que quaisquer moedas que sobrem para Lisboa, em virtude do turismo, única arrecadação da província. As terras de aluvião trazidas rio abaixo tornaram o porto inteiramente obsoleto com o correr dos séculos; riquezas naturais, nenhuma. Não é, pois, uma questão econômica; apenas caso de pundonor e de prestígio ultrajados. Seria como se o Japão, o Canadá ou o Egito possuíssem a Ilha de Santa Catarina, bem juntinha de nosso território, ou se Villegaignon ainda pertencesse aos franceses. Embora procuremos ser realistas e olhar os problemas sob alheio prisma, sentimo-nos nostálgicos e entristecidos ao ver que um lugar tão cheio de encantos e memórias para Portugal e para nós, sucessores de Portugal, venha a cair sob as garras de gente tão *terre-a-terre* e antissonhadora, como os atuais patrões políticos da China. Até para os próprios chineses "pré-maotsé--tunguianos" a cidadezinha foi sempre considerada como lugar de beleza,

de quietude e de sonho. O istmo era chamado, em dialeto cantonês, de o "caule do lótus"; Macau era, portanto, a flor.

Durante dois séculos, os portugueses fizeram de Macau uma excelente base para o comércio. A fim de preservá-la, não hesitaram em aliar-se aos chineses, a fim de expelir possíveis concorrentes espanhóis, holandeses e, mais tarde, ingleses, em 1637. Mesmo depois que as potências ocidentais forçaram o "Filho do Céu" a abrir as portas de seu império a seus ávidos comerciantes, Macau continua fazendo dinheiro, vivendo em uma aura de negócios fáceis. Até 1842, quando foi assinado o Tratado de Nanquim, todo o comerciante não asiático era obrigado a sair de Cantão em maio, durante a quadra do ano conhecida como a da "colheita do chá". Vinham eles, então, para Macau, onde viviam principalmente, durante quase seis meses, em belas residências, gastando boas libras d'oiro. Os capitães e as tripulações de seus navios detinham-se também aí, por largo tempo, e desde essa época o minúsculo *outpost* português converteu-se em uma espécie de grande cassino, de estação de prazer e de repouso, no Extremo Oriente.

Por 400 anos, nada alterou a posse da colônia. Nem as represálias do Comissário Lin contra os mercadores europeus de ópio, no Cantão, em 1839, nem as campanhas nacionalistas dos estudantes de Sun Yat-Sen, nas primeiras décadas do século XX; nem mesmo os tufões que varrem essas paragens e que assolam Hong Kong perturbaram Macau e seus céus tão azuis.

No entanto, não é só como entreposto de comércio e de prazer que Macau teve, e ainda tem, grande valor para os portugueses. Tem-no, mais que nada, por ser um grande repositório das mais altas tradições lusas. Ainda me lembro do dia em que subi devotamente a colina onde fica situada a Gruta de Camões. Ali, em uma espécie de furna da Tijuca, onde agora está colocado o busto do poeta, iniciou e compôs ele as mais belas estrofes do seu imorredouro poema.

Somente em visita de peregrino a essa gruta, contemplando a imponente fachada (tudo que resta da suntuosa catedral edificada no século XVI e onde disseram missionários famosos, como o Jesuíta Matteo Ricci), flanando pela Praia Grande, (espécie de avenida beira-mar arborizada com imensas *banyans*), ou indo até a fronteira no istmo para ver, a 50 metros de distância, sentinelas de um país de 500 milhões de soldados defrontar outros de um pequeno país que não tem mais de 10 é que se pode compreender e admirar a coragem de nossos antepassados portugueses e as atitudes não menos valorosas do lusitano do século XX em política asiática, que são por vezes quixotescas e utópicas, mas nem por isso menos dignas de apreço.

Muitos outros monumentos de portugueses e de Portugal encontrados pelo mundo poderiam ser citados às dezenas. Dois, no entanto, revelam ser lembrados pelo contraste de suas situações geográficas e políticas. Em 1866, foi achado ouro em Witwatersrand, uma montanha árida, a alguns quilômetros de Pretória. Paul Kruger, Presidente do Transvaal, assinou uma lei permitindo a garimpagem em uma das encostas e quem, senão um Coronel Ferreira, descendente de velha família portuguesa naufragada no Cabo, no século XVII, foi escolhido para organizar o campo de mineração. O Campo do Ferreira (Ferreir's Camp), como até hoje ainda é conhecido o local, foi o início, o nascedouro da moderna, grande e progressiva Johanesburgo, a São Paulo da África do Sul.

Pulando de um continente para o outro, da África para a Ásia, em uma distância considerável ainda hoje, mesmo de avião, chegamos a Bandung, outra cidade que também representa um coração pulsante não no mundo aparteísta, mas naquele antiaparteísta. Ali, nas montanhas, na parte mais exótica da Ilha de Java, onde pela primeira vez asiáticos e africanos falaram por si mesmos sem o auxílio de ventríloquos, vamos de novo encontrar *la presence* lusitana.

Naquele reduto tão antieuropeu, tão anticolonial, tão representativo de nacionalismo em fase aguda, vamos ver que o edifício mais imponente, o local onde se reuniu a Conferência Ásio-Africana, está situado no Djalan Braga ("Djalan", é rua, em malaio), a artéria principal da cidade. Mesmo que os indonésios desconheçam ou finjam desconhecer a origem dessa toponímia, Braga é nome por demais lusitano, não importa em que parte do planeta.

O problema do ultramar na Península Indostânica: Goa, Damão e Diu

O problema dos territórios de Portugal situados no litoral do subcontinente indiano deve constituir motivo de preocupações não só para seus donos, mas também para nós brasileiros, cada vez mais empenhados na defesa dos interesses coloniais lusitanos. A situação se agrava cotidianamente e nada obsta à previsão (oxalá não se materialize ela) de que, ao tempo que este livro tenha sido publicado, a questão goana se haja transformado em verdadeiro *casus belli*, no qual o governo brasileiro tenha talvez de envolver-se.

Visto, pois, a importância que Goa e que seus satélites poderão vir a ter para o Brasil, não será demais a análise bem-detalhada da questão,

a fim de se tirarem conclusões próprias e, se possível, com uma completa isenção de ânimo. Geograficamente, os territórios portugueses na Índia compreendem uma área aproximada de 2,4 mil km^2 e uma população de cerca de 650 mil habitantes. Goa, consideravelmente a maior das três unidades, conta com 2,1 mil km^2 e mais de 500 mil habitantes. Tem a forma de uma pequena meia-lua engastada na costa ocidental da União Indiana e é dividida em "Velhas Conquistas" e "Novas Conquistas". A primeira divisão abrange os distritos de Bardez, Salcete, Mormugão e o grupo de ilhas fronteiro a este último, situadas entre os estuários dos rios Mandovi e Juari. As "Novas Conquistas", que ficam entre aqueles distritos e as fronteiras da União Indiana, vieram às mãos de Portugal em fins do século XVIII, quando da repartição dos territórios pertencentes aos Mahratas.

Os distritos conhecidos por "Velhas Conquistas" representam de fato a verdadeira Goa. É terra que está em mãos de Portugal há mais de 450 anos e de cuja tradição se orgulham os portugueses, a Igreja Católica, o Ocidente cristão, e da qual nós brasileiros certamente nos devemos também orgulhar. Ali estão concentrados todos os momentos de esplendor da expansão portuguesa sobre o mundo. As lembranças não se atêm apenas às relíquias sagradas, às ruínas, às igrejas, aos conventos da "Goa Dourada", mas se estendem à própria população, quase toda católica e portadora de nomes autenticamente portugueses. Ali, o "Grande e Terrível" Albuquerque, ao consolidar essa forte âncora estratégico-militar no Oriente, esboçou também os primeiros traços no vasto painel étnico-religioso que viria caracterizar a expansão de Portugal pelos mundos.

O sábio conquistador, Segundo Vice-rei das Índias, encorajou ao máximo as atividades missionárias católicas e promoveu o estabelecimento de alianças regulares, perfeitamente sacramentadas, entre seus soldados e as mulheres das Índias. Em pouco tempo, Goa das "Velhas Conquistas" tornou-se não só inteiramente católica, mas também povoada por considerável número de mestiços, tão portugueses quanto qualquer português em seus direitos e deveres, sem o mínimo complexo de inferioridade racial, um sentimento que qualquer outro eurásio resultante de outras colonizações sempre foi obrigado a experimentar.

Entretanto, não só em virtude da enorme expansão lusitana, mas também em virtude de Portugal nunca haver disposto de muita gente para tão vastos impérios, essa infusão de sangue português foi pouco a pouco desaparecendo nas gerações subsequentes, de maneira que hoje, nas "Velhas Conquistas", os habitantes encontrados são católicos, de nomes portugueses, mas quase todos de origem hindu.

A despeito do pouco sangue português desses goanos, a religião sabe ligar o nativo e os poucos portugueses puros vindos da metrópole por laços igualmente fortes.

Quatro séculos e meio de catolicismo e de perfeito contato com a cultura latina fizeram do habitante das "Velhas Conquistas" uma raça quase à parte. Embora etnicamente igual, pode ser distinguido imediatamente entre inúmeros hindus, por suas maneiras e por sua aparência. Seus traços, graças talvez mais a influências mesológicas que étnicas, são mais finos que os de seus vizinhos de raça no Decã; usam roupas europeias com perfeito desembaraço, comem à portuguesa seu bacalhau, apreciam uns bons *Colares* à mesa do almoço, e as famílias mais ricas têm mesmo adegas que ostentam bons vinhos europeus. O *whisky* e a cerveja, bebidas anglo-saxãs por excelência, existiam unicamente como isca para atrair o turismo da população anglicanizada da União Indiana, pois o hindu de Goa é perfeitamente "continental" em seus gostos de beber.

Suas maneiras e hábitos sociais são também bastante diferentes dos de qualquer outro hindu. Na Índia, a mulher começa apenas a soerguer-se da secular sepultura do *purdah*; em Goa, a vida foi sempre centralizada em volta da mulher, da dona de casa, da filha prendada – Goa, nesse aspecto, é como um Brasil de 30 anos atrás. Há ênfase da educação feminina nas prendas domésticas, uma vida social de clube perfeitamente "chaperonada", muita festa de casamento e de batizado em que se dançam os "lanceiros" e o "mandor". Neste último, um baile goano por excelência do qual participam moços e moças, enquanto os rapazes agitam lenços muito grandes e coloridos, as cachopas indianas executam uns passinhos miúdos ao som de um fado plangente.

Não só nos hábitos, mas também na maneira por que encara a vida, o goano difere bastante quer do hindu ortodoxo, quer daquele já anglicanizado. Enquanto este último, seguindo as concepções aprendidas do anglo-saxão, é capaz de arrebentar-se para fazer fortuna, o goano, à semelhança do que era o carioca de antes da guerra, encara o dinheiro como um meio e não como um fim. É um ser perfeitamente contente de si próprio, alegre e bem-humorado.

As qualidades desses luso-asiáticos vão, porém, além dessas agradáveis características. Geralmente, o goano é um homem inteligente, cosmopolita, facilmente adaptável a outros *habitats*, católico praticante e possuidor quase sempre de boa formação moral.

Não admira, portanto, que seja bem-sucedido quando emigra – o que faz, e em grande número. Sem contar os que vivem em Portugal, há cerca de 187 mil goanos católicos espalhados pelo mundo, a saber: cem

mil na Índia, 30 mil no Paquistão, outros 30 mil no Quênia e em Uganda, 20 mil nas regiões do Golfo Pérsico e sete mil em Moçambique. As maiores concentrações estão em Bombaim (80 mil) e em Karachi (dez mil).

Em geral, tornam-se excelentes cidadãos, muitos com sucesso considerável nas profissões liberais, nas quais obtêm, se não a estima, pelo menos a consideração e o respeito de gentes que deles diferem profundamente em hábitos e em religião. Há muito hindu e muito muçulmano em Bombaim e em Karachi que, quando se lhe emperram o organismo ou os negócios, preferem buscar o auxílio mais sólido de doutor ou de advogado goano.

As autoridades da Índia Inglesa, há muito percebendo a confiança que podia ser depositada nos goanos, começou a empregá-los com frequência nos serviços públicos, nos trabalhos de intendência e de saúde do Indian Army, nas estradas de ferro, nos campos petrolíferos do Oriente Médio britânico. Hoje, o funcionalismo público da União Indiana, até mesmo nos ramos mais elevados e exclusivos, como o diplomático, está cheio de Silvas, de Sousas, de Siqueiras. É rara a embaixada, a legação ou o consulado da Índia que não conte entre seu pessoal funcionário de nome inteiramente português ou aportuguesado. Releva ainda mencionar que goano foi o primeiro prelado indiano a ser contemplado com o cardinalato (Cardeal Gracias, Arcebispo de Bombaim); o editor chefe de um dos maiores jornais do subcontinente, *The Times of Índia*, é goano; goanos são ou foram juízes em altos tribunais do Paquistão, e já serviram como prefeitos das cidades de Bombaim e de Karachi. Em todo lugar a que vai em visita, a sua facilidade de adaptação e a ausência de preconceitos raciais fazem dele um elemento de aproximação, um condutor de harmonia étnica. Essas qualidades são observadas principalmente no Quênia e em Uganda, regiões povoadas por gentes de raça, de hábitos e de religiões diversas, um verdadeiro barril de pólvora, com abundância de estopins.

Então, no Portugal passado e presente, o goano tem sabido elevar-se a posições de grande proeminência. Serviriam ou servem como diplomatas, como políticos e já ocuparam mesmo pastas ministeriais em Lisboa e a governança da própria Índia Portuguesa e de Angola. São inúmeros os que fizeram nome em Portugal e mesmo na Europa como professores, médicos, geógrafos e cientistas da estatura do abade Faria, um dos pioneiros nas experimentações do hipnotismo aplicado à medicina.

Outra característica do goano é o especial carinho que ele conserva por seu canto de origem e por sua gente, onde quer que esteja. Uma das poucas fontes de renda da província é constituída justamente pelas remessas daqueles que têm domicílio no estrangeiro, nas outras províncias ou na

metrópole. Em qualquer cidade onde exista uma minoria goana, forma-se logo um clube beneficente, social ou recreativo, com nome bem português e onde se comemora todos os anos com muito vinho e foguetório o santo padroeiro do vilarejo de Goa, de onde provém a maioria dos associados.

Até agora, tivemos em mira, sobretudo, o cinturão interior goano, a parte conhecida por "Velhas Conquistas", e o homem que o habita. Nos territórios das "Novas Conquistas", na faixa exterior, que confina diretamente com a União Indiana, as características portuguesas não são profundas nem no habitante nem no meio. Aí já se encontra uma maioria hindu (no sentido de crença religiosa), ao lado de católicos goanos. Embora esses dois setores vivam em absoluta harmonia, há uma nítida diferenciação de hábitos, de culturas e de maneiras de encarar a vida.

Quanto a Damão e Diu, são apêndices por demais insignificantes, demográfica e territorialmente, que necessitam apenas de uma breve referência. Damão é território de umas 220 mil^2 e fica situado, aproximadamente, a 150 quilômetros ao norte de Bombaim. O território compõe-se de Damão, propriamente dito, no litoral, e dos enclaves de Nagar Aveli e Dadrá, já absorvidos pela União Indiana em sua primeira campanha de agitação nacionalista, em 1954. Diu, situado também ao norte de Bombaim, na Península de Katiavar, é composto de uma ilha de aproximadamente 22 mil^2, do vilarejo de Gogola, em terra firme, e de uma ilhota (Simbur), 14 milhas mar afora. A sorte dessas pequeninas pontas de alfinetes ultramarinas está intimamente ligada à de Goa. Poderão ser deglutidas pelo grande vizinho, sem que isso signifique a rendição de Goa; entretanto, a perda desta última representará a absorção imediata de Damão e de Diu pela União Indiana. Esse é o *background*, o cenário geográfico-social do palco no qual começa a ser representado um drama que, a despeito da estatura modesta dos atores, tem por força de interessar todos os outros espectadores, toda a plateia formada pelas nações orientais e ocidentais.

Vejamos agora o lado jurídico da questão. A Índia baseia suas reivindicações em motivos raciais, em razões geográficas e no argumento de que, para ela, a presença de Portugal constitui a perpetuação mesma do colonialismo no subcontinente indiano. Ao primeiro motivo invocado, Portugal contesta, e com justa razão, que os goanos, embora pertençam ao mosaico étnico indiano, formam hoje em dia uma unidade política historicamente ligada a Portugal há mais de quatro séculos. Reivindicação semelhante tenderia a fazer com que o principado de Mônaco fosse absorvido pela França; a Suíça, pela Alemanha, pela Itália e pela França; e que presenciássemos novo *anschluss* por parte da Alemanha sobre a

Áustria ou a recorrência das teorias hitlerianas de anexações na Europa Central baseadas em princípios raciais. No entanto, a refutação principal da alegação étnica deve basear-se nas próprias características do goano que pensa, vive, crê e veste-se à portuguesa e não à indiana.

Os motivos geográficos apresentados não suportam, tampouco, uma análise fria, feita com isenção de ânimo. O princípio de contiguidade nunca poderá ser tomado a sério juridicamente para a concessão de direitos de soberania a um Estado forte sobre um vizinho pequeno. Reivindicações baseadas em tais motivos poderão contar com o direito da força, nunca com a força do direito. No mapa universal contemporâneo sobram casos de cunhas semelhantes, as quais não constituem, nem poderão constituir, pontos passivos de disputa. Para não lembrar, se não algumas, temos o principado do Liechtenstein encravado em pleno território da Áustria e da Suíça e habitado por população de língua e de raça alemã; Saint Pièrre e Miquelon, no Canadá; a República de San Marino, na Itália; a pitoresca Andorra entre a Espanha e a França; o próprio Portugal, engastado na parte ocidental da Península Ibérica, pequenino em comparação à vizinha com a qual comunga em raça e em religião, nunca reivindicado pela Espanha, a não ser uma vez, em consequência de acidentada sucessão monárquica. Como exemplo ainda mais eloquente poder-se-iam citar os reinos do Nepal e do Butão, encravados a cavaleiro do grande maciço indiano e habitados por povos quase de mesmos hábitos, raça e tradições. Enclave ainda maior é constituído pelo Paquistão Oriental, o Bharat, embutido quase à força dentro mesmo do coração da Índia e com cuja existência Pandit Nehru está perfeitamente conformado.

A terceira alegação indiana que serve de base ao pretendido *anschluss* é a de que a união quer libertar os goanos do jugo colonialista português. Nessa alegação devem-se considerar se há de fato colonialismo no ultramar lusitano das Índias e qual é a reação do goano em relação aos anseios liberadores de seus vizinhos. O primeiro ponto evidentemente pressupõe uma definição. Tendo-se em vista, não o conceito clássico europeu, adocicado, mas o atual, o ásio-africano, no qual a palavra guarda um sentido fortemente pejorativo, pode ser dito que o colonialismo é uma forma de governo que contém as seguintes características:

> a) sujeição política de um povo ou de uma raça por outro contra a vontade do primeiro;
>
> b) exploração a baixo custo da mão de obra do povo subjugado; diversidade de salários e pagamentos para os mesmos empregos e tarefas;

> c) exploração das riquezas agrícolas ou industriais da colônia em benefício da potência colonialista;
>
> d) diversidade de tratamento social, complexo de superioridade, discriminação, separatismos ostensivos ou "camuflados", "altaneirismos" do povo colonialista em relação aos habitantes da colônia.

Mesmo que se abstraía como ficção, como não correspondente à realidade, a doutrina portuguesa de que seus territórios do ultramar são províncias, continuações do solo da metrópole, ainda assim, não há como negar que, se Goa é colônia, difere radicalmente das que mantiveram ou das que ainda mantêm as potências ocidentais na África e na Ásia.

Desde o ano de 1526, quando foi expedida por el-Rei a legislação conhecida como Foral dos Usos e Costumes, ordenando que os hindus cristãos fossem assimilados aos cidadãos portugueses, já conhecia Goa o significado de igualdade política. Depois, no século XVIII, quando todo o mundo colonial ainda andava na mais completa servitude, Goa já desfrutava as prerrogativas da carta expedida pelo Marquês de Pombal, que declarava os nativos cristãos da Índia Portuguesa iguais, perante a lei, aos filhos de portugueses nascidos tanto nas colônias quanto na metrópole. Enquanto, em princípio do século XIX, na parte inglesa, as ambições dos nativos não podiam ir além de um emprego de escriturário no Indian Civil Service, no pequenino setor português o hindu já alcançava posições de grande relevo na administração colonial e federal portuguesa, até mesmo como membro do Parlamento na Assembleia Nacional Portuguesa. A secularização do país removeu também as últimas diferenciações de tratamento político existentes, entre goanos católicos e hindus, em virtude de credos religiosos.

Exploração da mão de obra e dos recursos goanos em benefício de Portugal é coisa que tampouco existe. Muito pelo contrário, do ponto de vista econômico, Goa representa uma fonte de prejuízos. O orçamento da província, da ordem de US$ 7 milhões em 1953, é quase exclusivamente gasto em Goa e com seus próprios habitantes. Além de nada receber em taxas, juros bancários ou em outra qualquer forma de lucros coloniais, Portugal ainda gasta cerca de US$ 300 mil em dinheiro *contante* e os dividendos que paga aos acionistas da Estrada de Ferro de Mormugão, que tanto serve a Goa quanto à Índia. No seu Plano dos Seis Anos, começado em 1953, foram reservados cerca de US$ 6,5 milhões para serem gastos em Goa em melhoramentos urbanos, no desenvolvimento de transportes e de obras portuárias em Mormugão.

A outra premissa da definição de colonialismo, adversidade de tratamento social, não pode ser imputada contra Portugal nem mesmo

por seu maior inimigo. As palavras de um eminente goano, o Professor Gonçalves Pereira, Deão da Faculdade de Ciências Econômicas de Lisboa, destroem, nesse aspecto, qualquer argumentação por mais sutil e maliciosa que seja.

> Portugal tem seguido, desde o século XV, no que respeita à colonização, a teoria da unidade; isso significa que o país sempre considerou seus territórios do ultramar como formando um todo indissolúvel e inseparável, tanto no aspecto geográfico, como no moral, social, econômico e político. Esse conceito, nunca é tarde para fazer ênfase sobre este ponto, tem séculos de existência e não foi inventado visando à conveniência dos negócios internacionais.

Assim, pois, não havendo subjugação, sujeição, exploração, separação racial, discriminação, mas, ao contrário, havendo igualdade política, respeito passado e presente pelas instituições e cultos locais, inteira liberdade de miscigenação racial e sincero, constante e bem-correspondido esforço para fazer com que o nativo se integre de corpo e alma na maneira de ser portuguesa, não poderá existir o alegado *jugo colonialista português*, pois Goa não tem nenhuma das vulgares e sinistras características que o nacionalista ásio-africano do século XX atribui ao vocábulo *colonialismo*.

No entanto, poderia ainda ser dito que, a despeito do paternalismo lusitano, os goanos não desejam continuar fazendo parte do todo ultramarino português; há exemplos históricos de emancipações e desmembramentos de povos e nações que vinham vivendo juntos, aparentemente em perfeita harmonia. Nesse caso, o ânimo popular goano há muito já se teria manifestado. Entretanto, nunca foi notado, mesmo depois que a Índia começou a campanha de agitação separatista e até bem recentemente, o menor movimento, por parte de goanos, que sua terra fosse integrada à União Indiana.

Dizer também que esse silêncio e que essa falta de apetite para ser liberado provêm do receio das represálias de um regime de força e da asfixia por parte das autoridades policiais e militares portuguesas dos justos anseios dos goanos não passa de argumentação falaciosa e demagógica. Com os atuais meios de transporte e de divulgação de notícias, não pode haver, no mundo, regime, por mais ditatorial ou repressivo, que consiga impedir a eclosão dos sentimentos de independência de um povo. Haja vista os exemplos da Indochina, da África Setentrional e da própria União Sul-Africana, nos quais não importaram as medidas draconianas empregadas, os gemidos das minorias oprimidas sempre se filtraram pelas barreiras estatais aparteístas, fazendo-se ouvir pelo mundo inteiro.

Em Goa, pelo contrário. Posto que por prudência muitos goanos não quiseram abertamente manifestar-se contra o anschluss, faziam-no observando silêncio absoluto. Ao proclamar-se a independência indiana, a considerável minoria de cidadãos goanos domiciliados em Bombaim não se apressou em naturalizar-se; ao contrário, mais de uma década já é passada e, apesar das medidas quase coercitivas tomadas pelo governo de Nova Delhi para apressar a decisão desses indecisos companheiros de raça, até agora, apenas 20% resolveu desistir da nacionalidade portuguesa.

Outro caso é o ocorrido no Paquistão. Em junho de 1953, o governo de Karachi ofereceu aos goanos domiciliados no país opção de naturalização ou de registro civil como nacionais portugueses. Cerca de 80% preferiu registrar-se como cidadão de Portugal, e a maioria dos que se naturalizavam, fizeram-no pelo receio de perder seus empregos em virtude de leis trabalhistas que fixavam a percentagem de empregados estrangeiros em companhias privadas.

Certamente, há muito goano que julga serem por demais modestas as liberdades civis de que desfruta e que não está inteiramente conformado com as diretrizes emanadas de Lisboa. No entanto, são sentimentos de caráter geral, são agraves sentidos tanto pelo português da metrópole e das colônias quanto pelo hindu ou pelo nativo das províncias africanas, os quais não se encontram inteiramente de acordo com as normas, com os ditames de Salazar. Esses não conformismos são sentimentos experimentados pelo goano como cidadão português sob uma ditadura que, embora benigna, não o deixa de ser, e não como colono. Uma ressalva, porém, cumpre fazer: essas reações são, antes de tudo, as do habitante da faixa interior mais tradicionalmente portuguesa, das "Velhas Conquistas". Nos territórios das "Novas Conquistas", o goano, principalmente o não convertido e pouco atingido pelo processo de aportuguesamento tropical, constitui excelente material humano para a eclosão de uma quinta-coluna.

Esse é, pois, o lado jurídico da questão. Não cabe dúvida de que se tal disputa fosse apresentada a um tribunal de arbitragem perfeitamente honesto, as bases das reivindicações indianas não poderiam suportar a mais sucinta análise e que a Portugal seria dado imediato ganho de causa, em nome dos preceitos mais comezinhos da ética e do direito internacional. Na prática, porém, Portugal tem pouca "chance" de ganhar a questão, e o terá cada vez menos, à proporção que o tempo for passando. O motivo é o governo de Lisboa ter permitido que ela passasse do plano jurídico para o do sentimento e do patriotismo; da calma dos gabinetes diplomáticos para o frenesi das praças públicas. A questão que podia ser limitada passou para o domínio das multidões

tão difíceis, uma vez postas em marcha, de se deterem e voltarem a analisar qualquer assunto mais objetivamente.

Em 1946, um líder socialista hindu, Bam Lohia, entrou em Goa e deu início a uma campanha de agitação que determinou sua expulsão do território. Daí em diante, com o beneplácito tácito ou expresso do primeiro-ministro da Índia, vários movimentos liberadores começam a aparecer, embora todos eles estivessem sediados fora de Goa e filiados a facções políticas hindus similares.

Em julho de 1954, os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli, que faziam parte de Damão, foram invadidos e "liberados". A tensão política entre os dois países aumentou depois que se tornou público o plano de "liberação" da própria Goa, no dia 15 de agosto, data da independência da Índia, por intermédio de seus *satyagrahis*. Portugal solicitou a retirada das autoridades consulares indianas em Goa (solicitação logo seguida de retaliação hindu com relação aos cônsules portugueses em Bombaim), anunciou sua intenção irrevogável de defender o solo da província e procura mobilizar em seu favor a opinião pública dos países amigos, principalmente da Inglaterra, dos Estados Unidos da América e do Brasil, baseando-se respectivamente no velho Tratado Anglo-português de Aliança, de 1373, no Tratado do Atlântico do Norte (Otan) e no Tratado de Amizade e Consulta, firmado em novembro de 1953, no Rio de Janeiro.

Portugal, de fato, conseguiu, e com grande habilidade, mobilizar o mundo europeu e americano em seu favor. Uma semana antes da data marcada para a invasão pacífica, a maioria dos países ocidentais tinha entregado nota ao governo de Nova Delhi defendendo o ponto de vista português e exprimindo a esperança de que a disputa pudesse ser resolvida sem recurso a medidas violentas ou a métodos que obrigassem Portugal ao uso de força. Interferiram com especial calor o Brasil, a Inglaterra e o Vaticano, este último diretamente por intermédio do seu *Internúncio* Apostólico.

A posição tomada pelos países ocidentais deve ter constituído grande e desagradável surpresa para o Primeiro-ministro Nehru, tanto que ele não continuou incitando ostensivamente os partidos políticos, que se haviam proposto a organizar a marcha sobre Goa. Chegou o dia 15 de agosto, milhares de goanos encheram a famosa Igreja do Bom Jesus, onde estão guardadas as relíquias de São Francisco Xavier, e rezaram pela paz. Essa reinou felizmente, pois o dia da "liberação" de Goa pelos *satyagrahis* constituiu completo fiasco para seus organizadores indianos. Pequenos grupos que não chegaram a mais de uma meia centena de homens atravessaram a fronteira e foram naturalmente detidos e presos pelas autoridades policiais, sem que a ação deles ou a repressão

portuguesa suscitasse um levante dos "oprimidos goanos" ou um gesto de apreço sequer.

A imprensa ocidental foi quase uníssona em criticar a Índia, em dar razão a Portugal e em achar que os goanos eram cidadãos portugueses e que estavam perfeitamente contentes de o serem. Tinha sido, sem dúvida, uma vitória insofismável para o heroico povo lusitano, que dias antes, na metrópole, havia afirmado inquebrantável resolução de conservar seu precioso cantinho asiático a qualquer preço. A jornada gorada do dia 15 de agosto de 1954, constituía também grande vitória para o senhor presidente do conselho e parecia provar que sua atitude incondicionadamente estática era a melhor e a única para pôr em xeque as ambições injustas e desmedidas do jovem e fogoso nacionalismo indiano.

Entretanto, tal não se deu. Os indianos não se afastaram uma linha de suas pretensões e, com paciência bem oriental, começaram pachorrentamente a tomar toda a sorte de medidas conducentes à asfixia econômica de Goa e a tornar a vida daqueles goanos domiciliados na união completamente insuportável, caso não viessem a olhar a questão sob o prisma indiano.

Fecharam-se inteiramente as fronteiras, e todo o tráfego, todo o comércio importador e exportador do qual Goa dependia em mais de 70% cessou da noite para o dia. O governo da União Indiana solicitou o fechamento da legação de Portugal em Nova Delhi, e o Brasil entrou mais diretamente ainda na questão, ao encarregar-se dos interesses diplomáticos portugueses.

Procurando imobilizar completamente a vida econômica da província, o primeiro-ministro procurou obter a promessa formal (baseado nas decisões anticolonialistas da Conferência de Bandung) de que os governos do Paquistão e do Ceilão boicotariam qualquer transação comercial, visando enfraquecer o bloqueio.

Em seguida, o arguto estadista, aproveitando o zênite de sua influência internacional atingido durante as conversações preliminares que precederam a Conferência de Genebra (agosto de 1955) e o *rapprochement* russo-americano vão a Roma, para conferência com o Papa, a fim de procurar delimitar a substância do litígio. A imprensa hindu publicou que Sua Santidade havia concordado que o problema de Goa era político, e não religioso, que existiam na Índia cerca de oito milhões de católicos desfrutando inteira liberdade de culto e que a transferência de soberania não poderia, portanto, afetar a sorte religiosa dos 200 mil existentes em Goa. O silêncio, a falta de um desmentido oficial do Vaticano foram uma espécie de aprovação tácita que veio enfraquecer bastante a posição portuguesa.

Baseado nesses aprestos preliminares, Pandit Nehru convocou, em julho de 1955, enorme conferência de jornalistas hindus e estrangeiros, renovou suas acusações contra Portugal e tornou pública a decisão de que o governo federal não pretendia interferir nas manifestações libertadoras programadas para a independência da Índia, considerando-as assunto da alçada e da jurisdição do governo local, em Bombaim. Enfim, lavou cuidadosamente as mãos, a despeito dos apelos feitos pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Como era de esperar, o governador de Bombaim não interpôs a mínima oposição e, no dia 13 de agosto, quase dois milhares de *satyagrahis* apresentaram-se para a invasão pacífica.

O desfecho é perfeitamente conhecido. Policiais e soldados portugueses viram-se forçados a fazer fogo, a fim de conter a população que tentou transpor a fronteira de cerca de 280 quilômetros nos mais variados lugares.

A ação portuguesa exacerbou ainda mais os sentimentos patrióticos hindus, e disso se aproveitaram elementos agitadores comunistas para promoverem anarquias nas cidades de Nova Delhi, Petna, Calcutá e Bombaim. Nestas últimas, a multidão agiu desatinadamente, depredando ou queimando inteiramente consulados portugueses.

O primeiro-ministro deplorou as exaltações de seu povo e habilmente solicitou desculpas, oferecendo compensação e pagamento por quaisquer danos ocasionados a Portugal. Entretanto, no mesmo discurso, qualificou o procedimento das autoridades portuguesas em Goa contra os *satyagrahis* de brutal e incivilizado.

Essa frase foi repetida e aprovada por quase toda a imprensa mundial, que não se deteve, talvez, em uma análise mais calma das declarações feitas pelo próprio primeiro-ministro indiano após o incidente e nas quais foi dito que, de um total de 1.711 *satyagrahis* que entraram em Goa, 1.691 voltaram; os 20 restantes foram dados como mortos, presos e hospitalizados.

Positivamente, 20 pessoas apenas mortas, feridas ou presas de uma total de 1.711 desatinados que investiram aos gritos contra uns poucos de homens na fronteira, forçados a cumprir seu dever não é prova nenhuma incivilizabilidade. Pelo contrário, prova até muita calma, bom senso e sangue frio por parte das sentinelas portuguesas. Seja como for, embora o segundo *round* do caso Goa tenha sido quase uma perfeita repetição do que ocorreu em 1954, seu desfecho pendeu sensivelmente para o lado da Índia.

A maneira por que a opinião pública mundial olhava a questão em 1954 é completamente diferente da de agora. Portugal está sendo, pouco a pouco, abandonado pelo consenso mundial, embora juridicamente sua posição

não tenha sofrido alteração, seus argumentos sejam tão válidos quanto no ano passado e a razão esteja inteiramente de seu lado. No ano passado, a imprensa ocidental era quase unânime em seu favor; a do bloco soviético, silenciosa; e a asiática com, exceção da Índia, procurava observar certa imparcialidade, pelo menos ao publicar, sem comentário, a versão portuguesa da disputa. Atualmente, dá-se o contrário. Um ou outro jornal europeu ou americano (à exceção dos brasileiros) ainda tece editorial favorável; a imprensa por detrás da "cortina" é abertamente pró-Índia, e a asiática exacerbadamente antilusitana. Na Indonésia, por exemplo, depois da morte dos *satyagrahis* em agosto de 1955, alguns jornais chegaram mesmo a advogar o rompimento de relações diplomáticas com Portugal, como sinal de solidariedade para com a Índia.

Embora, em 1954, inúmeros países tivessem mandado a Nova Delhi notas enérgicas, deplorando a ideia de invasão, pacífica, em 1955, se alguma representação foi feita junto ao governo indiano, em favor de Portugal, tiveram elas caráter estritamente confidencial.

Já estão surgindo organizações de goanos, fora de Goa, no território da União, advogando a integração da província no todo indiano. Outros, de certa estatura social, residentes em Londres, apelaram para o Primeiro-ministro Salazar no sentido de conceder imediata independência. Correspondentes de jornais ingleses e americanos, que há pouco percorreram minuciosamente a província, voltaram dizendo que já existe um considerável número de goanos quer hindus, quer católicos que suportam a tese indiana.

Aliás, não é difícil compreender o drama psicológico que se passa no íntimo desses indivíduos. Não há como negar que, economicamente, Goa sempre foi um apêndice da Índia Inglesa e que, agora, o é da União Indiana. Essa dependência atinge todos os setores da vida do goano. Sua educação, suas aspirações, suas ambições pecuniárias, tudo está condicionado às boas relações que existem entre Goa e a União.

O ponto natural de fixação profissional para o estudante que se doutorava pela Faculdade de Medicina de Goa era a imensa Índia, suas enormes e populosas cidades, principalmente Bombaim. Há dois anos, o governo indiano deixou de reconhecer os diplomas expedidos por essa faculdade. Resultado: no último exame de admissão, candidataram-se apenas três alunos. Contudo, a vida econômica de mais de 90% da população dependia direta ou indiretamente da Índia. A disputa fez com que os goanos os apercebessem mais ainda de tal dependência. Perguntam-se eles: "como poderemos evoluir, ou, ao menos, manter o mesmo padrão de vida, caso esse estado de coisas se prolongue indefinidamente?" Poderá Portugal sustentar o habitual padrão de vida do goano, a despeito do bloqueio?

Evidentemente não. Se a província já era deficitária em tempos normais, o que diremos agora? Uma emigração goana em massa para a metrópole ou para as colônias tampouco resolveria o problema. As despesas seriam quase astronômicas para Portugal, e Goa deixaria de ser Goa sem seu habitante nativo. Assim, é de esperar que a roda econômica (roda no sentido de instrumento de tortura) cujas cordas o Senhor Nehru está puxando com tal precisão e paciência chinesas venha a dobrar o supliciado goano e arrebentar-lhe toda a musculatura sentimental que o une a Portugal.

Que resta, portanto, ao governo português? Persistir em sua atitude, intransigente, estática, ou procurar salvar alguma coisa do incêndio, se ainda há tempo para isso? Evidentemente, procurar salvar, negociar, ganhar tempo. Aperceber-se da realidade dos fatos e adotar uma atitude mais fluida, mais maleável, mais consoante com o tempo e com a história, que caminham a passos gigantescos contra ele.

No mundo moderno há um fator que não pode deixar de ser computado. Existe na Ásia uma onda de nacionalismo ciclópica, avassalante. Onda que já varreu consideráveis segmentos dos Impérios Coloniais da Inglaterra, da França, da Holanda e que, positivamente, a não ser por um passe de mágica, não vai deter-se diante das pequenas migalhas remanescentes. O que resta, e a Inglaterra já compreendeu, é protelar, adiar ao máximo a investida dessa arrasadora pororoca.

No entanto, o atual estado de espírito do asiático é de completa e, por que não dizer, de justa exaltação. Em uma década, apenas, cortou grossas e seculares correntes de servidão política; mostrou ao mundo, em Bandung, que tinha estatura para decidir seus assuntos por si mesmo e observou, com sumo agrado e, quiçá, com orgulho, que a atuação político-diplomática de alguns de seus pares já pesava vigorosamente nas decisões mundiais.

O momento era certamente impróprio para exacerbar ainda mais esse estado de espírito. Portugal deveria ter tratado o caso Goa da maneira mais aleatória e inconspícua possível. Fazer como alguém que é forçado a atravessar um cercado onde se encontra um touro enorme e bufante. Convém não atrair a atenção da fera, não espicaçá-la. Infelizmente, tal não se deu, e o governo de Lisboa parou no meio do terreiro, puxou meticulosamente do bolso o lenço encarnado da não admissão de transferência de soberania, sob qualquer hipótese, e acenou-o bem na cara de toda a Ásia. Não deixou sequer uma pequena porteira de escape, pois o Ministro Salazar jamais admitiu, nem mesmo em princípio, a ideia de um plebiscito.

Havia e, talvez, ainda haja algumas saídas para esse tremendo impasse que enfrenta Portugal. A fixação da data de um plebiscito em um

futuro mais ou menos distante. Os dois grandes estadistas de Portugal e da Índia certamente não mais existirão, e a questão talvez possa ser resolvida mais objetivamente, uma vez que lhe seja tirado esse caráter de feudo quase pessoal entre essas duas marcantes personalidades. *Faute de mieux*, uma internacionalização temporária de Goa sob o controle tripartido de Índia, Portugal e Inglaterra, ou sob a égide desses mesmos países, Brasil e uma das outras nações de Colombo, preferivelmente a Indonésia. Poderia ser lembrada ainda a entrega imediata dos territórios que compõem as "Novas Conquistas" em troca da retenção das "Velhas Conquistas", da "Goa Dourada", o pomo sentimental da contenda para portugueses e para nós brasileiros.

Enfim, devem existir inúmeras variações, um sem-número de propostas tendentes a tornar a situação menos tensa que a tradicional diplomacia portuguesa poderá explorar. O que convém, e o mais breve possível, é que os dirigentes portugueses se capacitem de que as questões internacionais, uma vez passadas para o plano político, não podem mais ser ganhas em virtude de argumentos jurídicos, por mais lídimos e perfeitos, como os lusitanos.

É por isso que a argumentação cicerônica desenvolvida nos discursos do presidente do conselho, a propósito de Goa, terá cada vez menos eco, a não ser em ouvidos portugueses e brasileiros. O asiático, obcecado como está em varrer tudo que ainda resta de controle europeu sobre seu continente, não pensa com o cérebro, pensa com o coração. As grandes potências ocidentais, embora tivessem sido capazes, no começo da disputa, de ver como o direito pendia inteiramente para Portugal, estarão cada vez menos dispostas a cortejar o desagrado de países como a Índia, que adquirem, cotidianamente, maior importância no cenário mundial. É uma pena que assim seja, porque as falas do Ministro Salazar são verdadeiros primores de concisão, de lógica. Uma em particular, proferida em 12 de abril de 1954, ficará para sempre gravada na memória daqueles que tiveram a fortuna de ouvi-la como indiscutível joia de pureza vernácula. Eis seu preâmbulo:

> Quando o Primeiro-ministro da União Indiana, Senhor Nehru, pode distrair das suas imensas preocupações alguns minutos em cada dia para falar de Goa, que não é sua, não se estranharia que, ao menos uma vez em cada ano, eu me ocupe em público do pequeno Estado, que é nosso, e por imposição da História e força do Direito faz parte da Nação Portuguesa.

Parece, porém, que o mais indicado para o caso seriam a calma e a discrição dos gabinetes diplomáticos, em vez do calor das polêmicas amplamente divulgadas pelos excitantes meios da publicidade moderna.

Isso é justamente o que um grande e respeitável setor das classes dirigentes e da opinião pública portuguesa não quer compreender. Para essa gente, a posição lusitana deve manter-se inalterável, jamais transigir, negociar ou admitir a hipótese de vir a negociar. Como já foi dito e redito em Lisboa, Portugal só se arredará de Goa pela força das armas; só jogados ao mar, depois de muito sangue derramado. Isso dificilmente a Índia fará, nem o primeiro-ministro admitirá que seja feito, a fim de não comprometer a excelente posição internacional de mediadora, de pacificadora de que a nação indiana atualmente desfruta.

No entanto, admitindo que a união seja tampouco prudente e que com seu poderio militar, incontestavelmente muito maior, leve de roldão um pugilo de heroicos e quixotescos lusitanos, que defendam Goa, palmo a palmo, até o mar, que ganharia Portugal com esse rasgo épico, de torneio medieval? Quase nada em comparação com as imensas perdas que estaria cortejando. Em uma guerra dessa espécie, a China e a Indonésia fatalmente aliar-se-iam à Índia e aproveitariam a ocasião para apossar-se imediatamente, sem conversas, sem delongas, do que ainda resta a Portugal no continente oriental. Perda não menos sensível seria a da boa reputação do próprio colonialismo português, conhecido por seu antirracismo. De uma hora para a outra, tudo seria esquecido na onda de animosidade suscitada por uma guerra que seria, para o asiático, verdadeiros desafio e afronta a seu nacionalismo. Como corolário, esse estado de espírito estender-se-ia fatalmente à África negra, onde a União Indiana e os árabes possuem grandes minorias, e consequentemente a estabilidade política de Moçambique e de Angola, unidades que de fato representam o futuro colonial, quiçá, nacional da nação portuguesa, seria, talvez, irremediavelmente comprometida.

Finalmente, um desfecho dessa espécie acarretaria para o erário lusitano desequilíbrio pesadíssimo e de difícil recomposição. Mesmo sem guerra, a manutenção do *statuo quo* por mais tempo sangrará as finanças do Estado português e poderá comprometer irremediavelmente sua estabilidade política.

Para muitos, a atitude brasileira no caso Goa deve ser a adotada pelo governo do Primeiro-ministro Salazar. Esse caminho nos levará fatalmente a conseguir desafetos, em vez de amigos, na Ásia e na África. Obrigar-nos-á também a participar, de alguma forma, das despesas desnecessárias que Portugal terá de realizar a fim de defender uma postura inteiramente insustentável. Outros pensam, porém, que, embora menos idealista e épica, a posição que conviria ao Brasil adotar seria a de conselheiro que procurasse suavizar um golpe, uma perda fatal na vida

de um amigo, e não a de espicaçador, a de "agente provocador", para que esse amigo cometa uma loucura, um rasgo de Dom Quixote, que, em vez de glórias, só lhe trará descrédito; em vez de lucros, consideráveis perdas de economias tão duramente e com tanto esforço conseguidas por esse mesmo e esclarecido estadista português, que agora ameaça jogá-las pela janela. Desbaratá-las ao tentar defender e abastecer a balões de oxigênio, diretamente do solo da metrópole, essa Goa ora desligada do subcontinente indiano, seu verdadeiro cordão umbilical. O que convém ao Brasil é procurar ajudar o amigo a encontrar uma saída airosa para a situação difícil em que se encontra; nunca, porém, emprestar-lhe seu apoio de grande nação, para atiçá-lo ainda mais, contra um moinho de vento.

Washington intercedeu junto a Nova Delhi, e o Premiê Nehru prometeu desassociar-se de futuras invasões de *satyagrahis*, o que lhe valeu severas críticas de quase todos os setores políticos indianos. No entanto, isso não passa de calma enganosa, como a que aparenta o mar entre o arrebentar de grandes ondas. No momento, Lisboa é peça de relativa importância no complexo jogo de xadrez do Departamento de Estado. Entretanto, logo que a opinião pública americana se torne mais favorável à política neutralista indiana, tão cedo novos rumos da política internacional atribuirão menos importância à Otan e a seus componentes,. Portugal e sua questão Goa serão largados como jaca madura (fruta pesada para carregar, viscosa, de pouco paladar e de valor comercial ainda melhor).

Já se vão séculos desde os gloriosos dias em que esse pontinho no mapa da península era verruga ou excrescência, segundo o pensar do Primeiro-ministro Nehru; *grain de beauté* na face do continente indiano, segundo portugueses e nós brasileiros; essa região já deixou de ser a "Goa Dourada", para onde afluíam todas as riquezas materiais do fabuloso Oriente. Esse fluxo do belo, do luxuoso e do rico cessou completamente; essa Hong Kong do zênite expansionista lusitano há muito deixou de existir no sentido comercial de entreposto, de cidade plena de riquezas. Entretanto, não importa o resultado da contenda. Pelo quilate das memórias que ele evoca, esse pontinho continuará sendo sempre a "Goa Dourada" para todo aquele que possa sentir ou perceber a grandeza moral e cristã do luso-tropicalismo.

Capítulo VII

Remanescentes holandeses: o West Irian

História

A Ilha da Nova Guiné, uma das maiores do mundo, com 700 mil km², foi divisada pela primeira vez em 1511 pelo navegante português Antônio de Abreu. Seu primeiro visitante foi o também português Jorge de Menezes, em 1526, que ali se abrigou por algum tempo, na costa norte. Em 1546, o espanhol Ynigo Ortiz de Retez faz escala naquelas plagas e, notando a semelhança dos nativos com os habitantes da África Oriental, denominou o lugar de Nova Guiné. Mais tarde, em 1606, comprovou-se que aquele território era uma ilha, quando o navegante espanhol Luís Vas de Torres, vindo do Panamá, pelo Pacífico Sul, negociou o estreito que o separa da Austrália e que até hoje ainda lhe guarda o nome. No século XVII, apareceram os navegantes holandeses e, nos séculos XVIII e XIX, franceses e ingleses. Todos esses aportaram, inspecionaram alguns tratos do território, mas poucos conhecimentos tiveram da grande ilha ou do povo que a habitava.

Em 1660, os estados nativos de Ternate, Tidore e Bachian, possuidores de pequenas ilhas marginais, concordaram em reconhecer a "Companhia das Índias Orientais Holandesas como o senhor de todos os Papu e de todas as ilhas sujeitas ao rei de Misore". Esse fato deu aos holandeses uma vaga soberania sobre partes da Nova Guiné; eventualmente, os batavos conseguiram fazer valer esses direitos, um tanto embrionários para a anexação de metade de toda a enorme ilha, de superfície quase igual à da Noruega.

Depois das famosas viagens de James Cook com o *Endesvour* aos mares do sul (navegador que verificou que, em princípio do século XVIII, quase todos os acidentes geográficos da Nova Guiné ainda guardavam nomes espanhóis e portugueses), a Inglaterra cuidou de apoderar-se daquela grande presa.

Era a época das anexações em massa, dos protetorados fáceis, nos quais o protetor nem cuidava de conhecer os protegidos, e os ingleses acharam de interesse evocar soberania sobre quase toda a ilha. Entretanto, como ocupação real, limitaram-se a pôr uma pequena guarnição em uma ilhota fronteiriça à Nova Guiné, e a ilha continuou sendo uma grande incógnita até o fim do século XIX. A *Geografia Geral* de L. Gregoire, impressa em 1876, dizia, com justa razão, à página 1.139, que: "*Les hollandais s'attribuent la possession de la moitié de l'île, sans la posseder cependan*t." Aliás, essa possessão sem *uti possidetis* é confirmada pelos próprios holandeses. Em uma livro branco intitulado *Western New Guinea and the Netherlands*, distribuído em 1954 pelo governo holandês antes do caso West Irian ser submetido à consideração da 9ª Assembleia Geral da ONU (AGNU), pode ser lido, à página 12: "*The first administrative center was organized in 1898 which is, for practical purposes, also the date when Netherlands rule over the territory began*." Embora administrativamente só existisse domínio, de fato, a partir de 1898, a presença holandesa precedeu à inglesa e à alemã. Em 1848, a Holanda já levantava um forte em Triton Bay e explorava em detalhe a costa norte da ilha até a Baía de Humboldt.

A anexação anglo-saxã real veio mais tarde, em 1883, quando a Austrália, ainda colônia, resolveu enveredar por conta própria em uma política de anexações na Nova Guiné, alegando receios do expansionismo germânico no Pacífico, que atingia sua fase mais ativa entre as décadas de1870 e 1880.

Primeiramente foi anexada a porção oriental pelo primeiro-ministro da colônia de Queensland, quem, depois do fato consumado, recorreu à sanção de Londres. No ano seguinte, foi estabelecido um protetorado britânico não só sobre a parte anexada pela Austrália, mas também sobre toda a porção sul-oriental da ilha, a qual veio mais tarde a ser conhecida sob o nome de Papua. Alguns dias antes dessa anexação, no quadrante norte da atual parte anglo-saxã, era estabelecido um protetorado alemão (German New Guinea), o que se imagina ter sido feito com a tácita permissão de Lord Derby, então Ministro das Colônias. Por essa época, as pretensões da Holanda foram também reconhecidas pela Inglaterra e pela Alemanha, e a partilha do gigante foi completada.

Demograficamente, em relação à gente que possa ser estimada em uma cálculo pouco seguro, a ilha tem um dos índices mais baixos de população. A maior parte dos nativos vive no interior, em estado de completa selvageria e mesmo de canibalismo, cuja existência é apenas presumível. A população da parte holandesa é da ordem de 350 mil habitantes, dos quais apenas 310 são eurásios[10]. As publicações oficiais holandesas orçam-na, porém, em 700 mil papuas, 15 mil asiáticos e 13 mil europeus. A discrepância é enorme, mesmo se levarmos em conta os esforços que a Holanda vem fazendo (quase sem resultado) para povoar aqueles vastos territórios.

As pretensões de Jacarta à grande ilha nasceram da Carta de Transferência de Soberania, assinada em Haia no dia 2 de novembro de 1949 pelas delegações holandesa e indonésia. Ela reza: "O Reino dos Países Baixos, incondicional e irrevogavelmente, transfere completa soberania *sobre a Indonésia,* para a República dos Estados Unidos da Indonésia como um Estado independente e soberano."

Para os indonésios, "completa soberania sobre a Indonésia" implica também soberania sobre a Nova Guiné Holandesa, West Irian. Para eles, *Indonésia* compreendia todos os territórios das Índias Orientais Holandesas. Logo, de acordo com esse raciocínio, a carta lhes concedia automaticamente soberania *de jure* sobre o território ora contestado. A Holanda sustenta que as Índias Orientais, ou Indonésia, não abrangem a Nova Guiné.

Evolução do Conflito

Embora se recusasse a transferir a soberania do território, o governo holandês mostrou-se propenso a negociar. A atitude parece inconsistente, mas em realidade não foi. Nessa época, Haia nutria esperanças, apesar de quase utópicas, de que a União Indo-holandesa viesse a constituir um sucesso. É, sem dúvida, curioso como um povo realista, sóbrio em seu viver, de atitudes políticas e econômicas mais que sólidas e ponderadas, possa, como fez o holandês nessa altura, embarcar em semelhantes vagares de *wishful thinking* de tomar como real o que apenas existe em pensamento.

Uma olhadela rápida, sucinta sobre os dois últimos séculos de história serviria para mostrar que tal conúbio tenderia ao divórcio rápido, tipo Hollywood. Nações da mesma origem étnica e de religião, cultura e tradições

[10] Enciclopédia Britânica, 1950.

idênticas como os Estados Unidos e Inglaterra, Brasil e Portugal não conseguem constituir união no momento crítico do corte umbilical; o que dizer de dois países como a Holanda e a Indonésia, sem a mais remota afinidade? Talvez o exemplo da Índia Inglesa fizesse crer aos holandeses que eles ainda poderiam salvar alguns ovos de ouro daquela fabulosa galinha sumatrino-javanesa. Pura miragem. A Inglaterra, em relação à Índia, teve a noção exata do tempo; teve o senso perfeito de propriedade, percebeu a era histórica, era passada e retirou-se airosa, viril, imponentemente mesmo, sem lutas, sem repressões armadas que viessem acirrar qualquer animosidade existente. A Holanda, ao contrário, lutou encarniçadamente até ao dia em que, abandonada pelas grandes potências, viu-se obrigada a negociar a contragosto, forçando então os indonésios a aceitarem tal união completamente oca, espúria.

As citadas negociações constaram de uma reunião preliminar em abril de 1950 e de uma conferência em fevereiro de 1952, ambas em Jacarta. Na reunião, foi designada uma comissão mista para visitar o território e apresentar relatório às delegações ministeriais da união, quando essas se reunissem em Haia em fins do mesmo ano. Nem a comissão mista nem a reunião de Haia, em razão da completa disparidade de pontos de vista, puderam chegar a qualquer resultado satisfatório. A Indonésia desejava completa transferência de soberania sobre o West Irian; a Holanda apresentava sugestões tendentes a colocar a soberania sob a União Indo-holandesa.

Na conferência de 1952, em Jacarta, notou-se mais divergência ainda nos pontos de vista. A Indonésia começou a falar em ab-rogar a união, dando como pretexto o insucesso de qualquer negociação sobre o West Irian. No entanto, a Holanda mostrou-se cada vez menos inclinada a entrar em qualquer acordo, pois começava, ainda que tardiamente, a ver a impossibilidade de fazer funcionar uma associação dessa espécie.

A última proposta indonésia foi a de que o West Irian fosse colocado sob a responsabilidade de ambos os países *como medida de caráter temporário* e, depois de um curto prazo, a ser decidido posteriormente, a soberania passasse inteiramente para a jovem república. Com isso, a Holanda mostrou-se cada vez mais avessa e reservada e respondeu à proposta indonésia de maneira indireta e oposta, propondo emenda à Constituição do reino, na qual constaria uma enumeração de suas partes integrantes, nelas incluída a Nova Guiné. Tal proposta, de *anexação pura e simples*, na opinião da Indonésia, fez com que esta levasse o caso à consideração da 9ª sessão da AGNU.

O *memorandum* indonésio, que solicitava a inclusão do caso West Irian na agenda continha os argumentos seguintes:

a) o West Irian pertence de direito à Indonésia;

b) o governo holandês não tem mostrado vontade de resolver a disputa por meio de negociações diretas;

c) esse estado de coisas poderá constituir uma ameaça para a paz e para a segurança do Sudoeste Asiático.

Embora arduamente combatido pela Holanda e pela Austrália, o caso West Irian foi colocado na agenda. Como alguns países, principalmente latino-americanos, encontrassem a moção inicial um tanto áspera, a Indonésia acedeu a retirá-la em favor de outra mais suave idealizada por Índia, Iugoslávia, Síria, Argentina, Cuba, Costa Rica, Equador e El Salvador. Esta moção não ordenava, exprimia apenas a esperança de que, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, a Indonésia e os Países Baixos envidassem esforços no sentido de encontrar uma solução para a disputa. Esta moção foi adotada pelo Comitê Político por 34 votos a favor, 14 contra e dez abstenções. Posta em votação em dezembro de 1954, a moção foi, no entanto, rejeitada pela assembleia por não haver conseguido maioria de dois terços (34 países votaram a favor, 21 contra e cinco se abstiveram). O caso "West Irian" na ONU foi fartamente controvertido pelas partes litigantes em todos os estágios por que passou durante a 9ª AGNU.

Em síntese, é a seguinte a argumentação indonésia:

a) a Holanda, ao transferir a soberania das Índias Orientais, transferiu também a Nova Guiné Holandesa ou o West Irian, que fazia parte das ditas Índias Orientais;

b) a administração civil da Nova Guiné era feita de Batávia;

c) o fator geográfico da aproximação das ilhas lhe é francamente favorável;

d) racialmente, os habitantes se aproximam do tipo malaio;

e) historicamente, há um elo entre o território e a Indonésia, pois os sultões de Tidore e Ternate exerciam, muito antes da ocupação holandesa, certa soberania sobre as regiões costeiras da Nova Guiné;

f) a administração holandesa nada fez pela melhora e pela educação dos nativos em 122 anos de colonialismo;

g) a continuação da administração holandesa sobre o West Irian é a própria continuação do colonialismo sobre estas partes da Ásia.

As refutações e os argumentos holandeses se ativeram a:

a) as Índias Orientais não compreendiam a Nova Guiné Holandesa;

b) a ilha era administrada de Batávia, por quanto seu atraso e distância não permitiam as despesas de uma administração local;

c) geográfica e geologicamente, a Nova Guiné pertence à Austrália, e não à Indonésia;

d) quer antropologicamente, quer linguisticamente os habitantes da Nova Guiné e da Indonésia estão em polos opostos;

e) o pouco interesse da administração holandesa pela população provinha das ideias coloniais prevalecentes no século XIX, da situação remota do território, da dificuldade de comunicações;

f) a Holanda já deu provas de sua mais moderna e iluminada atitude contrária ao colonialismo, ao estabelecer voluntariamente uma união com o Suriname;

g) a Indonésia não está em posição de promover o desenvolvimento econômico do território;

h) entregar o West Irian à Indonésia seria criar um novo teatro de fricção internacional entre este país e a Austrália. Esta última já demonstrou claramente ter mais confiança na Holanda que na Indonésia em caso de um novo conflito internacional;

i) a continuação de sua posse seria a melhor maneira de guiar os 700 mil papuas e negritos na senda da democracia e da autodeterminação. Uma vez sob o controle de Jacarta, esses povos voltariam ao regime do colonialismo, dessa vez um colonialismo indonésio. Finalmente, a Holanda asseverou que nada poderá fazê-la desistir dessa sagrada missão que lhe foi conferida pela ONU.

Tanto os argumentos indonésios quanto os holandeses são fraquíssimos. Não suportam a mais simples análise ou crítica imparcial. Certamente, a Indonésia não tem direito lídimo e incontestável sobre território que, por sua população e tradição, não lhe pertence. Mas mais certo ainda é que à Holanda não assiste o mínimo direito de arrogar-se

mandatária sobre um pedaço de terra que lhe veio às mãos em uma época em que florescia a pior espécie de colonialismo e que não se ocupou durante mais de um século. Essas altissonantes palavras acerca do autodeterminismo de 700 mil papuas (metade deles em estado de inteira selvageria ou apenas presumíveis) soam como verdadeira ironia, quando se pensa nos 88 milhões de japoneses que vivem em âmbito territorial diminuto e sem a mais remota "chance" de exprimir sua autodeterminação, a não ser pelo militarismo. Um fato curioso: esse foi justamente o motivo mais invocado pelo embaixador Von Balluseck, delegado permanente dos Países Baixos à ONU, para explicar essa atitude holandesa de "*j'y suis et j'y reste*".

É verdadeiramente patético, como prova de insinceridade nas relações internacionais, que um país que nada fez durante séculos não só por selvagens, mas também por povos possuidores de relativa civilização, como os javaneses, queira agora fazer crer a todo o mundo que, de fato, se interessa por essa pobre e diminuta população do West Irian. Por que não dizer que ainda espera, com os recursos da tecnologia moderna e de parceria com a Austrália, buscar uma compensação do que perdeu no resto do arquipélago? Por que a Holanda não reconhece que o hábito do cachimbo faz a boca torta, que lhe é extremamente difícil perder todas as suas joias coloniais da noite para o dia e que deseja guardar pelo menos um adorno de seus atavios orientais? Por que esse súbito e desmedido interesse pelo avanço espiritual desse pingo de papuas, mais selvagens talvez que os Xavante do Brasil Central, quando nunca se preocupou com a educação temporal ou com a orientação religiosa de milhões de indonésios?

O petróleo que parece existir e que está sendo objeto de custosas e constantes buscas em toda a extensão da grande ilha – esse ouro negro por cuja posse as nações no século XX ficam mais desvairadas que os conquistadores lusos e espanhóis nos séculos XVI e XVII ficavam pela posse do próprio metal – parece ser o responsável pela atitude intransigente da Holanda e da Austrália.

Em toda refutação holandesa, um argumento seria verdadeiramente sólido, o religioso; este, entretanto, nunca foi invocado. De fato, a transferência de soberania da Nova Guiné para a Indonésia representaria uma inevitável muçulmanização dos autóctones, bem como um alargamento considerável da área de influência do crescente sobre a Ásia.

Mesmo sob condomínio indo-holandês, será quase fatal que o proselitismo maometano eclipse completamente o cristão, em virtude da multiplicidade de apresentação da última. Os missionários protestantes australianos, holandeses e americanos na Nova Guiné estão reincidindo nos mesmos erros que há séculos vêm sendo cometidos por quase toda a Ásia. Se o Islã (em virtude do muito que permite e do pouco que proíbe) pode

competir com uma religião inalterável, como a católica, e com uma Igreja perfeitamente organizada, como a Romana, na catequese de populações animistas, o que dizer então de seitas que se entrechocam para a obtenção de conversos, cujos dogmas e preceitos são meras criações individuais a serem alterados ao sabor da conveniência de seus missionários?

O *tableau* dessa rivalidade de aparência quase comercial é muito bem pintado por um jornalista holandês, Matthew Smedts, que há pouco visitou o West Irian. Certos missionários americanos, cuja seita considera fumar pecado grave, notavam com tristeza o sucesso de outros colegas protestantes cujos preceitos eram mais liberais. Resolveram transigir e distribuir mesmo uma faríaca porção de tabaco aos papuas que acompanhassem seus serviços, que cantassem seus hinos. A ideia deu resultado imediato, a igrejinha encheu-se e continuou cheia aos domingos.

Assegurados da conversão de tantas almas e com a consciência um tanto dolorida de haverem infringido seus cânones, decidiram suspender a distribuição do fumo. No domingo seguinte, à exceção do chefe da tribo, o templo estava às moscas. Ao perguntarem a razão de tão propositada ausência, disse o chefe: "*No tobaco, no hallelujah*", que, ao nosso jeito, significaria "se não tem fumo, não tem cantoria também".

O caso West Irian foi tratado em 1954 na ONU como um fantasma que, se não fosse reparado, desapareceria. A Austrália defendeu o ponto de vista holandês de maneira tão calorosa que deixou evidente a tremenda alergia que ela tem contra a Indonésia, contra o vizinho mais próximo e com os quais terá de conviver *per saecula saeculorum*.

Os Estados Unidos, em sua política de zigue-zague, ora campeões do oprimido, ora auxiliares do opressor, enfiou-se em um abstencionismo que mais favoreceu a Holanda que a Indonésia, pois muitos países latino-americanos seguiram-lhe o exemplo. Aliás, se o governo americano se absteve de votar, a imprensa dos Estados Unidos foi francamente favorável à Holanda. Entre os motivos invocados como razão para rejeitar as pretensões indonésias figuravam, em primeira linha, o de que a jovem república estava a caminho de se tornar comunista; de que tinha de enfrentar seus próprios e gigantescos problemas políticos e econômicos; e de que a Holanda estaria, assim, mais bem-preparada para dar uma administração iluminada à Nova Guiné. O que a imprensa americana não via, e continua não vendo, é que todas as vezes em que os Estados Unidos contrariam aspirações nacionalistas ou anticolonialistas eles estão dando força a Moscou e tornando os países asiáticos ou africanos mais receptivos à propaganda comunista.

Poucas foram as contribuições, as ideias originais trazidas ao problema pelos Estados-membros durante o debate no Comitê Político. Entre

essas, podem ser citadas a do delegado argentino, refutando o argumento australiano. "Se a ilha era a chave da defesa da Austrália, a recíproca também era verdadeira. O West Irian poderia construir a chave para a defesa da Indonésia." A Grécia admirou-se de que o princípio de autodeterminação fosse invocado com tanto calor pelas potências ocidentais em relação aos papuas, mas inteiramente denegado no caso dos cipriotas. O delegado egípcio foi o que mais certamente exprimiu o verdadeiro e pungente sentimento asiático, ou melhor, não ocidental acerca do caso em litígio, ao dizer:

> Admitir *a priori* que algumas potências devem gozar de certas prerrogativas, arrogando-se o direito de uma missão civilizadora, é o mesmo que reconhecer um estado de superioridade de certas nações em relação a outras, o que vai contra os ideais mesmo da ONU.

A Holanda fez excelente trabalho de *lobby* na ONU antes do assunto chegar à votação do Comitê Político e da AGNU: espalhou os boatos de que a Indonésia estava procurando empregar meios violentos para forçar a organização a lhe ser favorável e que unidades do exército indonésio haviam se infiltrado no West Irian. A alegação era completamente irreal, pois, como comentou um funcionário do Ministério do Exterior em Jacarta, mesmo que a Indonésia quisesse ser agressiva, ela não possuía sequer os meios (armas) para o ser.

Em meados de 1955, o Gabinete do Senhor Ali Sastroamidjojo, o homem idealizador de Bandung, um dos chefes do Partido Nacionalista e político acirradamente anti-holandês, foi substituído por outro de caráter bem mais moderado, encabeçado por um dos líderes do Partido Maometano, Masjumi. Um dos primeiros atos do novo gabinete foi o envio de uma delegação a Haia, a fim de negociar diretamente com os holandeses não só o caso West Irian, mas também outros há muito pendentes, em razão do clima de antagonismo que reinava entre os dois países. No momento em que este assunto está sendo aqui tratado, o Comitê Político da 10ª sessão da AGNU, em cuja agenda o caso havia sido novamente colocado, adotou resolução exprimindo a esperança de que surtissem frutuosos resultados as negociações que ora se realizam entre a Holanda e a Indonésia sobre o West Irian.

A despeito das esperanças expressas pelo Comitê Político e da atitude menos antagônica, seguida pela Austrália, em 1955, não é provável que as conversações diretas cheguem a resultado capaz de agradar a ambas as nações litigantes. Qualquer reviravolta política que recoloque o Partido Nacionalista indonésio no poder reavivará a disputa, os pontos de vista

intransigentes e deteriorará novamente o clima político entre Jacarta e Haia. Infelizmente, as relações entre as duas capitais não serão as únicas atingidas. O caso continuará sendo um rastilho de pólvora no Oriente, um pomo de discórdia, uma espécie de *agent provocateur* impessoal. É triste que assim seja, pois em realidade o caso West Irian nunca deveria ter existido. Se a política do país asiático não fosse francamente neutralista, se apoiasse completamente os Estados Unidos no Oriente, como fazem as Filipinas e a Tailândia, a Holanda já teria sido forçada a entregar esse território à Indonésia.

Outra não tem sido a tecla batida pelos capitães de indústria holandeses que ainda continuam operando por lá, a fim de abrandar os sentimentos de indignação do governo e da população indonésia:

> Ah! Vocês não precisam odiar-nos ainda mais por causa deste caso do West Irian. Nós, em realidade, pouco temos com isso. O caso é mais da esfera da alta estratégia dos Estados Unidos e da Austrália. Nós estamos no West Irian porque eles querem que ali fiquemos. No dia em que nos mandarem sair, sairemos.

Embora cruamente apresentada, a desculpa parece bastante verdadeira.

O que cumpriria aos Estados Unidos fazer, e fazer imediatamente, em vez de permitir que a Rússia se faça passar por campeã dos países asiáticos ainda oprimidos pelos resquícios coloniais, seria declarar aberta e claramente sua posição anticolonialista, anti-holandesa e antiaustraliana em tal assunto. Posição essa que não deve ser pró-indonésia apenas, mas pró-asiática. Advogar, propor e lutar, na ONU, para que o vasto território da Nova Guiné, ao menos na parte ora contestada, seja transformado em uma espécie de abrigo internacional, aberto à emigração de todos os países orientais, principalmente àqueles possuidores de vastos excedentes de população, como o Japão, a Índia, a China.

A enorme ilha se converteria, assim, em uma espécie de cadinho para uma maior fusão dos povos orientais, para um abrandamento das desconfianças e rivalidades que ainda existem entre eles. Esse experimento, contasse ele com o direto apoio não só dos Estados Unidos, mas também da maioria das nações industriais do Ocidente, poderia converter-se em uma grandioso Plano de Colombo completamente desinteressado, uma verdadeira e duradoura ponte de amizade. Se a própria Austrália corroborasse na edificação de um clube oriental, colocado, por assim dizer, às suas portas, estaria obtendo, em virtude da simpatia e da gratidão do asiático, coeficiente de segurança bem maior que o que lhe advém dos esquemas militares de que participa ou da obsessão de considerar-se ocidental, quando ela é Ásia, em sua própria realidade geográfica.

Capítulo VIII

Austrália e Nova Zelândia

Em novembro de 1955, o importante semanário americano *News Week* publicou interessante artigo sobre o esfuziante aumento da população universal. O escrito tinha por objetivo principal renovar os sombrios presságios malthusianos e aventar possíveis saídas técnico-científicas para a tremenda equação "mais gente = menos alimentos" que muito breve a humanidade enfrentará.

As comparações estatísticas eram bastante expressivas. Em 1650, o mundo tinha 545 milhões de habitantes: atualmente, três séculos depois, existem 2,8 bilhões de indivíduos, ou seja, um houve um aumento de 2,25 bilhões de pessoas. Entretanto, em 1987 quando, segundo vários demógrafos, o mundo atingirá um ponto de saturação, a população alcançará 6,6 bilhões, ou seja, um esmagador acréscimo de 3,8 bilhões em 30 anos apenas.

Esse formigueiro humano está, em 1955, e estará, em 1987, distribuído da seguinte forma:

	1955	**1987**
Ásia	1,6 bilhão	4,2 bilhões
Europa (inclusive Rússia)	650 milhões	1 bilhão
As três Américas	380 milhões	775 milhões
África	200 milhões	645 milhões
Austrália e Nova Zelândia	11 milhões	15 milhões

São muitas as conclusões e induções a tirar do quadro em apreço. Entre elas, avultam:

> a) qualquer jogador de campista ou *bacarat*, por mais ignorante que seja em ciências matemáticas, percebe facilmente as somas estarrecentes que podem ser atingidas em dez golpes sucessivos em uma progressão binária partindo da unidade. A humanidade, porém, não compreende ou finge não compreender os totais astronômicos que podem ser obtidos em progressões polinárias, quando o ponto de partida já está nos bilhões;
>
> b) em três décadas, a progressão do mundo ocidental (Europa e América) será de cerca de 165% apenas, enquanto o mundo comunista (URSS e China) alcançará cerca de 340%, portanto, mais do dobro da percentagem de acréscimo dos países livres;
>
> c) o mundo indeciso (África e Ásia) terá uma progressão fantástica, da ordem de 500% e, portanto, aproximadamente igual àquela dos dois mundos antagônicos combinados;
>
> d) enquanto a Ásia ascenderá a 2,6 bilhões de indivíduos, em uma percentagem de 200%, a Austrália e a Nova Zelândia aumentarão a gota d'água de quatro milhões, ou seja, uma percentagem de menos de 50%.

Evidentemente, estatísticas podem sofrer sensíveis *tornures* ditadas pelo ponto de vista daqueles que as manipulam. Existem, no entanto, inúmeros e imponderáveis fatores não presumíveis ou mesmo atualmente inexistentes que podem afetar os dados e as conclusões aqui expressos, por exemplo, o aproveitamento de terras desertas ou frígidas, a transformação dos processos alimentares e outros. Entretanto, tudo indica que essa astronômica discrepância existente na proporção ásio-australiana de terra/gente jamais poderá ser substancialmente minorada, não importa quaisquer elementos adventícios que tenham a alterar as previsões destas estatísticas.

Dizia uma senhora australiana, em conversa inconsequente de coquetel:

> – Pois é, meu marido deixou o navio em Perth e seguiu de trem até Sidney, para ganhar tempo. Ele me disse que foram quatro dias e quatro noites dos mais agradáveis. Grande elogio, pois meu marido é inglês e para ele tudo que é australiano ainda cheira a colonial.
> – Tanto tempo assim? – Disse uma japonesa incrédula, tentando arregalar seus olhinhos de amêndoa.

> – É sim. E olhe que o trem vai muito depressa. É que as distâncias na Austrália são enormes... o país é tão grande.
> – É mesmo, e com tão pouca gente. – Aduziu entre magoada, raivosa e invejosa uma indonésia muito "emperiquitada" e elegante em sua *kabaja* de renda.
> No outro canto da sala, dizia uma dama indefinivelmente ocidental:
> – Nós levamos mais de 18 horas de automóvel para chegar até Surabaya.
> – Tanto assim, quando as distâncias são tão curtas em Java? – Perguntou outra indonésia incrédula.
> – Mas é que havia tanta gente, que o carro quase nem podia caminhar.

Nesses diálogos, aparentemente fúteis, está resumido todo o drama das relações da Austrália com seus vizinhos de continente. De um lado, o país anglo-saxão, cônscio e orgulhoso de seu tamanho físico, de sua pujança econômica, de seu despertar como potência industrial, olha com um misto de medo e nojo para as regiões menores, atrasadas, pobres e superpovoadas. De outro lado, os países asiáticos, apertados, clamam por espaço vital e por uma elevação de padrões de vida ao ver aqueles imensos tratos de terra australianos apenas salpicados de gente, de uns homens orgulhosos de suas peles bem brancas e de seus bolsos bem recheados.

O contraste pode ser comparado à visão de um parque de palacete de gente rica que dê para uma rua de casinhas pobres, de operários. Todos os dias uma chusma de crianças amolambadas vêm colar as cabecinhas às grades e espreitar uns poucos "Lordes Flaunteroys" saudáveis e muito bem trajados, gozando as delícias do gramado e do espaço da mansão senhorial. Os garotos ricos olhariam os de fora com sentimentos de receio e desprezo. Estes últimos, embora sem raiva e sem inveja, perguntar-se-iam por que, sendo eles tantos, tinham tão pouco terreno para brincar, e por que os outros, que eram tão poucos, possuíam tanto gramado, tantas árvores. A imagem apesar de pecar em "literatices", não deixa de ser inteiramente verdadeira.

Isolada de seus vizinhos e esparsamente povoada quase por um só grupo étnico europeu, cônscia de seu alto padrão de vida, a Austrália vem desenvolvendo durante os últimos cem anos um complexo de egocentrismo que se reflete não só internamente, mas também em sua política internacional.

No âmbito interno, suas instituições e sua máquina política, altamente organizadas, giram todas em função dos assuntos econômicos, da manutenção dos altos índices de bem-estar e riqueza. É quase uma obsessão. Daí decorrem a verdadeira fobia contra uma liderança mais forte e a manutenção da política de uma "Austrália Branca" (por branca,

era subentendido, há pouco tempo, gente anglo-saxã, raças nórdicas e o menos possível elementos europeus mediterrâneos).

No âmbito externo, essa atitude a conduz à adoção de uma política internacional truculenta, de fala grossa de grande potência militar inteiramente em desacordo com o tamanho de sua população, bem como a um expansionismo territorial no Pacífico nada condizente com um país que não tem ainda gente bastante para povoar sequer grande número das unidades que formam sua federação.

Analisemos, primeiramente, o expansionismo australiano-neozelandês. Não é recente, como muitos pensam, e ocorreu em razão do expansionismo nipônico ou em reação a ele. Em 1883, antes de qualquer veleidade de espraiamento japonês no Pacífico, o governo da colônia de Queensland anexou a parte oriental da Ilha da Nova Guiné, conhecida por Papua, (superfície de 235.400 km^2). Em 1884, a Inglaterra reconheceu a anexação e ali estabeleceu um protetorado britânico, que, em 1906, com a formulação da Commonwealth Australiana, ficou sob o inteiro mando desse domínio. Para os australianos, essa ação unilateral do Queensland marca a primeira expressão de um nascente nacionalismo.

Em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, uma expedição militar australiana tomou controle da Nova Guiné Alemã (superfície de 182.390 km^2), que permaneceu sob a administração militar até 1921, quando Versalhes presenteou a Austrália com as pequenas ilhas que ficam entre o continente e a Nova Guiné e colocou a porção alemã sob a direção australiana (Mandato Classe C). Esse mandato, em 1946, foi transformado em *fideicomisso* pela ONU.

As ilhas adquiridas ainda na mesma ocasião pelo grupo austrálio-neozelandês, como parte da herança do Império Alemão no Pacífico, foram as seguintes:

> Arquipélagos de Bismark: 51.705 km^2;
> Ilhas Salomão: 11.180 km^2;
> Ilhas Cook: proclamadas protetorado britânico em 1888 e anexadas à Nova Zelândia em 1901 (132 km^2);
> Ilha Niue ou Ilha Selvagem: sob a administração da Nova Zelândia desde 1903 (260 km^2);
> Território da Samoa Oriental: ocupado militarmente pelas forças da Nova Zelândia em 1914, cedido em mandato em 1919 e em vias de completa integração (2.938 km^2);
> Ilhas Tokelau: sob jurisdição da Nova Zelândia desde 1926 (13 km^2);

Ilhas Nauru: entregaram-se às forças australianas em 1914, administradas sob mandato até 1947, quando a AGNU aprovou um acordo de *fideicomisso* conjunto dos governos da Austrália, da Nova Zelândia e da Grã-Bretanha (13.682 km²);

Ilhas Menores: nas vastidões do Pacífico (Kermadec, Auckland, Antípodas, Bounty, Raoul e outras). Pertencem à Nova Zelândia; algumas estão desabitadas (832 km²).

Existem ainda as vastas extensões geladas da Antártica, conhecidas como Dependências Ross, no mar de mesmo nome. É uma área estimada em 455 mil km². Presentemente, a não ser em razão de um comércio muito ativo da pesca da baleia, essas solidões pouca importância têm, o que não impede, entretanto, que, em um futuro bem próximo, até seu controle político venha a ser de capital interesse.

Até a presente data, as anexações andam pela ordem de 950 mil km², aproximadamente uma superfície igual à soma dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Área considerável, principalmente quando atentamos para os territórios australiano e neozelandês, que, juntos, têm cerca de oito milhões de km², ou seja, correspondem a cerca de 500 mil km² a menos que a área do nosso imenso Brasil.

À proporção que o Império Britânico ia e vai perdendo o pendor expansionista, parece que a Austrália, país jovem, de sangue na guelra, aumenta o seu. Depois dos primeiros passos, antes da Segunda Guerra Mundial, na parte meridional da Nova Guiné e nas ilhas do Pacífico Sul, notam-se agora novos pendores para o norte. Certamente é uma expansão indireta decorrente da proteção e da defesa acirrada da Holanda, no caso West Irian; é, no entanto, de qualquer forma, uma expansão. Quando o assunto foi apresentado, pela primeira vez, à discussão da ONU, em 1954, a Austrália fez do holandês seu próprio caso, dizendo que tal matéria nem deveria ser considerada entre as nações e, muito menos, ser admitida, remotamente que fosse, a possibilidade de a Indonésia vir a tornar-se sua vizinha naquela região, agora ou futuramente. Segundo o ponto de vista australiano exposto por seu Ministro das Relações Exteriores, Senhor R. J. Cassey, o caso West Irian não poderia ser examinado como "*just another colonial question*". Para Sua Excelência manter a parte disputada da Nova Guiné, fronteira viva com terras australianas, roubava à questão qualquer caráter colonial. A Austrália não deseja vizinhança direta com ninguém, mas, se isso for de todo necessário, quer confinar somente com povos de sua imediata confiança.

Bem analisado, esse raciocínio australiano conduziria a uma absorção de quase todas as ilhas do Pacífico, a uma espécie de *chain*

reaction no campo das anexações internacionais. Vejamos: no século passado, a Austrália (embora seja um continente, não deixa de ser uma ilha e, portanto, um país de fronteiras perfeitamente definidas), evocando a desculpa do perigo que representava para seu território a então truculenta atividade colonial germânica no Pacífico, anexou a parte sul-oriental da Nova Guiné, a qual veio a ser conhecida como Papua. Uma vez dona dessa parte, aproveitou-se da Primeira Guerra Mundial para anexar a parte alemã, German New Guinea, alegando que o fazia para proteger a Papua, já considerada seu solo sagrado. Agora, 30 anos passados, defende a parte holandesa da ilha com tal vigor, como se sua fosse, alegando que o faz para defender o "solo sagrado" das duas partes anexadas.

A seguir o mesmo processo dedutivo, seríamos levados a pensar que, no dia em que a ascendência econômica e política sobre a parte batava da ilha fosse de tal monta que levasse o povo australiano a começar a considerar o West Irian como seu solo sagrado, esse mesmo raciocínio expansionista levaria a Austrália a querer absorver o Timor ou outra ilha vizinha por motivo de precaução contra um eventual ataque a toda Ilha da Nova Guiné. Não há nada de irreal nessa dedução. Se a Austrália alega que o West Irian lhe interessa vitalmente, porque é um trampolim para a invasão do continente, o Timor, as Molucas e outras ilhas devem interessar-lhe igualmente, pois em realidade constituem outros trampolins para uma invasão da grande ilha. Em verdade, o que não faltam são essas pontes de salto no imenso Pacífico. A Austrália precisa pensar menos na defesa de pontos supostamente ameaçados e refletir melhor na construção de trampolins de amizade para os povos asiáticos, com os quais ela terá de viver de bom grado ou a contragosto, até o dia do juízo ou da loucura final deflagrada pela bomba nuclear.

Entretanto, parece que a intransigência australiana acerca das aspirações indonésias não é motivada tanto por motivos estratégicos de sua própria defesa, mas principalmente pela possibilidade da existência de petróleo no West Irian. Dominando a enorme ilha com a Holanda, o ouro negro poderia ser explorado com maior segurança, sem receio de futuras desapropriações. Assim, pois, intensifica-se na Nova Guiné Holandesa e na Papua a procura do petróleo com a fundação da Australian Petroleum Company. O desbravamento do interior, pelas comitivas dessa companhia, representa trabalho árduo e perigoso. Muitas expedições se têm perdido na mata virgem, que vem sendo enfrentada por um exército de geologistas e de técnicos.

Sem dúvida, a política expansionista australiana com relação à Nova Guiné é um caso típico de voracidade territorial comparável ao

de uma truta tentando engolir uma presa de dimensões quase iguais às de seu corpo. A Austrália, que mal tem gente para salpicar-lhe o imenso território, quer-se apegar, por todos os modos, a uma terra imensa, vazia, que poderia servir para o extravasamento de países orientais superpovoados como o Japão, a Índia ou a China.

Entretanto, se quanto ao expansionismo territorial é bem difícil achar desculpa para esses países austrais, já tal não acontece com relação ao método e às atitudes de sua política internacional. Eles deverão ser em parte desculpados pela eclosão de um complexo de superioridade, de grande potência, de *Superman* no concerto internacional das nações e que, apesar de detentores de populações diminutas, entraram desde cedo nas lides internacionais como componentes do Império Britânico. Tropas australianas e da Nova Zelândia vêm participando de guerras e intervenções armadas no quadro da Commonwealth desde as pelejas do Transvaal. Depois, na Primeira Guerra Mundial, grandes tratos do Oriente Médio foram entregues ao controle militar de tropas desses países. Na Segunda Grande Guerra, foram além, batalharam mesmo na Europa, na Índia, na Malaia, em Burma, no Japão. Essa atividade bélica dentro da comunidade talvez lhes haja dado uma falsa impressão de suas próprias forças.

Assim, com o término da última Grande Guerra, quando a Grã-Bretanha, em razão do peso de seus encargos e dos desgastes de cinco anos de conflito, começou a entregar mais e mais aos Estados Unidos, às ex-colônias e aos antigos domínios o ônus e as responsabilidades da defesa militar do sul e do sudoeste da Ásia, a Austrália e Nova Zelândia julgaram-se potências suficientemente fortes para tentar não só encher o vácuo deixado pela retirada da máquina naval e militar britânica de seus próprios mares e territórios, mas também daquela imensa e superpovoada região asiática.

A razão dada (talvez sinceramente acreditada) para intromissão tão descabida e de tal envergadura foi a de sua própria defesa. Era um corolário, ou melhor, um plágio da estratégia dos Estados Unidos, que colocam sua primeira linha de defesa a muitos milhares de milhas do solo americano.

Dizia o Ministro das Relações Exteriores, R. J. Cassey, discursando em 1955 no Parlamento em Camberra:

> Cento e setenta milhões de asiáticos vivem dentro de um setor de três mil quilômetros, a contar de Darwin. Nesses países asiáticos, ao noroeste da Austrália, são produzidas ou extraídas as maiores percentagens de importantes artigos, como estanho, borracha e arroz. A par da importância

> desses números, essa área representa também a rota mais fácil para uma agressão de envergadura contra a Austrália.

Esse raciocínio de defesa deu origem às seguintes e importantes medidas nos anos pós-guerra:

> a) conclusão de um pacto militar conhecido como Australia-New Zeeland-United States Defense Pact (Anzus);
>
> b) participação acintosamente ativa na Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Southeast Asia Treaty Organization – Seato);
>
> c) estacionamento de tropas na Malaia;
>
> d) contínuas declarações sobre assuntos da alta política asiática, que não lhes respeitam diretamente.

Embora essas atitudes de menino de calças curtas que quer se fazer de homem sejam, em parte, perdoáveis, em razão do passado guerreiro desses países nos quadros da Commonwealth, seus vizinhos asiáticos, diretamente atingidos por esses complexos de superioridade, não podem desculpá-los assim tão facilmente. Não é só o fato de participarem ativamente de acordos considerados em quase todo o Oriente como maquinações antiasiáticas, de enviarem tropas de policiamento para focos de nacionalismo agudo, mas também a maneira por que tudo isso é feito. Trata-se de um altaneirismo de grande potência ocidental, querendo esbater-se no xadrez político da Ásia com uma arrogância de século XIX inteiramente *demodée*.

Vejamos uns poucos exemplos tirados a esmo do noticiário dos jornais do Sudoeste da Ásia:

> O governo australiano está projetando a construção de uma fábrica de munições nos arredores de Sidney no valor de 23 milhões de esterlinos como mais uma contribuição para a defesa do Sudoeste da Ásia. A Austrália está decidida a aceitar, dentro dos quadros da Seato, sua responsabilidade contra qualquer agressão nestas partes do mundo (declarações do Primeiro-ministro Robert Menzies em meados de 1955).
>
> Os Estados Unidos e a Austrália iniciaram conversações sobre estratégia no Sudoeste Asiático. O Primeiro-ministro Menzies é de opinião que a Formosa deverá ser mantida fora do alcance dos chineses (cabeçalho de um jornal de Sidney, divulgado por toda a Ásia).

> As obrigações defensivas da Nova Zelândia serão desviadas do Oriente Médio para o Pacífico e o Sudoeste da Ásia. Essa modificação atingirá as forças navais e aéreas do país. (discurso do Primeiro-ministro Sidney Holland na Câmara de Deputados de Wellington).

Em entrevista concedida às agências telegráficas asiáticas em fevereiro de 1955, o Senhor Josiah Francis, Ministro da Guerra da Austrália, declarou que:

> O país estava adestrando seus soldados no manuseio de armamentos termo-nucleares; que o exército australiano já possuía um tipo de homem perfeitamente capaz de usar esses engenhos e conscientes de que tais armas o colocarão sozinho num pé de igualdade com uma chusma de atacantes [...]

Em fins de 1955, aproveitando-se de um convite de pequena facção política malaia, os parlamentares australianos e zelandeses divulgaram, aos quatro ventos, que pretendiam enviar delegações para Cingapura, a fim de julgar *de visu* se os integrantes da próspera colônia já tinham condições de emancipar-se. O desplante da pretensão provocou grandes antagonismos dentre os seis milhões de asiáticos que compõem a população daquela cidade e forneceu excelente munição aos elementos da esquerda.

Aliás, essa atitude de "leão de chácara" não só prejudica somente a Austrália e a Nova Zelândia, mas também a própria Inglaterra. A contínuas instâncias de seus primos austrais, a Grã-Bretanha vai entregando mais e mais a tarefa de defender a Malaia à diretiva australiana. Isso, talvez, fora medida de caráter político-militar de verdadeira necessidade, em vista dos levantamentos comunistas naquela península e dos encargos financeiros e militares que confrontam Londres, no Oriente Médio. Contudo, essa e outras medidas semelhantes deveriam ser tomadas em um ambiente de diplomacia secreta, à antiga. Muito ao contrário, porém, qualquer gesto ou atitude que demonstre uma maioridade político-militar por parte da Austrália é buzinado pelo governo de Camberra aos quatro cantos da Ásia. Essa falta de tato não faz mais que dar combustível à Rússia, para melhor conduzir sua campanha comunista nos países neutralistas. Se, antes da guerra, já era duro para a Ásia ver seus destinos traçados por potências estranhas, o que dizer agora, quando atravessa uma fase de nacionalismo acirrado? Como podem os asiáticos conformar-se que o futuro do sudoeste do continente seja combinado, como se fosse *affaire* inteiramente anglo-saxão?

Poder-se-ia dizer que, em relações internacionais, a Austrália faz o jogo que talvez coubesse ao Brasil, do qual nós, tão timidamente, nos

arreceamos: fala alto, faz acordos ameaçadores, projeta-se no cenário mundial como se fosse grande potência, pesa mais em relação à sua insignificante população que os Estados Unidos ou a Rússia.

Ao expansionismo territorial em detrimento de países orientais superpovoados e à condução de uma política internacional quase arrogante, em uma época de hipersensibilidades nacionalísticas, une-se outro fator, talvez mais irritante ainda, para os asiáticos: o do mito da superioridade em função da pigmentação da pele.

É certo que, de vez em quando, Camberra e Wellington sentem o perigo da animosidade que estão promovendo e da estarrecente diferença numérica entre humilhados e ofensores e que procuram dar mostras de bem-querença, de boa vizinhança (principalmente para com a Indonésia), provas de estarem realmente interessados no soerguimento econômico da Ásia. Emprestam todo o apoio ao movimento independistíco indonésio; participam com vigor do Plano de Colombo; apadrinharam, na Conferência de Ottawa, em 1954, a admissão do Japão ao referido plano; fazem dádivas, como a dos cem ônibus modernos doados há pouco tempo pela Austrália à Prefeitura de Jacarta (uma cidade quase sem transporte, com uma população de mais de três milhões de habitantes, que caminha quase exclusivamente a pé e sobre bicicletas e triciclos); envia assiduamente seus ministros em viagens de cortesia às capitais orientais; admite a residência temporária de estudantes e bolsistas asiáticos (única fresta conseguida até hoje na tremenda barreira administrativa conhecida por While Australia Police); convida delegações das mais variadas, desde as parlamentares até as esportivas, para visitar o país. Infelizmente, o que faz de bom com a mão direita a esquerda desmancha imediatamente. Todos esses gestos que poderiam contribuir para um melhor entendimento Austrália-Ásia são dissipados quando um ministro do Exterior faz publicamente profissão de fé racista, como há pouco, em Melbourne, em fins de 1955, durante um *jamboree* pan-asiático de escoteiros. Um dos meninos australianos, em discurso de encerramento, elogiando a perfeita camaradagem que havia reinado entre eles e a juventude oriental, pergunta se havia ainda motivo para uma política de "Austrália Branca". Respondeu Sua Excelência que:

> Embora eles, meninos australianos, devessem cultivar as mais estreitas e cordiais relações com seus colegas orientais, a continuação de uma política de separação servia melhor aos interesses do país, pois mantinha uma população do mesmo tipo e crença, sem massas indigeríveis não absorvíveis, de outros povos.

Trata-se de uma típica atitude "a Bahia é boa terra, ela lá e eu aqui", mais afrontosa que um afastamento total.

Ao mesmo estadista, em uma das suas visitas a Cingapura, foi perguntado qual seria a sorte dos habitantes do Arquipélago de Cocos (a maior parte deles malaios ou negros) quando essas ilhas do Índico viessem a passar, em breve, do controle britânico para o australiano. Àqueles que desejassem emigrar para a Austrália, visto que doravante irão fazer parte daquele país, seria concedida cidadania automática? O Ministro Cassey limitou-se a responder ao jornalista: "Desculpe, mas não percebo o significado dessa expressão 'cidadania automática'."

O único passo realístico, concreto tomado pela Austrália e pela Nova Zelândia depois da guerra foi procurar aumentar suas populações por meio de um intenso programa de emigração de elementos europeus. Cerca de um milhão deles, principalmente italianos, ingleses, polacos e holandeses já ingressaram no país. O objetivo colimado é um aumento, em cinco anos, dos atuais nove milhões para cerca de 20 milhões. Embora seja uma gota d'água em uma imenso balde, é um passo realístico e na direção certa: fazer com que a população seja menos desproporcionada ao tamanho do território. Entretanto, mesmo que esses dois países atinjam cem milhões de habitantes em 25 anos (o que está inteiramente fora das possibilidades) não se terá obtido nem uma posição segura e nem um futuro desassossegado. O antagonismo e o separatismo dessas gentes faria com que os homens de outras cores que lhe são vizinhos, além de se sentirem desprezados, viessem, outrossim, a julgarem-se eminentemente ameaçados, não só por um país grande em território, mas também em população.

São grandes, sem dúvida, os erros desses anglo-saxões de *down under*. Maior ainda é a sua falta de visão, a insistência em pensar que poderão continuar vivendo em uma mundo irreal, cujas imensas discrepâncias de tratamento, de territórios, de índices demográficos e de níveis de vida possam ser compensadas por pequenas doações e auxílios técnicos, como os do Plano de Colombo. Para que a Austrália e a Nova Zelândia possam tornar-se pontes de entendimento, traços de união entre Oeste e Leste, em razão de sua posição geográfica (como pensam alguns de seus críticos mais otimistas), é mister que tomem, e o mais depressa possível, as medidas seguintes: abrandamento dos pruridos de superioridade racial; considerável afrouxamento da política White Australia, de maneira a permitir a fixação de algumas minorias asiáticas no país, como já está fazendo o Brasil; arrefecimento de seus pendores expansionistas; planejamento, de *motu próprio,* no sentido de permitir o

uso de certas áreas subpovoadas, como a Nova Guiné, por países como o Império Nipônico, que contam com excessos de população; não intromissão direta e ostensiva na política dos países asiáticos; planejamento e ajuda econômico-industrial em grande escala, principalmente de parceria com a Indonésia.

Quanto à última dessas sugestões, não deverá ser ela, porém, uma cota de sacrifício apenas para essas nações anglo-saxãs do Pacífico, sem qualquer esforço da parte dos países asiáticos. Aliás, nessa questão de auxílios econômicos, que parece será doravante o principal campo de ação para a rivalidade russo-ocidental na Ásia, o oriental tende, mais e mais, a encarar esses programas (principalmente os americanos) como uma espécie de obrigação dos doadores que não requer a mínima compensação por parte dos beneficiados. Entretanto, mesmo que tais ajudas sejam somente ditadas pelos interesses político-militares dos contendores e não obedeçam aos ditames morais de uma consciência coletiva dos povos ricos e possuidores de excedentes, ainda assim os orientais devem, por uma questão de respeito próprio, procurar contribuir também para esse trabalho de nivelamento dos padrões de vida de todos os povos do mundo. Nesse aspecto, não haverá maior e mais eficaz contribuição que o sofreamento voluntário dos tremendos índices de natalidade existentes na maioria dos países asiáticos.

Estes não podem pretender que o Ocidente, embarcando em uma ajuda sinceramente desinteressada, chegue mesmo com o tempo a rebaixar seus padrões de vida, a fim de altear aqueles dos formigueiros asiáticos; que países de grandes tratos territoriais com populações relativamente pequenas como o nosso, como a Austrália, como o Canadá abram humana e igualitariamente suas portas aos excedentes orientais, quando países como o Japão, como a Índia, como a China e, principalmente, como a Indonésia não moderam a procriação desenfreada de seus filhos. Não é justo que um americano que sabe perfeitamente planejar o tamanho de sua família de acordo com seus recursos econômicos venha a pagar impostos ainda mais altos que os atuais, para que indonésios polígamos, em *kampongs* javaneses, continuem se multiplicando com a mesma fertilidade, inconsciência e descaso de um bando de coelhos. A eterna desculpa de que o pobre tem mais filhos porque é pobre já não cabe. O Estado atualmente se imiscui em tudo e por todos os setores da vida do indivíduo e das atividades humanas. Até mesmo nos países mais liberais, no país líder da *free enterprise* e do individualismo, a liberdade integral já não é mais que um mito. Quando um homem, nos Estados Unidos, consagra ao Estado uma parte maior que a do leão, 70% ou mais do fruto do seu labor diário para imposto, sua

liberdade está mais que condicionada. Portanto, mais razão e dever terão os Estados orientais para legislar no sentido de controlar a natalidade. Embarcar em uma movimento sério de planejamento familiar, ajudando a que se restabeleça, nas próximas gerações, não só um equilíbrio econômico (que os países subdesenvolvidos já começam a considerar como um direito que lhes assiste), mas também um equilíbrio demográfico de que o globo está bem carecido.

No Japão e na Índia já se nota essa tendência. Entretanto, nos países islâmicos, principalmente na Indonésia, não existe ainda a menor concessão sobre tal assunto. Muito ao contrário, os líderes e a elite continuam dando, nesse aspecto, o pior dos exemplos, pela facilidade do divórcio, do repúdio, da contração de novas núpcias e do aumento concomitante e desregrado de várias famílias sob a chefia de um mesmo homem. Não pensem esses países asiáticos que, no dia em que o Ocidente se negasse a arcar com o custo desses excessos genésicos permitidos e propagandeados pelo Islã, que Moscou iria continuar pagando *tout bonnement l'addtion*.

Embora o comunista, o cidadão soviético, não pague os enormes impostos do americano, do inglês ou do canadense, sua participação no levantamento econômico industrial da Ásia será tão sentida por ele quanto pelo ocidental. Sua participação talvez não seja direta, mas provavelmente terá de ser feita com o suor e o sangue de seus labores forçados nos campos de concentração ou nas fábricas siberianas. Não é de crer, portanto, que esse russo, que produzirá riqueza econômica espontaneamente ou à ponta de baioneta, não vá se insurgir contra esse estado de coisas: sacrificar-se anos a fio para que insensatos nos arrozais *kampongs* do Sudoeste da Ásia continuem vivendo com os únicos objetivos de ter o maior número possível de mulheres e jogar ao mundo, à lama das aldeias, à imundície dos canais de suas formigantes cidades não filhos, mas seres humanos.

Portanto, que os países orientais meçam bem o caminho a seguir e vejam que a cooperação entre povos e que a verdadeira compreensão internacional de que tanto necessita o mundo não são caminho de uma só direção. Deve haver não só comunhão de ideias, mas também encontro de sacrifícios, ou pelo menos um abandono voluntário de certos prazeres, a fim de que se possa chegar a qualquer resultado. Não há nenhuma reivindicação asiática que possa merecer defesa e amparo integral por parte mesmo daqueles que admiram absolutamente suas lutas anticolonialistas e anti-imperialistas se não for dada atenção imediata a ponto de importância tão capital.

Voltando ao australiano, ao neozelandês e a seus dilemas, devemos convir que é muito difícil para essa gente regular, de repente,

esse complexo de claustrofobia, de que se acham sitiados pelas multidões de outras cores que lhes ficam para o norte. O exemplo da invasão nipônica ainda é muito recente. Entretanto, é justamente isso que eles devem fazer, raciocinar fria e logicamente da seguinte maneira: caso os Estados Unidos se desinteressassem ou, infelizmente, se vissem forçados a desinteressar-se da política asiática, em virtude de arranjo global de esferas de influência ou de alinhamentos internacionais, as medidas e os pactos assinados com potências coloniais defuntas, ou mesmo com alguns países asiáticos recém-formados, nos valerão de alguma coisa? Essas medidas poderão, de alguma forma, impedir uma avalanche comunista asiática em geral, ou nova tentativa japonesa, em particular, contra o meu território? Não é de crer. Segunda pergunta: caso os Estados Unidos se comprometam com uma guerra, quer mundial, quer pan-asiática, não teríamos nós, australianos, de formar a seu lado, com tratados ou sem eles, com medidas de defesas estratégicas na Malaia, no West Irian, nas ilhas do Pacífico, ou sem elas? Certamente sim. Nas guerras de que os Estados Unidos participassem, a Austrália estaria imediata e irremediavelmente forçada a seguir.

Portanto, são dois casos passivos: se, de uma forma, nada que possam fazer lhes dará salvação certa, e se, de outra, nenhuma medida individual que tomem em tempo de paz lhes permitirá manter-se neutras, caso a grande nação americana entre em guerra, por que, então, essas nações austrais não pensam menos em defesa? Por que não deixam a parte político-militar aos inteiros cuidados dos Estados Unidos? Por que não desistem de querer se passar por grandes potências – o que só lhes poderá alienar ainda mais uma problemática amizade de seus vizinhos – e concentram todos os seus esforços em uma ofensiva de boa vizinhança, idealista e amistosa que possa recompor ainda, de algum modo, os danos psicológicos causados por suas políticas internas e exteriores?

Pode ser que, assim, esse segmento austral da raça anglo-saxã ainda venha a ter verdadeiro e seguro porvir. De outra forma, estará fadado a representar o eterno papel de *agent provocateur*, ou de estopim de dinamite (como a África do Sul), de uma explosão de ódios e de guerras inter-raciais bastante mais ferozes que outras, de outros tipos, que já haja presenciado o mundo até agora.

Capítulo IX

Japão, a grande incógnita

"Estava Dona Inês posta em sossego." Estava o país das gueixas calmamente dos seus anos colhendo o doce fruto, depois de haver declinado *ouvertures* de portugueses e holandeses nos séculos XVI e XVII, quando o Almirante Perry não lhe deixou durar mais a fortuna de seu isolacionismo. De fato, a esquadra americana, ao abrir quase à força as portas e os portos nipônicos ao mundo ocidental, abriu também os olhos dos japoneses ao tremendo dilema com o qual se defrontavam. Era uma frase semelhante a de Brás Cubas a que foi ouvida pelas classes pensantes e responsáveis do país, em 1860. "Decifra-me ou devoro-te, dizia a esfinge". "Moderniza-te ou devoro-te", diziam-lhe a América e a Europa. Nessa iminência nada agradável de ser devorado, o doce império dos crisântemos, dos peixinhos dourados, dos jardins em miniatura resolveu (pelo menos aparentemente) alijar um sem-número de tradições, de tabus, de pesos mortos seculares e construir fábricas, cidades, estradas de ferro, trocar a durindana dos samurais pela pistola *Mauser*, vestir seus diplomatas de fraque e cartola, transformar, da noite para o dia, a economia do arquipélago, de base puramente agrícola, em uma de caráter industrial. Ao efetuar essa transformação radical, a metamorfose nacional, a mais rápida que a história haja presenciado, o povo japonês verificou dois fatos transcendentes para a condução de sua vida futura. Chegou à conclusão de que tinha o mesmo grau de capacidade e de engenho que os ocidentais e, quiçá, mais perseverança; que o território pátrio era insignificante para abrigar a população sempre crescente, que, em razão

mesmo das modificações sofridas na contestura nacional, reclamava uma melhoria de padrão de vida, um índice mais alto que o das outras populações asiáticas.

Eis a origem do *lebensraum* nipônico. Poderá ser refutado que a população japonesa tenderia a crescer com ou sem a interferência ocidental e que, portanto, a intromissão americana não foi a responsável pela eclosão de tais veleidades de expansionismo. Certamente, a população cresceria de uma ou de outra forma, mas mais certo ainda é que esse povo deixado por si mesmo, continuaria desconhecendo sua própria força e representaria hoje em dia, ao norte da Ásia, o mesmo papel talvez que o Sião desempenha ao sul. Viveria de portas fechadas, alheio a tudo e a todos, com um mínimo de influência estrangeira, como viveu a Tailândia durante o século XIX, e só despertaria para a vida e para o mundo moderno, como esta última, depois da Segunda Guerra Mundial.

Assim, pois, falar no Japão é falar em espaço vital. Falar apenas não basta. A frase já está, por demais, deturpada pelo uso que dela fizeram outros países, como a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, para que possa ser apreciada a justiça de seu emprego com relação ao Japão. De resto, a maioria dos países está por demais *blasé* e supinamente egoísta para dar atenção a espinhos que não firam diretamente suas carnes e ouvidos a queixas e problemas em cuja solução não estejam diretamente interessados.

Atualmente, para um grande setor da humanidade, os números são mais eloquentes que as palavras. Os frígidos telegramas da estatística emocionam mais que as explicações literárias. Para tal gente, que tende a computar emoções em máquinas eletrônicas, o arrazoado numérico nipônico age como um grande advogado de defesa.

O Frankenstein japonês, esse problema demográfico que achata qualquer outro de caráter econômico, político ou social vem se agigantando da seguinte forma: em 1875, havia 30 milhões de habitantes; em 1900, 45 milhões; em 1954, 88 milhões; nos próximos 20 anos, haverá mais de cem milhões de habitantes e um máximo teórico de 110 milhões por volta de 1990.

Irrisoriamente, pequeno como já é o território do arquipélago, sua área arável e habitável não vai além de uns 20%. Essa região acusa um índice de densidade de população da ordem de 2.800 pessoas por quilômetro quadrado. Número verdadeiramente fantástico, quando consideramos que na Holanda e na Bélgica, países de densidade de população reconhecidamente alta, os índices não ultrapassam, respectivamente, 1.400 e 600 habitantes por quilômetro quadrado.

Entretanto, nem número nem palavras poderão melhor exprimir a necessidade de transbordamento da população que uma viagem ao próprio Japão. Percorrendo o país de sul a norte, devassando suas metrópoles formigantes, suas pitorescas aldeias salpicadas de pequenas áreas cultivadas, de campos aproveitados ao máximo de rendimento, conhecendo seus habitantes citadinos, que conseguem manter bom humor, sorriso constante e civilidade, a despeito da intensa competição e luta diária pela vida e observando o campesino na sua eterna perseverança de fazer brotar e nascer tanto e tão bom de tão pouco e mau terreno é que o estrangeiro poderá compreender o dilema japonês.

Aqueles que se negam a apreciar o problema com que se defronta o Japão refutam dizendo que há muitos países orientais, como a Índia, a China e a Indonésia que têm também números estarrecentes. Que Java, por exemplo, tem cerca de mil habitantes por quilômetro quadrado. São imensos, sem dúvida, os totais dos três países citados, mas suas superfícies são consideráveis também. Java está superpovoada, mas o está porque seu habitante se nega a migrar para Sumatra, para Bornéu, para uma das miríadas de outras ilhas que formam a República da Indonésia e que ainda estão praticamente desabitadas. De resto, há uma grande diferença quando analisamos a sorte de gente que não quer ou que não quis, há pouco tempo, ajudar-se a si mesma e o destino de outra, como a japonesa, que consegue colocar seu país, em prazo curtíssimo, em pé de igualdade ou de quase igualdade com tradicionais e grandes potências mundiais, a despeito das desvantagens com que terá de arrastar não só a própria natureza do arquipélago, mas também as nações ocidentais, sempre ciosas de qualquer avanço econômico ou político do Império Nipônico. No campo educacional, então, seu adiantamento foi esfuziante. Um país quase inteiramente sem escolas, sem educação em fins do século passado, conta hoje com 90%, em uma população de 88 milhões de pessoas, de alfabetizados. É gente que não só que sabe ler e escrever, mas que é também ávida leitora. A indústria jornalística só encontra rival na dos Estados Unidos, que conta uma tiragem da ordem de 54 milhões de exemplares diários. O Japão vem logo a seguir, com 36 milhões, à frente mesmo de um povo leitor como o inglês, cujos jornais não apresentam uma circulação superior a 30 milhões. Três jornais (*Asahi Shimbun*, *Yomiuri Shimbun* e *Mainichi*) se orgulham de uma tiragem diária de cerca de quatro milhões de exemplares cada um.

No entanto, não há pedacinho de terra mais ingrato para o homem; tudo ali conspira contra o habitante. É a região dos grandes terremotos, que tragam vilas e arrebentam metrópoles. As agitações do subsolo são

particularmente atrozes, porque, além das perdas de vidas, do arrasar de casas, vêm destruindo há séculos trabalhos de arte preciosíssimos, que jamais poderão ser substituídos. De vez em quando, o mar se estorce, fumega, vomita chamas em convulsões telúricas, e ilhas aparecem ou desaparecem. É uma região vulcânica na qual há nada menos que 300 vulcões, 50 dos quais estão mais ou menos ativos e cuja lava sedimentada diminui ainda mais o pouco de terrenos aráveis de que dispõe o país para alimentar seu formigueiro humano. No entanto, não para aí o rosário de adversidades. O solo é pequenino, reduzido e grande parte dos homens lança-se ao mar em busca de subsistência, diretamente pela pesca ou indiretamente pela navegação, levando seus barcos aos quatro cantos do planeta. Contudo, até nesse setor, a natureza ingrata, Saturno ciclópico buscando devorar seus próprios filhos, está sempre de alcateia. Sinistros tufões levam de roldão embarcações pesqueiras, despedaçam navios, obras portuárias e... o japonês recomeça, reconstrói maior e melhor. À exceção da primavera, o clima é sempre miserável, principalmente na capital. É intensamente frio e úmido no outono e no inverno; sem brisa ou viração, asfixiantemente quente, no estio. Como se não fossem muitas as desvantagens, o Japão ainda tem de enfrentar o problema das pragas. Alguns anos, inesperadamente, insetos semivenenosos oriundos das estepes siberianas invadem as cidades, produzem irritações de pele e náuseas nas pessoas sobre as quais eles pousam.

Mesmo assim, é tão belo, tão agradável esse atormentado país que seus filhos só emigram em último recurso. O *country side* é lindíssimo, de um pitoresco inexcedível. O sul, nos arredores de Nara, é uma reprodução da Baviera em toda sua grandeza paisagística. Ao centro, são vistas nevadas, vegetações alpinas. Nas imediações da Baía de Tóquio, descortinam-se panoramas de mar azul, Rivieras em miniatura esculpidas, construídas, coloridas por uma deidade medularmente artista.

Não fora o monótono acinzentado dos telhados e das paredes externas e até as cidades, os grandes centros teriam pitoresco. Um fato curioso e paradoxal: como é que um povo tão amante do artístico, do belo ainda não compreendeu a importância do variegado das cores, não só internamente, mas também na parte exterior de suas casas. Talvez sejam razões econômicas e o preço da tinta que impeçam a obra de arte nacional. De qualquer forma, a única coisa de que o Cipango carece, esteticamente falando, para o deleite integral do forasteiro, é de um banho de tinta. A população mesma, ao contrário da dos outros países orientais, sabe disfarçar, embelezar sua pobreza e o amontoado humano em que é obrigada a viver. Não há casa, por mais humilde, que não ostente limpeza

e uma planta à guisa de decoração. Ademais, o uso japonês da dormida na esteira e da quase ausência de móveis empresta a toda casa, por mais humilde e acanhada, uma ilusão de tamanho. Não é sentida a sufocação dos trastes, dos cacaréus com que o pobre de todo o mundo procura entalar seu cubículo. A pobreza em todo o Oriente dá pena e dá asco. No Japão, ela dá pena, mas produz admiração também, pela maneira por que o povo a enfrenta, a contorna, a redime.

A despeito de tanta pobreza não há mendigos. A despeito de existir tanto desemprego, não se veem desocupados nos campos ou mesmo nas grandes metrópoles. Note-se que, se há país que ofereça oportunidades mínimas a seus filhos, esse é o Japão. É de estranhar que a mocidade não tenha, depois de tantos contratempos, sacrifícios e decepções, desenvolvido uma mentalidade de cinismo, de derrota, como em muitos países europeus, quando se observa, por exemplo, que dos 32 mil universitários graduados em 1954, apenas um em cada 25 terá a sorte de arranjar um emprego, por modesto que seja.

A aparência física do povo, principalmente a da juventude, é a melhor possível, não só para *standards* asiáticos, mas também para europeus. Na primavera, na época das excursões escolares, as crianças não às centenas, mas aos milhares, às dezenas de milhares enchem navios, transbordam os hotéis, acampam nos parques de cidades históricas como Kioto, Nara ou Niko. Em um trajeto como o do Rio de Janeiro a São Paulo, cruza-se pelo menos com meia centena de longuíssimos trens especiais pejados de estudantes. Derramam-se pelas cidades, visitam palácios, templos e relíquias. É uma revoada imensa de pássaros gárrulos, todos da mesma plumagem, pois os uniformes das escolas elementares e secundárias são idênticos em todo o país.

Dá prazer observar esse Japão de futuro alegre, forte, sadio, de bochechas coradas... e pensar o que não vai de esforço, de aproveitamento ao máximo dos parcos recursos alimentares do país, para manter essas bochechas assim rosadas... e pensar como um país pobre, que luta contra todos os obstáculos financeiros, não regateia despesas para que seus pequeninos conheçam-no de ponta a ponta. Já que estamos em uma sequência de meditações, pensar também que em uma país grande e forte como o nosso, com tanta coisa para ser vista e apreciada pela gente nova, uns 95% dos brasileiros chegarão à vintena sem se arredar da região onde nasceram.

Todas essas considerações originam-se de que o Japão é pequeníssimo e demasiadamente cheio de japoneses que humana e infelizmente tem um estômago e precisam comer. Daí tudo mais decorre;

todo raciocínio quer japonês, quer estrangeiro tem de levar em conta essa premissa.

O imperialismo ou militarismo nipônico nasceu e frutificou em razão da asfixia econômica contra a qual se debate cronicamente o arquipélago e que é resultante da mesquinhez do território e da enorme densidade de população. Para corrigir tal situação, o Império do Sol Nascente embarcou em uma programa expansionista que o levou às glórias de Shimonoseki e Porto Artur, às dores de cabeça da infindável campanha contra a China, à loucura de Pearl Harbour, aos sonhos mal realizados de uma "Coesfera de Prosperidade da Grande Ásia Oriental" e, finalmente, à humilhação do bombardeio, da derrota incondicional e da ocupação. Em busca do sonhado *lebensraum*, jogou a maior cartada que podia jogar e... perdeu-a. Não foi só a derrota militar. A experiência fracassada trouxe também uma perda de prestígio e de amizade justamente do setor humano de que mais lhe interessava captar as boas graças e simpatias, ou seja, do oriental do sudoeste.

Desde os fins do século XIX, quando resolveu transformar-se na "Inglaterra da Ásia", o Japão começou a olhar os trópicos do Extremo Oriente como sua zona natural de expansão. Economicamente, podia, e ainda pode, alegar que o arquipélago nipônico e o Sudoeste Asiático são regiões que se complementam inteiramente; do ponto de vista jurídico, desfraldava uma bandeira monroísta para a Ásia Oriental que muito agradava às aspirações nacionalistas de burmeses, javaneses, malaios e outros povos, sob o jugo colonial europeu. Além de aparecer como um campeão dos asiáticos contra os intrusos ocidentais, o Japão gozava de uma excepcional popularidade em virtude de poder fornecer artigos de consumo a preços acessíveis às modestas bolsas do mundo oriental. Entretanto, inebriado pelas vitórias fáceis sobre os ingleses em Cingapura e sobre os batavos nas Índias Orientais, o japonês entrou pelo Sudoeste Asiático não como libertador, mas como prussiano, como conquistador, e perdeu assim a estima e o apreço de povos como o filipino, o indonésio, o malaio, que pelos antecedentes históricos, pelas características raciais e pelas necessidades econômicas deveriam ser o amigo, o aliado natural.

Sim, em três anos apenas (de 1942 a 1945) o Japão conseguiu fazer ruir um edifício de amizade e admiração que vinha sendo construído há meio século, e a derrocada foi de tal monta que até em países como a Indonésia, que lhe devem quase diretamente a independência, o nipônico continua, dez anos depois, a ser olhado com suspeita e ódio.

A derrota veio criar um vácuo político-econômico na Ásia sul-oriental de difícil recomposição. A princípio, a tarefa pareceu muito

fácil aos Estados Unidos. A China era o país indicado, feito à medida, para com sua ajuda liderar a reconstrução asiática. Tomaria o lugar do Japão que, evidentemente, como castigo pela derrota, deveria ser mantido em uma posição mais que secundária. Entretanto, vitorioso militarmente, mas derrotado politicamente no Extremo Oriente pelo oportunismo soviético, os Estados Unidos foram obrigados a fazer, da noite para o dia, uma reavaliação bem penosa. A China comunizava-se, aliava-se a Moscou, negava-se a desempenhar o vistoso papel que lhe havia sido designado. Era mister buscar outro contrapeso às ambições da Rússia no Oriente. No entanto, o execrado Japão, deixado inteiramente à míngua, sem recursos para alimentar a população sempre crescente e com uma capacidade industrial enormemente reduzida pelo esforço e pelas devastações da guerra, era bem capaz de entrar também na esfera comunista. O dilema era verdadeiramente angustiante para os Estados Unidos. Não se tratava de outra coisa senão de soerguer o ofensor da véspera, o anão atrevido que tinha ousado desafiar o gigante, o "povo grotesco, subumano" contra o qual a mocidade americana vinha há duas décadas aprendendo a nutrir um desprezo misturado com ódio. Tratava-se não de *delenda*, mas de reconstruir Cartago.

Em 1948, a decisão foi tomada e, como em relação às demais decisões emanadas de seu governo, o povo americano a vem seguindo com toda convicção, patriotismo e sinceridade. Se ainda não existe hoje em dia amizade entre os dois povos, pelo menos já se nota um espírito de mútuo respeito e admiração, que muito abona principalmente o vencedor.

Uma vez traçada a estrada, Washington atirou-se sofregamente à sua construção. Deu ao Japão uma ocupação bem suave; alimentou, nos primeiros tempos, a economia do país, quase a balões de oxigênio; incentivou a reindustrialização; procurou lançar as sementes de um Estado democrático; ensinou, idealística e ingenuamente, a um país que acabara de sair de um quase feudalismo toda a cartilha do processo de americanização ultrarrápido. O curso abrangeu *founding fathers*, coca-cola, *baseball*, *hot jazz*, vídeo, Marylin Monroe, liberdade de imprensa, emancipação feminina. Concederam um Tratado de Paz (São Francisco, 1950), que é o maior marco de benevolência por parte de um completo vencedor a um vencido incondicional e... foram mais longe, ao último passo do *volte face*, permitindo e auxiliando completamente o vencido de ontem a armar-se hoje.

Tornou-se assim o Japão uma das principais peças americanas no intrincado jogo político asiático, e os Estados Unidos (embora não na mesma proporção do Plano Marshall) gastaram, em auxílios diretos, em

menos de cinco anos, soma mais alta que o total de todos os empréstimos concedidos à América Latina desde que Washington estabeleceu relações com as capitais *south of the border* em meados do século XIX.

Coadjuvado completamente pelo trabalho, pelo espírito de sacrifício e pela inteligência de seu povo, o Japão, em 1952, já se encontrava em condições de poder voltar a competir com qualquer outro país exportador, inclusive com os próprios Estados Unidos. A produção, sempre ascendente, necessitava (e necessita ainda) de escoamento seguro. Entretanto, os Estados Unidos, que haviam financiado a ressurreição nipônica a peso de ouro, um país como a América que sabe planejar e executar qualquer projeto com um máximo de perfeição, foi incapaz de reparar que o Japão se tornaria um imenso tonel das Danaidas, a menos que o auxiliasse a reaver seus mercados exportadores, principalmente a China e o Sudoeste Asiático.

De 1948 a 1954, Washington nada fez nesse sentido, sequer diminuiu suas próprias barreiras alfandegárias a fim de permitir que os produtos japoneses pudessem ser vendidos na América; pelo contrário, impediu que o país voltasse a comerciar com a China continental e ainda continua pondo obstáculos a essas transações. Entretanto, o restabelecimento de relações comerciais entre o Japão e a China comunista é quase uma questão de vida e de morte para o primeiro. O Império do Sol Nascente é uma fábrica processadora de matérias-primas. Compra, transforma e revende (mesmo mais que a Inglaterra, pois esta, pelo menos, tem o magnífico carvão de Cardiff, que vende sem transformar). Depois da guerra, esse movimento trifásico está tendendo a estagnar-se. O Japão está comprando, transformando, mas não está quase revendendo. O outro mercado natural e tradicional do Japão era o Sudoeste Asiático. O vácuo econômico criado pela derrota foi imediata e avidamente refeito por seus tradicionais competidores europeus e, também, por um novato, a Índia, que, aliás, vai-se saindo muito bem da empresa.

Tudo levava a crer que os Estados Unidos não só procuravam afastar tais rivais, mas também emprestar toda cooperação e apoio para que a questão das reparações de guerra com as Filipinas, com a Indonésia e com Burma tivesse rápida solução. Outro passo que cumpria aos Estados Unidos dar em seu próprio interesse era desfazer, por meio de uma propaganda bem-feita, dois tabus que prejudicam enormemente as vendas japonesas em mercados extra-asiáticos, que são: a) a manufatura japonesa é de "carregação", feita às pressas, de baixo teor e produzida por mão de obra de ínfimo custo; b) o preço de aquisição, embora mais baixo, é relativamente alto em comparação ao produto europeu ou americano.

Esses tabus são positivamente injustos na época presente. A manufatura japonesa sofreu uma completa transição depois da guerra. O industrial nipônico está produzindo tão bem, ou melhor, que o ocidental. Veja-se, por exemplo, o catálogo intitulado *New Japan* publicado em inglês pelo próprio governo. Que variedade de manufaturas, desde as indústrias pesadas até a de joias, a de porcelanas, a de máquinas de precisão. Tudo no mesmo padrão ou, em padrão mais alto que o ocidental. Naturalmente, fabricações desse jaez não são quinquilharias e têm de custar mais caro que as de antes da guerra. A marca de origem, *made in Japan*, deveria hoje em dia constituir motivo de estima, e não de desdém para o comprador europeu ou americano. Evidentemente, também, o Japão continuará manufaturando produtos menos finos e destinados ao mercado oriental. Até esses, porém, serão de melhor padrão, pois o índice de vida dos povos asiáticos já subiu bastante, depois da última guerra, e tende a subir cada vez mais.

O Japão tem feito tudo que está ao seu alcance quer para reequilibrar-se, quer para dissipar da memória dos países por ele invadidos as recordações da ocupação. Nesse sentido, decidiu, em novembro de 1954, concorrer para o Plano de Colombo quer pelo envio de técnicos, quer pelo treinamento e pela educação industrial de nacionais dos países do sudoeste em escolas japonesas. Compareceu a Bandung com uma luzida delegação e, embora na parte política adotasse uma atitude reservada, como alguém que ainda está envergonhado de faltas passadas, no lado econômico foi bastante liberal em suas ofertas de serviços e de ajuda aos recém-formados países asiáticos.

Sincera ou interessadamente, tem procurado negociar acordos de reparações de guerra. Suas ofertas de pagamento em espécie, mercadorias ou serviços têm sido razoável se considerarmos os parcos meios de que dispõe. Se, até agora, chegou a acordo apenas com Burma, é porque as Filipinas e a Indonésia lhe vêm exigindo somas inteiramente absurdas de mais de US$ 1 bilhão.

Como medida de emergência para soerguer o comércio exterior, o governo nipônico vem concedendo subsídios a suas companhias de navegação e não se opondo a que elas transportem mercadorias abaixo dos preços estipulados pelas Conferências de Fretes e Passagens Marítimas. Tais gestos vêm suscitando severas críticas e reclamações por parte de nações marítimas europeias, principalmente por parte da Inglaterra. É estranho, porém, que os britânicos, que também dependem do mar para viver, não vejam o que representa a marinha mercante para o Japão. O subsídio governamental pode ser inexistente agora, mas o império, ao

tempo de sua formação, não pôde prescindir de tal ajuda. Os pioneiros, os Drakes, os Cavendish – estes, então – tiveram até o auxílio direto da coroa. Agora mesmo, o governo de Washington impede que suas companhias de aviação reduzam as tarifas, a fim de poder manter sua marinha mercante.

Quanto a *Conference Rates*, é fácil ver como esses arranjos monopolistas atuam contra o Japão, país que, sem dúvida, depende muito mais comércio internacional para viver do que a própria Inglaterra, que conta com o auxílio pecuniário de suas colônias e domínios. Tais *conferences* são sempre prejudiciais para os países menos ricos e fortes, cujos barcos mercantes são tripulados por marinheiros com baixo padrão de vida que diárias bem mais modestas. O Brasil mesmo tem sido grandemente prejudicado no seguir de tal prática. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, ao tempo no qual nosso país entrou em uma orgia de compras nos Estados Unidos, malbaratando os dólares acumulados durante a guerra, esses acordos nos foram bastante contrários. O exportador americano preferia esperar mais alguns dias e usar navios de sua bandeira que fazer uso dos da Lloyd Brasileiro, tão rápidos e tão modernos quanto os demais. Fizéssemos o mesmo que está fazendo o Japão, tivéssemos reduzido nossos fretes, nem que fosse em apenas 5%, e esse patriotismo das praças exportadoras dificilmente seria mantido.

Todas essas medidas japonesas de pouco valerão, porém, sem o concurso, a ajuda efetiva dos Estados Unidos, quer cooperando inteiramente para que o Japão readquira seus antigos mercados ou conquiste outros novos, quer favorecendo uma maior absorção dos produtos japoneses, por seu imenso mercado comprador. Felizmente, já há indícios de que, enfim, o governo americano se capacitou de que esse é o caminho certo a seguir. Washington acaba de rebaixar as altas tarifas que impediam a entrada de produtos nipônicos, está patrocinando a entrada do país oriental no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – Gatt) e tentando acordos triangulares do tipo *barter* entre os dois e países do Sudoeste Asiático.

É um começo tardio, não resta dúvida, mas é, de qualquer forma, um bom começo. O que não deve continuar é o sistema de empréstimos do tipo esmola. Dádivas, *hand outs*, no dizer americano, de dinheiro ou mercadoria, que tendem a desmoralizar ou a debilitar a fibra de uma nação, seriam, no presente caso, contraproducente para a própria política americana, que deseja um Japão forte, em condições de enfrentar, se preciso for, um conjunto sino-soviético. Contudo, a continuação desse sistema de subsídios perenes produz críticas no Parlamento e na imprensa, e palavras ácidas por parte do cidadão americano que paga os impostos.

Tudo isso tenderá a produzir uma atmosfera mais delicada ainda entre os ex-inimigos que, por ora, tentam, pelo menos, respeitar-se. Que a administração em Washington atente às palavras de Ofélia ao príncipe da Dinamarca ("*Rich gifts wax poor when givers prove unkind*")[11], a fim de favorecer pequeníssimos setores de sua máquina comercial ou industrial (como o enlatador de atum da Califórnia ou o fabricante de brinquedos de Nova York), e não reverta a um protecionismo alfandegário absurdo, que só pode ser prejudicial aos planos mais vastos de sua política internacional; que tenha em mente o seguinte: o Japão sofre de duas grandes moléstias, a atrofia territorial e a hidrocele demográfica. Outro lembrete ainda é mais importante: o enfermo nega-se a morrer de qualquer das duas moléstias. Já o demonstrou várias vezes, desde que o Almirante Perry aportou a Nagasaki, quer pela perseverança empregada em sua rápida ocidentalização, quer pelo âmbito e pela pujança de sua macabra aventura militar começada em 1930, na Manchúria, quer pela rápida recuperação efetuada depois de 1945.

A primeira moléstia poderia ser curada pela superindustrialização, pelo intercâmbio comercial intenso e pela extinção de tarifas protecionistas por parte das potências ocidentais, caso a população japonesa não passasse de uns 20 milhões de cidadãos. A Holanda do pós-guerra, depois da perda de suas Índias Orientais, demonstrou o quanto podia fazer um povo perseverante, inteligente e trabalhador, por meio da industrialização. Entretanto, a Holanda não tem mais de 15 milhões de habitantes. Não é de crer que a Inglaterra, cuja população é bem menor que a japonesa, pudesse reequilibrar-se depois da Segunda Guerra Mundial sem a imensa ajuda pecuniária recebida dos Estados Unidos, sem seu império colonial e sem o auxílio emprestado por seus domínios.

Quanto à segunda enfermidade, ela pode ser, se não curada, pelo menos abrandada pela emigração ou pela obtenção de território ou territórios no Oriente que possam absorver parte do excedente da população japonesa. Douglas Mac Arthur cogitou de tal assunto em 1945, no início de seu magnífico *Consulado Nipônico*. Sugeriu o general um *fideicomisso* a dois da parte da Nova Guiné administrada pela Austrália. Seria ótima solução para o problema demográfico e, ao mesmo tempo, serviria como excelente gesto para estabelecer um clima de simpatia nas relações nipo-australianas. Entretanto, a reação de Camberra foi de tal sorte que Washington não teve coragem de abordar oficialmente o assunto, embora, nos planos de uma estratégia geral para o Extremo

[11] Em português: "Os mais ricos presentes perdem seu valor quando o doador demonstra pouca consideração pelo que recebe a dádiva."

Oriente e Pacífico Sul, o Japão amarelo seja peça muito mais relevante para os Estados Unidos que a Austrália branca. Infelizmente, como sempre, considerações de raça e de sangue pesaram mais que os aspectos morais e, nesse caso, mais que morais, pois são fatores realistas de *self-preservation* para os Estados Unidos e para a própria Austrália.

Quanto à outra parte dessa mesma ilha, pomo de discórdia entre a Indonésia e a Holanda e uma das cunhas de separação entre Oriente e Ocidente, poder-se-ia chegar à solução de contentamento geral recompensando pecuniariamente a Holanda por intermédio da ONU e acedendo às reivindicações da Indonésia, caso se comprometesse a permitir a fixação, naqueles territórios quase desabitados, de um considerável número de imigrantes japoneses. Isso seria diplomacia de fato construtiva de parte dos Estados Unidos. Não eram acomodações transitórias, mas sementeiras para fartas colheitas de gratidão, não só do Império Nipônico, mas também de todo o Oriente.

O Japão não recebeu ajuda maciça, o Japão não tem domínios, o Japão não tem colônias. O único remédio para sua eterna crise é arranjar um pouco de espaço para acomodar sua gente. Assim, pois, qualquer política internacional que queira fazer o Japão entrar em seus planos deve considerar primariamente esse ponto. Tudo mais é *wishful thinking*.

O Japão pode ser que se torne democrático. O Japão pode voltar a ser misticamente monarquista (o que é para duvidar, em vista do muito que ele está absorvendo durante a ocupação americana). O Japão poderá, por conveniência de sua política, fingir que está querendo ser comunista, mas tudo isso é secundário. O Japão é, e continuará sendo, um país de gente capaz, com uma vontade quase anormal de trabalhar e que busca um mínimo de terra que lhe permita tornar menos intensa a luta cotidiana pela vida.

Capítulo X

As Filipinas e seus complexos

Uma das primeiras visitas de cortesia que fiz, ao chegar à Indonésia, foi ao encarregado de negócios da República das Filipinas. Não foi tarefa simples. Meu anfitrião aliava a uma atitude ligeiramente altaneira, encontrada na maior parte dos filipinos educados nos Estados Unidos, a desconfiança quase ingênita do asiático contemporâneo. Procurei encaminhar a conversa para o terreno da história, para as tradições e o passado do povo filipino e observei que ele estava naturalmente fadado nestas difíceis décadas a representar um papel de guarda avançada, de ponte entre o Ocidente e o Oriente, em razão de sua tríplice herança espanhola, anglo-saxã e oriental. Depois desse augúrio, a atitude de meu interlocutor mudou como que por encanto, como pessoa não que tivesse ouvido uma lisonja, mas como alguém que descobre e se rejubila com a descoberta, traço até então não percebido em seu próprio caráter. Assim se dá com milhares de outros filipinos que formam a elite da jovem nação. Não se apercebem do coquetel psicológico que eles representam. Tal percepção, no entanto, representa o mais importante fator para o bom sucesso desse baluarte americano no Pacífico.

O homem filipino precisa capacitar-se de que jamais poderá agir e pensar como oriental, como americano ou como latino. Se, de fato, deseja encontrar sua razão de ser individual ou nacional (que talvez seja, de fato, muito bela), terá de convencer-se de que não tem uma apenas, mas três mentalidades. Deve fazer uso dessa mentalidade tão complexa visando, pois, tornar seu país a nação diplomata, a nação elo, a nação que pode de

fato construir ainda uma ponte de entendimento entre os Estados Unidos e suas irmãs orientais.

A posição das Filipinas é, certamente, dificílima. Oriental por sua origem étnica, latina em seus maiores centros pela tradição hispânica e, contemporaneamente, americana pela influência que sofreu e que continua sofrendo intensamente. Se, geográfica e racialmente, as Filipinas são uma extensão da Malásia, o povo ainda é, cultural e sociologicamente, profundamente espanhol. Entretanto, é tão intenso o processo americanizador (se os Estados Unidos fazem de tudo para duplicar, em países remotos e fora de sua tutela político-econômica, a imagem de sua maneira de ser e de viver, o que dizer daqueles que gravitam inteiramente em sua órbita), que as características orientais e espanholas estão de certo modo perdendo terreno.

O filipino sente-se atraído, ainda, pelo os Estados Unidos em razão de uma dívida de gratidão pela independência concedida, da liberação do jugo militar nipônico e de julgar que a guerra ainda virá – e, nesse caso, deseja estar, novamente, completamente com a América.

Essas três facetas sem caráter tornam essa nação uma espécie de caso clínico para um estudioso dos problemas de psicologia coletiva. São grandes seus complexos, são grandes suas inibições. Apesar de ser irresistivelmente atraída para a órbita americana, sente-se ainda muito oriental, e, embora muito oriental, tem traços e características que lhe ficaram indelevelmente marcados com a ocupação espanhola de quase quatro séculos. Esses complexos, se forem bem compreendidos e aproveitados, poderão tornar-se uma grande arma, uma grande vantagem. Se forem resistidos, antagonizados, procurando o homem filipino refazer-se unicamente em oriental ou tentando tornar-se inteiramente americano, poderão representar um peso morto, uma marcha à ré no futuro nacional.

Assim como o território da República da Indonésia, as Filipinas são formadas por um rendilhado de arquipélagos. Felizmente, 95% do território compõem-se de 11 grandes ilhas. Seu formato poderia ser comparado ao da Inglaterra e da Escócia se colocássemos às avessas essas entidades sobre o mapa. Está colocado em uma verdadeira encruzilhada nos mares asiáticos. É uma espécie de ponte de ligação entre as miríades de ilhas que compõem a Indonésia e o arco de terras vulcânicas que se estende por Formosa, Okinawa e adiante para o conjunto nipônico. Tanto se assemelha à peça central desse arco quanto a um elmo que protege a massa continental asiática. Para o viajante que atravessa o Pacífico de oeste para leste, as Filipinas estão colocadas bem mais para diante que quaisquer outras ilhas e, talvez, mais que outra coisa, tenha sido essa

situação a responsável pela existência desse país ao realizar-se, em 1521, o sonho de Fernando de Magalhães.

Miguel Legaspi, que já tinha firmado reputação de colonizador em terras mexicanas, ali chegou em 1571, fundou Manilha, e em menos de 25 anos o poderio espanhol estava firmemente estabelecido por quase todo o arquipélago.

As Filipinas representam o maior tributo que pode ser rendido ao método espanhol de colonização. Aliás, método que pouco diferia do português. Atenção principal à parte espiritual e secundariamente à material, ao comércio: a maneira decidida e eficaz por que os padres conseguiram fazer daquelas plagas um reduto quase inteiramente cristão representa verdadeira glória para o Ocidente. Note-se que não foi fácil a empreitada, pois existiam duas pontas de lança sempre voltadas contra os espanhóis. A primeira vinda do norte, do arquipélago nipônico, hostil não por motivos espirituais, mas por questões de nacionalismo, de medo de que o cristianismo pudesse influenciar e apoucar o mito da divindade do imperador. A outra lança situava-se ao sul, era o crescente, o infiel. Este, depois de conseguir pôr o pé no arquipélago indonésio desvencilhando-se de budistas e de hindus da dinastia javanesa Madjapahit, e grandemente auxiliado pela consubstanciação desses ganhos, pela inação dos conquistadores holandeses (que por essa época, já haviam desalojado os portugueses das ilhas Célebes e Molucas), tentaram também o pular para o arquipélago filipino. Os espanhóis, porém, não deram quartel aos muçulmanos, que conseguiram catequizar apenas os habitantes das pequenas ilhas mais ao sul, hoje conhecidas como *Distritos dos Moros*.

Sob o mando espanhol, a população que, a princípio, não ia além de três quartos de milhão, cresceu rapidamente. Ajudados pela irrefutável facilidade dos filipinos em absorver a cultura ocidental, os castelhanos conseguiram produzir a única e genuína sociedade euro-asiática no Extremo Oriente perfeitamente fusionada. Intencionalmente, ensinaram os filipinos a ler e a escrever em caracteres romanos, tornaram-nos cristãos, se intercasaram e, em 1611, já levantavam em Manilha a *Universidade de Santo Thomas,* grande empreendimento, quando o comparamos à inação do vizinho, do colonialismo holandês, no campo educacional.

A cópia do protótipo foi mesmo mais adiante. Naquele tempo, ainda não existiam essas ideias modernas de levantamento de padrões sociais e econômicos das populações. Os espanhóis transformaram, assim, o cacique filipino em uma espécie de fidalgo, e o braço servil ilhéu em uma segundo peão. Tudo sem segundas intenções, apenas uma cópia. Se tal sistema social produziu irritação, depois, no século XIX, principalmente em

razão dos grandes latifúndios da Igreja, sentimentos idênticos eclodiram pela mesma época na própria Península Ibérica, onde a má distribuição das terras estava também suscitando rixas sociais. Portanto, as revoltas filipinas do século XIX tiveram caráter social como as da metrópole, não representaram jamais lutas de fundo racial, de nativos oprimidos contra opressores estrangeiros. Quaisquer faltas que se queira imputar a essa única amostra de colonialismo espanhol no mundo asiático não resistem a uma análise imparcial dos fatos. Os espanhóis acharam umas poucas tribos espalhadas em um grande arquipélago e, ao partir, deixaram uma nação cristã, unida e cônscia dessa unidade e quase inteiramente ocidentalizada, antes mesmo da chegada dos americanos.

A grande crítica destes últimos era a de que as Filipinas tinham um caráter feudal. Naturalmente, pois os espanhóis nunca foram democratas, nunca conheceram democracia, nem no sentido americanista da palavra nem mesmo no sentido inglês. Portanto, a única forma de governo que podiam transmitir a seus colonizados era aquele, o único sistema que conheciam.

O período americano foi iniciado em 1898, ao término da guerra contra a Espanha. O estabelecimento de uma ocupação e de um controle sobre as Filipinas não foi coisa fácil para Washington. De início, o povo americano não estava preparado psicologicamente para ter colônia, pois não fazia 80 anos que guerreara a Inglaterra para livrar-se do opróbrio de tal nome. O segundo motivo era de caráter militar, pois os americanos, a fim de estabelecer controle real sobre as Filipinas, não tratavam só de aceitar a deposição das armas espanholas, mas também de impor tal capitulação ao povo das ilhas, o qual, mesmo antes da guerra de 1898, já tentava desvencilhar-se do jugo colonialista de Madri. Já tinham sido muitas as refregas, as guerrilhas entre espanhóis e nacionalistas filipinos, antes mesmo da guerra hispano-americana.

Se muitos nacionalistas acreditaram na promessa dos Estados Unidos (aliás, cumprida em 1946), de que iriam governar as Filipinas a fim de torná-la apta para autogovernar-se, outros patriotas a rejeitaram completamente, e as forças de Tio Sam tiveram de lutar três anos contra esses elementos, que não estavam pelos ajustes, e, por incrível que pareça, em muitas ocasiões, ombro a ombro com as tropas coloniais espanholas.

Não há por que negar que muito lucrou o povo filipino com a ocupação americana. Depois da longa governança espanhola, que tinha mais que nada visado à parte espiritual, ele agora vinha obter de outro país (que tarde se revelaria o mestre inexcedível no domínio das coisas) toda ajuda e ensinamentos necessários à eclosão de seu desenvolvimento

material. Sob domínio americano, o comércio, a educação primária, as comunicações, tudo progrediu rapidamente. Em favor da tutelada, os Estados Unidos fizeram mesmo um dos mais difíceis sacrifícios a que se pode submeter o homem de negócios americano, ao permitir, em 1909, que as Filipinas ingressassem em seu sistema de tarifas. Se alguma coisa pode ser imputada a esse sistema colonialista, é o fato de ele haver tornado as Filipinas monocultora, dependente unicamente do açúcar e de um só mercado, o americano. Esse defeito veio a ser sentido em toda sua gravidade quando começaram a cogitar da independência. A saída do açúcar da barreira tarifária protetora poderia representar a ruína econômica repentina do arquipélago.

De 1901 a 1907, as ilhas foram governadas pela Comissão Filipina, um corpo paternalíssimo e autocrático, muito semelhante ao antigo Conselho dos Vice-reis, constituído de três membros filipinos e cinco americanos. De 1907 a 1916, embora o Poder Executivo continuasse ainda em mãos do governador-geral e da comissão, começou a funcionar uma Assembleia Filipina eleita de dois em dois anos.

Pelo *Jones Act*, em 1916, o governo foi definitivamente posto em mãos de duas Câmaras eletivas e, embora as leis tivessem de ser sancionadas pelo governador-geral e ratificadas pelo Senado dos Estados Unidos, esse tal diploma legislativo constituiu, sem dúvida, o primeiro passo concreto para independência. Finalmente, em 1934, a lei denominada *Tidings McDuffie* converteu as Filipinas em uma comunidade, certamente sujeita, ainda, à intervenção americana, mas à qual era prometida independência integral em 1944. A ocupação japonesa não permitiu o cumprimento de tal promessa, mas, em 1946, depois da liberação, a Comunidade das Filipinas transformou-se na República das Filipinas.

Da influência hispano-americana resultou também um fator psicológico muito favorável à população. Por um lado, a influência espanhola deu maior sentido de união familiar, em razão da educação católica. A mulher goza de maior consideração que em qualquer outro país do Oriente, a maioria dos quais ainda permite a poligamia. Por outro lado, a influência americana deu maior desenvoltura cívico-política e social à mulher filipina. Nas classes mais baixas, ela age mesmo como o *manager* da família, é a pessoa que guarda a bolsa e a quem o marido, no fim da semana, entrega o envelope com o dinheiro do salário, como faz o operário americano.

A unidade religiosa da ilha (mais de 13 milhões de cristãos e quase todos católicos) foi, de certo modo, comprometida durante a ocupação dos americanos. Estes não só fomentaram, mas também subsidiaram

mesmo a implantação de novas seitas, de novos cultos, de novas igrejas protestantes. Mesmo assim, as Filipinas ainda representam o grande baluarte do catolicismo no Extremo Oriente. Agora, em fins de 1955, realizou-se, na cidade de Manilha, a primeira Congregação do Apostolado Secular Católico da Ásia. Crentes de 16 nações asiáticas, inclusive da Austrália, participaram dessa reunião, cujo lema adotado foi "guerra às forças ateístas". Cem mil fiéis tomaram parte na procissão final, coisa inédita até então no Oriente.

A população das ilhas é formada de considerável mistura: 10% de Negritos (o elemento autóctone por excelência); 30% de malaios polinésios; 40% de malaios; 10% de chineses; 5% de hindus; 3% de europeus e americanos; e 2% de árabes. É um fato curioso que, embora em minoria numérica, os elementos que têm sangue espanhol ou chinês formam considerável percentagem da atual elite filipina, dos homens que comandam e que são responsáveis pelo destino da nação, o que prova talvez um maior potencial de assimilação de tais povos.

A população atual é de cerca de 16 milhões, aproximadamente a mesma do Reino do Sião, e em idêntica extensão territorial. Não há, pois, fome de terra, como em outros países da Ásia; há apenas má distribuição, defeito esse fácil de ser sanado pela nova administração do país. Aliás, a Indonésia, o vizinho ao sul, se ressente do mesmo problema, mas em grau muito mais intenso. Em Java, que representa menos de um terço do território da Indonésia, vivem cerca de 45 milhões de pessoas, dos 88 milhões que perfazem a população total da república.

Nem tudo, porém, são rosas nessa salada racial que é a República das Filipinas. De certo modo, o problema que em grande escala aflige a Austrália aflige as Filipinas também, ou seja, a manutenção de um índice muito baixo de população (de acordo com os padrões asiáticos), a fim de preservar os níveis de vida, relativamente altos, quando comparados ao dos outros países orientais. Normalmente, as Filipinas poderiam alojar uma população três vezes maior, e esses tratos de terra – por assim dizer, sem dono – constituem uma terrível tentação para chineses e japoneses, que estão ali, pertinho, famintos por um bocadinho de solo. Há, então, um problema emigratório cada vez mais agudo. Desde o final da guerra, vem sendo aprovada copiosa legislação de caráter discriminatório contra o pequeno comércio urbano, todo ele em mãos de chineses. Tais leis visam certamente desencorajar a vinda de outros imigrantes ansiosos por deixarem Formosa ou Hong Kong.

Outro problema do mesmo gênero vem sendo suscitado pela imigração de contrabando feita por cidadãos indonésios das Célebres e

das Molucas que buscam as Filipinas, atraídos por melhores salários e padrão de vida. A despeito de longas negociações diplomáticas, existe um ambiente de irritação entre Jacarta e Manilha difícil de ser inteiramente abrandado.

Os japoneses, em que lhes pesasse uma cota anual de 500 imigrantes apenas, chegaram a contar 30 mil antes da guerra. Com a derrota do Império Nipônico, foram eles mortos ou deportados. Entretanto, a tentação das terras devolutas e próximas de casa atua fortemente sobre eles, e é quase certo que, mais tarde ou mais cedo, o Japão volte, pacificamente ou não, a forçar as portas das Filipinas. Quando as ilhas faziam parte do domínio colonial dos Estados Unidos, não era tão difícil manter uma política de isolacionismo e de cotas, mas, agora, independente como é, e necessitando entrar no convívio de seus pares no Oriente, é bem difícil para o governo filipino poder continuá-la.

Em política internacional, como já o dissemos, as Filipinas alinham-se quase absolutamente com os Estados Unidos. Talvez, em grande parte, esse apoio seja de certo modo interesseiro. A continuação de um estado de tensão internacional no Oriente faz com que os Estados Unidos queiram fortalecer cada vez mais aquele bastião. Tal fortalecimento implica mais gastos, mais matérias-primas, toda a sorte de produtos manufaturados e mais dólares em circulação no país. De qualquer forma, as Filipinas acreditam piamente na política de confinamento da China comunista, procuram convencer os países neutralistas que de que eles é que estão errados e não pensam, nem de longe, em *rapprochement* individual ou coletivo com Pequim.

Embora seja uma nação quase integralmente malaia como a Indonésia, as Filipinas não podem agir, nesta hora de grandes decisões para o sudoeste, da mesma maneira que seus vizinhos mais próximos. Daí, uma série de atritos, de desinteligências tendem cada vez mais a agravarem-se. O governo filipino é classificado de satélite; acusam-no de soberano e independente apenas na aparência, pois afirmam depender econômico-militarmente dos Estados Unidos; acham que os filipinos são por demais americanos e que não compreendem a mentalidade de seus vizinhos asiáticos. Imputações desse nível deram origem, em novembro de 1954, a um severo incidente diplomático no qual um embaixador da Índia foi declarado *persona non grata* pelo governo das Filipinas.

De fato, em muitas coisas, parece que as Filipinas seguem os Estados Unidos de olhos vendados; não obstante muitas dessas mostras de passividade integral em política exterior, existem também grandes estadistas filipinos que, a despeito de serem completamente americanistas

e anticomunistas, podem também enxergar e criticar os erros da política americana no Oriente. Disse o General Carlos Rômulo, um dos internacionalistas filipinos, em setembro de 1955, perante as delegações dos clubes cívicos das Filipinas, que os Estados Unidos reputam de maior confiança:

> As democracias ocidentais estão em face de uma sublevação geral dos povos que têm pouco. Elas devem fazer duas coisas e o mais depressa possível: solucionar qualquer problema de discriminação racial e acabar de uma vez por todas com o colonialismo em todas as suas formas e disfarces. Há países na Ásia e na África que estão com pressa desesperada para se libertar, para prosperar e para viver felizes. Eles poderiam tornar-se impacientes, com as maneiras aleatórias e tediosas empregadas pelas democracias capitalistas ocidentais e ficar tentados a aceitar os dolorosos atalhos que os comunistas lhes acenam, a fim de o pobre poder melhorar a sua sorte.

Em um ponto os filipinos têm-se mostrado irremovíveis, não seguidores do pensamento americano: na política filipina frente a frente com o Japão. O ódio ao nipônico, mesmo depois de dez anos do término da guerra, continua tão intenso quanto no primeiro dia em que o arquipélago foi atacado. A questão das reparações de guerra que os Estados Unidos gostariam de ver solucionadas o mais breve possível, a fim de abrir ao Japão outro mercado no sudeste da Ásia e diminuir assim a ajuda direta americana, arrasta-se indefinidamente há mais de cinco anos, sem que se chegue a vislumbrar acordo. Manilha vem pedindo somas positivamente astronômicas de que o Japão, mesmo que quisesse, não poderia jamais dispor.

Voltando à ideia recorrente deste capítulo, à razão de existência do povo e da nação (razão não no sentido geográfico e político, mas no sentido mais alevantado, espiritual, de objetivo existencial de um país), poderíamos dizer que as Filipinas não passariam de outra parte insignificante do mundo malaio não fosse sua tríplice herança. Estariam, talvez agora, com a mesma mentalidade de alguns países neutralistas ásio-africanos que só enxergam um ponto de vista, um lado do problema. Portanto, o que distingue, o que lhe dá razão de ser é essa feição mista da nação.

Em ponto menor, poderão vir a representar, para o sudeste da Ásia e para o Extremo Oriente, o mesmo que o Brasil poderá representar para o mundo em geral: uma espécie de denominador, não tão perfeitamente quanto nós, porque a mistura racial não é tão

variada, mas de qualquer forma, pode vir a ser um denominador de união entre o Ocidente e o Oriente.

Manilha, mais que qualquer outro ponto do país, nos dá bem a medida dessa personalidade. De longe, quando o navio se aproxima, é uma cidade americana que estamos descortinando. De mais perto, ao atentarmos melhor para o povo sobre a doca, somos trazidos à realidade. Estamos no Oriente. É a diversidade de faces, a multiplicidade de traços característicos. Entretanto, fora dos limites do porto, voltamos a sentir a influência ianque no tráfego, na intensidade da vida comercial, na azáfama nada oriental dos pedestres. O táxi deixa agora o Dewey Boulevard (uma artéria tão ampla e bem-pavimentada quanto qualquer outra de metrópole americana) e ganha as ruazinhas estreitas, sinuosas de Intramuros, a cidade espanhola construída no século XVI e onde, por ocasião da tomada de Manilha pelos japoneses, tiveram lugar os combates mais cruentos. A Igreja de Santo Agostinho foi uma das poucas joias da arquitetura colonial espanhola que se ergueu dentro da circunvalação, que milagrosamente permaneceu incólume durante a refrega. É assim que o descuidado turista vai recebendo, a cada instante, as mais diversas impressões, por menor que seja o circuito que faça na capital das Filipinas. A um ultramoderno edifício americano segue-se a igreja antiga em estilo latino, muito nosso. Uma clássica vetusta universidade, como a de São Thomas, faz frente a um moderno e americaníssimo Instituto de Tecnologia. De um lado da calçada, um homem de *sarong*; do outro, rapazes rumando para o trabalho em típicos macacões americanos.

No entanto, não é só na exteriorização que esse coquetel se manifesta. Basta que o forasteiro abra um jornal a esmo, ao descansar em uma banco de jardim público, para que ele note a americanização da imprensa do país. Nada do comedimento e da sobriedade de crítica dos editoriais publicados nos outros países asiáticos (talvez uma herança da Inglaterra). Não, os jornais filipinos tratam de qualquer assunto ou de pessoa com a mesma irreverência de um jornal americano. Entretanto, naquele mesmo jardim, em uma coreto muito espanhol que ainda se ergue em quase todas as praças públicas de Manilha, a música executada é muitíssimo latina, ou seja, não tem nada de americana.

Aliás, a facilidade que tem todo o filipino de compor, executar, dançar ou apreciar ritmos latino-americanos é um de seus traços mais característicos. Assim como Cuba – a pequenina ilha dos Mares Caraíbas – soube esbater-se por todo o mundo em função do ritmo e da melodia de suas canções, as Filipinas souberam fazer outro tanto por toda a Ásia. Não há cidadezinha que se preze no Extremo Oriente que não tenha alguns músicos filipinos nas orquestras de seus melhores clubes ou cabarés.

Até o governo de Manilha já se apercebeu dessa forte arma de propaganda de que dispõe e organizou grande banda de música, The Philippines Constabulary Band, que tem ido a quase todas as capitais da Ásia em visita de cortesia e aproximação. A par do clássico e das marchas militares, essa magnífica banda de música ataca com sumo *gusto* as canções cubanas e espanholas tão apreciadas em todo o Oriente. Em agosto de 1955, por ocasião dos festejos do 10º aniversário da Independência da Indonésia, a banda foi enviada a Jacarta em avião da Força Aérea, em visita oficial. A semana que tais músicos passaram na Indonésia executando, em diversas solenidades oficiais ou para o público em geral, representou mais para uma reaproximação dos dois países que muitas outras missões, de quaisquer outros caracteres, que hajam sido enviadas por uma a outra nação.

Capítulo XI

O Sião, sua decisão e importância

O Sião é atualmente o único país francamente pró-oeste entre os que fazem vizinhança com a parte sul-oriental da China "vermelha". Essa atitude reflete-se mesmo fora da Tailândia. Nas capitais dos países do bloco neutralista, os representantes desse pitoresco e importante país são tratados com uma reserva inteiramente desapropriada para relações de entre orientais.

Entretanto, tal atitude, na qual parece que os próprios governos asiáticos acreditaram completamente, não é totalmente verdadeira. Certamente o governo siamês do momento é devotadamente pró-ocidental ou, melhor ainda, pró-Estados Unidos. Contudo, disso para pensar que toda a população visceralmente oriental e que há pouco tempo vinha vivendo em uma mundo completamente à parte pudesse relegar, da noite para o dia, toda herança milenar de hábitos e costumes vai grande distância.

É preciso não esquecer também que uma das mais ricas províncias do antigo Reino do Sião, o Laos, foi anexado ao Império Colonial Francês no século XVIII. Essa lembrança da rapacidade do ocidental ainda é mantida bem acesa na memória do siamês.

Um gesto de grande valor que poderia cristalizar a incipiente simpatia pró-Estados Unidos que está brotando na alma do povo da Tailândia (nos grandes centros como Bangcoc e Auishya, pois, no resto do país, o americano e seus adiantamentos materiais são ainda pouco conhecidos) seria conseguir, por manobras diplomáticas discretas, que as

tropas francesas no Laos fossem substituídas por siamesas, e encaminhar a opinião popular no Sião e no Laos no sentido de uma possível federação. Essa sim seria uma maneira de pôr em xeque o comunismo nessa parte do Oriente sem que os Estados Unidos pudessem ser acoimados de imperialistas.

O governo responsável pela atual aproximação é o do Marechal Phibul Songkhram, que é considerado autocrático e corrupto até mesmo pelos Estados Unidos. (Times nº de 28 de fevereiro de 1955). Entretanto, o governo americano está canalizando milhões de dólares para as mãos desse ditador, seguindo mais ou menos os mesmos métodos empregados com Chiang Kai-shek poucos anos antes da fatal e irremediável perda da China continental. É verdade que o Sião é rico em recursos alimentícios, tem abundância de arroz, não tem inundações, pragas nem cataclismos, não tem tido guerras civis de alta monta nem foi vítima de longa ocupação estrangeira para que seu povo pudesse sentir fome de alimento e de terra para plantar, como o chinês. Talvez esses motivos concorram para que o siamês não perceba bem ou, por sua índole filosófica, não queira perceber como esses milhões de dólares são sinfonados para as mãos de uma ávida minoria. De qualquer forma, Tio Sam, que fez da Tailândia sua maior base militar e de propaganda no Sudeste Asiático, precisa atentar, e muito, para uma maneira de corrigir semelhante situação, a fim de que o Sião não se torne uma segunda edição da China.

Em teoria, o país é uma monarquia parlamentar, mas na realidade é uma forte e absoluta ditadura. O atual soberano, o Rei Phumiphon Arundet, amante de jazz, saxofonista e figura muito popular em seu país, assumiu o poder em 1946, depois da morte misteriosa de seu irmão mais velho.

O então Primeiro-ministro Phanomyong, ora exilado em Pequim, onde lidera um movimento "pró-Tailândia Livre", fez circular a notícia de que o príncipe reinante tinha morrido acidentalmente e tomou as rédeas do poder, até perdê-las para o atual Ditador Phibul Songkhram, que lhe sucedeu em 1951, depois de uma pequena e bem-sucedida revolução de caserna.

Sem dúvida, o atual monarca seria capaz, auxiliado pelas potências ocidentais, de dar um excelente governo parlamentar a seu país, pois ele goza da simpatia do povo e representa uma das mais antigas dinastias asiáticas. Entretanto, nem Washington nem os homens de negócios americanos estão adotando a cômoda política do "deixa como está para ver como fica". Aquele está conseguindo do Sião tudo de que sua política internacional necessita para a execução de seus planos na Ásia; estes estão

mais que satisfeitos com a maneira pela qual estão vendendo seus refrescos engarrafados e suas quinquilharias metalizadas com ou sem motorzinho e não querem mexer em casa de maribondo. Certamente, é desagradável levar ferroadas, mas uma atitude mais condizente com os altos princípios morais, em nome dos quais o Ocidente diz que está agindo agora na Ásia, deveria ser adotada pela política americana com relação ao Sião.

A revolução militar de 1951 restaurou por dez anos a legislatura unicameral prevista pela Constituição do Reino, de 1932. Metade dos 246 membros do Parlamento é de nomeação real, e a outra é eleita. A última eleição foi realizada em 1952. Dos membros eleitos, apenas 30 fazem parte de pequenos partidos da oposição. O gabinete propriamente dito consiste quase todo de líderes militares e navais, diretamente sob as ordens do Marechal Phibul Songkhram. Este último, como muitos outros estadistas do Sudeste Asiático, adquiriu nomeada e escola política durante o período de ocupação e de colaboração nipônica.

Em grande parte, a não infiltração comunista no Sião deve-se menos às medidas tomadas por Washington, ou às idealizadas pelo ditador da Tailândia, que ao trabalho de um homem pouco conhecido fora do país, o Chefe de Polícia e Vice-ministro do Interior, General Phao Sriyanond. Seus métodos são passíveis de controvérsia. Diz-se que sua força policial é paramilitar, em razão dos tanques e dos corpos de paraquedistas que emprega. No entanto, a parte menos conhecida de sua administração é aquela referente aos métodos (de aparência ingênua, mas bem eficientes) que ele usa para antecipar descontentamentos populares do tipo aproveitado pelas propagandas comunistas.

A usura, perene problema em todo o Oriente, é represada pelo simples processo da não renovação de licenças das casas de penhor. Ficam automaticamente sob a direção do governo, que começa a cobrar os mais baixos juros possíveis. Outra ideia foi a criação de um corpo de detetives de 12 a 20 anos de idade. Distintivos, livros sobre a arte da investigação e outros atrativos semelhantes mantêm esses jovens no bom caminho e afasta-os de qualquer possível tentação para a formação de matulas e para os conchavos comunistas. A polícia do General Phao conta com cerca de 42 mil homens em uma país de 19 milhões de habitantes.

A maior parte do território do Sião, por si só, mesmo sem os preventivos da Seato e o auxílio direto americano, não seria, por natureza, bom campo para a infiltração comunista. Pelos padrões asiáticos, ali não há quase pobreza. A população é bem pequena relativamente ao território. Havia até mesmo riqueza bastante no país para a instituição de um programa de bem-estar social, que administraria tratamento médico gratuito em Bangcoc e em muitas outras cidades.

O ponto fraco siamês reside em suas províncias do noroeste, relativamente pobres e juntinhas da região chinesa do Yunnan, onde está instalado o governo da "Tailândia Livre". Reside também no Laos, onde a barreira do Mekong é puramente geográfica. Etnicamente, os siameses dessas províncias e do Laos são gente da mesma raça que continuam a se ligarem por casamentos, como se não existissem fronteiras políticas.

Quase a metade dos 42 mil homens que formam a polícia do Sião está estacionada nessa área. É evidente, porém, que eles não poderão jamais impedir a infiltração recíproca. É verdade que o governo está procurando elevar os padrões de vida nessas regiões, os quais, diga-se de passagem, são maiores do que os de qualquer país vizinho. Também é verdade que, nessas províncias, parte da ajuda americana já está sendo empregada na construção de estradas de ferro, nas estações experimentais de agricultura e nas medidas para o incentivo da pesca.

Outra providência de grande alcance foi uma lei, há pouco aprovada pelo Parlamento, visando limitar a aquisição de terras a um máximo de 20 hectares por pessoa. Embora não tenha efeitos retroativos, a lei representa quase uma reforma agrária e agirá como um dique contra a expansão do comunismo nessas províncias do noroeste.

É difícil para a maioria dos países asiáticos, à exceção das Filipinas e talvez do Japão, compreender como a Tailândia, de todas as terras orientais, quiçá a mais oriental, por suas tradições, por sua reclusão secular, pudesse de um momento para outro alinhar-se com tal veemência e sinceridade ao lado das potências ocidentais. Como poderia esse Sião misterioso, exótico, relegar seus quase irmãos e vizinhos neutralistas, tornar-se o campeão da política americana na Ásia e a capital, o cérebro da desacreditada Seato, uma aliança militar considerada pela maioria dos asiáticos como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) oriental do homem branco.

Esse *volte face* é explicado, por todos os jornais do sudeste, de Karachi a Jacarta, como o resultado do egoísmo do Marechal Songkhram para perpetuar-se no poder. Ditador de métodos severos, quase nazistas, controlador de um regime que não permite a mais ligeira liberdade de imprensa, homem que soube formar um Parlamento em que não se levanta a mais tênue voz de oposição, Songkhram, temendo um golpe de Estado de suas próprias forças armadas, teria procurado permanecer no poder garantido pelas forças americanas. A chamada Clausula Subversiva inserida no pacto da Seato na reunião de Manilha teria vindo, pois, a calhar para que o marechal siamês pudesse sufocar impunemente, sob a alegação de comunismo, qualquer tentativa interna para apeá-lo do poder.

Deve haver alguma coisa de certo e verdadeiro nessas queixas dos países neutralistas do Sudeste Asiático. Entretanto, querer explicar a decidida atitude pró-ocidental adotada pela Tailândia tão somente em função dessas razões parece-nos uma simplificação absoluta dos problemas externos que confrontam essa interessante monarquia asiática. São vários e de diversas ordens os motivos que fizeram o Sião voltar-se para os Estados Unidos, aliando-se a eles contra uma possível ameaça da China comunista.

Geograficamente, o país é um traço de união, uma via de acesso natural entre a China, a Birmânia e a Malaia. Não é uma via de invasão tão simples como a Bélgica ou a Holanda; no entanto, relativamente e considerando os enormes obstáculos hidrográficos e orográficos que acarretará qualquer campanha mecanizada na Ásia, a região é a das mais favoráveis estrategicamente. Disso já deu provas o Japão, há mais de 15 anos, quando de sua ofensiva para a Malaia e para a Birmânia, através do Sião.

O país é um dos maiores celeiros mundiais de arroz; é rico em estanho, borracha e madeira de lei, produtos dos mais carecidos pela economia mundial. Com uma população nada asiática, de 20 milhões apenas, confortavelmente instalada em um território de cerca de 500 mil km^2, tudo teria a perder com uma anexação forçada ou com sua satelitização na órbita de uma China comunista superpovoada e sempre faminta.

No entanto, o Sião tem uma maioria chinesa bastante rica e numericamente forte que, caso o país passasse a ser controlado – mesmo brandamente – por Pequim, se tornaria fatalmente a elite, a líder. Essa minoria chinesa é uma fonte de perenes preocupações para o país. Agora mesmo, durante a Conferência de Bandung, Bangcoc negou-se dogmaticamente a assinar um acordo sobre nacionalidade oferecido por Chou En-lai, nas bases do que foi concluído entre a Indonésia e a China Popular, e o qual prevê uma opção ao tempo da maioridade, cláusula muito benéfica para o último desses países, o qual conta com minoria em quase todo o Sudeste Asiático.

Outra razão que não deixou de pesar na decisão da Tailândia foi uma de caráter sentimental e religioso. O país, quase integralmente budista, teme perder sua liberdade de crença. O siamês orgulhoso de sua antiquíssima monarquia, vaidoso do monarca (embora subjugado pelo primeiro-ministro), de seus belíssimos e curiosíssimos palácios, do protocolo real, vê no comunismo o desaparecimento de todas essas causas de justo devaneio.

Razão sobremaneira importante foi também a da ajuda econômica e militar que vem sendo concedida pelos Estados Unidos. Só na primeira espécie, o país receberia, no curso de 1955, uma soma superior a US$ 30 milhões. Talvez, como dizem os políticos e a imprensa da Indonésia, da Índia e de Burna, esses dólares sejam sinfonados para os bolsos do grupo do Marechal Songkhram, mas sempre sobrará bastante para obras que, de fato, melhorem ainda mais a economia, a feição das cidades e os transportes desse promissor e agradável país.

O estrangeiro que chega a Bangcoc nota imediatamente, "a presença americana". É o magnífico aeroporto, onde se alinham os gigantescos aviões de carga. Prancha descida, com tropas e jipes entrando e saindo de seus imensos bojos, que se assemelham à baleia do Velho Testamento, prestes a deglutir quantos Jonas apareçam. No centro da cidade, o verde-oliva dos soldados ianques contrasta com o amarelo-açafrão da túnica dos monges budistas, de cabeça raspada e de marmita a tiracolo esmolando a ração do dia. Há abundância de bares bem supridos de *whisky* tipos *rye* e *bourbon*; há hotéis com ar-condicionado e já há *night clubs* onde o *jitterbug* é dançado freneticamente, *à la* Harlem.

A primeira vez em que presenciei um espetáculo cinematográfico tipo cinerama foi em Bangcoc. Quando estava em uma confeitaria ao lado do cinema, saboreando um modesto sorvete de abacaxi, vi toda a alta burguesia, toda a elite siamesa atacando corajosa e gostosamente complicadíssimos *sundaes* com todas as cores do arco-íris, bojudos *milk shakes*, piramidais *banana splits*; sorvendo toda a gama de refrescos engarrafados de que é capaz a imaginação e o empreendimento do *businessman* dos Estados Unidos. Tudo isso acompanhado de variadíssimos sanduíches nos quais a sempre presente folha de alface e a rodela de tomate olhavam o mundo entre duas fatias de pão bem americano, tostados em tostadores americanos e servido por garçonetes siamesas uniformizadas *à la* americana. O *hamburger* e o *hot dog*, (dos quais, diga-se de passagem, sou devotado admirador), lançavam a última pá de cal sobre os meus sonhos de um Sião misterioso e exótico.

No entanto, essa atração do cidadão de Bangcoc, principalmente da nova geração, pelas manifestações materiais da civilização ocidental não é obra somente da contingência política e da ajuda econômica dos Estados Unidos. Já antes de Washington enxergar no Sião a pedra angular de sua política no Sudeste Asiático, o avião já tinha operado uma completa revolução geográfica com relação à Tailândia e, principalmente, a Bangcoc. O que era uma cidade recôndita nos confins de um golfo bordejando regiões sem a mínima importância internacional passou a

ser, de um dia para o outro, com o advento do transporte aéreo, um nó vital das comunicações internacionais. As maiores companhias de aviação mundiais passaram não só a escalar seus aviões em Bangcoc, mas também a fazer repassá-los por lá. Outras empresas fizeram pontos final e de partida nessa cidade, que veio a adquirir, em menos de dez anos, com relação à movimentação aérea internacional, a mesma importância que têm Cingapura e Hong Kong em relação ao comércio marítimo na Ásia. O que parecia, e era, de fato, remoto em milhas náuticas tornou-se o mais próximo, a ligação mais acessível, o ponto de contato mais rápido entre o subcontinente indiano, a China e o Japão, e, portanto, entre a Europa e América do Norte.

Estrangeiros de todas as faces, compleições e línguas começaram a despejar-se diariamente sobre a cidade sagrada dos Budas e dos Parassóis, bisbilhotando, comprando e procurando vender. Houve, assim, uma atração recíproca: o ocidental buscava devassar uma das últimas cidades quase proibidas do universo, e o siamês (talvez cansado de manter-se tanto tempo inteiramente à margem dos avanços materiais do Ocidente sobre a Ásia) experimentava e provava as manifestações mais superficiais de nossa civilização e delas gostava.

Nessa questão reside precisamente o perigo das transições rápidas operadas pelo ocidental, em geral, e pelo americano, em particular, em alguns países há pouco considerados remotos na Ásia. Quando o impacto da nova maneira de comer, de vestir, de captar, de dançar, de divertir-se, de mobiliar a casa for perdendo o encanto e o sabor da novidade; quando já não mais consagrarem a passageira e frágil atenção humana ao abridor automático de garrafas de cerveja, à máquina elétrica de amolar as facas, ao rádio, à televisão e mesmo ao reator atômico; quando eles considerarem o trem de ar-condicionado, o avião a jato e quiçá mesmo o Ford e o Chevrolet, ainda que particulares, como coisas comezinhas, o asiático procurará fazer um balanço mental do que de real e eterno lhe trouxe o homem ocidental nessa nova investida em meados do século XX.

Nessa ocasião, é de todo interesse que o livro de escrituração ocidental possa mostrar alguma coisa de espiritual, de construtivo e de duradouro para uma verdadeira união entre Ocidente e Oriente. Como muito bem escreveu o Senhor Raul Manglapus, Subsecretário de Estado das Filipinas, ao regressar da Conferência de Bandung, os asiáticos gostariam de se aproximar mais de seus irmãos ocidentais; entretanto, não conseguem ainda perceber, nas toneladas de trigo, nos antibióticos, nos equipamentos para a indústria pesada que o Ocidente lhes oferece características espirituais iguais às suas.

Os Estados Unidos, principalmente em países como o Sião, que só agora começam a ter contato com nossa civilização burguesa e petrolífera, precisam pensar menos em termos de ajuda militar e material e mais em termos de maior entendimento espiritual. Apesar de não poderem selecionar seus turistas, podem pelo menos escolher funcionários que não fiquem, em suas reações e ideias, permanentemente acorrentados ao secularismo oficial do governo, que saibam apreciar as manifestações artísticas e espirituais, profundamente religiosas, de caráter asiático, e por elas mostrar apreço. Que não tenham olhos de louvor, que não vibrem somente em função do que encontrarem de americano por lá, mas também do que encontrem de asiático. Que não façam como meus companheiros de viagem no pequenino ônibus que me transportou do aeroporto para o Centro de Bangcoc. Era uma distância de uns 20 quilômetros. Trajeto agradabilíssimo, feito por estradas estreitas, pitorescas, cortando arrozais, flanqueando canais onde se balouçavam as embarcações mais exóticas do planeta. O caminho contorna palmares no meio dos quais se erguem graciosos e artísticos templos budistas. Mais adiante, começam a ver-se bangalôs modernos, muito lindos, elegantemente pintados, ao lado de velhas e orientalíssimas construções lacustres. É uma zona de transição, onde o campo, estritamente oriental, trava batalha arquitetônica com a cidade que se estende e que, dia a dia, acrescenta linhas, feitios ocidentais à fisionomia da paisagem. São lugar e momento que tanto poderiam promover vagares líricos, poéticos e literários quanto ruminações filosóficas acerca da maneira intensa por que atualmente o Ocidente e o Oriente estão se encontrando e o que poderia resultar desse encontro. Nosso "aerocar" (veículo que tanto representa carroça de aristocratas condenados, a caminho da guilhotina, na ida, quanto briga de marcha triunfal, quando de volta do aeroporto, para aqueles, como eu, que consideram uma poltrona de avião uma cadeira de dentista) tinha entrado em ruazinha congestionada, detendo-se em frente de nova e fulgurantemente envidraçada fábrica de uma famosa beberagem americana. As garrafinhas subiam, desciam, enchiam-se, arrolhavam-se, descreviam parábolas, faziam acrobacias com um *aplomb* de camelo mastigando feno, com uma finalidade e imutabilidade dinâmica que a indústria moderna sabe comunicar às coisas inanimadas. Tudo reluzia, chiava, apitava como na fábrica de Carlitos em *Tempos modernos*. Era, sem dúvida, uma prova da imaginação tecnológica moderna *at its best*. Meus companheiros, até então completamente apáticos às belezas e ao pitoresco do trajeto, incapazes de "ahs!" ou mesmo de um "oh-zinho" modesto, moveram-se em uma segundo, como *Jacks in the box*, acionados por mola

elétrica possante. Transbordante de emoção, disse a senhora dos cabelos grisalhos, que ia ao banco da frente, dirigindo-se ao marido, que tinha os olhos esbugalhados, colados ao vidro da janela: "*I told you this place was more important than Manilha, dint' I*[12]?"

Alguns dias depois, deixei Bangcoc em uma manhã tão ensolarada e azul quanto a de minha chegada. Enquanto o enorme *Constellation*, o belo pássaro metálico *made in USA* tomava posição e rumo, pude ter rápida, mas nítida visão dessa cidade que tanto inflamou minha imaginação e curiosidade de menino, de adolescente ávido por novelas, mistérios e aventuras. No chão, caminhando, Bangcoc pode impressionar-nos menos que esperávamos, mercê das infusões, dos enxertos, dos *make ups* europeus ou americanos, sobre sua face asiáticas. No entanto, do alto, não. Ela é toda Oriente e bela à sua maneira. É o rendilhado infindável dos canais; é o imenso templo do Buda de Esmeralda (Wat Phra Kao), refulgindo ao sol seus telhados de ladrilhos verdes; são as figuras gigantescas, meio homem, meio bicho, guardando as portas desses lugares sagrados; são os originalíssimos páteos e jardins dos palácios reais; é o enorme e preguiçoso Rio Menã enleando a cidade em serpenteantes curvas, pejado de embarcações carregadas de arroz, de um formigueiro humano e de velames de formas e cores, as mais estranhas e pitorescas.

Já ia longe, agora, o avião, já começávamos a sobrevoar o recôndito golfo do Sião, em direção ao sul, para a Malaia e a Indonésia. Bangcoc já não era mais que uma fímbria vermelho-tijolo no meio do cinturão verde que enlaça a cidade. Fiquei cismando que, daqui a alguns anos, se o visitasse uma vez mais, o Sião original e exótico já teria perdido toda sua personalidade, a menos que nossos caros amigos da América do Norte, atuais e indiscutíveis líderes do mundo, perdessem essa obstinação de americanizar todo o planeta. Sei que não o fazem por mal, mas insensível e automaticamente. Contudo, o fato é que, em todos os países que entram para ajudar política ou economicamente, tentam fazer desaparecer todas as culturas, todos os hábitos, todos os gostos, todas as atitudes que se contraponham a um processo global de americanização. Tudo leva a crer que o homem americano não sossegará até que consiga fazer do mundo, de seus valores, de suas diferenciações de personalidade, de seu sentir, deseu agir, de seu considerar determinados problemas uma imensa e estultíssima tabula rasa. Tentá-lo-á fazer não como "bandido", à nazista ou à russa, mas como "mocinho" bom de fita de cinema. Fá-lo-á com a candura de seu coração, porque crê sinceramente que seu modo de vida é o melhor e o único. Fá-lo-á também, porque tem uma tremenda desconfiança de tudo

[12] Em português: "Eu te disse que este lugar era mais importante do que Manilha, não foi?"

que não é americano, de tudo que não tenha o sacratíssimo rótulo *made in USA*, de tudo que não seja idealizado nos Estados Unidos, como as sopas enlatadas, os processos eleitorais, as relações familiares, a maneira de beber, de se divertir, as ideias que não forem emitidas por sua imprensa ou por seus escritores, os planos de política internacional que não forem apresentados por seus senadores.

Oh!, se eles pudessem fazer com alguns povos, com alguns países ou com algumas regiões pitorescas o mesmo que fazem com seus pássaros, com suas florestas: estabelecer para certas gentes originais e diferentes os *sanctuaries*, os lugares reservados onde as aves americanas vivem perfeitamente à vontade, sem a intromissão de caçadores ou de turistas bisbilhoteiros, que não as admiram; fazer de algumas regiões pitorescas do mundo uma espécie do que eles chamam "parques nacionais", onde as flores são mantidas em suas características originais. Talvez, assim, regiões de costumes individuais e exóticos pudessem ser preservadas, a despeito da incompreensão de alguns americanos. O mal é que, mesmo quando o estadunidense é bastante eclético para apreciar, para admirar e para querer preservar o que não é totalmente americano, insensivelmente altera a feição das coisas e das gentes pelo aumento vertiginoso do custo de vida que ele imprime à região, ao país, à cidade em que estabelece seu quartel turístico ou oficial.

Portanto, só nos resta pedir-lhes que deixem de visitar alguns pedacinhos do mundo. Que transformem a Paris, o Vale da Loire, a Riviera e os castelos do Reno em sucursais de Nova York, de Miami Beach ou das margens do Mississipi; no entanto, que pelo menos uma Palma de Maiorca, uma Praia de Sanur da Ilha de Bali, um bairro do Bonfim no Salvador, uma Bangcoc ainda um pouco remota e misteriosa sejam reservadas como *sanctuaries* em benefício daqueles que não são americanos, que não têm dólares, mas que adoram esses lugares exatamente como eles são.

Capítulo XII

A China continental

De cima de um pequeno morro onde está situado o reservatório de água de Macau (o pequenino apêndice português no Oriente), percorri com o binóculo o istmo que liga a colônia ao continente e, mais adiante, a costa sinuosa, o estuário barrento do Si-Kiang, e as montanhas cor de tijolo, sem verde, sem vegetação, que se estendem a perder de vista, para o âmago do imenso país para a China comunista, "enigmática, misteriosa". Estes dois últimos adjetivos positivamente têm provado ser indispensáveis a quanta descrição do país se tenha feito, a quanto escritor tenha querido penetrar na alma chinesa, e aqui vão eles, pois, empregados em razão talvez de um processo inconsciente de mimetismo intelectual.

Serão a China e o chinês, de fato, misteriosos, enigmáticos, ou será talvez a fraca força de compreensão do Ocidente, inadequada para a percepção dos problemas que afetam esse imenso país, esse inesgotável formigueiro humano? Antigamente, a China e os chineses apareciam aos olhos dos ocidentais puramente pelas lunetas de Mercúrio. Hoje em dia, com a repentina e crescente importância obtida pelo país, o branco procura de fato inteirar-se dos problemas da nação e das atitudes do povo e compreendê-los. Infelizmente, teima-se em analisar a China – o país, o homem, o governo – não como é, ou de acordo com suas reações, mas como se desejaria que fosse. É um processo inteiramente falho, mas sempre onipresente na condução da política internacional pelos grandes países e, principalmente, na ação presentemente desenvolvida pelo governo dos Estados Unidos, nos países asiáticos.

Em realidade, é muito difícil a qualquer um atirar a primeira pedra sobre Washington e acusá-lo de incompreensão presente ou de haver cometido o maior erro diplomático-militar dos últimos séculos ao permitir a comunização da China, em razão de uma política de hesitação e de uma ausência completa de idealismo. Sim, é difícil criticar os americanos, quando nos lembramos do segundo capítulo das *Viagens de Marco Polo*. Ali aprendemos:

> Quando o grande Khan obteve dos irmãos Nicolo e Maffeo todas as informações a respeito da Igreja, da adoração religiosa e da doutrina dos cristãos, mostrou-se satisfeito e resolvido empregá-los como embaixadores, em companhia de um de seus barões chamado Khogatal, para uma missão a Roma, à Santa Sé.

Acompanhando, na Enciclopédia Britânica, o roteiro de Marco Polo, aprendemos que: "Kublai Khan enxergou o valor do cristianismo como arma política, e foi somente quando Roma desapontou que ele tornou a lançar mão do budismo como o seu maior instrumento civilizador" (ENCICLOPÉDIA Britânica, 1950, p. 173, v. 18).

Os irmãos Polo, depois de esperarem, em Veneza, durante dois anos a eleição de um novo papa, foram recebidos por Gregório X, que não percebeu a grandeza do empreendimento e o valor do pedido do potentado oriental.

Kublai Khan mandava pelos Polo mensagens de paz e solicitava que uma centena de missionários instruídos fosse à China para convertê-los ao cristianismo. Sua Santidade, de uma imensidão de religiosos sob suas ordens, não pôde dispensar mais que dois frades dominicanos para tal empresa. Deste modo, a dois frades, por sinal pouco cultos, foi confiado o destino espiritual de um império que se estendia das fronteiras da Polônia até o Mar Amarelo, das estepes siberianas até a Península Indostânica. Conta Marco que o zelo desses religiosos era menor que os percalços da viagem e que, a pretexto de doença, na primeira oportunidade, a comitiva foi abandonada pelos frades.

Se o Vaticano, com toda sua perspicácia e longa prática de política internacional, não percebeu a enormidade da perda a que estava expondo a civilização ocidental, é perfeitamente perdoável que a diplomacia americana, verdadeira caloura em relação à Santa Sé, tenha perdido também a China no presente século.

O que, entretanto, não será desculpável é que Washington reincida na sua falta de visão. Admitamos que foi difícil prever a derrocada de

Chiang Kai-shek, a defecção de seus exércitos e as causas que levaram o povo chinês a abraçar o novo regime ou a conformar-se com ele. O que não é admissível, porém, é que, uma vez cometido este erro ciclópico, não se procure analisar, estudar, compreender os motivos que levaram a China a tais extremos. Que resposta tal governo está dando a anseios seculares da população? Que medidas poderão ser tomadas pelo Ocidente de maneira a minorar o sucesso que está sendo obtido pelos autocratas de Pequim? Agir assim é obrar não só idealisticamente (advérbio cujo emprego muito necessita a moderna política internacional), mas também sagazmente. Hostilizar, porém, 500 milhões de chineses cônscios e orgulhosos da liberdade há pouco conquistada, sob a desculpa de estar em antagonismo com a insidiosa ideologia de um governo; falar forte, brandir armas dantescas (e que, aliás, já foram empregadas na Ásia) contra um quinto da humanidade porque esse povo é governado por uma minoria maquiavélica de dois milhões de comunistas seria positivamente pouco prudente. Ainda que tais ameaças pudessem ser concretizadas, elas só serviriam para alienar cada vez mais da civilização ocidental esse imenso segmento da população do globo, pois não haveria armamento nuclear capaz de obliterar a China e os chineses de um mapa da Ásia. Qualquer vitória completa, incondicional, arrasante dos Estados Unidos sobre a China seria, quando muito, uma vitória de Pirro, de caráter altamente provisório, que só tenderia a agravar ainda mais as queixas do oriental contra o branco, pois sempre existirão chineses, não importam quantas bombas hidrogênicas possam ser produzidas e jogadas sobre a vastidão territorial e demográfica daquele imenso país.

Aliás, isso não passa de conjectura e, por demais, ousada. Se existe líder de civilização menos indicado para representar o papel de bárbaro, de *tough guy*, são os Estados Unidos e seu povo. O país capaz de grandes gestos de filantropia internacional; sua gente, não importa quão lindas são a Baviera, as ilhas do Pacífico Sul, o Kioto, não cobiça nenhum pedaço do planeta, só quer viver na parte do mundo que vai do Cabo Hatteras ao Golden Gate, dos frígidos lados do norte aos desertos que bordam o Rio Grande. Mais ainda: não importam a fala grossa de seus senadores e a maneira um tanto irritante por que ela quer americanizar o planeta, empurrando-nos pela garganta a pílula amarga da "Coca-cola" de suas ideias, de seus gostos e de suas atitudes padronizadas, o povo americano é verdadeiramente bom em sua maioria, e seu maior deleite é que todo o mundo o aprecie e o reconheça como tal.

Portanto, essa atual atitude (atual em meados de 1955, pois Deus queira que, em princípio de 1956, já se possa dizer uma passada atitude)

de belicosidade, de *Big Stick* contra a China, é completamente inadequada, nada condizente com a índole americana, com os ideais americanos cívicos e religiosos, a não ser talvez com os de uma pequena minoria que prefere seguir sempre um Cristo irado, vergastando os mercadores no templo, em vez de um Deus grande e poderoso, cônscio de sua grandeza e de seu poder, dando a outra face, não se importando com humilhações passageiras.

Convém, pois, que os homens que de fato pesam na idealização da política americana coloquem-se, como um bom escritor, na pele de seus personagens e se façam honestamente a pergunta: "Se eu fosse um chinês verdadeiramente patriota, estaria contente com o presente estado de coisas em meu país?" Honestamente, a pergunta não poderia deixar de ser respondida positivamente. Não resta dúvida de que a atual China tem um tremendo fascínio para a maioria de sua população. Principalmente para a massa astronômica de *have nots* que vem sendo jogada, há 40 anos, como se fora pedaço de cortiça, no proceloso mar da política interna e internacional chinesa. Se esse *have not* andar, então, pelos cinquenta e poucos anos e tiver inteligência e memória bastante para comparar, lembrar-se-á das tremendas convulsões acarretadas pela Revolução Republicana de 1911; das draconianas "Vinte e Uma Imposições" do governo nipônico; das horripilantes razias, dos desmandos e da vida incerta ao tempo de seus generais ultrafeudais; da longa e interminável agonia da guerra entre Chiang Kai-shek e os comunistas e da guerra simultânea, de 25 anos, contra o Japão; do caos, da corrupção, da falta de quaisquer garantias individuais do governo de Chung-King; e da insistência ilógica dos americanos, depois da derrocada da máquina japonesa, em atribuir as glórias e os frutos da vitória ao completamente desacreditado generalíssimo.

Esse fascínio provém, pois, da maior estabilidade que o chinês sente em todos os setores da vida de sua terra. É a moeda, que não sobe e desce desvairadamente, como temperatura de febre tropical; são os preços do arroz e de outros gêneros essenciais, que são mantidos no mesmo nível; são, até mesmo, as próprias matanças e carnificinas, que são mais econômicas (ou menos liberais), nos presentes dias. A Revolta dos Boxers fez correr rios de sangue durante cinco anos. A Rebelião de Taiping fez outro tanto, em escala maior; só em uma província, como na de Yunnan, a população foi reduzida de 16 para 6 milhões apenas.

Os comunistas têm eliminado, liquidado – ou qualquer outro desses hórridos adjetivos com que atualmente os governos totalitários procuram fantasiar o verbo matar – um grande número de desafetos. Entretanto, toda essa matança, pelos cálculos mais pessimistas, feitos pelos maiores

adversários do atual regime, não chega a dois milhões – desde o advento de Mao Tsé-Tung até a presente data.

Para um chinês, que desde a nascença só conhece desassossego e incertezas, é muito natural considerar o atual governo como modelo de estabilidade e olhar com suspeita para qualquer manobra que vise à substituição de seu líder por outro, como Chiang Kai-shek, quem só trouxe, em quase três décadas, mais tormentos e dissabores. À luz desse raciocínio, qualquer estrangeiro que procure auxiliar o país a voltar às condições políticas anteriores só pode parecer insincero, contrário aos interesses do povo, um agressor, um cérebro maquiavélico idealizando mais uma invasão imperialista na China, tramando subjugar o país mais uma vez ainda e justamente agora, que pela vez primeira ele foi bastante forte para arrostar com todos os europeus, que há séculos vêm chafurdando seus sentimentos de soberania e de orgulho nacional.

Ainda à luz desse mesmo raciocínio, não será difícil a esse chinês enxergar a Rússia como "o verdadeiro amigo", o qual procura desenvolver, sem ações aparentes, ameaças e mostras de truculência e de força militar, o potencial econômico do país asiático.

Uma vez compreendido o raciocínio das massas e porque toda ela louva, ou pelo menos se conforma com a atual forma de governo, é interessante estudar as bases intelectuais ou espirituais em que se apoia a minoria, o fermento comunista que domina o país. O comunista chinês viu seu país ganhar tanto em tão pouco tempo, que ele parece ter suplantado o russo na admiração dos métodos empregados. Tornou-se um verdadeiro fanático. Para ele, o fato de que A, B ou C não são ainda comunistas não é tanto uma perda para o Estado quanto para A, B ou C, que ainda não começaram a gozar das graças e das bênçãos do "perfeito e impugnável credo".

Os métodos de doutrinação não são muito diferentes dos empregados pelos alemães com seus prisioneiros, na última guerra. Entretanto, enquanto os nazistas procuravam efetuar conversões com o objetivo de usar os conversos para fins de propaganda, os chineses parecem fazê-lo com o zelo de verdadeiros fanáticos, como maometanos dos primeiros séculos de vida da seita, que procuravam por todos os modos incutir a religião nova em seus prisioneiros não só para o bem deles, muçulmanos, mas também para o bem espiritual dos hereges.

Esses métodos não constituem nada de novo sobre a terra. O horripilante *brain washing* (lavagem cerebral, que é também chamada em chinês de limpeza do espírito ou reeducação) vai desde a leitura forçada das "Escrituras" comunistas (obras de Marx, Lênin e Mao

Tsé-Tung), com o catecúmeno incomunicável, até o emprego de várias formas de "desconfortos físicos" à guisa de persuasão, quando o paraconverso "teima em não ver a luz", em manter-se recalcitrante.

Temos, portanto, de guardar em mente este ponto capital acerca dos comunistas chineses, para melhor entendê-los e contrabalançá-los. Eles agem como fanáticos, não como realistas, *à la* russa. Agem como fanáticos religiosos que não poupam esforços para redimir uma alma perdida, pois que julguem ser possuidores da verdade absoluta.

A conversão da maioria dos homens de negócio, burocratas, políticos, professores, homens de letras não foi tão difícil como se pensa porque: a) não importam as dúvidas que eles tivessem acerca do credo vermelho, já estavam a meio caminho convertidos, pois odiavam o Kuomintang, que os havia abandonado; b) concordavam inteiramente que os americanos "eram agressores na Coreia" e que o novo governo poderia proporcionar a eclosão de uma China rejuvenescida e menos faminta; c) tinham muito a ganhar ou a conservar por meio de uma sincera conversão e muito a perder, caso se mantivessem obstinados; d) mais importantes ainda, são pouquíssimos os chineses verdadeiramente crentes, e só uma fé transcendente como a católica pode fazer alguém resistir até o final.

A mentalidade da China comunista se assemelha muito à da Idade Média cristã. Havia, e há, idealismo e uniformidade em ambas. Liberalismo e individualismo eram e são tratados como heresias. Dentro de certos limites, os homens estavam, e estão, livres para disputar entre si certas minúcias de doutrina e de política. Arte, filosofia eram incentivadas desde que elas não fossem além dos limites do dogma – e ainda o são. A única e grande diferença é que, na China atual, os dogmas são materialistas e falsos; na Idade Média, a palavra da Igreja traduzia o espiritualismo e a verdade eterna.

Para aqueles que admiram o sucesso da Revolução Chinesa, tanto no campo político quanto no econômico (embora sem nenhuma admiração pelo instrumento que foi usado para tal revolução), a pergunta máxima a fazer com relação à China é a seguinte: tornar-se-ão os chineses menos dogmáticos, menos crentes de seu sistema governamental como religião, menos fanáticos e mais tolerantes à proporção que eles se tornarem mais certos de que não serão atacados interna ou externamente?

Esse estado de espírito é que convém ao Ocidente fomentar, principalmente aos Estados Unidos. Trazer Pequim o quanto antes para nosso convívio; tratá-lo de igual para igual, e não como gângster ou criminoso; fazer com que a segurança de seu lugar ao sol, há pouco obtida, e a certeza de que o Ocidente procurará ajudar economicamente

permitam à China perder, aos poucos, a mentalidade de mártir, de fanático, e amortecer os pruridos de dogmatismo de sua seita materialista (para isso, deve começar a encará-la como uma ponte de saída do impasse em que se encontrava na metade do século, e não como a última, a magna, a única verdadeira a venerar e a obdecer); fazer com que a China comece a olhar o comunismo como uma forma de governo apenas e, quicá, como um governo de transição, não de seita religiosa.

Capítulo XIII

O mundo árabe e muçulmano: aspirações, decepções e tendências

Origens

Historicamente a imensa, arenosa e deserta Península Arábica é o berço racial do mundo islâmico. Entretanto, a expansão e o retraimento territoriais desse importante segmento da humanidade são muito fluídicos, complexos, difíceis de serem acompanhados *pari-passu*.

Muito cedo, muitos séculos antes do aparecimento de Maomé, já o árabe, incentivado pelo comércio, deixou o seu áspero *habitat* e estabeleceu contato com melhores terras. Ali ficou apenas o beduíno, o elemento mais pobre, supersticioso, altamente impressionável que vai constituir, mais tarde, a matéria-prima do Islã.

Com o advento religioso, os árabes saíram em massa, pregando o Corão, fazendo a guerra santa e, em um ímpeto irresistível, em um século apenas, levaram o crescente ao Egito, à África do Norte, a toda a Espanha, à Aquitânia e à Septimânia, e, do lado oriental, à Síria, à Palestina, à Pérsia, à Armênia, à Babilônia, à Bocara, ao Afeganistão, ao Turquestão e à própria Índia. Mais tarde, em uma investida mais pacífica, por intermédio de seus comerciantes e navegadores, estenderam uma ação missionária à China e ao que atualmente se conhece por Filipinas, Indonésia, Malaia, Assam, costa sul-oriental e territórios centrais da África.

A mesma embarcação, a mesma *dhow* arábica que o turista ainda divisa em Aden ou em Basara em pleno século XX, era frequentadora assídua dos portos chineses, javaneses e indianos, de Zazibar e Madagascar.

Embora intransigentes quanto ao dogma religioso, os árabes sempre desconheceram separatismos raciais e, uma vez que foram os primeiros fervores expansionistas, se assimilaram aos povos muçulmanizados, que permitiram, quase sem interpor resistência, o mando político e militar nas terras conquistadas.

É assim que vamos observar a ascensão e o declínio de vários povos detentores de uma mais longa ou mais curta hegemonia dentro do eixo central do mundo muçulmano, desde o Califado persa de Bagdá até a Turquia Imperial.

Por vários séculos, os árabes mantiveram-se quietos sob o jugo do Império Otomano. Até fins do século XIX, o Oriente Médio, para as potências ocidentais, era olhado como a terra dos turcos, e não como dos árabes. Com o rápido declínio da saúde do *sick man of Europe*, nota-se, pela primeira vez em muitos séculos, o ressurgimento de um nacionalismo árabe. Nos farrapos do Império dos Turcos, ele volta a encontrar uma arena para exibir-se fora da remota Arábia. Em princípio do século XX, a equação que confronta os dirigentes nacionalistas árabes é a seguinte: ou uma política baseada na religião, e não somente na raça (União Muçulmana), ou uma reunião dos países etnicamente oriundos da península.

União Muçulmana: Liga Árabe

O primeiro movimento pró-União Muçulmana foi esboçado em 1912 por Enver Pasha e seus jovens turcos. Entretanto, não era absolutamente sincero. Em realidade, Enver Pasha estava mais interessado em reanimar o Império Otomano, quase aniquilado, do que em presidir a uma renascença islâmica com a cooperação do Oriente Médio. O movimento fracassou inteiramente, em face de uma revolta árabe fomentada pela Grã-Bretanha.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, o movimento nacionalista árabe foi reconhecido, por parte das potências ocidentais e por parte dos centros europeus como uma força política de relativo valor, que cumpria cortejar temporariamente. Em geral, os árabes ficaram do lado dos aliados, sob a liderança do Rei Hussain do Hejaz. Entraram no conflito como parceiros e contra um agressor comum. Entretanto, essa assunção de parceria por parte dos árabes foi muito cedo abalada nas Conferências da Paz, em Versalhes. A Inglaterra e a França dividiram a região de acordo com o Acordo Sykes-Picot. Não deram atenção a quaisquer aspirações dos nativos e tiveram em vista tão somente modificações territoriais ditadas por seus interesses políticos ou econômicos de dominar essa ou aquela

área. Para os árabes, foi essa a primeira lição acerca da ciência do jogo político internacional moderno amparado pela força (*power politics*).

Interregno

Depois da Primeira Guerra Mundial, a posição era a seguinte: Mustafa Kemal tinha abandonado a política islâmica; o desaparecimento do Califado de Constantinopla havia transferido o centro de gravidade muçulmana para regiões sob o controle direto da Grã-Bretanha. Para a Inglaterra, era bem interessante a ideia de um mundo árabe em harmonia com a Paz Britânica e sob a fiscalização benevolente de um califa sintético, sediado em Londres. Tal ideia era de maneira a satisfazer a *tories* e a socialistas, então recentemente instalados. A França, porém, constituiu grande obstáculo para a realização dessa ideia. Nem por sombra poderia considerar o abandono dos países árabes para não importava que califa, muito menos para um califa anglo-saxão.

A história do mundo árabe no Oriente Médio entre as duas guerras mundiais não é mais do que a luta pela sua própria preservação, em face de três forças: a França, a Inglaterra e o sionismo. Seus objetivos eram independência e unificação, liberação da Palestina de qualquer espécie de sionismo (para o árabe, a Declaração Balfour não tinha qualquer valor, visto que a Inglaterra ou a Liga das Nações não podiam prometer território que não lhes pertencia) e determinação de se libertar do atraso social e econômico, que julgava ser uma herança da ocupação estrangeira.

O primeiro objetivo era lídimo e certo. O segundo é passível de infindas controvérsias. Os dois campos podem facilmente provar a validade de seus argumentos, e será sempre muito difícil a um observador ou a um juiz desapaixonado, inteiramente isento de ânimo, dizer com quem está a razão no caso Palestina, esse tremendo espinho diplomático cravado sobre a já considerável chaga racial e política constituída pelo Oriente Médio. Quanto ao terceiro objetivo, ele é injusto e o mais fraco dos três, pois o atraso social e econômico se deveu, mais que nada, a uma religião que, se praticada com fanatismo, representa um peso morto para o avanço tecnológico moderno. Se a ortodoxia tivesse sido relegada a um segundo plano, como na Turquia, e se os árabes mais inteligentes e ilustres, que tiveram a oportunidade de estudar na Europa durante o interregno, tivessem vontade e coragem de apresentar reformas no campo social e religioso, há muito o movimento redentor já se teria tornado força irresistível.

O Nacionalismo árabe manifestou-se nesses 20 anos intermediários persistentemente, mas com muito pouca coordenação e chance de sucesso. Foram revoltas e revoluções no Iraque, na Síria, na Palestina. Certamente, as potências ocupantes nunca tiveram muita folga; tampouco tiveram os oprimidos muito sucesso em suas modernas raízes.

A sequência dos acontecimentos do ponto de vista árabe pode ser assim descrita: os nacionalistas não se contentavam mais com uma agitação velada e passaram a desafiar abertamente a potência ocidental (nesse caso, a Inglaterra), com a revolta ao norte de Mossul, em 1920. Esta última viu-se obrigada a ab-rogar o mandato. Entretanto, as agitações continuaram, pois os iraquianos não se contentariam sem a independência. Depois de oito anos de turbulência incessante, a Inglaterra conformou-se com a ideia da concessão da independência e da admissão do Iraque à Liga das Nações. Diga-se de passagem que todas as vantagens econômicas foram, no entanto, preservadas e que elas constituem até a presente data um pomo de discórdia, uma causa de queixas.

É o caso de perguntar se haverá de fato sabedoria, se será, em verdade, lucrativa (quando olhada não do ponto de vista do interesse imediato, mas sob uma vista mais ampla no tempo e no espaço) a política de amarrar um povo – um povo mais fraco – a promessas escritas assinadas a cano de pistola (promessas que fatalmente serão quebradas logo que o fraco se torne menos fraco). Não seria mais sábio ganhar-lhe a aliança para sempre? Talvez mesmo obter-lhe a amizade por meio do uso de acordos mais justos e imparciais por ocasião das negociações?

A atitude recentemente adotada na Índia e na África faz crer que a Inglaterra apercebeu-se desse fato. No entanto, a França, esse incompreensível Dr. Jekyll e Mr. Hyde no concerto das grandes potências ocidentais; essa fascinante senhora possuidora de excelentes qualidades, mas suscetível a muitas incongruências, a fim de preservar as joias coloniais que lhe couberam por empréstimo do destino, em uma época histérica na qual eram admissíveis tais transações, será que ela também virá a perceber esse ponto tão importante em suas futuras conversas na África do Norte?

O caso sírio-libanês foi conduzido mais reacionariamente ainda pelo Ocidente. Em 1920, o governo árabe existente em Damasco foi varrido pela força militar e, na Conferência de San Remo, foi conferido à França o inteiro mandato sobre a Síria. Depois ocorreu a ocupação militar da referida cidade e a adoção de uma política de "dividir para conquistar", na qual qualquer minoria obtinha *status* e privilégios superiores aos da legítima população daqueles países. A história do mandato sírio-

-libanês de 1920 a 1939 é uma onda de revoltas, de bombardeios de cidades árabes, de ambiente de inquietação para ambos os campos e de desentendimentos crescentes. O único "céu azul", um acordo nos mesmos moldes do Tratado Anglo-iraquiano, idealizado pelo Front Populaire em 1938, foi imediatamente e vivamente rejeitado pelo Parlamento francês, que lhe negou ratificação. A ocupação francesa do Levante entre as duas Guerras Mundiais foi indiscutivelmente o principal empecilho para não concretização de uma União Árabe ou Muçulmana.

Segunda Guerra Mundial

Ao tempo da deflagração do conflito, pode ser dito que o nacionalismo árabe já tinha conseguido, de certo modo, incutir nas massas certa ideia de independência e de unidade. Tinha também, segundo eles, ajudado na eclosão de uma *intelligentsia* e de líderes capazes de exprimir os desejos desses povos. Com o início das hostilidades na Europa, aumentou a tensão política no mundo árabe, e o Ocidente começou, então, a colher os frutos da sua política rigidamente conservadora.

Durante 20 anos o Ocidente recusou-se a ganhar a duradoura gratidão e amizade dos árabes, renunciando de *motu próprio* aos poderes que tinha sobre os destinos de suas terras. As súplicas de vários líderes nacionalistas para uma conduta mais racional tinham caído em orelhas moucas.

De resto, não foi só o nacionalismo árabe que sofreu com essa política. Os próprios ideais e princípios básicos de democracia ocidental não poderiam deixar de ser menosprezados pelos árabes, que não compreendiam porque a Inglaterra e a França pregavam e praticavam a democracia em casa e a negavam para seus países. Para a nova geração, politicamente consciente, tal contradição permanecia inexplicável. É assim que o imperialismo ocidental atirou os jovens árabes a uma nova forma de pensamento político, não muito diferente do fascismo. Os moderados foram relegados para um plano inferior, as organizações extremistas passaram a ser os porta-vozes do nacionalismo e seus elementos menos pacientes não hesitaram em aceitar o auxílio das potências do Eixo e a se saturarem da ideia de que "a força faz o direito", ideologia que eles viam ser usada em sua própria casa pelos ocupantes estrangeiros.

É preciso ter-se sempre em mente que o Oriente Médio era, e ainda continua a ser, um excelente receptor para toda e qualquer ideologia política que promete não só padrões civilizados de existência, mas também abolição de interferências estranhas. Poderá com toda a sinceridade e

inocência absorver e rejeitar uma ideologia em seguida da outra, desde que ela não preencha as respectivas ou se intrometa demasiado com as crendices islâmicas.

Recapitulando, a atitude dos árabes com relação à Segunda Guerra Mundial poderia ser dividida nos seguintes estágios: primeiro, a de morosidade em face de um conflito envolvendo dois grupos de potências que procuravam arrasar-se um ao outro. Durante a primeira fase, os líderes moderados tornaram a representar esquemas para uma independência Pan-árabe, para a liberação dos estados do Levante e da Palestina. Voltaram a receber promessas aleatórias da Inglaterra e supressões de quaisquer veleidades patrióticas por parte da França.

Veio, então, o segundo estágio, no qual, em vista do insucesso dos moderados, a situação pendeu para o lado dos extremistas. No Iraque, perdendo a paciência e crendo demasiado nas promessas alemãs, essa facção mais sanguínea entrou em conflito armado com a Grã-Bretanha, depois do golpe de Estado de Rashid Ali, em 1941, e no Egito mesmo foi necessário que a Inglaterra interferisse diretamente com a ameaça da força militar, a fim de obter a designação de um primeiro-ministro favorável.

Rapprochement

A entrada da Itália na guerra, em junho de 1940, marcou um terceiro estágio na política árabe. A luta fora trazida à África Setentrional, transformando essa região, durante mais de dois anos, em *front* militar de grande importância. Assim, pois, de repente, o mundo árabe se tornou de grande valor estratégico para a Grã-Bretanha, que notou ser de toda a importância reconquistar a boa vontade dessa gente por meio de uma reconciliação de interesses, na qual fossem dadas algumas satisfações aos queixosos.

Os primeiros sinais dessa mudança de atitude foram percebidos em maio de 1941, quando Anthony Eden, então Ministro de Estrangeiros, declarou em Mansion House que "a Inglaterra tinha uma longa tradição de amizade com os árabes, uma amizade que já tinha sido provada por atos e não por palavras apenas". Disse ainda "que via com simpatia as aspirações sírias de independência; que os árabes tinham avançado muito desde os acordos feitos no fim da primeira guerra; que aprovava também e prometia apoio ao desejo de uma união das partes num todo".

As declarações de Eden foram recebidas com grande satisfação, e as relações árabe-anglo-saxãs entraram em uma fase de verdadeira lua de

mel. Os nacionalistas moderados voltaram a ter ascendência na política do Oriente Médio; o Iraque, em uma completo *volte face* reentrou na guerra – no entanto, dessa vez, do lado dos aliados. O governo e exército egípcios ingressaram em uma fase de inteira cooperação; a Liga Árabe começou a passar do campo da conjectura para o da realidade, com o inteiro beneplácito da Inglaterra, que nela enxergava a menos ativa linha de reconhecimento de um mínimo de aspirações, deixando que fossem ventilados os pontos de vista dos nacionalistas moderados. Em verdade, a Liga Árabe não representava mais que uma expressão vaga, incompleta da unidade que eles tão ardentemente desejavam. Seja como for, até quase ao fim da guerra, essa nova compreensão foi responsável pelas relações cordiais que floresceram entre a Grã-Bretanha e todos os governos árabes, desde o Cairo até Riad. O ponto mais alto desse *rapprochement* foi marcado pela eliminação francesa do Levante em 1944.

Pós-guerra

Entretanto, o término da guerra marcou outro ponto de divergência. À compreensão e à harmonia, sucederam-se as velhas práticas de pressões e interesses imediatos por parte do Ocidente. A questão palestina, do ponto de vista árabe, fez-lhes crer que haviam sido "blefados", que tinham feito um papel de tolos pela segunda vez. Os Estados Unidos passaram de uma política veladamente favorável ao sionismo, durante a guerra no teatro europeu, para uma abertamente pró-Israel ao término das hostilidades. As esperanças alimentadas, durante a gestão Roosevelt, de que a América pudesse ser olhada, no Oriente Médio, como elemento isento de interesses e, portanto, imparcial cessaram por completo com a subida de Truman à presidência. A Inglaterra, aproveitando-se da maneira ostentosa por que os americanos começaram a apoiar o sionismo, achou o momento excelente para largar o espinhoso problema do mandato sobre a Palestina, deixando os israelitas inteiramente à vontade para consubstanciarem a ocupação com a superioridade de armamentos de que então desfrutavam.

Um balanço feito ao tempo da Conferência da Paz de 1955, em São Francisco, acusou os seguintes ganhos políticos: a independência da Síria e do Líbano; a criação do Reino da Líbia, pela ONU, por meio de votação; e a formação de um Estado sintético, o Reino da Transjordânia, sob proteção e idealização inglesa. Quanto a esse último acontecimento, diga-se de passagem, os transjordânios não sentem a menor lealdade para com sua nação; muito ao contrário, clamam por uma união com a Síria ou

com o Iraque ou pela formação de um grande Estado que una as nações árabes a este de Suez.

Entretanto, a despeito desses ganhos, mesmo aqueles árabes que obtiveram independência, em virtude da Segunda Guerra Mundial, acham com maior ou menor veemência que saíram perdedores do conflito. A seu modo de ver, a decepção da Palestina obumbra quaisquer outros feitos e aspirações regionais.

Origens da Aliança Oriental

No entanto, tal decepção, concretizada *de jure* pela criação do Estado de Israel pela ONU, veio servir não só para a idealização, mas também para a eclosão de uma nova ideia de unidade. Vendo que era impossível obter sucessos políticos na AGNU baseando-se somente no mérito de seus próprios casos, duramente feridos, os árabes começaram a buscar a aliança de países orientais não muçulmanos – os árabes tinham consciência dessa dificuldade porque, nas poucas vezes, no pós-guerra, em que a Rússia e os Estados Unidos foram capazes de juntar forças, tinha sido justamente contra eles, no caso Palestina.

A ideia de união, que já tinha passado de um estágio puramente racial para outro de caráter religioso, evoluía agora para um campo mais vasto de união de países com os mesmos interesses, ou simpatizantes, com determinados interesses anticolonialistas e anti-imperialistas. A unidade política baseada unicamente em religião estava perdendo força, haja vista o *flirt* turco-israelita, encetado pouco após a criação de Tel Aviv como capital diplomática.

As seguintes razões vieram proporcionar a criação de um *lobby* árabe-asiático na ONU: a partição da Índia, criando dois grandes países e fortalecendo a força votante asiática na assembleia; a intervenção da liga em favor da Indonésia, primeiro e verdadeiro passo de imiscuição dos árabes na política oriental moderna; a existência de minorias muçulmanas e países não islâmicos; o conflito acerca do Suez e do Sudão. Todas essas questões deram aos árabes, em geral, e aos egípcios, em particular, o estímulo necessário para explorar amizades e alianças não ortodoxas do ponto de vista de uma política subordinada tão somente ao Islã. Foi assim que vieram a reconhecer que era mais interessante, na questão do Kashmir, apoiar uma Índia declaradamente anti-imperialista que sustentar um Paquistão muçulmano.

Presenciou-se o primeiro "teste" da firmeza de propósitos desse grupo, quando a questão foi levada, em 1951, em Paris, ao exame da

AGNU. Viram-se, então, países asiáticos, que normalmente tinham obrigação de apoiar as potências ocidentais, alinharem-se com os árabes na causa do nacionalismo.

Esse sucesso causou certa apreensão às grandes potências ocidentais. Era evidente que o apoio mútuo árabe-asiático poderia constituir não só perigo para a posição britânica na África, mas também tornar-se um excelente campo para as táticas de *agent provocateur* que a União Soviética sabe tão bem executar.

Urgia, pois, encontrar um meio de arrefecer esse impulso nacionalista, uma maneira de dividir esse recém-formado bloco de nações. O objetivo era idêntico, mas as soluções experimentadas pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, os principais interessados, divergiam bastante. À primeira dessas duas potências, pareceu que o mais certo seria buscar uma cisão, fazendo uso das minorias muçulmanas existentes em países asiáticos como Índia e Burma. Elas poderiam facilmente arvorar a bandeira de "abaixo o nacionalismo não islâmico". Um pouco de discórdia mais tangível seria o problema do Kashmir. Tinha estatura e importância capaz de afastar o mundo árabe da Índia. Esta última, com suas ambições de liderança asiática, não poderia olhar com simpatia uma liga muçulmana que reclamasse a lealdade e o apoio político de grandes segmentos de populações da Ásia, muitas das quais dentro de suas próprias fronteiras.

Não resta dúvida de que, para os muçulmanos, é particularmente atraente a ideia de uma renascença maometana. O Islã é uma das grandes forças morais (à sua maneira) e ideológicas na África e na Ásia. Um grande segmento da população que vive sob condições adversas (refugiados na Palestina, refugiados no Paquistão, ao redor de Karachi) é constante memento de que tudo não vai bem com os seguidores do crescente. O grito de união toca, então, bem fundo a alma dos maometanos, pois eles sabem que uma renascença religiosa e uma maior estatura política só poderão concretizar-se com uma união mais sólida de seus povos. Entretanto, os próprios árabes estão inclinados a pensar que, nesta altura, uma União Muçulmana poderia ser causa mais de enfraquecimento que de fortalecimento para seus países, pois ela poderia suscitar divisões no todo ásio-árabe.

É assim que as esperanças inglesas de cisão não tiveram quase êxito. A Conferência Muçulmana de Karachi, convocada por Sir Zafarullah Khan, a injunções britânicas, não despertou o menor entusiasmo na Liga Árabe que, bem pelo contrário, não só prestigiou a ideia da Conferência de Bandung, mas tem procurado, depois disso, pôr em prática os propósitos ajustados naquele conclave, pugnando tenazmente por qualquer reivindicação dos países orientais.

Os Estados Unidos procuraram pôr em ação método inteiramente diverso do inglês. Não laboraram pelo enfraquecimento do bloco, baseando-se em divergências religiosas, mas tentaram amarrar países árabes a países asiáticos em defesa de causas que, para eles, árabes, não são absolutamente vitais. Não resta dúvida de que os métodos americanos têm sido, em aparência, mais bem-sucedidos que os ingleses. De quando em vez, o Departamento de Estado se rejubila com a assinatura de um pacto militar entre um país da Liga Árabe e outro que já faz parte de seu *cordon sanitaire* em volta da Rússia. No entanto, a cada alvíssara, correspondem duas ou mais decepções, e isso porque a grande nação americana continua agindo como as potências que lhe antecederam.

Se comparássemos os problemas do Oriente Médio a uma peça teatral, poderíamos compor o seguinte cartaz (antes da Segunda Guerra Mundial):

Hoje! Hoje!

Grande apresentação
no teatro do Oriente Médio

Apresentação do drama

"Proteção e aumento dos interesses
político-militar-econômicos das
grandes potências"

França e Inglaterra no papel de heróis

Potências centrais ou Alemanha
nazista no papel de vilão

Atenção, atenção: os donos do teatro
não têm direito de representar

Depois da Segunda Guerra Mundial:

Hoje! Hoje!

Grande apresentação
no teatro do Oriente Médio

Apresentação do drama

"Proteção e aumento dos interesses
político-militar-econômicos das
grandes potências"

Estados Unidos no papel de herói

Rússia soviética no papel de vilão

(neste caso, qualquer coincidência é verdadeira)

Atenção, atenção: os donos do teatro
não têm direito de representar

O árabe, o dono do teatro, do palco, está basicamente desinteressado não só dos atores, mas também da própria peça. O que eles veem é que os primeiros protagonistas foram substituídos por dois outros muito mais poderosos e que o jogo de interesse, que era meramente econômico e político, é acrescido de outro fator muito mais complexo, o ideológico.

Os Estados Unidos não estão, pois, se revelando a grande alma forte e empreendedora que de há muito os árabes esperavam, uma espécie de novo profeta vindo do Ocidente, no campo da política internacional. As altas diplomacia e política americanas só pensam em *cordons sanitaires* em volta da Rússia, em bases aéreas, em ofertas de auxílios militares.

Os países árabes são, em princípio, avessos à ideia de receber auxílios militares dos Estados Unidos. Para eles, para os nacionalistas árabes, as propostas americanas não passam de pílulas amargas recobertas de açúcar. É assim que no curso de 1954 foram recusadas ofertas de ajuda militar americana no Cairo. Em Bagdá, onde foi apenas solicitado que o Iraque se defendesse a si próprio em caso de invasão, foi necessário o governo dissolver todos os partidos políticos, inclusive o seu próprio, a fim de quebrar uma oposição acirrada. Em Damasco, onde tais propostas foram derrotadas, dois comunistas obtiveram assento no Parlamento (aliás, os primeiros na história da Síria), em razão unicamente de suas atitudes de oposição aos americanos. Em Riad, até o próprio Rei Ibnin Saud, acostumado como está a negociar com os americanos, declarou que não receberia um só fuzil que não fosse pago imediatamente. Na Líbia, a discussão de arranjos para bases aéreas americanas precipitou forte crise política no país.

No entanto, quando alguns países árabes, em razão de sua pobreza franciscana, são tentados pela munificência dos oferecimentos, esses acordos nada representam de duradouro e de sincero. Parece paradoxal, mas os planejadores americanos seriam mais realistas se adotassem atitudes idealistas com relação aos povos do Oriente Médio. Países pobres completamente destituídos de armas, com populações de nível econômico baixíssimo, sempre às portas da miséria, poderão ser tentados como um animal do mato que, acuado pela fome, se aproxima da mão que lhe estende vitualhas. Essa aproximação não representa, porém, uma relação constante, fixa; o animal, com a pança cheia, ruma de novo para a floresta e retoma sua atitude de receio, de desconfiança. É preciso que a mão que nutre acaricie também. A carícia, em política internacional do século XX, é expressa pela sincera vontade que o forte demonstra de compreender não só as necessidades materiais do fraco, mas também suas aspirações mais subjetivas; permitir-lhe ser ser dono de sua própria casa e fazer-lhe sentir-se assim, e não peão de jogo de xadrez, cujas peças são movimentadas por dois contendores ciclópicos.

Refugiados da Palestina

A América, essa gigante, ora bonachona, ora agitada, não peca só pelo que faz, mas também pelo que deixa de fazer, ou pelo que faz tarde demais. Vejamos, por exemplo, o caso dos refugiados árabes que surgiram com a criação do Estado de Israel. Essa gente, cerca de um milhão de pessoas, espalha-se pelos Estados vizinhos do Líbano, da Síria,

da Jordânia, do Egito e pela Faixa de Gaza. Vivem como animais em cavernas ou em horríveis favelas. Esses campos de refugiados formam um terrível espinho na solução de problemas da Palestina, uma perene fonte de agravo e de lembrança do que os árabes consideram "a traição das potências ocidentais" e formam ainda excelente cultura para a propagação dos bacilos comunistas por todo o mundo árabe. Entretanto, de real nada se fez até agora para melhorar a sorte desses desgraçados.

De um lado, os governos dos países árabes negaram-se a cooperar financeiramente para solução do caso. Acharam que a culpa pela existência desse estado de coisas não era deles. Quem sabe, não quiseram, talvez, destruir essa excelente arma de propaganda contra o imperialismo ocidental. Por outro lado, a ONU, que os vem socorrendo desde 1948, à razão de US$ 1,40 mensais por pessoa, afirma que nenhum progresso real foi feito para a reabilitação dessa gente. Em razão das intermináveis escaramuças entre Egito e Israel, a Faixa de Gaza é a mais conhecida zona de refugiados. Entretanto, as mesmas condições de indigência, de impossibilidade de vida existem nos outros campos, que são outros tantos tumores potenciais para a deflagração de lutas naquela tão perigosa área internacional. Os gritos, os clamores desses farrapos humanos que ecoam por toda essa zona em volta de Israel só podem promover irritação, ódio e paixão pela "revanche". Acrescente-se, ainda, que já lá se vão quase quatro anos e que, nesse ínterim, por piores que sejam as condições de vida, esses pobres refugiados seguem a lei inexorável da humanidade e adicionam ao seu lote outros miseráveis pequeninos.

A questão da Palestina converteu-se, assim, em um círculo vicioso. Dizem uns que não pode haver solução para o problema dos refugiados sem que haja um entendimento entre Israel e Estados árabes acerca dos assuntos políticos, a fim de que se transforme uma trégua muito tênue em uma paz negociada. Dizem outros que não pode haver negociação sobre os assuntos políticos responsáveis pelo presente estado de guerra sem um anterior acordo acerca do problema dos refugiados. As reclamações, tanto morais quanto materiais, acerca do problema dos refugiados são incontornáveis e de tal monta que, nem a Transjordânia, nem o Egito, nem qualquer outro Estado árabe pode nem de longe pensar em fazer um acordo permanente com Israel sem que esse problema seja satisfeito. Ao mesmo tempo, o problema dos refugiados continua envenenando a atmosfera do Oriente Médio em seus aspectos tanto políticos quanto sociais, morais e econômicos.

Não resta dúvida de que a ONU tem feito todo o possível para chegar a solucionar tão espinhoso caso. No entanto, o que pode essa

organização sem a estrita e inteira colaboração das grandes potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos? É verdade que em meados de 1955, quando o caldeirão de Gaza (que a bem dizer não é um caldeirão, mais se parece geograficamente a um cabo de frigideira) começou a ferver, os Estados Unidos deram alguma atenção ao problema e decidiram oferecer dinheiro aos Estados árabes, para alguma irrigação no deserto, e dinheiro aos israelitas, para que compensassem os refugiados das terras que haviam perdido. "*Too little and too late*" (muito pouco e muito tarde). A frase que a imprensa americana aplicava à política inglesa de contemporização e de negligência durante o tempo dos sucessos militares da máquina de Hitler poderia muito bem ser aplicada aos próprios Estados Unidos durante muitas fases de sua diplomacia de pós-guerra; tudo chega um pouco tarde e em pouca quantidade. Talvez não tanto em quantidade material, mas em quantidade de idealismo, de vontade sincera de solver os problemas alheios.

Ainda que a sugestão tivesse sido diferente, dificilmente judeu e árabe entrariam de *motu próprio* em um acordo. Suas divergências são milenares, as negociações diplomáticas são quase sempre voltadas para o desacordo. O que cabe, no caso em questão, é a apresentação de um plano inteiramente novo, imparcial e humano, que possa captar a imaginação dos dois campos litigantes.

Por exemplo, em vez de oferecer dinheiro, os Estados Unidos poderiam ter feito com que a ONU comprasse a Faixa de Gaza, a fim de internacionalizá-la, mas internacionalizá-la no bom sentido, construindo ali enorme centro médico devotado ao estudo, à prevenção e à cura de doenças endêmicas da Ásia Ocidental ou do Norte da África, ou ainda destinando-a à construção de um instituto de agricultura ou de tecnologia multilingual. Os remédios, os paliativos da antiga terapêutica diplomática de nada valerão para solução desse problema. É preciso usar técnica moderna não de cirurgia, mas de eletroterapia no sentido idealista.

Com o fracasso das propostas americanas de última hora, vimos a situação egípcio-israelita deteriorar-se cada vez mais. A nação do Nilo buscou então um amparo militar pouco ortodoxo, ao comprar armamentos fabricados pela Skoda. Esse passo ousado anulou, de um momento para outro, grande parte dos ganhos político-militares laboriosamente conseguidos pelos Estados Unidos entre 1954 e 1955, e colocou o Departamento de Estado quase em pânico, procurando reorientar suas táticas naquela área.

Certamente, se o problema dos refugiados já tivesse sido enfrentado sinceramente e não, apenas contemporizado, a divergência

egípcio-israelita já teria diminuído de intensidade, a jovem República do Nilo não se teria visto forçada a adquirir armas para resguardar soberania e orgulho nacionais, e a Rússia e seus satélites não teriam tido pretexto para intrometer-se na política do Oriente Médio.

O árabe, por natureza, não se apressa em adotar ou rejeitar novas doutrinas. Entretanto, seria desumano negar a ansiedade que ele tem de desvencilhar-se de qualquer espécie de dominação ocidental, mesmo que isso se dê ao preço fabuloso de flertar com uma potência em oposição aos Estados Unidos. O que fazer? O campo de escolha dos árabes é muito limitado. Negada, como lhes é, a compreensão que eles vêm procurando com o Ocidente há 30 anos, tudo poderá acontecer. Os nacionalistas moderados poderão perder as rédeas do poder sobre as massas, e o que aconteceu de 1939 a 1941, à instigação da Alemanha, poderá novamente repetir-se em escala muito maior.

Os árabes estão apenas emergindo do colonialismo ocidental e com a África do Norte ainda sob o domínio francês. Não desejam aliança, no momento, com o Ocidente. Feridas tão profundas não podem cicatrizar-se tão depressa, e eles não pretendem aliar-se com o Ocidente uma terceira vez, para ficar na iminência de ver novamente fracassadas suas aspirações, como se deu depois da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais. Não olham o conflito ideológico com a Rússia sob a mesma luneta por que nós o enxergamos. Para eles, coexistência é algo perfeitamente realizável, admissível, que pode ser estabelecida de uma hora para a outra. Temem assim que os Estados Unidos e a Rússia componham seus desentendimentos e que em pouco tempo sejam vítimas de nova divisão econômica, se não ainda política.

Por que, pensam eles, deverão alinhar-se inteiramente de um lado e provocar a animosidade futura do outro contendor? Para a paz, será preferível, ao contrário, tratar do seu próprio fortalecimento interno, quer político, quer econômico, de que tanto necessitam, para ingressar também na idade tecnológica da qual estão grandemente distanciados?

Acham, pois, que os Estados Unidos devem ser pacientes na apreciação dos sentimentos alheios; que é remota a probabilidade de que a maneira de pensar do árabe moderno venha a sofrer imediata modificação. Por enquanto, pensam que será não, ou aquiescência forçada a peso de dólar para qualquer proposta que vise amarrá-los a ideias que não professam, a interesses que não são seus, a situações que não desejam.

É de esperar que os Estados Unidos tenham visão mais ampla neste assunto; que não demonstrem tanta insistência em forçar acordos militares não desejados. Mesmo que eles sucedam, como há pouco em

Bagdá, nada disso representará uma política sólida, capaz de criar um entendimento conjunto e duradouro.

O mundo árabe já foi por muito tempo palco de interesses de terceiros, retorta para as experiências da alquimia internacional das grandes potências, conhecida por *balance of power*. A política conveniente para os Estados Unidos, e a única que lhe trará dividendo de reconhecimento por parte do árabe, é uma puramente idealista, de *big brother*, ou quando muito, no campo econômico, a de comerciante moderno pouco interessado em lucros exorbitantes.

A união dos países asiáticos com os países árabes em torno de uma causa que os empolga como seja a do nacionalismo foi, em mais de mil anos, o único ponto róseo para o enfraquecimento do fanatismo maometano no mundo. É a primeira vez na história que, de *motu próprio,* o muçulmano relega considerações religiosas para um segundo plano e tece um programa que, estreitando-lhe os laços com nações de religiões diversas, fatalmente lhe enfraquecerá a ortodoxia. Não resta dúvida de que é difícil criticar a atuação americana no Oriente Médio, quando até a sábia Inglaterra está agindo erradamente, ao procurar fomentar um arabismo em oposição a um afro-ásio-arabismo; quando, em vez de procurar embalar mesmo essa criança da política internacional moderna, procura cometer um infanticídio. Não vê que, se conseguisse fomentar a criação de um bloco islâmico, estaria formando um Frankstein? Uma vez cônscio de sua unidade e força, certo de uma nova renascença, o mundo maometano atirar-se-ia novamente sobre o flanco europeu, e, dessa vez, convenhamos, com probabilidade de êxito ainda maior que nos tempos de Gib el Tarig e Carlos Martel, pois a Europa contemporânea estaria às voltas, com as mãos cheias, com o outro Frankstein de sua criação, a Rússia comunista. Seriam as duas heresias brotadas em virtude dos erros do Ocidente cristão que, de mãos dadas, jogar-se-iam sobre ele.

Política moderna do Egito

O Egito, o atual porta-voz do mundo árabe, deu bem mostras da maneira realista por que os muçulmanos modernos encaram a situação política de rejeição de qualquer fanatismo religioso como arma de renascimento ao banir a *Ichwanul Muslimin* (Irmandade Muçulmana), quando do atentado de assassinato ao Primeiro-ministro Abdel Nasser, em novembro de 1954.

Em um país ortodoxo como o Egito, no qual a religião regula tudo e se intromete em qualquer assunto, Nasser foi mais longe que um Hitler

ou um Stálin ao ordenar que os imãs submetessem o texto dos sermões ao Ministro de Negócios Religiosos no Cairo antes de serem lidos por seus *meuzins*. É, sem dúvida, uma reviravolta de 90º na barca muçulmana.

Aliás, mesmo ao tempo em que os oficiais do exército subiam ao poder com Naguib, explicou-se amplamente que o movimento era completamente livre de motivos religiosos; que estavam interessados em construir um Egito moderno, e não teocracia medieval.

A atitude do novo Egito parece, pois, bastante ponderada e dá bem a medida do pensamento do árabe moderno: construção de Estados fortes militar, política e economicamente, ao estilo ocidental; ânsia de respeito e de compreensão por parte do Ocidente; extirpação completa do elemento religioso fanático que busca um mundo muçulmano do século VII e que sonha com ele; mostras por atos e palavras de que, uma vez tratados de igual para igual, poderão afastar-se das linhas ultrarrígidas do Corão; busca de um denominador comum com a cristandade para o estabelecimento de uma área de maior compreensão entre os dois mundos religiosos, não só no campo econômico e político, mas também no espiritual.

Assim, pois, a verdadeira luta interna existente no Egito contemporâneo, que tenderá a repetir-se em muitos outros Estados muçulmanos, é a resultante de um aumento de secularização, para que possa o país viver em um mundo liderado pelo Ocidente, em oposição a uma forma violenta de fanatismo religioso (Mahdismo).

Não se creia, entretanto, que a campanha contra o extremismo religioso revele que o país embarcou em uma cruzada secularista, como na Turquia, nem que essa atitude conciliatória com relação ao Ocidente signifique a obliteração voluntária do Islã no mundo árabe. Muito ao contrário, mesmo que por muitas vezes na "inteligência" maometana educada nos moldes ocidentais sejam encontrados muitos elementos completamente materialistas, em razão da alta apreciação dos avanços da ciência no campo tecnológico (aliás, tal e qual acontece com muitos de nossos cristãos atualmente, materializados por uma falsa apreciação dos valores científicos), mesmo para esses, o Islã continuará sendo a base de conduta. Isso se explica não por religião, mas por ser o Islã, para o mundo muçulmano, uma arma política, se não de antagonismo, pelo menos de autoapreciação. O nacionalismo dos países muçulmanos encontra maior apoio e brilho, quando amparado no Islã. Encontram motivo para dizer que têm cultura, tradições e glórias iguais ou melhores que as dos países ocidentais.

Portanto, vemos que de fato há um fermento bom e ponderado atualmente no mundo árabe, o qual, a despeito de não endossar alianças

militares, procura encontrar um denominador comum com o Ocidente e com o cristianismo. Uma espécie de coexistência árabe-ocidental.

O árabe está procurando andar meio caminho; que o Ocidente procure outro tanto nessa incipiente busca de entendimento.

Críticas estéreis e construtivas

Um fator gravemente prejudicial à consecução desse objetivo será sem dúvida a crítica mofina sem nenhum valor construtivo a que se entregam os ex-donos da praça. Dizem:

> Ora, a despeito de toda a fala de irmandade racial e religiosa, não há países no mundo mais difíceis de se entenderem economicamente. Vejam só a Síria e o Líbano, juntinhos um do outro e sempre mutuamente desconfiados. O Líbano é uma nação comercial, um entreposto de trocas, um armazém; a Síria, um país agrícola exportador de cereais que necessita de um porto no Mediterrâneo. Beirute e Trípoli são embarcadouros ideais, mas, em vez de ser feita uma união alfandegária e econômica, os sírios estão gastando milhões de dólares, procurando melhorar Lataca, um péssimo porto que eles possuem.
>
> O Reino da Jordânia, essa ficção geográfica, está cometendo erro semelhante, forçado ou não, procurando construir um porto em Aqaba, em plena costa deserta, alegando que os direitos de exportação cobrados pela Síria e pelo Líbano são proibitivamente altos.

No entanto, os injustos críticos não reparam que essa falta de compreensão é resultado de intensas rivalidades tradicionais no mundo árabe, rivalidades essas que foram aguçadas pelos arranjos feitos pelas potências mandatárias depois da Primeira Guerra Mundial e as quais, para salvaguardar seus interesses, procuraram colocar à testa de países vizinhos famílias principescas historicamente antagônicas.

Outros dizem:

> Ora, esses Estados são capazes de concordar em assuntos políticos, como a questão de Israel, e apresentar um *front* perfeitamente unido em face da Europa e dos Estados Unidos; no entanto, quando se trata de medidas de caráter econômico, nada aparece, em nada concordam.

Não será um pouco de precipitação de parte do Ocidente querer que os árabes, que ainda não alijaram completamente suas amarras políticas, já possam mostrar-se sólidos em matéria econômica? Vejamos. Há países na Europa com as mesmas tradições, a mesma religião, como Espanha e Portugal, e como as nações balcânicas, que nada fizeram no sentido de uma união econômica. Na América, então, os exemplos são mais frisantes. A América Central é uma perfeita unidade econômica e geográfica e, até agora, não conseguiu esboçar sequer um movimento conjunto, quer no campo econômico, quer no político.

Críticas úteis, que devem ser feitas, são da espécie da submetida há pouco tempo à Liga Árabe pelo senhor William F. Moore, um americano, ex-diretor da Arabia American Oil Company, residente de longa data na região, à qual ele consagra especial carinho. O Senhor Moore não gostava, e não gosta, da ausência de estradas no todo arábico. Gostava ainda menos da letargia do árabe em reconhecer tal carência. Seguindo a velha tradição ianque de "não ter papas na língua", o capitalista arrasou sempre que pôde o árabe e a Arábia em conversas e discursos. Como bom americano, para quem uma estrada de rodagem é como veia do próprio corpo, a manutenção de tal estado de coisas se lhe afigurava verdadeiro matricídio. Enfeixou, no seu desprezo sulfúrico, desde a mais bela e perfumada odalisca de um harém de Riad até o mais primitivo dos beduínos, o sujo cuidador de sujos camelos.

No entanto, se a crítica foi grande, ferina e sem quartel, a ação não foi menos forte, no sentido de corrigir o que era criticado. O Senhor Moore idealizou um *super highway*, a Estrada Internacional Pan-arábica, ligando os principais portos do Levante aos do Golfo Pérsico. Idealizou não só todos os termos de construção e de financiamento, mas também lutou tenazmente para conseguir apoio americano e dos países árabes. A ideia está a caminho de converter-se em realidade. O Export and Import Bank prometeu apoio financeiro, a Liga Árabe sancionou o projeto e vai ela mesma encarregar-se dos trabalhos e das despesas iniciais de planejamento. Segundo o estrategista rodoviário americano, essa estrada encurtará em muitos dias o tempo de viagem das cargas para o Oriente e vice-versa, através do Canal do Suez. Seria uma excelente fonte de renda para os países árabes e um elemento de verdadeira união para os membros da liga, que tão pouco se conhecem, em virtude das distâncias e da quase completa ausência de meios de transporte.

Aliás, diga-se de passagem que, de todas as intromissões políticas e econômicas no mundo árabe feitas pelas potências nos últimos 35 anos, a americana, no campo das explorações petrolíferas, tem sido

sem dúvida a que mais tem dado retorno. Os benefícios advindos das explorações da antiga Arabia American Oil Company e dos atuais gigantes Aramco e Kuwait Oil Company não se traduzem somente em dinheiro, mas em conselhos e em exemplos da maneira por que poderão ser usados esses dividendos de milhões de dólares. A par dos naturais esbanjamentos iniciais por parte de nobres e de altos funcionários, muito do estilo oriental, em automóveis de luxo, em grandes instalações de ar-condicionado e outras coisas supérfluas, já se começa a notar muito dinheiro perfeitamente empregado em estradas de ferro, como a moderna via que liga Riad (capital da Arábia Saudita) a seu porto de Dhahran, no Golfo Pérsico; já se notam maior interesse por planejamento urbanístico de parte dos próprios árabes, melhoramentos e modernização de portos.

Que os Estados Unidos continuem nessa senda de ajuda econômica semidesinteressada, buscando soluções que talvez pareçam idealistas no momento, mas que, a prazo mais largo, serão as mais realistas. Que eles, que são os atuais líderes, reparem que pesa hoje sobre o Ocidente a séria obrigação de buscar uma solução honrosa para os problemas do mundo árabe.

São os interesses do próprio Ocidente que ganharão mais que os dos árabes com uma mudança radical das fórmulas políticas hodiernas. Talvez, para isso, seja necessária uma visão mais ampla que a do moderno político europeu ou americano. É preciso um pensamento muito mais arejado e alevantado que o presente para que o estadista perceba que é necessário uma reversão completa dos valores políticos até então usados. Essa reversão produzirá finalmente uma compreensão que juntará, pela primeira vez, em um todo homogêneo, política e cultura ocidentais, entidades tão paradoxais ainda para o mundo árabe.

Capítulo XIV

Os três mais fracos dentre os cinco de Colombo: Paquistão, Ceilão e Birmânia

Esses três menores componentes do grupo de Colombo, não importam a maneira acertada por que venham agindo desde sua independência, os esforços que venham desenvolvendo para a solução ou pacificação de suas turbulências internas, passariam completamente despercebidos do mundo não fosse sua enorme projeção em política internacional.

De fato, é completamente fora de proporção a forma por que esses três países estão se esbatendo no panorama diplomático mundial. São nações saídas do nada político. Algumas, como o Paquistão, não têm sequer um pequeno lastro de tradição administrativa inglesa. São países que dispõem de elites muito reduzidas e que, no entanto, produzem estadistas de envergadura, como U Nu e Sir John Kotelawalla. São países com dez anos apenas de existência, sem funcionários experimentados, sem tradição diplomática, mas que conseguem fazer ouvir seus conselhos na solução dos maiores problemas universais. Seria o mesmo que uma Bolívia, um Paraguai, um Uruguai, há pouco independentes, que tivessem a audácia de opinar, criticar ou aconselhar a Inglaterra Vitoriana ou a França de Napoleão III sobre a condução de suas políticas mundiais.

Houve, e ainda há, muito ressentimento das grandes potências com relação às intromissões desses pigmeus em negócios de "Guliveres", mas o fato é que, se o perigo de uma conflagração geral for de fato afastado, dever-se-á muito não só à bomba de hidrogênio, estabelecendo uma perfeita paridade ofensiva e defensiva, mas também a essas naçõezinhas

que, unidas à Índia e à Indonésia, aos tempos da terrível Guerra Fria e da formação de blocos e contrablocos, souberam injetar uma dose de *common sense* nas relações internacionais e propiciar a formação de uma atmosfera diplomática menos carregada que permitisse a reunião dos grandes em Genebra.

Esses pigmeus vêm agindo em política diplomática no século XX como verdadeiros gigantes; agem desassombradamente, sem medo de tamanho físico, demográfico ou militar e o fazem porque (à exceção do Paquistão, que ainda não soube definitivamente de que lado da cerca ele se encontra ao fazer parte da Seato e do grupo de Colombo) estão esposando uma causa justa, moral, procurando agir com grande honestidade.

Não importam as críticas, os amuos que a opinião pública dos Estados Unidos possa ter contra esses calouros, em razão das contingências internacionais do momento e da precipitação de análise que a caracteriza. Muito breve, porém, logo que ela não se encontre mais sujeita ao constante insuflar de sua imprensa sensacionalista e à orientação por demais sanguínea dos mentores de sua atual política externa, o povo americano, justo e honesto como é, não poderá deixar de apreciar a envergadura moral de pequeninos e necessitados países como o Ceilão ou Burma que, a despeito da tentação dos dólares, preferiram a liberdade de ação e de opinião, a fim de propiciarem a formação de um mundo menos obcecado pela inevitabilidade de uma guerra total.

Paquistão

A própria existência do Paquistão é um desafio a todas às concepções de estabilidade política. Em ideia, passou a existir em 1940; e de fato, em 1947. É não só um absurdo geográfico, pois foi nacionalidade organizada unicamente em função de um critério religioso, mas também um absurdo étnico, visto não haver diferenciação nenhuma entre paquistaneses e indianos, a não ser talvez em algumas minorias de sangue persa nas fronteiras ocidentais do país. Entretanto, em termos de população, esse absurdo é a sétima nação do mundo, com 74 milhões de habitantes (42 milhões no Paquistão Oriental e 28 milhões no Ocidental). A densidade de população da parte ocidental é de 92 milhões por milha quadrada; à da oriental de 775 milhões por milha quadrada.

O lado ocidental é talvez uma das regiões mais rurais do mundo. Não existem cidades de mais de 50 mil habitantes. O seu principal produto é a juta, mas quase todos os moinhos beneficiadores ficaram na União

Indiana. O Paquistão ocidental produz trigo e algodão, que às vezes sobram até para exportação, mas não é possível exportá-los a Índia, que dele necessita e que está ao seu lado.

Militarmente, em virtude de sua estranha divisão geográfica, jamais poderá conseguir unidade estratégica. O lado oriental é quase todo envolvido pela Índia; o ocidental é não só ameaçado por este país, mas também pelas tribos Pathan, nas fronteiras com o Afeganistão, as quais desejam uma formação política independente.

O milagre existencial dessa unidade vai mais longe ainda. Ao tempo da independência, foi necessário um esforço sobre-humano para constituir-se uma administração civil, pois a nação não tinha nenhuma tradição britânica, como a Índia. Os muçulmanos da Índia se negaram sempre a colaborar com os britânicos. Desprezaram a aprendizagem do inglês e das maneiras ocidentais; não quiseram cursar colégios ingleses nem fazer parte do Civil Service. Quando a independência foi proclamada, em 1947, não existia quase gente que pudesse ajudar, que tivesse prática industrial ou sequer comercial, pois os muçulmanos só saíram de sua orgulhosa torre de marfim e trataram de aprender alguma coisa de ocidental pouco tempo antes da formação do país, quando viram que os hindus é que estavam lucrando com esse intercâmbio.

É de louvar, portanto, o verdadeiro milagre que essa nação está fazendo em matéria de educação. Aprendendo, em poucos anos, o que não quis aprender em dois séculos de ocupação inglesa. Essa febre de aprender nota-se também na Indonésia. Nesse país, porém, a ignorância não foi buscada propositadamente; foi imposta pelos holandeses, aos quais convinha manter a população no mais completo analfabetismo.

O próprio nome do país é uma acomodação. A palavra é composta das iniciais de algumas das antigas províncias que se encontram dentro das atuais fronteiras e de outras, como o Kashmir, que os paquistaneses desejam controlar.

A divisão geográfica da Península Indostânica baseada na religião não solucionou inteiramente o problema das duas crenças. Ainda existem cerca de 35 milhões de muçulmanos na Índia e milhões de hindus no Paquistão. São religiões diametralmente opostas; mais irreconciliáveis, talvez, que as ideologias democrática e comunista. Não há possibilidade previsível de acordo por muitos séculos, pois elas se antagonizam não só pelos dogmas, mas também pela exteriorização e pela prática dos cultos. Um exemplo que parece banal, mas que é prenhe de terríveis consequências, é o da alimentação. O hindu não come carne de vaca, pois a adora a vaca, mas come carne de porco. O muçulmano come carne de vaca, mas não pode tocar, nem mesmo ver carne suína.

A grande força unificadora, o que sustenta o Paquistão, a despeito de todos os percalços que o confrontam, é o fanatismo religioso de seus filhos.

É, sem dúvida, curioso (e belo exemplo para aqueles que julgam impossível uma coexistência americano-russa) que, a despeito de divergências ideológicas tão acirradas, a Índia e o Paquistão ainda não se tenham guerreado e que, pelo contrário, estejam unidos no grupo de Colombo, a fim de promover um ambiente menos ameaçador no mundo inteiro.

Note-se que o nascimento das duas nações, saídas da Índia Inglesa, foi o mais rápido e violento possível. As transmigrações foram verdadeiros infernos de terror, de mortandade, de cruéis represálias. Houve cerca de um milhão de mortos, de milhares de mulheres roubadas e escravizadas de lado a lado. Mais de 12 milhões de pessoas foram transformadas em refugiados da noite para o dia. Enfim, havia excelente *background* para a eclosão de um ódio milenar, de uma animosidade semelhante à que existe entre, por exemplo, França e Alemanha, tão difícil (até nas contingências presentes) de ser esquecida por ambos, principalmente pelo país latino.

Visto que o Paquistão busca sua razão de ser em um patriotismo religioso acirrado, não admira que ele queira tornar-se o polarizador das ambições e das aspirações do mundo muçulmano, uma espécie de berço de renascença maometana. Posto que numericamente constitua a maior nação muçulmana, julga-se assim com o direito de tornar-se o porta-voz dessa crença em todo o mundo. Na realidade, porém, o Paquistão é olhado como uma espécie de *parvenu*, como um novo converso, no concerto dos povos muçulmanos de mais longa tradição. Acham-no mais realista do que o rei: mais muçulmano ou querendo parecer mais muçulmano que o próprio árabe.

Sem grandes alardes, procurando semear para uma colheita em futuro distante, pouco depois da perda do caso Palestina na ONU e do começo das guerras árabe-israelitas em 1948, o Paquistão lançou as bases de um movimento Pró-União Muçulmana Universal, (Motamar e Alam-e-Islami). Motamar representa ou quer representar as aspirações de 36 nações maometanas, com uma população aproximada de 660 milhões. A sede do movimento é Karachi, cidade que os paquistaneses desejam transformar em uma espécie de Meca militante. Os objetivos a que visam são o desaparecimento do clericalismo e as modificações na liturgia; enfim, uma "Reforma" muçulmana. O movimento busca mais o lado político que propriamente o religioso. Pretende uma possível união pan-islâmica, nos moldes da Commonwealth Britânica. Diz o Senhor

Iramullah Khan, um muçulmano-burmês, chefe do movimento: "Todos os muçulmanos são irmãos." Como isca mais tangível para o bom sucesso da empresa, o organizador acena com as seguintes reivindicações: Kashmir para o Paquistão, West Irian para a Indonésia, África do Norte para seus legítimos donos e Palestina para os árabes.

No entanto, a despeito de todas essas veleidades de hegemonia político-religiosa, o Paquistão procurou permanecer dentro da Comunidade Britânica. Mesmo quando de sua recente decisão de tornar-se uma república, desejou, ainda assim, continuar na esfera da Commonwealth. Esse gesto do Paquistão deu oportunidade a que se pudesse observar a evolução por que passou esse conglomerado de nações e seu significado atual, verdadeiramente *sui generis*. A Commonwealth é algo como o sistema parlamentar. É um edifício dos mais sólidos, mas sem alicerces. É qualquer coisa que se sente, mas de difícil explicação. O comunicado oficial do gabinete do primeiro-ministro do Paquistão acerca da decisão tomada por seu governo chega, talvez, bem perto de uma definição, ao dizer:

> Entre seus membros existem países de importância em todos os quadrantes do globo. Sua força (a da Commonwealth) e a influência no mundo hodierno derivam desse fato e de uma compreensão comum, a qual, a despeito das diferenças de geografia, de religião e de raça, dá motivo a que essas unidades reajam de maneira semelhante para a maioria dos problemas internacionais da atualidade.

É por isso, naturalmente, que o Paquistão decidiu continuar pertencendo a Commonwealth. Assim, continuaria desfrutando dessa indefinível comunhão política internacional, que, por ser de difícil definição, não deixa, entretanto, de ser menos tangível em seus resultados.

Ao formar-se, pensando talvez que, como domínio desfrutaria de mais vantagens e direitos na Commonwealth, principalmente em relação ao caso do Kashmir, não desejou, como a Índia, tornar-se uma república. Entretanto, cedo viu que essa situação de "domínio" não lhe trazia um tratamento preferencial em relação a outras unidades pertencentes à comunidade. Despeitado, enveredou pela linha de conduta político-teocrática que acabamos de analisar, e as influências religiosas ganharam o leme político quando as relações anglo-egípcias andaram muito mal, antes da solução do caso relativo ao Suez. O *rapprochement* Londres-Cairo dissipou muito do que havia de reacionário na atmosfera do país; entretanto, não chegou a tempo de influir na política interna do Paquistão,

o qual emergiu da Assembleia Constituinte, que favoreceu a criação de uma república teocrática. Evidentemente, em uma forma de governo desse tipo, não deveria haver lugar para um monarca inglês e, além de inglês, cristão. No entanto, é tão único o caráter da Commonwealth que, mesmo assim, a rainha, como na Índia, continuará sendo a cabeça dessa associação, uma grande figura de importância constitucional sempre crescente.

Os paquistaneses organizadores do Motamar acreditam que o maometanismo não é só uma religião, é também um sistema social. Os imãs e *muezins* sempre deram mais importância ao aspecto religioso; Motamar, contudo, quer dar mais atenção ao lado social. Os propugnadores dessa ideia alardeiam que o Alcorão é o melhor guia até agora idealizado para o governo de um país; que sua forma de governo será uma espécie de socialismo estatal, benevolente em caráter, religioso em espírito, pan-islâmico em negócios externos, ou seja, uma grande força mundial, guardando um meio termo entre capitalismo e comunismo.

Teoricamente, é tudo muito belo. Na prática, porém, os princípios ressentem-se de todo esse espiritualismo e de toda essa grandeza enunciados. Seus líderes não hesitam em dizer que na questão do Kashmir, caso o governo aceite um compromisso, Motamar declarará a guerra santa a Jidá.

Se a teoria pudesse ser posta verdadeiramente em prática, o Islã poderia vir a ser uma grande força construtiva na Ásia. Se o Paquistão pudesse, de fato, evitar sua degeneração em uma teocracia (como parece que está conseguindo a Indonésia), ele e outras nações muçulmanas que o imitassem poderiam efetivamente converter o sonho em realidade: tornarem-se uma terceira força no mundo, seguindo seus próprios destinos, sem transgredir os direitos e os interesses de outros. Infelizmente, o clima étnico de mistura racial que produz uma atmosfera de tolerância, como na Indonésia, não existe no Paquistão, e os primeiros sintomas de intromissão e de expansionismo político baseado nesses ideais religiosos já se fazem sentir. Há minorias fanáticas na Birmânia Setentrional, na Tailândia Meridional e ao sul das Filipinas que já pensam no estabelecimento de Estados fracionários baseados também no Islã. Naturalmente, se não direta, pelo menos indiretamente essas minorias foram influenciadas pelas teorias teocráticas do Paquistão.

Ceilão

Essa importante e montanhosa ilha (o Pico Adão tem mais de três mil metros de altura) cobre uma área de 65.780 km^2 e comporta uma

população de cerca de 8,3 milhões habitantes. O problema demográfico talvez seja o mais premente para o jovem domínio. A mais alta cifra de nascimento e a mais baixa de mortes foram registradas em 1953. Neste ano, houve um aumento líquido de 220 mil habitantes ou quase 3% do total da população, o que está preocupando bastante o governo de Colombo.

A ilha, conhecida pelos greco-romanos como Traprobana, pelos árabes como Serendip e pelos portugueses como Zeylan, tem variada e complicada história, que pode ser retraçada quase até os albores das civilizações orientais. Habitada originalmente pelos Vedas, vítima da invasão cingalesa provinda do subcontinente indiano (toda ela descrita no Ramaiana), a ilha é uma espécie de Palestina do Oriente, tanto para hinduístas quanto para budistas, os quais acreditam que o Santo a visitou e nela exerceu por longo tempo trabalho missionário. No entanto, o período pré-albuquerquiano guarda pouco interesse para quem, sobretudo, deseja analisar a influência das potências coloniais nos traços de caráter e nas tendências dos modernos Estados asiáticos.

O primeiro visitante europeu foi Francisco de Almeida, que aportou à ilha em 1505. A colonização portuguesa do Ceilão veio a constituir, porém, uma das poucas manchas coloniais lusitanas. Foi feita com muita dureza, pouca visão e grande rapacidade. Até hoje a memória do mando português na ilha é relembrada com algo de animosidade.

Durante todo o século XVI, os portugueses estiveram em guerra aberta com um ou com mais de um dos sete reinos em que a ilha estava dividida. Nessas lutas, foi cometido talvez o maior *faux pas* histórico da colonização lusitana: a tomada da cidade de Jafna. Ali estava guardada a Relíquia do Dente: relíquia pessoal do próprio Santo e venerada fervorosamente em todo o mundo budista. A despeito do enorme resgate oferecido pelos potentados cingaleses e pelo próprio povo, os portugueses, com poucos tato e visão, negaram-se a aceitá-lo. Carregaram consigo o dente para Goa, onde um arcebispo queimou-o publicamente, em um ato sumamente ofensivo para as crenças de toda a Ásia.

A política lusa no Ceilão foi tão curta de vista, tão malconduzida, que suscitou ódio não só dos nativos, mas também dos árabes (cujos monopólios de navegação e comércio foram totalmente destruídos pelos portugueses). Quando, em desobediência à bula papal de Alexandre VI, ingleses, holandeses e franceses forçaram as portas do Oceano Índico, foram recebidos na ilha como verdadeiros libertadores.

O Almirante holandês Spilberg aportou ao Ceilão em 1602. Aliou-se ao rei de Kandy e foi paulatinamente capturando as posições portuguesas. De 1656 a 1658, com a queda de Colombo e de Jafna, a influência lusitana desapareceu completamente da ilha.

Os métodos holandeses ali foram, como em toda parte, ultrarrealistas avarentos, e a população foi onerosamente taxada. Em compensação, porém, foram executados muitos trabalhos de irrigação, construídos edifícios públicos, estradas de rodagem, igrejas e muito do que até hoje ainda pode ser visto no Ceilão. A acomodatícia política de tolerância religiosa (a mesma que foi adotada em Java e em outras partes conquistadas pelos batavos) foi excelente contrapeso psicológico para uma população que vinha sendo oprimida pelo fervor da catequese lusitana. Curiosamente, porém, a única religião para a qual os holandeses tiveram tolerância foi justamente a católica. Entretanto, um século de proselitismo tinha sido, por demais, marcante para que a população já convertida renegasse o catolicismo. Até hoje ainda existe uma minoria católica de quase 10% do total dos habitantes. Com o declínio holandês, os ingleses começam a farejar os espólios e, em 1795, uma bem-equipada esquadra tomou posse da ilha.

O período batavo tinha aguentado 140 anos, ou pouco mais que o português. A memória holandesa na ilha não é das melhores também. Embora fossem excelentes administradores, o sistema de taxações compressoras, quase asfixiante, fez com que até hoje os descendentes mestiços sejam olhados com um pouco de rancor pelos nativos cingaleses. Não se pode negar, porém, que aqueles com uma mistura, mesmo insignificante, de sangue holandês ainda guardam as qualidades básicas de sua raça: amor próprio, grande honestidade, probidade e respeito às tradições. Até hoje qualquer emprego de confiança relacionado a dinheiro é, de preferência, ocupado por esses descendentes holandeses.

A subjugação do interior da ilha pertencenteu ao rei de Kandy; tampouco foi uma bela página para a Inglaterra. As usuais intrigas, as traições e os massacres não deixaram de acompanhar os passos dos imponentes regimentos britânicos, que consumaram a ocupação depois de o país ter sido cedido oficialmente, pelo Tratado de Amiens, em 1802.

Entretanto, após os maus passos iniciais, o regime inglês foi bastante benéfico para os habitantes. Favoreceu-lhes o desenvolvimento de uma mentalidade política e, com incentivo e o planejamento de uma economia de base sólida, promoveu também a eclosão de uma classe média. Economicamente, a posição do Ceilão foi sempre muito segura, a despeito de metade da ilha ser praticamente árida. As primeiras tentativas agrícolas inglesas basearam-se na introdução da chinchona, para produção de quinino, e no plantio de café. Essas culturas não deram resultado e foram quase repentinamente substituídas pelo chá e pela borracha, sementeiras essas que prestaram maior interesse à população

cingalesa do litoral. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Ceilão foi o principal produtor de chá em todo o mundo e, com a ocupação da Malaia pelos japoneses, tornou-se a principal fonte supridora de borracha para os aliados.

Linguisticamente, o Ceilão, tanto quanto a Índia, é uma torre de Babel. O cingalês é falado por dois terços da população; o tâmil, pelos habitantes originários do sul da Índia, de imigração relativamente recente, e por maometanos de origem hindu. Um dialeto batavo-malaio ainda é falado pelos descendentes das tropas malaias importadas da Indonésia, por ocasião da colonização holandesa. Uma forma arcaica e corrupta de português é usada pelos descendentes daqueles antigos invasores lusitanos, e os Vedas, os habitantes autóctones, usam sua própria e obscura língua, deles apenas conhecida. O inglês, entretanto, é a língua franca falada pela classe superior e pela classe média; é a língua oficial do governo interno e das relações com os outros membros da Commonwealth, ou seja, é a língua diplomática.

À exceção da Índia, o Ceilão é um dos cinco componentes de Colombo que mais mostras dá de uma razoável estabilidade política interna e internacional. Talvez alguns dos motivos seguintes tenham concorrido para que o jovem país possa ter adotado essa atitude de menino homem no concerto internacional:

a) o Ceilão foi, dentre todos os países asiáticos, aquele que privou mais longa e intimamente com os europeus;

b) ao contrário da Birmânia, a ilha foi, desde o começo, de ocupação inglesa e administrada diretamente pelo Colonial Office, em Londres, e não por intermédio das autoridades britânicas na Índia;

c) a Inglaterra, desde 1910, ensaia instituições parlamentares na colônia;

d) talvez, em razão da grande minoria cristã existente no país (resultante direta da ocupação portuguesa), notam-se sentimentos de raça e de nacionalismo muito mais brandos que na Índia, na Indonésia, no Paquistão ou na Birmânia, e maior facilidade de intercâmbio social entre o seu povo e o ocidental. O cingalês é quase um homem sem complexos, face a face com europeu ou com americano;

e) dentre os componentes do grupo de Colombo, o Ceilão foi o único que não sofreu diretamente o impacto da Segunda Guerra Mundial.

De uma ou de outra forma, esse pequeno país, que não chega a ter o tamanho nem da Irlanda, pode orgulhar-se de considerável estatura no jogo político diplomático hodierno. Pode ainda envaidecer-se de ter sido o berço do neutralismo militante dos cinco países associados e de uma tentativa relativamente séria e desinteressada de soerguer a economia asiática pelo Plano de Colombo. Ambos os movimentos originaram-se na capital desse país de gente de cor, desse país que poderá vir a tornar-se muito em breve uma nação modelo, uma Suíça asiática.

Birmânia

A Birmânia e o Sião têm um imenso recorde de guerras entre si. Suas histórias foram uma sucessão de invasões e de batalhas, que chega a ser monótona.

O nacionalismo burmês é tradicionalmente forte e heroico. Em defesa de seu cantinho asiático, lutarão contra qualquer adversário, embora não haja adversários externos (lutam entre si inclementemente, como ainda o fazem ao norte, nas regiões da fronteira chinesa e da influência comunista).

As lutas de independência, primeiramente, e essas campanhas de "limpeza", posteriormente, deixaram terríveis heranças de devastação. Transformaram uma das regiões mais férteis da Ásia (lugar onde população, alimentação e superfície são perfeitamente equilibradas – 680.186 km^2 e 18 milhões de habitantes) em uma das terras mais saqueadas do universo (talvez mesmo mais do que a Coreia). Esta, contudo, ainda pode dizer que o país foi espatifado por elementos estranhos, por dois importantíssimos atores que fizeram teatro e palco de seu território. A Birmânia não, arrebentou-se quase pelo braço de seus próprios filhos e, ao término da guerra, era a fotografia exata da palavra caos.

Entretanto, o despeito desse "sangue na guelra", dessa mania de ser guerreiro, o burmês é inteligente, empreendedor e tem grande capacidade de trabalho, de maneira que já conseguiu reerguer consideravelmente a economia do país. O arroz, produto básico tanto para a alimentação quanto para a obtenção de divisas fortes no Sudeste Asiático já está sendo produzido de maneira a suprir o mercado interno e a ser exportado em considerável quantidade.

Enquanto os outros países invadidos pelas forças japonesas, como a Indonésia e as Filipinas, continuam a discutir as bases e as fórmulas de reparações de guerra, perdendo um precioso tempo na *mise en valeur* dos bens e serviços que constituam o grosso de qualquer pagamento do Japão, a Birmânia, há muito tempo, concluiu um acordo com Tóquio, está recebendo

maquinaria e técnicos e, lucidamente, permite que seus ex-inimigos, por intermédio de concessões temporárias, explorem importantes minas de estanho e de tungstênio, que já começam a contribuir substancialmente para a economia do país. Tudo leva a crer que Burma poderá, em dez anos (tempo previsto pelo acordo), estar em vias de razoável industrialização, segundo os padrões asiáticos. Essa transformação, sem dúvida, altera a fisionomia de uma das últimas fronteiras, onde o pitoresco se alia ao trabalho industrial. Agora mesmo, os elefantes, tão empregados nesse canto a Ásia nos trabalhos de derrubada e de transporte de grandes toros de madeira de lei, já começam a ser substituídos por *bulldozers* e tratores.

Reconhecendo ainda o papel vital que representam os investimentos estrangeiros para o desenvolvimento de um país recém-formado, o governo da União de Burma passou a adotar uma política liberalíssima a esse respeito. Segundo ela, as únicas atividades cujas portas estão cerradas ao capital estrangeiro são os serviços públicos de maior importância e a manufatura de armas. São feitas toda espécie de concessões e facilidades para o capitalista, para o particular estrangeiro, mas há recusa completa de qualquer auxílio direto de potência ocidental ou oriental que possa comprometer a liberdade política do país. É verdade que a Birmânia recebeu, até outubro de 1952, cerca de US$ 25 milhões pelo Point 4 Programme, a título de ajuda de caráter técnico. Entretanto, por volta de janeiro de 1953, o governo anunciava a intenção de não mais aceitar auxílio monetários dos Estados Unidos, bem como a de não renovar um acordo existente com a Grã-Bretanha, no qual era prevista a transferência de certos excedentes de armamentos e o envio de missões militares inglesas.

Essa atitude, que talvez pareça a de "pobre orgulhoso", é tanto ditada pela política quanto pela índole e pela tradição histórica do povo. Burma ou Birmânia, como chamamos ao lendário Reino do Pegudos em tempos da expansão portuguesa, jamais conheceu sujeição, submissão à nação estrangeira, até que os ingleses a ocuparam definitivamente em 1885, depois de duas cruentas e indecisas campanhas anteriores, em 1826 e em 1852.

Naquele ano, criou-se a colônia, e Thibaw, o último Rei da Birmânia, foi mandado para o exílio. Diz-se que foram de tal monta os sinais de tristezas da população à passagem do monarca destronado pelas ruas de Rangoon, que Sir Garret Wolseley, primeiro governador inglês, teria ponderado se não teria sido melhor que a Birmânia tivesse ficado sob a proteção britânica, governado por algum membro da família real, em vez de ter-se feito desaparecer a personalidade política do país, absorvendo-o completamente na órbita administrativa do Império das Índias.

Contudo, mesmo submetido, o povo de Burma sempre soube fazer sentir um nacionalismo latente. Por três vezes, sem contar movimentos de pouca repercussão, a Inglaterra viu-se a braços com a fúria patriótica desse povo. Primeiramente, em 1920, houve a Revolta dos Estudantes; depois, em 1932, a Revolta dos Lavradores, liderada por Saya San; finalmente, em 1940 e 1941, a Revolta da Organização Revolucionária Nacional, encabeçada pelo General Aung San, que conseguiu expulsar os ingleses, com auxílio dos japoneses.

No entanto, em 1944 e 1945, esse mesmo general, com a ajuda de ingleses e americanos, atirou-se contra os japoneses, que, segundo os burmeses, os tinham atraiçoado, não cumprindo as promessas de independência. Esta veio em outubro de 1947, com a assinatura, em Londres, de um tratado firmado pelo então Primeiro-ministro Clement Attlee e por Thakin Nu, representante especial do governo da União da Birmânia e seu atual Primeiro-ministro.

Foi ainda esse nacionalismo acirrado que impediu a Birmânia de permanecer no quadro da Commonwealth, fato que, de certo modo, é lamentado pela elite política do país, ao reparar a sólida posição internacional desfrutada principalmente pela Índia, sua ex-companheira de colonialismo britânico. Diz-se mesmo que tanto o General Aung-San, fundador desse moderno Estado, quanto U Nu, seu mais íntimo colaborador, ter-se-iam arrependido de haver conseguido a independência fora da Comunidade Britânica, mas que se viram forçados a isso em razão do ardente patriotismo de seu povo.

Esse individualismo manifestou-se internamente até na questão dos direitos femininos. Aqueles estipulados na Constituição de 1947 não foram mais que a repetição, que a sanção oficial de formas e hábitos de uma velha tradição de igualdade de tratamento entre homens e mulheres. A mulher burmesa não tem nada da passividade, da cega obediência, da timidez que sempre associamos à imagem da oriental. Sempre foram consideradas em pé de igualdade com os homens em assuntos temporais, embora, espiritualmente, o budismo diga que só o sexo forte pode atingir o nirvana. Muitas mulheres burmesas são negociantes e, não raro, mais bem-sucedidas que os homens. Os estrangeiros, em empresas comerciais, associavam-se de preferência ao sexo fraco, pois o encontram mais atilado, mais *business like* que o homem burmês. O casamento tampouco é compulsório, como na Índia. A burmesa pode casar-se com quem quiser a partir de quando atinge o limite de 18 anos, que é a data do começo de sua vida civil, como na maioria dos países ocidentais. O casamento é uma espécie de contrato comercial que pode ser terminado à solicitação de qualquer uma das partes contratantes.

A própria causa da independência da Birmânia conta com uma precursora feminina. A Senhora Mya Sein, uma graduada de Oxford, já em 1925 sabia defender, nos melhores círculos londrinos, com muita inteligência, acerto e encanto, a causa de seu país. O espírito, a inteligência e o senso comercial da maioria das mulheres da Birmânia podem ser colocados em pé de perfeita paridade com os de qualquer de suas colegas de sexo nos países mais civilizados. É isso, sem dúvida, um curioso fenômeno, pois a Birmânia está entalada entre países hindus e maometanos, onde as mulheres começam apenas a afrouxar as amarras de uma secular servidão.

Parece, entretanto, que essa atitude viril, que essa empáfia de jovem que quer traçar destinos por si mesmo está dando bons dividendos, tanto em política interna quanto na condução dos negócios externos do pequeno país (pequeno segundo os padrões asiáticos, pois a Birmânia tem uma área tão grande quanto a da França e da Inglaterra combinadas).

Internamente, estão em via de se aquietarem completamente as ilógicas aspirações separatistas dos Karens, minoria aguerrida e indisciplinada de mais de dois milhões de habitantes. Já foi resolvido a contento o espinhoso caso das tropas do Kuomintang fugidas da China, que operavam em território burmês. Foi também muito bem resolvida a questão da propriedade rural no vale do Rio Irrawaddy, a região mais fértil e próspera do país. Antes da independência, o vale pertencia quase exclusivamente aos Chattiars, uma rica seita de agiotas hindus; hoje, os terrenos estão todos nacionalizados. Este é um exemplo frisante de como o socialismo burmês é o resultado de condições econômicas encontradas na libertação do país, e não, como pensam alguns, em medidas arbitrariamente adotadas por um governo de inclinações esquerdistas. Mais importante ainda para que o recém-formado país possa ter a quietude interna de que necessita para seu desenvolvimento econômico e político é já estarem quase totalmente eliminados os problemas suscitados pelos comunistas burmeses, que operavam ao norte, na região de Kachin, e aqueles criados pela minoria chinesa, de cerca de 250 mil habitantes.

Em virtude não só da posição honestamente neutra adotada pela Birmânia, mas também da atitude mais conciliatória que Pequim vem seguindo desde a Conferência de Bandung é provável que esses chineses passem, de agora em diante, a demonstrar maior lealdade cívica para com o país de domicílio do que para com o de origem. Aliás, essas minorias chinesas espalhadas por todo o Sudeste Asiático não dão causa só a problemas políticos, mas também a outros de caráter econômico-financeiro. Não importa quem tenha as rédeas do poder na China

(Kuomintang ou Partido Comunista), essas minorias julgam-se no dever de fazer constantes remessas de seus lucros comerciais para o país de seus ancestrais. Essas transferências de divisas contribuem significativamente para a economia chinesa; formam uma espécie de tributação invisível que tende a depauperar a economia dos países de onde se originam, principalmente a daqueles, como a Birmânia, relativamente pobres e recém-formados, que lutam, sem auxílios estranhos de caráter político, para equilibrar orçamentos.

Assim como o Ceilão e a Tailândia, o país é piedosamente budista. O atual governo, inspirado por seu devoto Primeiro-ministro U Nu, acredita que o budismo, religião da maioria da população, é a melhor resposta para as dificuldades mundiais e burmesas. É uma imensa força contra o comunismo e contra o materialismo, pois ensina ao homem valores absolutamente certos para a condução de sua vida política e privada.

Se fosse o budismo militante como é o catolicismo no Oriente, poderia representar, de fato, uma barreira contra o comunismo. Entretanto, parece que olhar o budismo como um dique contra as influências maléficas da dialética materialista moscovita é puro otimismo, mal-alicerçado pelos dirigentes em Rangoon. A religião do Gautama é, em sua essência, não militante, ultratolerante, e o máximo que poderá fazer é acentuar, no campo espiritual, a neutralidade que o país está procurando seguir no âmbito político internacional. Tão tolerante é o budismo da Birmânia que, em 1954, o governo não só contribuiu monetariamente para que o Corão fosse traduzido para burmês, mas também subvencionou a viagem de uma missão de monges burmeses ao Vaticano.

Acompanhando a norma que se traçou de fazer do budismo uma arma de defesa, foi realizado, em maio de 1954, em Rangoon, um grande Concílio Budista, o sexto desde a morte do Gautama, em 543 a.C. A solenidade de inauguração foi presenciada por cerca de 60 mil devotos, inclusive de delegações do Sião, do Ceilão, de Camboja, do Laos e do Nepal. Os monges de maior posição desses países budistas continuarão em sessão permanente, a fim de recodificar a religião, promover uma espécie de ressurgimento budista e preparar as cerimônias do 2.500º aniversário de morte do Santo, que se realizarão em 1956.

Capítulo XV

As Conferências de Colombo e Bogor

Poucas foram as pessoas que, em uma manhã de abril de 1954, ao ver cinco senhores de aparência modesta entrar no Senado do domínio do Ceilão, poderiam predizer que testemunhavam os primeiros passos de um movimento que, em menos de um ano, revolucionaria a tradicional maneira por que a diplomacia ocidental encarava o conflito russo-americano e a política da humanidade que vive fora dessas duas órbitas.

Na verdade, a reunião foi tratada pela imprensa ocidental, principalmente a americana, como um agrupamento de nações pequenas, comparáveis a cinco meninos atrevidos, querendo imiscuir-se em assuntos de gente mais velha e importante. Certamente, os cinco países, à exceção da Índia, e os estadistas que se congregavam, à exceção de Nehru, eram quase desconhecidos fora do Oriente.

Uma das maiores causas da chacota ocidental foi o nome dado às nações conferencistas, talvez por algum jornalista oriental: The Colombo Powers, que começou a ser empregado dali em diante para designar as ações conjuntas da Indonésia, da Índia, do Ceilão, do Paquistão e de Burma. Diga-se de passagem que, no comunicado final da reunião, o nome oficial empregado foi sempre o de Conferência dos Primeiros-ministros, em Colombo. No entanto, depois disso, em uma fraqueza bem humana e compreensível para países que vinham há pouco de luta por sua liberação, começaram eles mesmos a empregar a expressão potências de Colombo.

A agenda foi bastante vaga. A bem dizer, os conferencistas não tiveram nem mesmo uma lista dos tópicos que iriam ser debatidos em

Colombo; no entanto, era tão forte a boa vontade dos reunidos que isso não os impediu de, em quatro dias apenas, decidir não só o que deveriam discutir e opinar, mas também o que resolver e quais recomendações apresentar sobre os assuntos escolhidos.

O primeiro caso a ser considerado, ou melhor, a deixar de ser considerado, foi a questão do Kashmir, entre a Índia e o Paquistão. Acharam os ministros, para ladear o espinhoso caso, que não seria possível, em breves dias apenas, obter solução para questão que vinha se arrastando há mais de sete anos.

Seguiram para o assunto relativo à Indochina, que, ao ver dos estadistas de Colombo, era menos problema das grandes potências que deles próprios, pois afetava os interesses e a segurança de toda a região, onde seus países estão situados. Foram recomendados os seguintes alvitres, na esperança de que a Conferência de Genebra, que se reunia naquela mesma ocasião, os adotasse:

> a) um cessar-fogo imediato;
>
> b) uma negociação direta pelas partes de fato atingida pelo conflito;
>
> c) uma declaração da França de que estava irrevogavelmente determinada a conceder uma independência integral;
>
> d) um acordo de não intervenção de outras potências na Indochina;
>
> e) uma sugestão de que a Conferência de Genebra mantivesse a ONU informada do progresso de suas deliberações sobre a Indochina.

Aludiu-se, depois, ao problema do desenvolvimento da bomba de hidrogênio e de outras armas de destruição em massa. Louvaram os esforços da Comissão de Desarmamento da ONU e recomendaram que, enquanto não se chegasse a uma fórmula de eliminação e de proibição de tais armamentos, que, pelo menos, fossem impedidas novas experiências com a bomba de hidrogênio e que fosse amplamente divulgada em todo o mundo a capacidade destrutiva de tais armamentos e seus prováveis e desastrosos efeitos.

Pareceu aos Estados Unidos e a outras potências grande petulância desses *parvenus* opinar sobre armas e guerras atômicas, assuntos de gente forte, a verdadeira crista dos dois galos de briga que atualmente se entreolham. No entanto, em uma análise mais calma, mais isenta de ânimo, procurando olhar o assunto do ponto de vista do asiático, veremos que eles, mais que nenhum povo (à exceção, talvez, do europeu ocidental),

têm o lídimo direito de tratar tal assunto, de opinar avenidas de saída para este terrível dilema que a humanidade defronta.

Não devemos esquecer que foi na Ásia que se deram as primeiras explosões nucleares como arma de guerra e de aniquilamento. Não passemos já para um segundo plano na memória que foi aqui, na Ásia, que se deram as experiências com a mais destrutiva bomba, a de hidrogênio, quer pelos Estados Unidos, quer pelos comunistas. Não nos olvidemos de que o maior ajuntamento de seres humanos vive deste lado do planeta; um ajuntamento que não terá os mais remotos meios de proteção, pois não tem o dinheiro para obtê-los nem construí-los; um agrupamento que ainda não tem a instrução necessária para compreender o perigo, para abrandá-lo, para circundá-lo ou para precaver-se dele. Esse ajuntamento, mais que em qualquer outro ponto do mundo, será perfeitamente igual, no momento de uma detonação de bomba nuclear, ao quadro de um imenso formigueiro sobre o qual seja jogada enorme mecha de querosene. O mais injusto ainda é que o formigueiro, à exceção talvez da China comunista, não tem nada a ver nem com os idealizadores e construtores das mechas de querosene nem com os motivos de suas divergências. Note-se o propósito da recomendação à luz das funestas consequências da detonação da primeira bomba de hidrogênio no Pacífico com relação aos pescadores japoneses.

Os primeiros-ministros apreciaram ainda a questão do reconhecimento da China "vermelha" pela ONU. Foram da opinião de que a admissão de Pequim a Lake Success tenderia a promover estabilidade na Ásia e a abrandar as tensões da política internacional em geral. Acontecimentos posteriores, como o *rapprochement* sino-inglês, com a Missão Attlee, e a crise da Formosa, vieram mostrar a justiça do raciocínio.

Foram mais longe os ousados *parvenus*. Opinaram sobre colonialismo, julgando que "sua continuação era uma violação fundamental dos direitos humanos e uma ameaça à paz do mundo"; consideraram particularmente os problemas da Tunísia e do Marrocos; analisaram os aspectos internos e externos do comunismo; renovaram suas profissões de fé nos princípios e nas instituições democráticas, mas afirmaram também suas determinações inabaláveis de resistir a qualquer interferência, ingerência, pressão comunista ou anticomunista; consideraram as questões do Oriente Médio (particularmente, o caso dos refugiados da Palestina) e, por sugestão do primeiro-ministro da Indonésia, decidiu-se que fossem exploradas as possibilidades de realização de uma conferência das nações africanas e asiáticas em futuro muito próximo.

Ao Ocidente pareceu, ao fim da Conferência de Colombo, que pouco se havia conseguido e que tais países não tinham envergadura para tratar de problemas que pareciam ser da estrita alçada das potências

ocidentais e do tremendo e enorme adversário, a Rússia. Contudo, pouco importam a conta e o valor que tivesse dado o mundo ocidental aos frutos da Conferência de Colombo. Para o enorme segmento da humanidade que vive na África, na Ásia e nas ilhas do Pacífico, as conversações daqueles cinco senhores tiveram uma importância extraordinária. Pela primeira vez, Estados não brancos, por sua própria conta, congregavam-se para opinar sobre assuntos que diziam respeito a situações criadas por potências ocidentais em seus continentes e para afirmar suas disposições de não desejar nem a tutela nem mesmo os conselhos de estranhos em assuntos particularmente seus. Mais que demonstrações de nacionalismo nascente em quadra aguda, Colombo teve um grande mérito para todo o mundo: ali manifestou-se, pela primeira vez, um movimento de neutralidade militante, uma neutralidade completamente diferente da espécie clássica, passiva, adotada pelos países escandinavos e pela Suíça. As Combo Powers advogaram, e advogam, uma neutralidade sempre alerta, vigilante, às vezes mesmo importante, abelhuda, mas que poderá agir, como veio a agir mais tarde, com o aumento dos países participantes, como excelente freio para a belicosidade dos dois campos antagônicos.

Em outubro de 1954, o primeiro-ministro da Indonésia fez uma viagem à Índia e à Birmânia. Foi uma espécie de continuação de Colombo. Essas trocas de visitas continuadas que se notam ultimamente de parte dos chefes de Estado dos países orientais tendem não só a resolver problemas que de fato existem, mas também a mostrar ao resto do mundo que a antiga atitude asiática de ouvir os outros falar e decidir em seu nome, seja em Londres, Washington ou Paris, tende a desaparecer.

Entrementes, porém, assinava-se em Manilha o Pacto da Seato, um instrumento que, no parecer da maioria dos países asiáticos, era justamente a antítese do que Colombo tinha procurado criar. Colombo tinha em mira a formação de uma área e de uma mentalidade de paz. A Seato, aos olhos do asiático, procurava forjar uma atmosfera de guerra. Colombo era o ensaio para a Ásia decidir, por si mesma, seus problemas; a Seato era a prova de que o Ocidente achava que ainda deveria continuar traçando os destinos daquele continente.

No entanto, sem se atemorizar com o *fait-accompli* da Seato, o bloco neutralista decidiu levar adiante seus planos de nova reunião. Assim, nos últimos dias de dezembro de 1954, se reuniram novamente os cinco primeiros-ministros, na pitoresca cidadezinha de Bogor, situada no sopé das montanhas que formam o alto e belo planalto central javanês.

A mensagem inaugural da reunião, escrita pelo Presidente Sukarno, dava bem a medida da vontade do asiático de traçar seus

próprios destinos – a mesma ansiedade do nosso menino imperador ao proferir a frase histórica do "quero já". Disse o presidente da Indonésia:

> Há séculos que as nações asiáticas vêm sendo suprimidas pela história. Peço a Deus que muito em breve todas elas estejam em condições de escrever sua própria história. Que se transformem de meros objetos em personalidades capazes de influenciar a história universal para a paz e para o bem-estar da humanidade.

A reunião não teve o aspecto formal próprio das conferências internacionais. Não houve organização oficial de delegações. Tanto quanto em Colombo, não houve agenda previamente adotada. Os trabalhos foram todos secretos e constaram de três reuniões realizadas no palácio de verão dos antigos governadores-gerais das Índias Orientais Holandesas.

O objetivo principal de Bogor foi o de deliberar sobre a realização de uma conferência de países ásio-africanos, fixar local e data e elaborar a lista dos convidados. A tarefa de organização da lista não foi tão fácil. O critério geográfico teve, às vezes, de ser contornado por motivos de ordem política. A exclusão de Israel foi o meio de tornar possível a presença dos Estados árabes; a da África do Sul, uma aberta condenação à política de discriminação racial daquele país. A exclusão de Formosa significou, entre as potências de Colombo, o reconhecimento formal do regime de Pequim como o verdadeiro governo da China. Incompreensível, entretanto, foi a exclusão das duas Coreias, apesar do convite feito aos dois Vietnãs.

Em Bogor, o mundo foi nova e cruamente alertado contra o perigo das detonações nucleares, capazes de causar a extinção da humanidade. Antes mesmo de o Sir Bertrand Russel escrever, em junho de 1955, em resposta a uma conversação que teve com Einstein, antes de sua morte, declarações a respeito do perigo das experiências com bombas de hidrogênio – que tiveram ampla divulgação na imprensa mundial (até mesmo na Rússia) e que, naturalmente, contribuíram para o reconhecimento do *status quo* pelas duas máximas potências e para o consequente clima de conciliação que se observou em Genebra, na conferência dos quatro grandes –, Nehru, em Bogor, já chamava atenção para esse risco. Segundo ele e de acordo com informações que teria obtido diretamente dos maiores cientistas nucleares, existe a possibilidade de que a detonação experimental ou não de umas poucas bombas viciem toda a atmosfera terráquea e a tornem prejudicial à saúde humana. O primeiro-ministro da Índia pintou um quadro verdadeiramente macabro, sombrio da humanidade, atacada por doenças da pele, do pulmão, asfixiando-se gradualmente.

A modesta conferência (modesta pelo seu renome político e pela sua força militar, porque, relativamente à população, as cinco nações de Colombo representam 600 milhões de pessoas, pouco menos de uma quarta parte da humanidade), quando mais não conseguisse, teve o grande mérito de promover a reunião de Bandung, que veio a tornar-se indiscutivelmente um grande marco histórico. Teve ainda, porém, outros resultados de relativo valor, pois que os primeiros-ministros exprimiram enfática e novamente seu inteiro apoio às aspirações da Tunísia e do Marrocos, fazendo notar que a ONU, em vez de enfrentar os problemas decorrentes de tais aspirações, se vinha limitando a contorná-los.

Para a Indonésia, o país anfitrião, a pequena Conferência de Bogor teve enorme mérito e valor. Primeiramente, porque os quatro companheiros de Colombo voltaram a afirmar seu inteiro apoio às pretensões da Indonésia sobre a Nova Guiné, ao assinarem uma nova declaração conjunta, solicitando à Holanda reiniciar negociações sobre o assunto; em segundo lugar, porque foi decidido que a grande conferência ásio-africana seria realizada em Bandung, o que trouxe tremendo prestígio internacional para a Indonésia e a tornou, por assim dizer, conhecida, colocando-a verdadeiramente no mapa político universal.

A Conferência de Bogor foi tratada pela maioria dos estadistas e da imprensa ocidental com o costumeiro menosprezo. A Agenda Francesa de Informações, achava antes do *meeting*, que ele não serviria mais que para aplainar sentimentos de dissensão, que se vinham notando com maior intensidade ultimamente nas cinco nações de Colombo. Dava como causas principais dessa dissensão os fatos de pertencer o Paquistão à Seato e de estar recebendo auxílio americano; de estar o Ceilão flertando com os Estados Unidos; e de encontrar-se a Indonésia quase em estado de verdadeiro caos. O Senhor Foster Dulles achava que os quatro primeiros-ministros visitantes estavam comparecendo à reunião de Bogor por mera cortesia ao colega Sastroamidjojo e ao Presidente Sukarno. Nenhum resultado positivo poderia, portanto, ser esperado.

Procurando lançar desentendimentos que, positivamente, não existiam, uma das mais conceituadas revistas americanas, a *Time*, em janeiro de 1955, afirmava que os componentes hindus estavam abertamente desprezando a maneira inepta pela qual os anfitriões indonésios, inexperientes, tinham preparado a conferência. Punham as seguintes palavras na boca de um diplomata hindu: "Nós enviamos alguns funcionários previamente, a fim de ver se podíamos ajudar a esses mendigos, mas, mesmo assim, eles não têm a mais vaga noção das coisas." É difícil compreender por que correspondentes inteligentes

e experimentados em política internacional pudessem pensar que intriguinhas como essas servissem à causa americana na Ásia. Pensar que Indonésia e Índia enfraqueceriam seus laços políticos à base de tais invencionices era o mesmo que querer apartar o Canadá dos Estados Unidos com táticas semelhantes.

A notícia divulgada em Bogor de que seria convocada uma conferência ásio-africana foi recebida pelo ocidental como qualquer coisa mais que menosprezo, um misto de mágoa e irritação, difícil de ser sopitado. Até mesmo os ingleses, tão adaptáveis ultimamente a situações aparentemente difíceis e que vêm demonstrando grande tato nas suas relações de pós-guerra no Oriente, não puderam furtar-se em buscar facécia que não existia e apoucar o que não devia ser diminuído. Dizia-me um britânico, em capital do Sudoeste, em uma desabafo de extrema inabilidade: "E vocês, meu caro Adolpho? Por que não convocam uma conferência também? Agora é a moda; podiam intitulá-la América-afro-asiática ou afro-asiático-latino-americana."

Meu interlocutor não era um calouro no Oriente. Era homem de mais de 30 anos de Foreign Service, versante em Hindostani, em dialeto do Pundjab, em siamês, em malato e em chinês. Não era tipo Colonel Blimp. Era inglês liberal, de ideias avançadas, que sabia ser querido até da criadagem nativa de seu clube, o que sem dúvida era exceção nesses tempos de nacionalismo acirrado.

Compungi-me dessa mágoa, dessa ausência de *sportsmanship* ora demonstrada pelos cidadãos das potências coloniais principalmente porque provinha de ingleses, de criaturas para as quais sempre foi mais importante "saber como perder do que como ganhar a partida".

A resposta que meu amigo merecia era: "Nós, latino-americanos, convocaremos tal conferência daqui a uns 50 anos, a pedido de vocês, caso não se valham das últimas oportunidades que ainda têm de fazer amizade, em base de verdadeira igualdade econômica e racial, com os povos da África e da Ásia. Essa conferência será destinada a tratar da localização imediata, na América Latina, da enorme leva de imigrantes das potências ocidentais expulsos da África, da Ásia e da Oceania. Entretanto, você pode estar certo de que nós os acolheremos de braços e corações abertos."

Outros críticos iam além do despeito e enxergavam, mesmo na notícia de uma conferência em Bandung, grande perigo, pois a exaltação nacionalista que daí pudesse advir poderia ameaçar a segurança e a ordem social do Ocidente.

Ao saberem que um dos objetivos da AA seria o planejamento e a ajuda econômica, a maioria da imprensa americana lembrou que

os Estados Unidos já vinham, há muito tempo, dando atenção e muito dinheiro para o desenvolvimento econômico e social da Ásia e da África e que seria curioso ver quais outros métodos poderiam ser empregados.

Assim, pois, mais uma vez, comentadores americanos disseram a palavra errada na ocasião inoportuna. Certamente, os métodos a serem adotados em Bandung não seriam passes de mágica, tirados de uma caixinha, por prestidigitadores orientais. Seriam os mesmos que vêm sendo empregados pelas potências ocidentais no Plano de Colombo, os mesmos que os Estados Unidos empregam mais os seus dólares. Tais planos, porém, seriam empregados na Ásia e na África por asiáticos e por africanos, como ideia deles próprios.

Aí está a pedra angular da questão, o ponto nevrálgico que os Estados Unidos custam a compreender, não só na Ásia e na África, mas também na Europa, quando querem forçar todas suas idealizações políticas ou econômicas, boas ou más, como pílulas, com o mesmo *empressement* que um pai ultraenérgico força um filho a tomar um purgativo repugnante.

Tudo na Ásia e na África, em matéria econômica, social ou política poderá ser experimentado com verdadeira boa vontade, com possibilidade de sucesso, caso a ideia pareça provir de cérebros asiáticos ou africanos.

Ao chegar a um posto no Oriente, diplomata britânico experimentado transmitiu-me informação preciosa e análise psicológica muito acurada, ao dizer-me: "Meu caro colega, essa gente está disposta a seguir qualquer conselho posto que seja dado de maneira a fazê-los pensar que foram eles mesmos que tiveram a ideia e que a estão pondo em prática."

Perfeita apreciação dos fatos a do inglês. Aliás, a diplomacia britânica vem dando provas de grande perspicácia, de grande compreensão da atual mentalidade do oriental e do africano; contudo, mais brilhante seria ainda sua atuação, caso tivesse a liberdade moral e real de ação que têm os Estados Unidos no assunto do colonialismo. A Inglaterra, que tem muito a perder, que ainda está ligada por mil e uma amarras a problemas de difícil solução nesses dois continentes e que tem de arcar com os males e minorar as consequências das políticas ultrarracistas de alguns de seus membros, depois de quatro séculos de imperialismo, ainda consegue ser admirada, respeitada e, em alguns momentos, mesmo querida pelos povos orientais. Os Estados Unidos, ao contrário, não têm problemas territoriais na Ásia ou na África a preservar, não têm domínios a prejudicar-lhes diretamente a política e quase não têm tradição colonialista – a pouca que tiveram (as Filipinas) já foi resolvida com plano moral e ético elevadíssimo, elaborado por Washington. Pois bem, esses mesmos Estados Unidos não conseguem

ser admirados, muito menos queridos pelos orientais. É sem dúvida triste que assim seja, pois creio que não haja povo no mundo que, como o americano, mais deseje compreensão e amizade.

Não resta dúvida de que os países neutralistas estão conduzindo muito bem a luta anticolonialista na Ásia e na África. Os países já independentes estão dando o melhor de seus esforços para auxiliar os que ainda estão sob a tutela ocidental. É provável que mais tarde, quando o bloco neutralista e anticolonialista pesar mais na balança mundial, por sua mais estreita união, tenha ele coragem de atacar também o colonialismo soviético.

O movimento anticolonialista é suprapartidário, desconhece fronteiras e conveniências políticas internas. Em fins de 1954, reuniu-se na Birmânia uma Conferência Socialista Asiática. Uma das resoluções nela adotada foi a de que o dia 23 de outubro, dia da ratificação da Carta das Nações Unidas, fosse considerado como o dia comemorativo do anticolonialismo. Alegaram os conferencistas asiáticos orientais que a Carta Magna da ONU prescreve que todas as nações têm o direito de dirigir-se a si mesmas e lamentaram que, na prática, os princípios da ONU fossem sendo propositadamente esquecidos.

Não há dúvida de que existe bastante de belo e de altruísta na solidariedade de povos como o indonésio e o hindu, há pouco saídos do nada, os quais em vez de, egoisticamente, dar atenção a seus próprios interesses, cortejando a munificência dos Estados Unidos, preferem adotar uma estrada muito árdua. Os povos latino-americanos e o próprio povo americano deveriam encarar a atitude neutralista e anti-imperialista desses países do sudeste da Ásia mais sob esse aspecto que sob qualquer outro. Talvez, assim, procurando viver um pouco no passado, na memória de suas próprias lutas de independência, pudessem eles apreciar melhor a atual política exterior asiática.

Capítulo XVI

Conferência de Bandung

Nos dias de 18 a 24 do mês de abril de 1955, realizou-se, na cidade de Bandung, Ilha de Java, a primeira Conferência Ásio-Africana. Além de Índia, Indonésia, Ceilão, Paquistão e Birmânia, que eram os países patrocinadores, compareceram 24 outros da Ásia (Afeganistão, Camboja, China comunista, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Iêmen) e da África (Egito, Etiópia, Costa do Ouro, Libéria, Líbia e Sudão).

Como havia sido decidido anteriormente na Conferência de Bogor, a reunião de Bandung foi ministerial, e apenas o Iraque, a Líbia e a Etiópia, que se fizeram representar por intermédio de embaixadores, fugiram à regra estabelecida. A agenda assentada no primeiro dia de sessão compreendia discussões sobre a cooperação econômica, a cooperação cultural (ou direitos humanos e autodeterminação), os problemas acerca dos povos dependentes, os relativos à paz mundial e à cooperação que os Estados ásio-africanos poderiam dar no sentido de preservá-la. Também *a priori* foi combinado que todas as resoluções deveriam ser adotadas por unanimidade.

O comunicado final, a par de resoluções de caráter geral que vêm sendo adotadas rotineiramente em várias reuniões internacionais, exprimiu também o pensamento dos delegados sobre certas questões mais concretas, consideradas essenciais para satisfazer as reivindicações dos povos da Ásia e da África. Elas compreendiam a condenação, em

termos enérgicos, da discriminação racial ora existente na África do Sul, o apoio enfático aos movimentos de independência da Tunísia, da Argélia e de Marrocos, o encarecimento para que as resoluções da ONU sobre o problema da Palestina fossem executadas, o apoio integral às reivindicações do Iêmen acerca dos territórios contíguos e sobre o protetorado britânico e da Indonésia relativo ao West Irian.

Essas resoluções foram todas tomadas sob perfeitos entendimento e comunhão de vistas pelos países participantes. Um tema político, porém, foi objeto de profunda divergência e deu lugar a difíceis negociações durante o transcurso da conferência: o referente à condenação do imperialismo soviético. A Turquia e as Filipinas colocaram-se em uma dos pontos do compasso, enquanto a Índia, a Birmânia e a Indonésia (que agiam como uma espécie de *chaperons* da China comunista) tomaram posição no outro extremo, ao achar que a conferência não deveria ir além de uma condenação do colonialismo essencialmente europeu, tal como ele já é conhecido na Ásia e na África. A moção apresentada, que suscitou tais debates, preconizava a condenação de todos os tipos de colonialismo, inclusive o das doutrinas internacionais, que recorrem a métodos de força, infiltração e subversão. Finalmente, o delegado indiano Krishna Menon encontrou uma forma para conciliar a gregos e troianos, usando as seguintes palavras: "Condenação ao colonialismo em todas as suas manifestações."

Muito ao contrário do que esperavam as potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos, que sempre que puderam procuraram boicotar a realização da conferência, apoucando-a ou fazendo ver que dela poderiam sair medidas tendentes a desarmonizar ainda mais as relações internacionais entre o todo ásio-africano e o Ocidente, a Conferência de Bandung revelou-se quase nada hostil ao mundo democrático. A China comunista, por exemplo, não encontrou campo para a propaganda de suas ideias ou para tentar fazer um bloco contrário ao Ocidente. Muito pelo contrário, a atuação do Senhor Chou En-lai poderia ser classificada, por um observador desprevenido, como a de "uma ovelha mansa ou pomba da concórdia". A conferência, que os Estados Unidos julgavam ser um conclave de *agents provocateurs*, tornou-se justamente um palco para mostras do comedimento dos estadistas e da quase maturidade que já tem a maioria dos países ásio-africanos em política internacional, mesmo aqueles há pouco independentes. A conferência foi um modelo de discrição, de sobriedade e até mesmo quando atacavam os países ocidentais sob certos aspectos, acerca dos quais não podia contemporizar, fê-lo de maneira perfeitamente decorosa – mais decorosa até que a de

muita conferência internacional do outro lado do mundo, em que os delegados se invectivam mutuamente; mais respeitosa que a usada por certos representantes no Conselho Político das Nações Unidas; muito mais ponderada que a atitude empregada nos debates de Câmaras Legislativas em vários países ocidentais.

A perspicácia do senhor Chou En-lai, sua posição de aparente humildade, facilitou de muito a boa marcha da conferência e ele mesmo veio a dar a nota mais concreta do conclave, ao declarar, no penúltimo dia, que a China comunista estaria à disposição dos Estados Unidos para examinar as possibilidades de uma solução pacífica para a questão de Formosa. Tal declaração, inteiramente oportuna, concorreu sobremodo para aliviar a tensão que reinava naquela ocasião em todo o Extremo Oriente.

A outra grande potência asiática que se esperava que tivesse um papel de grande importância, o Japão, encaramujou-se em todas as questões de caráter, emitindo opinião apenas sobre assuntos econômicos. Talvez, receoso ainda dos erros passados de sua política guerreira, quisesse manter-se propositadamente em segundo plano e esperar conferências futuras mais propícias, em que, menos ligada à política americana, pudesse emitir opinião própria, mais sincera sobre assuntos orientais.

De qualquer forma, a conferência foi de certa utilidade para o Japão, pois, logo depois, notaram-se os primeiros sinais de um *rapprochement* nipônico-chinês. Bandung, indiretamente, serviu ainda para demonstrar quão hábil e inteligente vem sendo a política inglesa do pós-guerra. Enquanto Holanda, Portugal, Estados Unidos e, principalmente, França recebiam o seu quinhão de críticas e queixas, o nome da Inglaterra, quase não foi mencionado no decurso da conferência, exceto para os tais protetorados adjacentes ao Iêmen e, assim mesmo, porque a inclusão do assunto no temário tinha sido resultado de um ativo trabalho pessoal do Grão Muffit de Jerusalém, e não dos próprios delegados dos países árabes. Até parecia que a Inglaterra fazia também parte do bloco ásio-africano. Havia como que uma espécie de conspiração favorável ao grande império que já foi e que, nesse momento, está sabendo agir tão criteriosamente na Ásia e na África. As delegações africanas demonstraram uma cordialidade ímpar em relação a qualquer diplomata ou observador britânico que estivesse em Bandung. A Costa do Ouro, sem qualquer pressão do *Whitehall*, declarou que comparecia à conferência por intermédio de observadores, pois compreendia que o país ainda não tinha plena autonomia para os assuntos de política exterior.

Antes da reunião, como infelizmente o faz inúmeras vezes, a imprensa americana procurou dizer a palavra errada no momento

inoportuno. A Conferência Ásio-africana tinha sido convocada à revelia dos Estados Unidos e por países que, com raras exceções, pareciam não desejar americanizar-se ou assemelhar-se aos Estados Unidos. Parecia, portanto, a toda a imprensa americana, que essa gente, por ser diferente e desejar permanecer diferente, estava contra os Estados Unidos. Um dos temas preferidos das críticas era o Primeiro-ministro da União Indiana, Senhor Nehru, e sua obsessão (segundo os jornais americanos) em fazer crer que ele era o porta-voz da Ásia.

Umas poucas frases retiradas de um dos mais conceituados semanários poderão dar bem a medida do estado de espírito do jornalismo americano: "He waited for lesser delegates to approach and pay their respects." "He had the air of a man in undisputed command of the A. A. Conference and with his plans all laid." "Red China's Chou was to be introduced to international society under his chaperonage." "From such conference he was to emerge as the spokesman for the world's colored, the mediator between East and West, the apostle of peace, the leader of a mighty neutralist brood."

É claro que o objetivo de tais críticas era fomentar a desunião entre os líderes desses países *have nots* e desmerecer, ridicularizar uma figura em torno da qual a Ásia e a África podem verdadeiramente polarizar suas aspirações. Contudo, mesmo se tal crítica tivesse possibilidade de sucesso, seria ela inteiramente ilógica. Vejamos. Que mal fará ao Ocidente que Nehru venha a tornar-se líder de um poderoso bloco neutralista? Que se torne o apóstolo da paz, que venha a ser (como já é) o mediador entre Ocidente e Oriente, o porta-voz das raças de cor do mundo. Não será, por acaso, fácil compreender que, quanto mais acatada for a voz de Nehru, mais difícil será para a Rússia ou para a China comunista agir fora de uma diretriz estritamente pacífica?

Uma das provas da sinceridade de propósitos e da maneira imparcial por que os países que compareceram a Bandung procuraram agir decorre de um fato quase despercebido, mas que dá bem a medida de tais virtudes. Era o segundo dia da conferência, justamente quando o senhor Chou En-lai discursava pela primeira vez. Como se tivera sido adrede combinado, justamente nessa ocasião, foram distribuídas aos delegados e observadores cartas de representantes das raças kalmuks, exterminadas ou banidas da União Soviética. Nelas, era solicitada a inclusão, na agenda da conferência, de um pedido de intercessão de todos os povos asiáticos em favor das minorias asiático-siberianas ainda sujeitas a Moscou. As cartas eram fartas em minúcias, em fatos, em provas do horrível tratamento dispensado a essas minorias e acusavam mesmo a Rússia de genocídio.

O Primeiro-ministro do Ceilão, Sir John Kotalewala, parece ter sido um dos responsáveis pela distribuição de tais cartas. Aliás, a atitude anticomunista desse estadista das Colombo Powers não deveria constituir surpresa. Ao fim da Conferência de Bogor, ele já tinha declarado publicamente:

> Há muitos assuntos que nos dão causa para ansiedades e requerem nossa mais cuidadosa atenção, de vez em quando. Dentre eles o mais importante é o relativo ao papel que desempenhará a China comunista no futuro. Nós, no Ceilão, não fechamos os olhos à natureza internacional das doutrinas comunistas, nem podemos tampouco nos dar ao luxo de crer que os objetivos comunistas hajam sofrido uma mudança radical.

Outro fato que, por culpa dos paradoxos e das coincidências, de quais a vida internacional é tão farta, passou também quase despercebido foi o falecimento de Albert Einstein. No segundo dia da reunião, quando os representantes árabes mais claramente desencadearam seus ataques contra Israel e contra os judeus em geral, morreu ele, o maior deles, nos Estados Unidos. Sem Einstein, sem suas descobertas teóricas que levaram a ciência ao átomo, é bem provável que Bandung não tivesse existência. Sim, porque o que faz com que os dois colossos não se hajam ainda chocado é a bomba e a paridade ofensiva que ela criou. Essa atitude de espreita é que faz com que o Ocidente branco e orgulhoso tivesse a paciência de escutar a Ásia e a África. No entanto, não doi dada nenhuma palavra em Bandung acerca do desaparecimento dessa grande figura da humanidade.

Quanto à parte material, a Conferência de Bandung funcionou da maneira mais satisfatória possível, utilizando equipamento e métodos de trabalho perfeitamente equiparáveis aos das reuniões congêneres que se realizam nas grandes capitais ocidentais.

Quanto ao pitoresco, foi mais interessante que se possa imaginar, pelo aspecto e pela indumentária dos inúmeros delegados. Tanto para o público das ruas quanto para os participantes, a *prima dona*, foi, sem dúvida, o primeiro-ministro da China comunista. Esperava-se que tal primazia coubesse ao primeiro-ministro da União Indiana, mas parece que ele, de *motu próprio*, quis permanecer em posição nada conspícua. Discursou pouco e procurou não forçar demasiado a aceitação de seus planos mais anelados, tais como uma declaração geral de coexistência e outra contra os blocos regionais formados pelos Estados Unidos da América, na Ásia.

A indumentária da maioria dos delegados era de um extremo pitoresco. As figuras de maior projeção tinham personalidade e aspecto

marcante. Krishna Menon podia ser comparado a um virtuose, em razão de sua balouçante cabeleira ou, então, a um eremita, muito magro, sobraçando um cajado e vestido em longa e branca camisola de algodão. Chou En-lai, de aparência bem jovem ainda, com cara e jeito de George Raft, em seu eterno e pardo uniforme, mais se assemelhava a um motorista de Cadillac de milionário de Park Avenue que a um representante do proletariado. Ainda mais que, pelo traje, atraiu a atenção geral pela recusa em discursar em idioma que não fosse o seu. O chinês de suas arengas foi entendido apenas por ínfima minoria dos conferencistas, mas a excelente tradução feita pelo intérprete, um rapaz formado na Universidade de Harvard, nada deixou a desejar.

O Coronel Abdel Nasser foi outra figura muito aplaudida. Em seu uniforme esportivo de gola aberta e *kepi* a 45%, caminhando a passos largos pelas ruas de Bandung, lembrava mais um Pancho Villa entrando triunfalmente em um *pueblo* mexicano que um delegado dirigindo-se para uma conferência diplomática.

No dia da inauguração, as delegações, em grupo e por ordem alfabética, fizeram a pé a distância entre o principal hotel da cidade e o edifício onde se realizava a conferência. A maioria trajava seus costumes nacionais, suas vestimentas típicas. Burmeses estavam de *sarong*, o pano de cozinheira na cabeça; árabes barbudos carregavam suas cimitarras douradas, pendendo de longas túnicas brancas ou amarelas; filipinos vestiam camisas transparentes e semelhantes a *rumberos* cubanos; negros da Libéria usavam impecáveis ternos de boa casimira, chapéu de forma, gravata listrada e, um deles, até fumava, rua afora, cachimbo muito inglês. Tudo muito *colorful* adjetivaria uma correspondente de revista americana de viagem ou turismo.

A despeito de todo o comedimento dos delegados presentes, Bandung firmou-se como um símbolo do término da intromissão do Ocidente, direta e soberanamente, nos negócios da Ásia e da África. Foi um marco, mostrando o fim de um período começado em 1493, com a chegada de Vasco da Gama às Índias. No entanto, se a conferência teve esse caráter impiedoso, ao dar bilhete azul aos ocidentais que ainda desejavam permanecer por aqui como patrões, também teve o mérito de proporcionar clima de conciliação e de apaziguamento de que todo o mundo bem estava carecendo. Para ser mais específico, a Conferência Ásio-Africana teve dois grandes resultados: dissipou receios de uma possível conflagração mundial, em razão do problema sino-americano acerca da Formosa, e estabeleceu atmosfera adequada para a Conferência dos Chefes de Estado, em Genebra, cujos resultados, embora desfeitos em

parte pela subsequente reunião dos chanceleres, sempre serviram para minorar a tensão da expectativa reinante em todo o mundo na primeira metade de 1955.

A conferência ainda teve os seguintes resultados, embora de caráter menos imediato:

a) trouxe Pequim, de certo modo, ao convívio internacional; permitiu-lhe "ganhar face" e dar o primeiro passo para os subsequentes entendimentos com os Estados Unidos, que resultaram pelo menos na liberação dos prisioneiros americanos;

b) deu cunho oficial à política de ajuda mútua árabe-oriental, iniciada em 1950 na reunião da AGNU, em Paris;

c) marcou a nascença de um sistema regional que provavelmente virá pesar tanto ou mais na ONU que os blocos latino-americano ou europeu;

d) deu maior coragem aos países ásio-africanos para persistir em suas reivindicações anticolonialistas;

e) mostrou aos Estados Unidos e à Rússia que eles, embora não tendo potencial militar, formam uma força internacional a ser computada em qualquer estratégia mundial;

f) fez com que os Estados Unidos tendessem a depreciar menos e a olhar com menos desconfiança a política do bloco neutralista asiático.

Damos, em Apêndice, no fim deste volume, o discurso do Premiê Chou En-lai, chefe da delegação da República Popular da China, por ocasião da sessão plenária da Conferência Ásio-Africana realizada em Bandung (Indonésia). (N. E.).

Capítulo XVII

A América no Oriente

Apreciação e crítica

É profundamente desencorajante, não só para o povo americano, mas também para o resto do mundo, que, voluntariamente ou não, está ligado ao seu destino acompanhar a marcha da política dos Estados Unidos no Oriente. Cada vitória aparente corresponde a uma decepção.

Há pouco tempo, quando se realizava em Bagdá a primeira reunião dos componentes do que Washington convencionou chamar de Pacto de Defesa da Fronteira Setentrional (*Middle East Treaty Organization* – Meto), a diplomacia russa entrou pela porta dos fundos, vendendo armas ao Egito e ao Iêmen, estabelecendo ou fortificando relações que antes não existiam, ou que se mantinham quase glaciais, botando lenha na fogueira do caso Palestina, oferecendo auxílio econômico sem *trigs attached*; enfim, alvoroçando, da noite para o dia, todo o programa do Oriente Médio, região que as potências ocidentais sempre encararam como área inteiramente delas, e não dos próprios árabes.

No entanto, dizem os apreciadores do planejamento americano de confinamento da Rússia por meio de *cordons sanitaires* e de pactos militares: "Se esses pactos não fossem feitos, os países da periferia soviética cairiam sob as garras comunistas. Ademais, uma vez concluídos tais acordos, os Estados Unidos têm direito de construir bases militares, que os colocam em posição de atacar de muito mais perto o território russo."

Daí advém que o internacionalista, o diplomata ou o leigo que deseje analisar mais de perto os motivos e objetivos da diplomacia americana, é obrigado a contragosto a emitir opinião sobre estratégia militar, a ingressar em arcanos há pouco tempo sacrossantos, maculando-os com sua ignorância e ousadia.

Os estrategistas do Pentágono devem convir, porém, em que posto que a ciência da guerra – em virtude do conúbio bélico nuclear – transferiu populações não diretamente interessadas em um conflito de posição de retaguarda, sem contato quase direto (século XIX), para uma de guarda mais avançada (século XX) e que o deus Marte ameaça imolar não só grandes metrópoles, mas também a própria existência do planeta parece direito a qualquer civil tentar evitar ser conduzido para esse altar de sacrifício.

Poder-se-á dizer que qualquer estratégia militar, principalmente a americana em seu caráter global, é assunto por demais complexo que não pode ser percebido pelo leigo. Não o poderá, no detalhe, na minúcia, no dédalo de seus cálculos, no jargão com que seus números e sua alta matemática são traduzidos em palavras. Em suas linhas básicas, porém, está ao alcance de qualquer ser de mediana inteligência que a deseje, de fato, compreender. Assim raciocinava Albert Einstein, quando decidiu, pouco antes de seu passamento, escrever um pequeno trabalho semiliterário *Out of my Later Years*, explicando em linguagem simples e acessível os mistérios da relatividade. Aliás, qualquer ser de mediana cultura é hoje obrigado, pela própria contingência da vida, a visualizar problemas inteiramente abstratos, a computar fatores alheios a seu *metier*, a enfrentar situações aparentemente fora de sua seara.

Qual de nós, leigos, já não foi forçado a tentar compreender, e o conseguiu, a terceira dimensão, o átomo, a composição celular, a função das vitaminas, as possibilidades e os empecilhos das viagens interplanetárias? É que já não mais existem *inner-sanctums* para a compreensão intelectual humana. Hoje, o técnico, o especialista, se distingue do leigo apenas no momento do detalhe, pois as linhas gerais de qualquer ramo ou empreitada científica estão ao alcance da percepção, da apreensão, da análise e mesmo da crítica de qualquer indivíduo detentor de conhecimentos gerais. O maior responsável por esses atrevimentos do leigo é o próprio cientista ou técnico. É o especialista mesmo que, ultimamente, vem desvendando às massas os mistérios há pouco tempo ciosamente cerrados em seus redutos. Na América do Norte, então, essa difusão atinge mesmo as raias da comercialização, como na indústria das histórias de quadrinhos. É bom que assim seja, pois a especialização "microscopia" uma apreciação de conjunto.

Assim, pois, é admissível que um indivíduo fora da carreira das armas possa ter uma visão mais ampla da marcha provável dos acontecimentos internacionais do que o próprio estrategista, que, naturalmente, em razão de sua profissão, está sempre obcecado pela guerra, que é sua arte, sua razão de ser.

Voltando, pois, à análise da política internacional americana, vemos que ela se alicerça sobre um enfeixamento russo. Essa norma de conduta repousa em duas razões. Uma de feição defensiva, que é chegar aos países da periferia comunista antes que a Rússia os atinja; a outra, que dificilmente poderá ser considerada como medida de defesa, é obter bases que coloquem a máquina militar americana em posição de atacar, de muito perto, o território comunista. Esse afã de querer colocar o canhão e o avião americanos ao redor de todas as fronteiras russas tem razão de ser, militarmente, se os Estados Unidos desejam fazer uma guerra preventiva, como foi advogado em meados de 1954, pelos adeptos do Knowlandismo, uma insignificante minoria, mas metida a valente que dia a dia mais se desacredita. Sob esse prisma, sim, essas medidas estariam eminentemente certas. Entretanto, o governo dos Estados Unidos é o primeiro a dizer e a repetir que ele só irá à guerra uma vez que fosse atacado; que toda a envergadura de seu imenso e custoso edifício militar é destinada a amedrontar, a evitar que a Rússia ou seus satélites deem o primeiro e desastrado passo.

Estamos inclinados a crer piamente que essas asserções governamentais representam o consenso da maioria dos cidadãos dos Estados Unidos. Não creio que o americano seja capaz de desfechar o primeiro golpe. Não porque ele seja ingenitamente pacífico, mas porque faz parte do seu código de ética, da sua maneira de ser, esperar que o adversário lhe asseste o primeiro golpe, a fim de revidá-lo.

No entanto, se de fato o americano nunca pretendeu detonar a bomba, desfechar o tiro inicial, então deve haver alguma coisa errada nessa política de acuamento da Rússia, até suas próprias fronteiras, como raposa encurralada por assustadora matilha. Se a política americana não está voltada para uma guerra imediata, para uma guerra de ataque à Rússia, então há alguma coisa de paradoxal nessa insistência de chegar às portas do adversário somente para ficar em atitude de expectativa, a qual só poderá irritar e amedrontar esse adversário e fazê-lo sentir-se ameaçado. Analisando, talvez ousadamente, sob o prisma da estratégia militar, haverá tanta necessidade de a aviação americana possuir bases no Iraque, no Paquistão, no Irã, na Formosa? Qual é a vantagem disso? A velocidade do avião moderno revolucionou completamente as velhas

tábuas de ataque e de defesa em função de distâncias. A Austrália, por exemplo, coloca hoje em dia sua primeira linha de defesa na Malaia, porque se julga vulnerável, mesmo a cerca de quatro mil milhas da China comunista. Logo, a recíproca deve ser verdadeira, e o poder ofensivo dos Estados Unidos seria o mesmo tanto a quatro mil quanto a três mil milhas de distância de seus objetivos dentro da Rússia.

À luz, pois, dessa consideração, não haveria a mesma vantagem militar e estratégica para os Estados Unidos e seus aliados, caso colocassem esse cinturão de bases um pouco menos em cima das fronteiras soviéticas? Admitamos que, na Europa, essa política esteja certa. A Otan é um organismo criado pelos Estados Unidos, mas com o beneplácito sincero de quase todas as nações que a ele aderiram. Entretanto, no Oriente Médio, no Sul e no Extremo Oriente, nunca houve adesão voluntária. Os acordos foram feitos à custa de instigações diplomáticas diretas ou indiretas, de seduções, de dádivas, de promessas, ou seja, nunca representaram a expressão sincera (à exceção, talvez, do Sião e das Filipinas) das populações asiáticas de se unirem a tais empreitadas. Por que então não construir esses bastiões de defesa um pouco mais para a retaguarda? Bases situadas na África Central Inglesa poderiam compensar todas as outras que os Estados Unidos estão procurando forjar no Oriente Médio. Consideráveis máquinas guerreiras postadas no Sião, nas Filipinas e nas ilhas americanas do Pacífico completariam as ogivas modernas, as seteiras do mundo ocidental sobre a Rússia e sobre a China, sem, no entanto, criarem os inúmeros problemas e o estado de constante tensão que resulta dessa obsessão em fazer de Formosa a primeira linha de defesa da Califórnia e, das montanhas do Irã a primeira barreira contra um ataque à costa atlântica americana. É com tremenda hesitação e humildade que formulamos tais raciocínios, mas é impossível que haja uma tão grande diferença de um avião que deixa uma base em Bagdá, para atacar a Rússia, para outro que parta de uma base situada, por exemplo, em Nairóbi, em Salisbury, em Okinawa ou em Manilha, com a mesma finalidade. Com as atuais velocidades e com o raio de ação consideravelmente maiores dos aviões modernos, as centenas de milhas que separam Bagdá e Salisbury ou Taipé e Okinawa não poderão compensar em ganho estratégico o que os Estados Unidos perdem, sob os demais aspectos, com a adoção dessa política de constante atrito. Assim, pois, uma vez que se concorde em que o pouco que a estratégia americana ganha com a colocação de suas bases asiáticas bem sob o nariz da Rússia e da China não compensa o muito que sua política internacional perde com essa atitude, que parece de provocação ao asiático, recaímos no primeiro receio americano já exposto: "Se os Estados Unidos não controlarem os

países adjacentes à União Soviética por meio de acordos militares e de sua direta influência, eles fatalmente cairão em mãos dos comunistas."

Essa asserção, que é repetida em quase todo o mundo ocidental como uma espécie de dogma religioso, não resiste, entretanto, a uma análise fria e desapaixonada. Vejamos. Há duas espécies de intromissão que Moscou poderia fazer nos países asiáticos que lhe fazem vizinhança imediata ou por intermédio dos seus satélites:

> a) influência indireta, por meio de auxílios econômicos (compra e venda de armas e de matérias-primas) e de influência cultural (sob todos os aspectos, da troca de delegações a visitas de altos dignitários);
>
> b) influência direta pelos conhecidos, mas sub-reptícios meios do "Comiforme", buscando a desintegração política para a culminação de um golpe, de um *putsch*, como na Tchecoslováquia.

A intromissão a) é, evidentemente, um direito soberano que assiste a qualquer Estado; direito esse amplamente praticado pelos Estados Unidos em todo o mundo (Plano Marshal, FOA, Import & Export Bank, USIS etc.), pela Inglaterra, pela Austrália, pelo Canadá e até por países relativamente pobres como a Índia. Essa intromissão russa não poderia, pois, ser logicamente oposta pelo Ocidente. Agora mesmo, no caso da venda de armas e da promessa de benfeitorias econômicas russas ao Egito, os Estados Unidos não puderam mais que aceitar o fato consumado.

A intromissão b), entretanto, seria de um tipo a não ser mais tolerado pelos Estados Unidos e pelo Ocidente em geral, necessitaria imediato revide e faria com que recaíssemos na premissa que se atém à parte estratégica da política americana. De fato, no caso de um avanço russo ou chinês sobre Pérsia, Paquistão, Afeganistão, Birmânia, Indochina, Coreia meridionais, Formosa, Indonésia ou Malaia, seria muito mais interessante que os Estados Unidos já tivessem, nessas regiões, seus homens, suas máquinas, suas instalações militares, a fim de por imediatamente em xeque qualquer aventura comunista. No entanto, isso representaria, talvez, vantagem estratégica, caso Washington se propusesse a continuar fazendo guerras de caráter limitado, tipo Coreia e Indochina. Caso contrário, caso mais um atentado comunista represente para os Estados Unidos o sinal para o que o colonialismo americano denomina um *showdown*, uma guerra total, essa colocação das forças americanas bem à sombra das Cortinas de Ferro e de Bambu, em países cujas populações merecerão pouca confiança como aliados sinceros, terá, sem dúvida, pouco valor na solução do conflito. Aí

reside o "*to be or not to be*", para o qual nem mesmo os próprios responsáveis pela política internacional americana encontraram solução.

Nova aventura militar comunista representará guerra delimitada com um satélite, ou uma total, diretamente com a Rússia? Se os dados já foram jogados no Pentágono, e uma invasão, digamos, da Malaia será considerada como a queima do estopim para um conflito mundial, quer atômico, quer de armas convencionais, essas bases árabes e sul-asiáticas terão um valor bem secundário. Caso a humanidade não seja toda ela imolada nesse holocausto ciclópico, a refrega, como já o foi por duas vezes, será novamente decidida na Europa ou, talvez em parte, na nova zona de atrito constituída pela Sibéria, pelo Japão, pelo Alasca e pelo Canadá. Se, pelo contrário, os altos planos americanos visam continuar adotando essa tática de guerra de periferia, então a luta pela obtenção e preservação dessas bases (ainda que elas possuam de fato alto valor militar) só poderá prejudicar material e moralmente a posição dos Estados Unidos no mundo. Mesmo que tais guerras de caráter limitado venham a ser mais espaçadas, elas só poderão servir aos interesses russos, e parece mesmo que essa foi a razão principal que os fez tão recalcitrantes na última Conferência de Genebra dos quatro chanceleres.

A Rússia poderá, por momentos, sentir-se amedrontada, ameaçada por essa política de confinamento. Poderá ranger os dentes, bater os pés, enviar notas de protesto, como há pouco, ao xá da Pérsia, mas, no íntimo, no mais maquiavélico do seu cérebro, reconhece que essa atitude de guarda civil adotada pelos Estados Unidos, estendendo mundo afora seu gigantesco cordão de isolamento, só lhe poderá ser útil com o correr dos anos.

Os cabelos do Sansão irão sendo tosados à proporção que as obrigações forem aumentando em tempo e em quantidade; a preservação a *outrance* do cordão de isolamento forçou o gigante americano não só a tomar atitudes paradoxais, mas também diretamente opostas aos princípios por ele pregados. Positivamente, a muralha de acordos e bases que vem sendo edificada desde 1945, cuja construção o Senhor Dulles está tão empenhado em terminar, é a melhor aliada soviética. Todos os erros, todas as decepções da política americana do pós-guerra na Ásia e mesmo na África decorrem da obsessão do levantamento de tal dique.

A própria perda da China continental já poderia ser, em parte, incriminada à adoção de tal política. A promessa feita solene e publicamente por MacArthur de que o Japão seria fortificado, a fim de agir como contrapeso e base americana no Extremo Oriente, foi o estopim que os comunistas empregaram para a derrocada final do já desacreditado governo de Nanquim.

Todo o macabro drama da Indochina, cujo último ato ainda está por ser escrito, poderia ter sido evitado se os Estados Unidos não quisessem enxergar aquela área como mais uma provável base americana e empregassem todo seu prestígio, e mesmo métodos coercitivos, no sentido de forçar a França a conceder imediata independência àqueles povos. Outra situação difícil, originada da obsessão das bases, foi a de Formosa e todas as dores de cabeça corolárias proveniente dela, como a deterioração das relações entre Pequim e Washington, depois da quase deflagrada guerra em 1954, a propósito das ilhas ocupadas por Chiang na costa chinesa, da questão da admissão à ONU e do reconhecimento do governo sino-comunista.

As condições de total instabilidade que se notam em todo o Oriente Médio, com exceção talvez da Turquia, decorrem também, em grande parte, do afã empregado pelos Estados Unidos para obter bases, em vez de procurar uma aproximação desinteressada para a solução dos problemas políticos e econômicos daquela região.

Caminhando mais para o Ocidente, chegamos à África do Norte, outra imensa área onde, para a preservação de umas poucas bases (que poderiam ser colocadas mais para o sul, em territórios franceses das Áfricas Ocidental ou Equatorial, na Nigéria ou na Costa do Ouro, ou que poderiam ser concedidas aos Estados Unidos pelos árabes diretamente, depois da desejada independência), a América vem adotando uma atitude, quando não antagônica, de espectador desinteressado acerca das justas aspirações desses povos.

Sim, não fossem essas bases, essa enorme bola de ferro de forçado que os Estados Unidos voluntariamente vão arrastando pela Ásia e pela África, teriam eles muito mais facilidade para alcançar seus objetivos, para conseguir aliados sinceros.

Esses são os problemas de caráter diplomático-militar acarretados por tal política. Entretanto, as atitudes paradoxais a que é forçada a diplomacia americana, a fim de levar a diante esse programa de bases, representam perdas subjetivas, de aspecto psicológico, dificilmente ressarcíveis.

País sinceramente anticolonialista e que, no entanto, é obrigado a manter-se estreitamente ligado, na Ásia e na África, a uma França reacionária, a qual infelizmente vem se colocando sempre fora da realidade histórica contemporânea. Nação ingenitamente avessa aos governos autoritários e que se vê ou se viu constrangida a sustentar ditadores da têmpera de um Chiang Kai-shek ou de um Bao Dai. Esse povo altamente individualista, por muitas décadas, baseou sua política internacional no direito que lhe assistia de abster-se de intervir nas desavenças europeias

do século XIX e delas participar, no entanto, é forçado a desconhecer a justiça que assiste aos jovens Estados orientais de trilharem, no século XX, o caminho da neutralidade, pedra angular da política asiática hodierna.

Além dessas perdas, existem outras, talvez bem mais consideráveis, advindas do que os Estados Unidos deixam de fazer por se encontrarem amarrados a essa ideia fixa de obtenção de bases. Os americanos, na Ásia, não pecam só por ação, mas também por omissão. Cerca de 90% das imensas somas gastas no Oriente, desde 1945, tiveram caráter ostensivamente militar ou paramilitar. É fácil ver que dique muito mais sólido que o das bases militares poderia ser construído contra o comunismo, caso essa percentagem fosse, quando não investida, pelo menos utilizada em favor de projetos puramente civis, para o desenvolvimento da Ásia. É provável que muitos desses 90% rotulados pró-bases tenham sido empregados em obras e em serviços que, por terem caráter militar, nem por isso deixaram de levantar o padrão econômico e cultural dos países onde foram gastos. No entanto, ainda que os resultados tenham sido os mesmos, esse dinheiro já chega estigmatizado aos olhos do oriental. Para fins semelhantes e em um mesmo país, não raro vê-se a Rússia gastando mil vezes menos que os Estados Unidos e colhendo agradecimentos mil vezes maiores, simplesmente porque não solicita bases nem força o asiático a tomar ostensivamente partido.

Recapitulando: em caso de um revide americano a uma incursão comunista em país da periferia na Ásia, quer por uma guerra total, quer por uma guerra de caráter limitado, as bases imediatamente juntas às Cortinas de Ferro e de Bambu representam mais desvantagens que lucro para os Estados Unidos.

Em uma política de continuação de pequenas guerras, a desvantagem será então bem maior, pois é preciso que os Estados Unidos se habituem a pensar em função de décadas, e não de anos de Guerra Fria. Em tal caso, essa extensão das linhas avançadas (as mais avançadas e mais longe de qualquer império em toda história) teria fatalmente de enfraquecer a economia americana em muito maior escala que a russa. Eram tempo e dinheiro preciosos que a América perdia para levantar o padrão econômico e cultural do asiático, a fim de torná-lo menos receptivo aos engodos de Moscou. Ainda mais, o não abandono dessa política de bases contíguas tenderá a aumentar o nacionalismo asiático, a manter acesa as queixas de colonialismo, a acirrar a desconfiança do oriental, a forçar a América a brandir ameaças de represália militares e a dar mostras de truculência que, por visarem a determinados governos comunistas, nem por isso deixam de alienar as prováveis simpatias de milhões de

indivíduos. A quase mania americana de dar ampla publicidade à sua força, ao seu potencial guerreiro, ao impacto destruidor de suas bombas poderá dar excelentes resultados com relação aos comunistas russos e seus satélites na Europa. No Oriente, porém, tal tática é completamente contraproducente. Tais ameaças não amedrontam o asiático; dão origem, ao contrário, à irritação, quando não ao ódio. Eles estão, há séculos, perfeitamente habituados, resignados mesmo, à ideia da morte repentina ou lenta. Encaram a vida como transição e a morte como golpe de graça para uma existência odiosa. Tanto lhes faz morrer em catástrofes, em epidemias, de fome pelas ruas, sob balas de *jungle bandits* de pelotões comunistas de "liquidação" ou queimados pelos lança-chamas ou bombas de hidrogênio americanas.

O ideal seria, pois, que os Estados Unidos, na Ásia e na África, fizessem uso apenas de suas bases já quase tradicionais, ou daquelas de seus aliados anglo-saxões, e que empregassem o que sobrasse em projetos econômicos e políticos (como a solução do caso dos refugiados árabes), da maneira mais desinteressada possível.

Até mesmo para fazer o bem, para agir filantropicamente, seria necessário certo tato por parte do americano. É de reconhecimento difícil, não só para o mais forte, mas também para o doador, ter de condicionar suas atitudes, sua maneira de ser e suas normas de conduta às do mais fraco, às do recebedor dos favores. No entanto, é exatamente isso que os Estados Unidos necessitam aprender a fazer, a fim de obter perfeito sucesso em sua diplomacia oriental.

Existem diferenças básicas de caráter e de apreciação da vida a que o americano precisa atentar, a fim de melhor compreender o asiático. A América pertence aos jovens, é dominada pela mentalidade de permanecer e parecer jovem. É a terra em que o moço sabe sempre mais que o velho, em que o filho, inconscientemente em razão do processo de americanização intensa durante o período da grande imigração, se julga sempre superior ao pai ou capaz de ir sempre mais longe que ele. A Ásia, não importam os avanços tecnológicos e sua modernização material, é, e continuará a ser por muito tempo, o continente dos velhos, do culto dos antepassados, do respeito filial.

Os americanos sentem uma verdadeira fobia por tudo que trescala autoridade. Pai severo, rei da Inglaterra, imperador do Japão, papa no Vaticano, sargento do batalhão, juiz de jogo de *baseball* e, principalmente, governo. Toda personalidade que inspira respeito é difícil de ser apreciada por eles, muito menos querida. (Eis o motivo pelo qual Roosevelt foi sempre muito mais admirado fora dos Estados Unidos que em sua

própria terra.) O asiático, pelo contrário, acha perfeitamente natural uma hierarquia humana. Aprecia que possam existir certas pessoas a quem se deve respeito, em quem não se pode dar "pancadinhas" nas costas nem chamar pelo primeiro nome. Veja-se a continuada popularidade do imperador do Japão, a despeito da democratização do país; o respeito que Nehru infunde não só nas massas incultas, mas também na própria elite indiana; a maior tendência que têm os recém-formados países orientais para as formas tradicionais e rígidas do parlamentarismo inglês, em contraposição às do presidencialismo americano; a não antagonização das classes nobres e aristocráticas, depois da independência, e de sua fácil assimilação aos quadros governamentais dos novos países; os potentados indianos na diplomacia da República da Índia, os sultões da Malaia à testa dos movimentos de emancipação, as famílias nobres de Java, de Sumatra e de Bali em altos cargos administrativos da Indonésia.

Outro exemplo de que o sentimento de autoridade não repugna ao asiático reside em seu apreço às formas monárquicas. Países como o Irã e a Camboja, que tiveram oportunidade de se transformar em repúblicas, preferiram manter seus "testas coroadas". Esse sentimento talvez seja mesmo responsável pela consideração contínua do povo de que vêm desfrutando, há tanto tempo, o Presidente Sukarno e o Vice-presidente Hatta, desde a independência da Indonésia.

Para uma arrasante percentagem dos americanos, o objetivo da existência é ser bem-sucedido comercial e materialmente. Na grande nação, com a enorme produção, tamanho e poder aquisitivo da classe média, o melhor termômetro para julgar o menor ou maior sucesso do indivíduo é a conta bancária. Diga-se de passagem que o dinheiro por si não tem muito valor para o americano. Não há povo no mundo mais esbanjador, que concorra mais para obras de filantropia interna e externa. Por qualquer motivo, desde o momento que não tenha caráter comercial, ele escancara a bolsa. No entanto, desde que haja a mais leve suspeita de negócio, tudo muda de figura. O dólar readquire seu valor, o americano volta à sua arena e luta sem quartel até a exterminação do rival.

Para o asiático, não, o sucesso não é avaliado somente em função dos bens materiais conseguidos. O subjetivo conta muito, e há raças mesmo, como a malaia, para as quais o aumento de bem-estar ou de felicidade nada tem a ver com a melhoria de seus padrões econômicos. *Senang*, expressão linguística indonésia que significa ambiente feliz e agradável, independe completamente do maior ou do menor sucesso material do indivíduo. Muitas vezes o indonésio troca o emprego em que ganhava mais por outro bem mais modesto, porque esse tem *Senang*. A rivalidade,

a competição intensa, que é parte integrante da vida do homem americano e que, por assim dizer, é quase sua razão de existir, não tem, portanto, lugar na Ásia.

Essa maneira ambivalente de o americano considerar o dinheiro influência possantemente sua política em geral. Enquanto o governo dá com a mão direita, para fins interesseiros ou inteiramente idealistas, retira com a mão esquerda, forçado pelos homens de negócio, pois, como muito bem diz o rifão, "*the business of America is business*" (o negócio da América é o próprio negócio). Essa ambivalência é responsável por situações econômicas internacionais que deixam o asiático completamente aturdido. Enquanto Washington gasta milhões de dólares para levantar o padrão econômico de alguns países do Sudeste Asiático, os homens de negócio americanos desenvolvem mais e mais a indústria da borracha sintética, que é o produto principal de tais regiões e a base da economia desses países. Se quiséssemos sair da Ásia, poderíamos dar um exemplo bem compreensível para nós. Enquanto o governo americano vem procurando auxiliar-nos economicamente desde o tempo em que Roosevelt enunciou sua política de Boa Vizinhança; enquanto os Estados Unidos reconhecem que é de seu interesse político ter um Brasil economicamente forte e estável na América do Sul, os homens de negócio americanos vêm plantando café na África e na América Central, manobras essas cujo resultado fatalmente tenderá a enfraquecer nossa economia. Isso é porque *business is business*, e *business* significa ganhar mais, fazer com que o rival ganhe menos e, se possível (como se lê nos bons livros e se vê nos bons filmes americanos), aniquilar o concorrente, seja ele indivíduo, sociedade, grande corporação ou até mesmo país.

É essa antinomia que faz com que a realização de uma espécie de Plano Marshall para a Ásia venha sendo sempre adiada pelo atual governo republicano, que só acredita em auxílios por meio de lucrativas inversões de caráter privado. É essa dupla personalidade que é responsável por certas atitudes paradoxais da sua política fiscal-financeira. Enquanto o governo reconhece a necessidade premente de pôr abaixo todos os obstáculos que obstruam o livre-curso do comércio internacional para um rápido desenvolvimento dos países que ele considera em sua órbita, seus legisladores, forçados não só pelo *big business*, mas também pelas uniões e corporações trabalhistas, impõem taxas onerosíssimas à entrada de produtos originários desses mesmos países, cujas indústrias têm sua expansão subvencionada pelos Estados Unidos.

Enquanto é reconhecida a necessidade de um levantamento do padrão de vida asiático, a fim de combater realisticamente o comunismo, o

Anti-Dumping Act de 1921, que não permite a venda de produto estrangeiro abaixo do custo de produção americano, continua sendo recitado como se fosse um credo. Enquanto, por exemplo, o comerciante japonês é avisado solenemente de que não deve negociar com a China comunista (natural e maior escoadouro do parque industrial nipônico), o fisco levanta ainda mais os direitos que incidem sobre brinquedos ou derivados da sericultura.

Até no gasto do dinheiro concedido pelo Tio Sam para diversos projetos em países asiáticos, nota-se esse choque de atitudes. A mão direita quer dar, mas a esquerda quer reaver. Não é permitido a companhias estrangeiras tomar parte em concorrências para a execução de obras governamentais americanas dentro ou fora dos Estados Unidos. É uma cláusula discriminatória que produz ressentimentos gerais, principalmente britânicos.

Há certas características básicas do processo mental que o americano encara como axiomáticas, que necessitam ser modificadas profundamente, caso os Estados Unidos desejem de fato obter sucesso em sua política asiática.

Entre esses axiomas, avultam:

> a) o povo americano descobriu uma forma de ser e de viver que é a melhor que até hoje existiu no universo. Não se trata de forma de governo apenas, mas de um conjunto de atitudes, de ações e de características que podem ser enfeixadas no vocábulo "americanismo";
>
> b) com um zelo que bem se assemelha ao do missionário no campo religioso, o americano deseja a propagação do americanismo, deseja colocar toda a humanidade nesse estado, digamos, de graça;
>
> c) esse estado não é obra do destino, e para dele desfrutar não é necessário que o indivíduo nasça nos Estados Unidos. É oriundo do livre-arbítrio, da própria vontade de americanização individual ou coletiva;
>
> d) o corolário segundo o qual quanto mais americano se mostra um indivíduo, um povo ou um país, mais humano, mais perfeito e mais digno da amizade do americano ou dos Estados Unidos é ele;
>
> e) e o corolário segundo o qual quanto menos receptivo, quanto mais arraigado é um povo a suas maneiras tradicionais de ser e de encarar a vida, em detrimento do processo americanizador universal, menos perfeito e merecedor de ajuda é ele. Pode ser mesmo considerado subumano, como foi o Japão anterior à ocupação. Daí o tratamento quase bárbaro impingido aos soldados nipônicos pelos americanos.

Consideram-se indícios da americanização de um povo as seguintes manifestações, em ordem decrescente:

> 1) maior ou menor similaridade com as formas americanas de governo;
> 2) maior ou menor semelhança física e exterior com o protótipo americano (maneira de vestir, de falar, de comer).

Outras características do processo mental do americano, que dizem respeito quase exclusivamente à Ásia, são:

> 1) quanto menos anti-Rússia é um governo, mais contrário aos Estados Unidos deve ser ele;
> 2) neutralismo é blasfêmia.

Poderá ser dito e alegado que criticar é muito fácil, principalmente a país como os Estados Unidos, cuja projeção sobre o mundo nunca foi igualada desde os albores da história. Que é tão complexa sua política internacional que é, por assim dizer, fatal que ela cometa erros. Não resta dúvida de que qualquer grande império tem de incorrer em graves faltas na condução de sua política exterior. Entretanto, não cabe dúvida também de que os Estados Unidos poderiam fazer um esforço sincero, a fim de deixar de aplicar a situações mais que fluídicas e delicadas, como às asiáticas, lema tão rude e pouco elástico como é o "*the difficult we do now, the impossible takes a little longer*"[13]. Esse lema a maior parte dos americanos (sejam eles homens de negócio, militares, diplomatas ou estadistas) julga dever ser o "abre-te sésamo" para qualquer problema que os defronte.

Entretanto, tal maneira de pensar é absolutamente inaplicável no Oriente. O cidadão e o governo americanos precisam aprender a contemporizar e, mais ainda, a varrer do espírito não só essa ideia fixa de que eles poderão refazer a Ásia à sua própria imagem, mas também essa ânsia de colher mostras imediatas de gratidão e benquerença por parte dos povos orientais.

Resumindo: não padece dúvida de que a projeção dos Estados Unidos sobre a Ásia – e mesmo sobre o mundo em geral – tem se caracterizado por vários e grandes defeitos, como a falta de planejamento, a falta de qualquer idealismo por parte de seus homens de negócios e certa insistência impertinente no trabalho de catequese de todo indivíduo ou povo que ainda não fez profissão de fé americanista. No entanto, não sobra dúvida de que, a despeito de todos esses defeitos, o mundo contraiu, e continua contraindo, enorme dívida de gratidão para com

[13] Em português: "O difícil é feito agora mesmo, o impossível leva um pouco mais de tempo."

o capital e o *know-how* americanos. Embora a lembrança dessas dívidas seja rapidamente obumbrada por pesada nuvem de inveja e ingratidão (sentimentos tão humanos sejam eles de pessoas ou de nações), qualquer solzinho de sinceridade que a dissipe força-nos a reconhecer que não há posição no mapa-múndi em que o dinheiro e o conhecimento tecnológico do homem americano não tenham concorrido direta ou indiretamente para que o pão nosso de cada dia seja ganho com menor suor físico.

No Canadá, o capital americano (para não citar muitos outros empreendimentos) é responsável pelo desbravamento de regiões quase inacessíveis e pela consequente fixação de novas correntes imigratórias, ao incentivar a exploração do petróleo, no noroeste, e do ferro, no nordeste do país. No México, trabalhos conjuntos de irrigação na zona de fronteira permitem a valorização de áreas que normalmente nunca seriam passíveis de exploração e de melhoria. Na Venezuela, não importa qual seja a faceta antagonística com que são olhadas as explorações petrolíferas, deve-se reconhecer que estão trazendo a populações atrasadíssimas (que continuariam a ser) sensíveis melhoras econômicas e educacionais. No nosso Brasil, Volta Redonda foi o ponto marcante da era verdadeiramente industrial do centro e do sul do país, assim como os trabalhos de combate à malária poderão vir a marcar o ponto de partida da integralização da bacia amazônica no todo brasileiro. Em ambos os projetos, muito devemos ao americano. Interessada ou não, à exceção de pouquíssimos países, a reabilitação da Europa Ocidental pelo Plano Marshall é fato inteiramente inédito na história da humanidade. Os interesses petrolíferos na Arábia Saudita e no Golfo Pérsico estão, indiretamente, abrindo uma janela do mundo árabe para o século XX. A merecida existência do Estado israelita deve-se tanto à força de vontade dos judeus quanto ao capital proveniente dos Estados Unidos. No Afeganistão, consideráveis trabalhos de irrigação, feitos à base de lucro por empresas particulares, estão florescendo desertos e populações. Na Índia são imensos também os empreendimentos americanos, e até a Rússia, a grande rival e inimiga, deve muito à técnica e ao capital dos Estados Unidos. Dnietropetrowisky foi o ginásio, o curso preparatório para a graduação da indústria soviética. Sem ele, tão cedo não existiriam os grandes centros industriais siberianos, ou sua existência seria adiada por muitas décadas. Múltiplos outros exemplos poderiam ser citados na maioria dos países do mundo, não importam o tamanho e a situação deles.

Outra faceta interessante do povo líder (de caráter subjetivo e bem encômio para ele) é que os Estados Unidos (embora se julguem o povo mais forte, mais rico e mais inteligente da atualidade) não acreditam que

tal hegemonia seja perpétua. Todo grande império teve sempre a veleidade de considerar-se o ponto final, o máximo, o nada superior a ele. A própria Rússia padece dessas alucinações, ao pensar que o milênio será atingido com a aceitação universal, por bem ou por mal, do credo comunista sob sua regência onisciente.

Os Estados Unidos, porém, estão sempre rebuscando, imaginando gente, se não terrena, pelo menos extraterrena mais adiantada e mais forte tecnologicamente que eles. Nota-se essa quase obsessão diariamente nas histórias em quadrinho, que constituem excelente espelho, uma espécie de divã de psicanalista, para um estado dos complexos do povo americano. Um assunto marcante em tal aspecto foi o referente aos discos voadores. Não houve povo que mais se ocupasse, e que ainda mais se ocupa, de tal coisa, não só a título recreativo, em floreios de imaginação, mas também a sério, em livros quase científicos. No entanto, em todas as publicações dessa espécie, nota-se um *leitmotif* indefectível: o personagem, o viajante dessas máquinas, apouca e diminui sempre a civilização e o progresso americanos, em comparação aos de sua procedência. Trata-se de uma característica, sem dúvida, das mais interessantes e única na história: um povo, como o dos Estados Unidos, que se encontra na vanguarda material e militar e que, em louvável modéstia, de *motu próprio,* procura descobrir algo superior à sua civilização. É por isso, em razão de facetas tão elogiosas no caráter do americano, que cumpre a todo o estrangeiro de boa vontade tentar fazer-lhe ver os próprios erros.

Criticar uma Roma Imperial, uma Espanha de Carlos V, uma Inglaterra Vitoriana e máxime uma Rússia comunista redundava, e redunda, em pura perda de tempo. O orgulho de tais impérios era, e é, de tal monta, que lhes cega quaisquer faculdades de autoanálise e crítica. Portanto, esse traço de relativa modéstia encontrado no caráter de quase todo americano, essa louvável atitude de não se julgar o *nec plus ultra* poderá dar grande alento a todo o mundo e fazer esperar que a hegemonia dos Estados Unidos, conquanto não possa representar absoluto entendimento entre os povos, em razão da recalcitrância da Rússia em querer impor seus dogmas funestos e em virtude do próprio *handicap* anglo-saxão de uma absurda superioridade racial, venha a representar o período mais feliz até hoje desfrutado pela humanidade.

Capítulo XVIII

Liderança americana atual, liderança brasileira futura

O título deste capítulo poderá soar, principalmente a estrangeiros, como grossa impertinência; como supremo convencimento de parte de país ainda completamente aturdido pela solução de seus problemas econômicos internos, de nação e povo que ainda nem de longe atingiram um grau razoável de maturidade política. A nós mesmos, brasileiros, poderá parecer, agora na lombada do século, uma recaída do estado de espírito do "verde-amarelo e nada mais", no "porque me ufano de meu país". Poderá parecer novo sintoma daquela mania oca e prejudicial de autoadmiração, que permeou as elites pensantes do país nos albores da vigésima centúria.

Tal não se dá, porém. O título não implica uma asserção, mas uma possibilidade. Não fixa prazos curtos ou longos para a realização de uma liderança global brasileira; sugere, apenas, sua viabilidade.

O assunto é, de resto, passível das maiores controvérsias, tanto no exterior quanto no próprio país. Para a diretiva de importantíssima revista americana, o Brasil "é o eterno país do futuro". Para muitos turistas, fora das fronteiras, e para uma minoria de brasileiros esnobes e demasiado crentes de sua verdadeira ou pretensa pureza étnica, o Brasil é país de negros, de mestiços, cujo futuro foi irremediavelmente comprometido pela colonização antirracista lusitana. Há pessimistas que negam qualquer possibilidade ao colosso; há semipessimistas que colocam o advento brasileiro nas espessas névoas históricas do milênio vindouro; e há gente patriota, não apenas patrioteira, que acredita nas possibilidades brasileiras, e para muito breve mesmo.

Uma parte desses otimistas julga que nossa eclosão como grande potência provirá de força e grandeza militar; outros, de grande desenvolvimento; terceiros creem, ainda, que nossa ascensão será consequência da adoção, da prática e do exemplo de atitudes que conduzem o mundo a uma perfeita paz étnica e nos tornem, de fato, os guias da civilização cristã.

Entretanto, não importa a data futura em que coloquemos esse advento, tampouco os fatores por ele responsáveis, o que não podemos deixar é de planejar, de prepararmo-nos (ao menos mentalmente) para essa eventualidade. Desde que acreditemos, por um momento sequer, que nosso país virá a ser um dos líderes da civilização, temos a obrigação precípua de começar a traçar nossos planos, de equipar as futuras gerações brasileiras com um novo espírito e nossa política internacional com diretrizes mais amplas e inteiramente nossas. Em outras palavras, procurar formar, no âmbito político-social de nossas relações exteriores, o mesmo que San Tiago Dantas advoga na esfera educacional, quando diz: "País importador de manufaturas e exportador de produtos primários, subordinado à liderança econômica e cultural de outros países, que se haviam de impor às nossas elites sociais, como modelos, não podíamos fugir à regra de nos tornarmos consumidores de ideias alheias, de adotarmos os esquemas racionais, os artifícios, as tábuas de valores, com que os países culturalmente livres revestem e universalizam seus imperativos vitais". Mais adiante: "aprender a cultura alheia é o sentido da educação nesses países importadores de ideias que aceitam o relativo como aceitam o absoluto, e perdem o sentido útil de sua própria realidade existencial".

À luz, pois, da premissa e das justificativas formuladas, não deve parecer impertinência o título do presente capítulo, tanto mais que a realidade existencial de um país só é de fato encontrada quando ele se esbate inteiramente e por conta própria no vasto cenário da política internacional.

Em fins de janeiro de 1955, quando mais acesa ia a crise acerca da Formosa, encontrei-me com o meu amigo Cruz. A despeito de seu nome, tão português, tão brasileiro, Cruz era fisicamente um perfeito oriental. Caráter e atitude eram, porém, uma perfeita e dosada mistura do melhor que podem oferecer a cultura e as tradições dos dois mundos. Era figura simpática, tanto para indonésios, quanto para as colônias europeias e americanas. Jogava *bridge*, golfe; bebia uísque; possuía, enfim, todos os predicados indispensáveis ao convívio social do século XX e era também capaz de jogar um bom *mahjong*, de discutir neobudismo, de recitar versículos do Corão e de ensaiar uns passos de dança balinesa. A despeito

de ser sólido e perspicaz comerciante (como todo bom chinês, ainda que de Macau), suspeitavam-no fazedor de versos e bastante idealista.

Na varanda do Des Indes – enorme, confortável e tradicional hotel que nas Índias Orientais, durante o colonialismo holandês, representava o mesmo que o Raffles, em Cingapura, ou o Shepheard, no Cairo, quando John Bull atingia seu apogeu expansionista – costumava reunir-se o *international set* de Jacarta.

Naquela tarde, o Cruz monopolizava a atenção de um grupinho anglo-saxão salpicado de indonésios e de hindus. Falava-se da iminência de uma guerra, se seria possível a Indonésia manter-se neutra, de qual seria a atitude japonesa em um novo conflito...

– Mas, por que haverá necessariamente de haver guerra? Até a facção belicosa em Washington já está se acalmando. Vocês não leram a entrevista que o General MacArthur deu em Los Angeles quando o homenagearam, ao completar 75 anos?

Sim, todos tinham lido. O General havia asseverado que "a crise em Formosa demonstra a fraqueza inerente do sistema de segurança coletiva e mostra também que o destino final do Extremo Oriente e do resto do mundo não poderá ser decidido por meio de guerras"; "que os cidadãos do mundo querem a paz, não importa o que seus líderes queiram"; "que deveria aparecer alguma grande figura no poder, com bastante imaginação e coragem moral para traduzir esse desejo universal"; "que precisamos ter novos pensamentos, novas ideias, novas concepções"; "que nos devemos libertar da camisa de força do passado".

– Ah, tudo isso é muito bonito, bela fraseologia – disse um americano. – Nós todos já estamos cansados de saber que o sistema de segurança adotado está errado, mas quem é que vai descobrir o certo?

– Parece que o General já está ficando velho demais – acrescentou outro interlocutor. – Que todo o mundo quer a paz é novidade; que todo o mundo gostaria que aparecesse um chefe com imaginação, coragem moral e novas concepções também é evidente. Mas como, quando e quem?

Um hindu de barba assíria e negra, de turbante muito alvo, disse, então, em um inglês puro, oxfordiano:

– Parece-me que o líder a que o General se refere deverá, antes de tudo, ter uma grande dose de humildade, a fim de ser o primeiro a estender a mão mesmo que o outro ainda mantenha uma reserva orgulhosa. É preciso humildade pessoal do chefe e humildade coletiva da nação que ele representa para que lhe seja permitida a execução de tal gesto.

– Pois eu não acho que é tão difícil – disse o Cruz. – Imaginem se o Presidente Eisenhower dissesse amanhã a seu secretário particular: "Faça

uma ligação para o Senhor Kruschew ou para o General Bulganin; enfim, para quem estiver de fato agora com as rédeas do poder em Moscou. Peça-lhe uma entrevista pessoal que deverá ser mantida em segredo, para não parecer propaganda". Lá chegando, diria ao General: "Meu caro senhor, a fim de dar-lhe uma prova real de nossa sinceridade de sentimentos com relação à paz, peço-lhe que volte em minha companhia até a América e lá, em sua presença, tornarei inoperante ou obsoleta (enfim, o termo que a ciência empregue) uma dúzia ou meia dúzia de nossas bombas nucleares. De volta, Vossa Excelência faria o mesmo também na presença de meu ministro da Defesa, mantendo segredo ou divulgando tal assunto como ideia inteiramente russa, se o quiser. O processo poderia ser repetido semanal ou mensalmente até que nossos estoques desaparecessem. Vossa Excelência e eu poderíamos encetar pessoalmente outras espécies de obliterações semelhantes a essa, seja de armamentos, seja de alianças militares que pareçam comprometer a segurança de uma ou de outra de nossas nações".

– Tudo muito bonito, mas por que haviam de ser os Estados Unidos e não a Rússia a dar esse primeiro e humilhante passo?

– Por dois motivos – disse Cruz –, primeiro porque alguém terá de dar o passo inicial; depois, porque os Estados Unidos representam o Ocidente, e o Ocidente é cristão. Como tal, ele deve conhecer mais o significado de humildade que a Rússia ateísta.

A proposta era tão simples, bonachona, tão sem malícia, que era quase patológica, serafinicamente cretina. Cruz compreendeu a profundidade do paternal desprezo que ia ao sorriso dos circunstantes, no imenso grau de sandice que se lhe atribuía e apressou-se em dizer:

– É, sem dúvida, o alvitre é astronomicamente idealista; mas, digam-me, com sinceridade, em toda a história contemporânea só tentamos medidas realistas, e a civilização está cada vez mais comprometida. Por que não tentamos agora um *approach* mais subjetivo e espiritual dos problemas com os quais nos defrontamos. Reparem, meus amigos, a proposta não é tão do tipo Dostoievski, como possa parecer. Meia dúzia de bombas não colocará a América em perigo, mas darão uma prova mil vezes maior de sinceridade de intenções que qualquer conferência ou comitê desarmamentista. Se a operação for seguida pelo outro e repetida pelo menos três vezes, nada impedirá que o mundo assista a uma espécie de carreira desarmamentista, em vez de continuar sob as ameaças das competições armamentistas que até agora foram presenciadas.

Convenhamos que Cruz não deixava de ter certa razão. Se bem analisarmos a história do Ocidente do século XVII até a presente data,

veremos que um pouco de idealismo talvez seja a penicilina de que ele tanto carece.

Por três vezes o Ocidente perdeu cartadas ciclopicamente arrasadoras pela cegueira de seguir a linha aparentemente mais cômoda, mais lucrativa e enganosamente realista.

A primeira vez foi uma cartada perdida em jogo lento, em longo prazo, quando do expansionismo materialista anglo-saxão sobre o Oriente, acompanhado de seus males corolários, representados pelos preconceitos raciais e pela falta de qualquer espiritualismo, como já foi analisado anteriormente.

Da segunda vez, a cartada foi jogada rapidamente com a revolução bolchevista de 1917. Entretanto, os resultados da inação do Ocidente, sua falta de visão para ajudar – quer a família destronada, quer as forças contrarrevolucionárias – não se fizeram sentir, senão muito mais tarde, quando da consolidação do poder soviético e do espraiamento do veneno ideológico comunista sobre todo o mundo.

A terceira cartada foi jogada e perdida em um golpe, seco, curto. A hesitação, a imperícia política e diplomática de Washington e, principalmente, a falta de elaboração de um programa de ajuda verdadeiramente desinteressada entregaram repentinamente 600 milhões de chineses ao anticristo moscovita.

Sem dúvida, custa crer, em vista desse desencorajador passivo, que os Estados Unidos possam produzir o líder de que nos fala Cruz, possuidor da grandeza moral e da humildade cristã, que nos lembrou MacArthur.

Contudo, admitindo que a América consiga esse verdadeiro milagre de poder coexistir com o comunismo soviético e de adotar uma política que não inflame a animosidade do resto do mundo não russo e não ocidental, seria ela capaz de polarizar não só a admiração, mas também a estima sincera do asiático e do africano? Não cremos pelas seguintes razões:

> a) o teor de espiritualidade do povo americano ainda é, por demais, baixo para impressionar povos como o oriental, para os quais o subjetivo guarda sempre a primazia. O americano necessita relegar concepções mais que enraizadas em seu caráter como sejam: o objetivo principal do homem é adquirir riqueza ou gozar a vida; qualquer mal que se pratique provém da ignorância; e ignorância pode ser curada por uma maior difusão da educação;
>
> b) ela, logicamente, por sua origem, tem por força de estar muito mais ligada, na Ásia e na África, ao que resta do Império Britânico. É muito difícil pensar, por exemplo, que a América venha deixar, mesmo em um futuro distante, de

> continuar sendo a protetora incondicional da Austrália e da Nova Zelândia, embora em questão em que os direitos, os princípios morais, pendam para o lado asiático;
>
> c) não importa os ingentes esforços que ela faça (e digamos, de passagem, ela está envidando sinceros esforços), seu problema racial interno não parece poder ser solucionado em um futuro previsível;
>
> d) mesmo que o caso América *versus* minoria negra seja, do ponto de vista das liberdades e igualdades cívicas, resolvido inteiramente a contento, o americano, como qualquer outro anglo-saxão jamais será um *good-mixer*. O horror à miscigenação só desaparecerá dos Estados Unidos com a extinção do último negro ou se, por um acaso de todo improvável, o país permitisse a imigração em massa de raças brancas ou semibrancas, como portugueses e brasileiros, capazes de absorver todo o elemento *colored* da União. *Helas*, assim mesmo ainda seria difícil, em razão das influências mesológicas. Imigrantes mediterrâneos que, normalmente, na América Latina, não demonstrariam a mínima aversão ao trato ou mesmo à cruza com elementos pretensamente inferiores pela cor são os mais acirrados defensores da política de segregação racial na América.

Vejamos, a cor que mais repulsa causa, ao americano, é a negra em todas as suas tonalidades; e, infelizmente, quase todo o resto do mundo ásio-africano possui tal pigmentação. Toda a África, à exceção de algumas tribos árabes setentrionais, levantinas ou peninsulares, é negra ou enegrecida. Negro é o Ceilão, negra ou escura é quase toda a Índia, assim como centenas de ilhas da Indonésia e milhares de arquipélagos no Pacífico.

Agora mesmo, em junho de 1955, quando tudo leva a crer que o governo americano, por seus imperativos de ordem política internacional na Ásia, deverá demonstrar que seu povo está de fato fazendo um esforço sincero para descartar-se do complexo de superioridade racial, pelo menos com relação a povos chamados amarelos, permite-se a justiça estadual da Virgínia ditar e divulgar amplamente a seguinte sentença de caráter ultrarracista. O juiz Archibald C. Buchanan, ao julgar uma apelação de sentença que havia permitido a uma americana, legitimamente casada há 15 meses com um marinheiro chinês, decidiu anular-lhes o casamento, baseando-se em uma lei de 1924 que proíbe o consórcio de virginiano com indivíduo que tenha qualquer outro sangue que não seja o caucásico (a apelação de sentença baseava-se na 14ª Emenda da Constituição Federal, que firma igualdade de tratamento racial). Disse o juiz:

> Não podemos ver na 14ª Emenda o ânimo da Constituição de proibir um estado de firmar legislação destinada a preservar a integridade racial de seus cidadãos ou de evitar a formação de uma raça de misturados (*mongrels*). Não encontramos requisito que obrigue o Estado a deixar de legislar no sentido de impedir que desapareça o orgulho racial de seus filhos ou que o obrigue a permitir a corrupção do sangue, quando tal cruza enfraquece ou destrói a qualidade de seus componentes. Tanto a história sagrada quanto a secular nos ensinam que as nações que cultivam a separação de suas características raciais têm, melhor que quaisquer outras, concorrido para a evolução da humanidade.

Os advogados do chinês apelaram para a Corte Suprema, mas, ainda que *à la longue* os princípios verdadeiramente cristãos e o bom-senso prevaleçam e a anulação seja revogada, fatos como esses depõem extremamente contra as pretensões americanas de liderança universal e dão farto material de propaganda a seus atuais competidores comunistas.

Diga-se, de passagem, que leis aparteístas semelhantes à da Virgínia são consagradas na Carta Magna de 27 estados da União. Os demais (à exceção da Califórnia, que teve a grandeza moral, em 1948, de ab-rogar como inconstitucional uma lei estadual que proíbe a miscigenação) mantêm-se em um cômodo estado de silêncio que lhes permite discriminar à socapa sem adquirir a pecha de reacionário e racistas. Aliás, a prática de não desafiar os princípios contidos na Carta Magna da nação, mas de contorná-los, é seguida às escâncaras não só pela máquina administrativa dos estados francamente aparteístas, mas também, individualmente, pelas demais unidades nas quais juridicamente não existe a *color bar*.

O pequeno avanço (aliás, talvez teórico apenas por muitas décadas futuras) feito pela Corte Suprema dos Estados Unidos a respeito da segurança nas escolas públicas de pouco valerá se não for acompanhado de declaração de inconstitucionalidade idêntica que atinja regulamentos, acórdãos, leis municipais e estatais, práticas, usanças e subterfúgios, que visem à continuação de discriminações e segregações residenciais.

O *zoning* (zoneamento), por exemplo, já foi declarado inconstitucional pela Corte Suprema, mas continua sendo posto em prática, em flagrante desrespeito àquele Tribunal, por meio de trincas e subterfúgios.

A autoridade local não proíbe abertamente a venda de terreno ou terras para indivíduos de certas minorias. Cria, porém, regulamentos para a construção financeiramente tão difíceis de ser cumpridos, que o pretendente de cor de capacidade pecuniária mais humilde não pode satisfazê-los e, por isso, não efetua a compra. Para o elemento desejado,

é facilmente permitida a modificação desses regulamentos; para o indesejável, eles são invocados *ipsis litteris.*

Outro abuso muito praticado é o *covenant* (pacto acordo) restritivo. Por cláusula contratual, o comprador se obriga a não vender a propriedade para certos fins específicos. A cláusula foi idealizada nos Estados Unidos no princípio do século para evitar que bairros estritamente residenciais e familiares pudessem ser prejudicados caso na vizinhança houvesse fábricas e casas duvidosas de jogo e prazer. Entretanto, a ideia original foi completamente desvirtuada, e a cláusula começou a ser empregada amplamente contra negros e chineses. Alguns corretores, apercebendo-se do engodo em que essa injustiça podia transformar-se, do atrativo que ela possuía para pretendentes mais "grã-finos" e da consequente valorização dos terrenos, começaram a usá-la contra outros grupos raciais além do negro, como mexicanos, judeus, sírios, libaneses e nativos norte-americanos.

Nos grandes projetos de reconstrução urbana como Stuyvesant Town, em Nova York, a discriminação é mais injusta ainda. São lugares de localização de minorias (negra, nesse caso). As autoridades municipais permitem a desapropriação de enormes e valiosas áreas habitadas por gente de cor e, depois dos grandiosos grupos de apartamentos serem levantados, consentem que as importantes companhias construtoras ou financiadoras excluam os antigos residentes da área por meio de tais *convenants.*

A Corte Suprema lava as mãos, dizendo que essas cláusulas são acordos privados e bilaterais, em cujo mérito o governo não tem o direito de intrometer-se.

Na questão de segregação escolar, foi sem dúvida um louvável esforço no bom caminho o da Corte ao declarar a inconstitucionalidade de estatutos separatistas e a obrigação daqueles estados com dois sistemas educacionais (evidentemente o dos brancos seria melhor de forma suprema), de amalgar os estudantes, de dessegregá-los. Entretanto, infelizmente, a mais alta Corte, ao ver a enorme e implacável celeuma provocada por sua decisão, não se achou com força bastante para fixar data certa para o término das práticas separatistas escolares. Limitou-se a ordenar que o processo de dessegregação fosse levado a efeito com um máximo possível de rapidez (*with all deliberate speed*). Imediatamente, o bloco reacionário sulista (não os antigos demagogos com seus chavões e práticas absoletas, mas uma elite jovem, inteligente e acirradamente antinegra) preparou-se para litigar a sentença do maior tribunal da nação, ponto por ponto, palmo a palmo, usando de todos os estratagemas da lei,

a fim de transformar o acórdão em um caso jurídico que se arraste por anos, décadas, indefinidamente, pelo Judiciário americano.

Disse um importante diário da capital da Virgínia, tecendo o panegírico dessas táticas de resistência passiva: "Comprometamo-nos a litigar 50 anos, um século, até o dia do juízo final. Se uma lei, um pretexto para não obedecer, é considerada inválida pela Corte Suprema, experimentemos outra; se essa outra for invalidada, idealizemos uma terceira". Acrescentou o articulista o adendo, dando bem a medida da incompreensão do problema por parte do americano. "Contudo, enquanto resistimos, vamos fazer tudo o que pudermos para levantar os níveis culturais e educacionais de toda a gente". Estranha cegueira em um povo tão inteligente. Como não reparam que, ao levantar o nível cultural, os negros sentirão mais ainda a ignomínia da desigualdade de tratamento e a falácia da superioridade do branco.

O Mississipi já deu ideia da espécie de subterfúgios que os sulistas usarão a fim de desobedecer à Corte Suprema e ganhar tempo indefinidamente, ao passar a seguinte lei em seu parlamento estadual: "Todo o branco que frequentar escolas públicas onde existam estudantes negros é passível de multa de 1 a 25 dólares. A reincidência será punida com prisão celular de um a seis meses."

Se uma transformação trivial de tratamento desencadeia tal tempestade de sentimentos, tal obstinada afirmação de superioridade racista, como poderemos esperar que esse povo venha de fato a constituir-se em um polarizador universal, em um cristalizador dos anseios igualitários da imensa, da formidável humanidade que está acordando na Ásia e na África?

Poder-se-á dizer que os estados sulistas não representam o real consenso da nação americana; que eles não contam tanto na formação de uma mentalidade mais moderada que já começa a ser pregada por cidadãos de grande envergadura moral e política no país, como Adlai Stevenson, Eleanor Roosevelt, o Senador Walter George, o jornalista Alsop, o escritor Michener, o magistrado William Douglas e o embaixador Chester Bowles. O argumento não passa, porém, de *wishful thinking* e em grande escala. O sul, suas riquezas, sua população crescente, seu surpreendente florescimento industrial, no Texas e na região de Birmingham no Mississipi, pesam, e muito, na formação da mentalidade americana e no traçar de suas diretrizes políticas e sociais internas e internacionais. São aproximadamente 47 milhões de indivíduos, ou pouco menos de um terço da população total do país, coesa e abertamente unido em sua mística de *white supremacy*. São 47 milhões que pouco se importam que suas

atitudes intransigentes prejudiquem e desmintam as presentes medidas e atitudes de seu próprio governo no sentido de parecer considerar os povos supostamente inferiores como situados em um mesmo nível com o povo americano.

Se, de repente, todos os cidadãos do resto dos Estados Unidos se considerassem integralmente iguais a qualquer outro povo, a qualquer outra raça; se, por milagre, o restante da nação acordasse um belo dia com a mentalidade "luso-tropicalista" de miscigenação total de que nos fala Gilberto Freyre, ainda assim aqueles 47 milhões de sulistas retirariam a força moral necessária para que o país pudesse ser o guia, o verdadeiro líder da humanidade, neste século tão pleno de lutas, de ideias, de reavaliação de valores, de ressurgimento espiritual e cristão.

Agora, mais que nunca, civilização não pode ser considerada tão somente como hegemonia militar, como respeito e subserviência de muitos à força das armas, ao dinheiro ou ao maquiavelismo ateísta de poucos, mas como evolução, como transição para melhor no plano moral.

Toda civilização que de fato quiser merecer ser chamada como tal, terá a obrigação de se elevar mais que a anterior. Não se trata mais de domínio no plano militar econômico, mas apenas de superioridade no plano das ideias morais e na prática delas.

Em virtude da ciência militar e do consequente *status quo* atingido no desafio nuclear russo-americano, é bem provável que haja uma reversão de valores armamentistas, uma nova dependência no arsenal já conhecido antes da era atômica e uma ansiedade cada vez maior por parte dos supraestados de alinharem a seu lado o restante daquela humanidade não ocidental que ainda está indecisa.

No entanto, esse alinhamento não pode ser feito à custa de dádivas transitórias de dinheiro, bens e armas cuja distribuição varia como um cata-vento, de acordo com o sopro das investidas comunistas. Não pode tampouco efetivar-se, em virtude de ameaças veladas ou de atentados da bruta força vermelha.

Hoje em dia, na Ásia e na África, para se conseguirem aliados sinceros, capazes de arcar com seu quinhão de sacrifícios em uma eventual hecatombe, será necessário interessá-los no plano das ideias, isto é, não apenas na enunciação de altos princípios morais, mas na sua prática e exemplo.

Essa foi a verdadeira mensagem de Bandung. Essa é a verdadeira razão do neutralismo asiático. Se o Ocidente fosse bastante idealista para desistir imediatamente de suas vantagens coloniais (onde essas vantagens fossem repudiadas); se renunciassem os anglo-saxões a quaisquer

resquícios de superioridade, todo o mundo não ocidental (inclusive a própria China continental) já estaria unido por sólidos elos com os Estados Unidos, desde 1945.

Não é de crer, portanto, que tanto a Rússia quanto os Estados Unidos venham a tornar-se os verdadeiros campos magnéticos de atração, os grandes polarizadores da humanidade. O último já o vimos por que; e a Rússia, embora seja idealista à sua maneira, professa uma mística de caráter negativo, imoral, asfixiadora do indivíduo como tal. Poderá continuar a se expandir e a ganhar adeptos, como ganharam transitoriamente outros credos, outras seitas ao longo da história, antes de perderem seus encantos malignos, antes de saírem quase inapercebidos pela enevoada porta do tempo. Assim será com a Rússia comunista. A estatura de seu credo infernal não poderá deixar de ser transitória. O homem poderá impressionar-se com os avanços soviéticos no campo econômico-militar; poderá, principalmente no Oriente, ingerir o veneno inadvertidamente, porque tal veneno se afigura como um *short cut*, de um nada para um pouco, economicamente falando; porque representa um regime que poderá fazê-lo, como na China, orgulhar-se rapidamente de sua nacionalidade. Entretanto, historicamente (sem fixação de prazos que, aliás, poderão ser até bem curtos), o comunismo, por seu negativismo de Deus e do indivíduo, traz em si o germe de sua própria destruição. Seu mérito histórico, se é que virá a ter algum, quando analisado em perspectiva no futuro, será talvez o de ter agido como ativante, como *challenge* na expressão do grande historiador Toynbee, para a eclosão de um povo líder, de uma civilização.

Assim, pois, recapitulando, poderia ser dito que o futuro do mundo não será decidido pelo jogo político russo-americano ou pelo potencial militar desses dois gigantes, mas pela solução do problema racial ou, melhor ainda, pela solução do problema resultante da diferenciação de pigmentação.

Chega-se a essa conclusão pela seguinte pergunta: podem essas duas grandes potências coexistir ou lutar, sem buscar o auxílio do resto do mundo não ocidental? Evidente que não. A China é a pedra angular da política soviética; e a Ásia, em geral, terá de agora em diante mais importância na política americana que a própria Europa.

No entanto, já vimos que esse resto do mundo não ocidental tenderá por seu tamanho, por sua riqueza, por seu potencial demográfico, a pesar mais na balança futura. Logo, cumpre cortejá-lo. Contudo, em vista do seu passivo colonial, imperialista e racista, é provável que o anglo-saxão possa tornar-se um bom Romeu?

Não é de crer. Será muito, entretanto, se, por meio de um abrandamento de seus pruridos de superioridade, baseados na cor, conseguir deter a formação de uma nuvem bem assustadora que já está aparecendo no horizonte, ou seja: a formação de uma mentalidade de superioridade de todos os povos de pele não branca. Essa mentalidade só poderá levar o mundo a um conflito muito mais intenso que o ideológico que ora se processa.

Aqui chegamos, portanto, à segunda parte do título deste capítulo. Mercê de sua formação étnica, o Brasil goza de uma posição privilegiada para aplacar antigos ódios e evitar a formação de novos.

Sua missão, sua grande missão histórica, será a de um povo, aparentemente inferior pelo sangue e pelo interesse relativamente pequeno que demonstra pela era tecnológica ora vivida, que conseguirá mediar e polarizar dois mundos opostos pela prática, pelo exemplo, de uma conduta mais ética, mais moral, verdadeiramente cristã.

O exemplo, a prática da conduta mais cristã, a nosso ver, deve ser o de mostrar ao mundo não ocidental que o Brasil é um país de mistura, que nos orgulhamos de tal e que nosso imperativo histórico é a continuação de tal política étnico-social; que acreditamos sinceramente que o maior ou menor sucesso de um moderno supraestado reside precisamente em um maior ou menor caldeamento de raças.

Essa asserção não será hipócrita nem feita à medida para nossas conveniências, mas intensamente verdadeira.

Até mesmo a mistura de raças da mesma cor aumenta as oportunidades de sucesso dos grandes países modernos. Que dizer, então, das misturas de elementos radicalmente diversos?

O grande avanço nos próprios Estados Unidos, neste último meio século, é fruto mais da mistura imigratória que de qualquer outro fator econômico ou político. A mistura produz resultados de devoção na órbita interna do estado que recebe elementos estranhos aparentemente inferiores e, ao mesmo tempo, produz um espírito de afinidade com aqueles países de onde provém o elemento misturado.

Há muita fala, atualmente, sobre o valor que representaria para a civilização ocidental a emergência de um "Supraestado Europa". Todos os lados, todas as facetas políticas e econômicas são examinadas, pesadas, avaliadas laboriosamente pelas duas parteiras anglo-saxãs tão interessadas na *délivrance* desse relutante feto. Entretanto, o que menos foi considerado, até hoje, foi uma intermiscigenação dos povos europeus, uma campanha nupcial, um reavivar no século XX dos processos casamenteiros usados nas próprias colônias anglo-saxãs ao tempo em que se formaram, ou seja:

o envio maciço de noivas e, atualmente, de noivos também, pois a mulher (está provado) é muito mais aferrada a seus tabus tribais e se ressente, muito mais do que o homem, de qualquer concorrente de outro sangue, língua, pelo ou cor.

Não há como negar que o amalgamento de povos diferentes é a única solução para 90% dos atritos com que se defronta o mundo atual. Se franceses e alemães tivessem vindo, ao longo dos anos, se entremisturando em escala muito maior que o limitado número de cruzas efetuadas na Alsácia e na Lorena e, o que é mais importante, reproduzindo-se, a desconfiança, o ódio e as guerras desses vizinhos não teriam existido ou teriam sido consideravelmente aplacadas.

Não advogamos uma aceleração de riquezas e de armas pátrias em busca de supremacia, de imediata posição de supraestado. Não vaticinamos, tampouco, um pronto ocaso da liderança americana. Limitamo-nos apenas a verificar uma situação psicológica existente no mundo e a solução da qual nosso país está eminentemente equipado.

É evidente que partimos do ponto de vista de que somos país de caldeamento de raças e que essa formação e essa mentalidade luso-tropicalistas devem ser sempre e cada vez mais fomentadas em detrimento de qualquer veleidade de infusão imigratória essencialmente branca.

Partimos da premissa de que a cruza é integralmente defensável no campo da ética e da moral cristã e que ela é altamente benéfica, física e intelectualmente para a formação de um novo tipo de homem do século XX. Um homem sem complexos, em melhores condições para viver em um mundo contraído pelo aumento e pela velocidade dos meios de transportes; um mundo onde os contatos econômicos e políticos dos mais distantes povos serão ocorrências quantitativamente iguais aos atuais intercursos de nações e povos que possuem fronteiras intensamente vivas como a Bélgica e a Holanda, como o uruguaio e o gaúcho.

Por que não se pensa de tal forma? Quer queiramos, quer não, o Brasil é país de miscigenação. Nem a índole da maioria dos brasileiros, nem o tempo, nem o número dos elementos não brancos permitirá uma marcha à ré na nossa composição étnica. Por que não capitalizarmos, não tirarmos, portanto, todos os lucros de uma situação, de uma realidade que, somente para uma ínfima minoria, poder-se-á afigurar como um defeito? Se a premissa é aceitável, como nos parece ser para a maioria da nação, cumpre-nos apenas tarefa muito fácil. A de difundir, pelo mundo, um estado social já existente e a de basearmos e canalizarmos nossa política internacional sobre tal estado étnico e em função dele.

Nada mais que a prática e o exemplo: difundirmos o que há de muito praticamente, a todos os ventos do quadrante do mundo não ocidental; darmos o exemplo, a estrada a seguir, aos componentes do mundo anglo-saxão que ora se encontram em terrível dilema e, por que não dizer?, quase em um drama de consciência.

Nada de antagonismo, nada de presunções do nosso modo de ser. Nada tampouco de complexos de inferioridade pelo que de fato somos ou pela política internacional de aproximação feita em um pé de inteira igualdade que viermos a seguir, com relação à Ásia e à África.

Aliás, não poderia deixar de assim ser. Se etnicamente somos misturados, em espírito, culturalmente, somos inteiramente ocidentais, europeus, em nossa formação, e contentíssimos estamos por isso. Trata-se, pois, de mostrar à Europa e às Américas brancas que continuaremos a querê-las da mesma forma; mas que, em certas atitudes altamente paradoxais que elas adotarem com relação ao resto do mundo, reservamo-nos o direito de trilhar estrada inteiramente nossa.

Não desejamos descambar para o "escrever bonito", para o "fazer literatura", broca de pena, sereia intelectual de todo alfabetizado brasileiro, mas gostaríamos de comparar as relações entre nós e as potências ocidentais, a partir de um pequeno conto de Baudelaire em seu precioso livrinho *Petits poèmes en prose*, o qual talvez seja mais rico em ideias que *Les fleurs du Mal*. São duas ou três páginas apenas, mas que constituem uma das mais lindas passagens de qualquer literatura.

Trata-se de um casal de amorosos, que, depois de uma tarde de domingo em fins do século passado, flanada adoravelmente em casa, nos *boulevards* e nos parques parisienses, vai jantar em um restaurante de luxo, cheio de espelhos, de cristais e onde acabava de ser estreada a luz elétrica. O ambiente grã-finíssimo empolga os passantes menos afortunados e um pai com três criancinhas amulambadamente vestidas gruda-se à vitrina justamente e frente à mesa onde está sentado nosso casal de amantes. Os seis olhinhos cravam-se com a fixação da fome, da inocência e do espanto admirativo, tanto nas luzes quanto na cela que acabam de colocar sobre a mesa.

O jovem contempla-os e mergulha em uma abstração, em que há um misto de piedade, de confraternização universal, de possível divisão de sua felicidade; e, de repente, ele é sacudido à realidade, por uma voz que adora, mas que desconhece no momento pelas horrendas palavras que ela articula: "*Mais voyons, il n'a rien qu'on puisse faire pour eloigner d'ici ces gens insuportables*[14]?" E o poeta termina considerando como é difícil um entendimento perfeito mesmo entre aqueles que mais se querem...

[14] Em português: "Será possível que não se possa fazer nada para afastar daqui essa gente insuportável?"

Poderíamos, nesse sentido, comparar o Brasil com os povos colonialistas e racistas que ainda fingem não ver ou procuram afastar da memória essa gente incômoda, meio faminta, de outras cores. Essa gente que deseja não só desfrutar da boa mesa, das belas luzes, mas também do calor de um tratamento de igual, que lhes permita não mais ficar com o nariz colado à vitrina, mas entrar, tomar assento e repartir o pão com os fregueses mais ilustres do restaurante da nossa civilização do século XX.

Assim também são as nossas relações com a França, com a Inglaterra, com a América. A primeira adoramos como a uma verdadeira *maitraisse*. Ela guarda as primícias de nosso pensamento, ao longo de toda a vida. Estudantes, é a admiração pela sua história, seus poetas, seus folhetins; moços, é o encantamento da vida boêmia, literária, ou pseudoliterária de sua capital; homens, é o fascínio de suas belas mulheres, de sua vida cultural; velhos, nós, brasileiros, ainda persistimos adorando essa imorredoura amante pelas memórias que ela nos traz.

A Inglaterra é outro tipo de mulher. Seduz-nos de maneira diversa, mas não menos intensa. Empolga-nos com a sobriedade de seus gestos, com a estatura de seus homens de estado, com a maneira como preserva suas tradições, com a ponderação de suas atitudes em política internacional.

A América é o nosso "arranjei um novo amor" no saboroso linguajar de samba e carnaval. É a namorada jovem, incrivelmente linda, que nos atrai, fascina, hipnotiza com as dádivas e com os prazeres que sua civilização material e técnica nos transmite.

Contudo, a admiração por essas magnetizantes pessoas não deve ir ao ponto de fazer-nos esquecer nossa *raison d'être* nacional, nosso belo e irrevogável (a não ser que o queiramos contrariar) destino histórico. Esquecer que nosso papel será o de país, de povo, de nação e, por que não dizer, no bom sentido, de império, traço de união, de catalisador étnico, de contornador e amaciador das pontiagudas arestas, oriundas dos problemas antirracistas e anti-imperialistas. Nossa missão é de povo predestinado a evoluir dentro do gigantesco e pujante cadinho racial de seu território privilegiado, um tipo de homem diferente, sem complexos de inferioridade, sem orgulhos etnológicos, sem castismos, sem obsessões nacionalistas, sem intransigências de culto, em alucinações ideológico-políticas.

Sob esse aspecto, o futuro, o *homo brasiliensis*, levará maior vantagem para convencer, para aproximar, para estabelecer duradouras pontes de entendimento pelo corpo e pelo espírito, em comparação com o próprio *homo portucalensis* luso-tropicalista do mestre Gilberto Freyre.

Enquanto o português contribui apenas com seu plasma, com a matéria-prima biológica, o brasileiro pode ostentar ao mundo um tipo já formado. Enquanto o português leva à África e à Ásia o exemplo do homem branco, do europeu sem preconceitos, nós já poderemos levar e exibir um indivíduo que, por sua formação étnico-moral, nunca poderá visualizar a existência de tais sentimentos. Enquanto Portugal, mercê de seu reduzido potencial humano e de seus encargos ultramarinos, não pode expandir-se pela África ou pela Ásia com a intensidade que era de desejar, o Brasil o pode cada vez mais, tendo em vista a progressão rápida de sua população.

Outra razão, e bem importante, para que o brasileiro venha a ser considerado e admirado ainda mais que o próprio português pelos povos da Ásia e da África reside no passivo histórico lusitano. Na fase de readaptação por que atravessa o mundo, a sombra do passado imperial e os resquícios coloniais, principalmente na Ásia, tendem a ofuscar a ação benéfica indiscutivelmente moral, esclarecida e honestamente cristã das relações que sempre manteve o homem de Portugal com seus semelhantes asiáticos e africanos. O homem brasileiro, não; esse já poderá entrar nas lides do agrado, nos torneios para a conquista do consenso geral dos povos não ocidentais, como uma espécie de Chevalier Bayard. Sem nódoas passadas, como o europeu; sem pisar em terreno inseguro, como o hindu. Quanto a este último, não importa quão belo e frutuoso tenha sido seu papel de mediador dos campos antagônicos russo e ocidental e sua atitude de defensor incondicional das raças ainda oprimidas, carece de uma absoluta sinceridade de atitudes para tornar-se o verdadeiro porta-voz da humanidade. Um ressurgente arianismo e um castismo de difícil extirpação enfraquecem-lhe as pretensões.

Aliás, é doloroso ver a projeção da Índia em política internacional, conseguida principalmente a partir do trabalho de seus grandes diplomatas Jawarhal Nehru e Khrishna Menon, quando a compararmos com a figura apagada do Brasil no concerto mundial. Ocorre-me a velha frase da gíria americana, como de todo verdadeira: "*What has she got that I haven't got?*" Com efeito, o que tem a Índia que o Brasil não possui ou não possa possuir? Bem ao contrário: as desvantagens são bem maiores do lado do país asiático. Problemas demográficos, linguísticos e políticos internos; economia equilibrada por um fio; condições climáticas as mais desfavoráveis, analfabetismo de percentagem mais alta que a nossa; toda uma série de hábitos, de pesos mortos milenares dos quais a Índia procura desembaraçar-se. No entanto, esse país encontra maneira de projetar-se gigantescamente no panorama internacional, como um verdadeiro e sincero mediador, cuja estatura cresce de ano para ano.

É difícil compreender como um país qual o nosso, possuidor de todos os atributos para representar o mesmo, senão melhor, papel que a Índia não se aproveita de tais predicados não só para firmar posição de conciliador internacional, mas também para imprimir um cunho mais sincero e independente a suas relações com os países asiáticos e africanos.

O de que este Brasil realmente precisa é projetar-se inteiramente, de corpo e alma, em política internacional; não como acólito, mas como mestre de orquestra. Cansamo-nos de saber e de dizer que o mundo se contrai mais a cada dia; que não há problemas nacionais que não se estendam ao plano internacional; no entanto, continuamos a fazer uma política de caramujo, que, quando muito, se arrasta ao sul do nosso continente.

É tanta a necessidade que temos de passar ao plano internacional, de nos desvencilharmos dessa política interna rotineira de empreguismo, desse marasmo econômico de plantar café, de vendê-lo para determinados e difíceis fregueses e de fazer toda a nossa vida de nação depender dessa granulosa "mosca azul", que deveríamos ir ao extremo de dizer – não importa a causa internacional que advoguemos (à exceção da comunista, visceralmente contrária à nossa formação religiosa e moral), seja ela imperialista, neutralista, anticolonialista, pró-aparteísta; seja tremendamente certa e adequada para nossa cultura e tradições, como a que vimos esposando; seja ela errônea e inteiramente adversa – que o necessário é que enveredemos (o mais cedo possível) na corrente cada vez mais forte da internacionalização da mentalidade dos povos.

Quem sabe se o fato de atirarmo-nos de *motu proprio* ao perigoso, mas vivificante, rio da Política Internacional (com I maiúsculo) não faria desaparecer em nós esses inexplicáveis complexos de inferioridade que nos impedem de aceitar o capital americano de que tanto necessitamos. Uma vez cônscios de nossa pujança internacional (sentimento que ora experimenta desvanecidamente a caloura Índia e a mais caloura China comunista), quem sabe se não desapareceriam (como sombras em quarto de menino medroso, ao raiar do dia) até mesmo os receios de que o "astuto ianque" explore o petróleo que é tão nosso quanto os raios cósmicos, que se projetam incessantemente sobre a estratosfera brasileira. Quem sabe se não terminaríamos com esse estúpido e trágico suplício de Tântalo que está matando nossa economia à sede de petróleo com o líquido vivificante ali, bem ao alcance de nós.

Pode ser alegado que, mesmo que nos atirássemos à política internacional, mesmo que planejássemos em grande escala, na realidade nunca passaríamos de potência de segunda ou de terceira classe.

Certo, economicamente não nos poderíamos tornar um dos grandes expoentes na atual fase burguesa petrolífera, pré-atômica que atravessa a humanidade. O *penchant* de uma grande percentagem do cérebro útil da mocidade brasileira ainda se volta (a despeito das novas correntes imigratórias) para o bacharelismo, em detrimento do trabalho, do emprego e do estudo tecnológico, para os quais ela ainda guarda certo desprezo atávico dos tempos de "casa grande" e dos "filhos de algo". Contudo, nossa imaturidade, nossa falta de ponderação e visão política; as divagações, os lirismos a que se entrega grande número de nossos homens públicos quando são chamados a decidir sobre aspectos essenciais de nosso desenvolvimento; a maneira por que eles postergam, adiam, cozinham a solução de problemas, por assim dizer, inadiáveis não nos permitirá em um futuro próximo e previsível brilhar como potência forte e rica "à la americana".

Entretanto, poderemos brilhar com fulgor bem intenso no acomodamento geral da humanidade, na fase em que as hegemonias passarão a ser das ideias, dos exemplos; na fase de liderança moral, como recentemente ainda profetiza Toynbee, em uma entrevista dada ao *New York Times*, em fevereiro de 1955.

O grande pensador acredita que nossa civilização poderá ser salva porque os desafios (*challenges*) com que se está defrontando farão despertar, em nós, sentimentos de arrependimento, de reforma e de desejo de viver uma nova vida, diferente da que viemos vivendo até aqui.

Esse acordar para uma nova diretriz será feito, principalmente, em função de um ressurgimento espiritual; de uma compreensão de que toda a humanidade é feita à imagem de Deus e, portanto, devem ser erradicados todos os sentimentos de superioridade racial.

Com certeza, o grande historiador tinha em mente o remorso dos povos de sua raça, anglo-saxões como ele. Entretanto, nós, que não temos peso algum na consciência, é que estaremos mais bem-aparelhados para promover esse ressurgimento. O Brasil poderá facilmente tornar-se o líder de uma fase evolutiva, na qual, se recorrermos à profecia de Júlio Verne ou de H. G. Wells, os supraestados não pensarão mais em termos de hegemonia terráquea, mas se preocuparão apenas com a formação de um tipo de homem global verdadeiramente internacional em suas características não só físicas, mas também intelectuais; um homem que, esquecido de suas minúsculas divergências mundanas (no sentido de mundo físico, geográfico) e de seus pequenos feudos intercontinentais e raciais, parta em busca de novas Américas, de novos caminhos para as Índias, no vasto espaço interplanetário – nas outras fronteiras que Deus muito breve nos permitirá.

Isso, dirão, são vagares idealistas, loucuras poéticas, que não deverão nortear as diretrizes de um país que, a bem dizer, em política internacional nem sequer deixou o casulo continental.

Todavia, se idealistas forem as sugestões aqui esposadas, não se afastarão elas muito da norma histórica e do retrato psicológico brasileiro. Somos um povo ingenuamente idealista e poético, não há como negar. Talvez essas características representem um peso morto, quando as observações em função de nossa transição de país agrícola, quase monocultor, para potência industrializada, que procura seguir os avanços da era tecnológica ora vivida e cuja palavra de ordem é realismo e especialização. Entretanto, quer queiramos, quer não, continuaremos idealistas, poéticos, generalizadores de ideias, um pouco filósofos e "batedores de papo" por algumas gerações vindouras.

Às mais importantes fases de nossa história, estão ligados poetas e sonhadores. É a Conjuração, é o movimento abolicionista, é a proclamação da independência com a frase teatral, quase poética de D. Pedro I no Ipiranga; são generais conspiradores estabelecendo uma república segundo as normas do credo visionário e literário contista; é o lema de nossa bandeira, invocação idealista e invocação *sui generis* em matéria de pavilhões nacionais; é a interpretação altamente literária e poética das cores dessa mesma bandeira (o verde das nossas matas, o ouro do subsolo e o claro azul deste céu); é a letra superpoética e idealista do hino nacional; é um Rui Barbosa desfraldando, sonhadoramente em Haia, o estandarte da igualdade das soberanias; é o inigualável patrono de nossa diplomacia, resolvendo idealística, igualitariamente, sem distinção de forte e de fracos, nossas questões de fronteira.

Portanto, nada de acanhamento, de pundonores, pelo fato de querermos planejar nosso futuro idealisticamente. De resto, hoje o idealismo já começa a ser encarado até por alguns sóbrios anglo-saxões como talvez a atitude mais realista a seguir. Escrevia em março de 1955 a conhecida jornalista americana Dorothy Thompson, a propósito de um desarmamento mundial: "*Those who save that the whole business should stop, (referindo-se à eliminação total das guerras, como meio de solução de divergências), are called idealists – a noble sort of a fool. But they alone are using reason amidst this grotesque dance of death*".

Em conclusão: para frente, a planejarmos, a passarmos da coluna do débito para a do crédito, esses dois fatores inseparáveis, inexpugnáveis da realidade brasileira e do caráter do nosso povo: o Brasil é país de misturados, de caldeamento de raças; o brasileiro é uma espécie humana altamente idealista.

Capítulo XIX

Orientação política do Brasil com respeito ao mundo ásio-africano

A orientação política internacional do Brasil com relação ao complexo ásio-africano deverá ter um duplo alcance: geral e contemporâneo – particular e futuro.

Na primeira modalidade devemos seguir as linhas gerais da política dos Estados Unidos em sua luta ideológica contra a Rússia. Entretanto, todas as vezes em que o *modus faciendi* do Departamento de Estado aprovar aberta ou silenciosamente a continuação de qualquer resquício colonial de potência europeia; todas as vezes em que qualquer mostra flagrante de força, qualquer tática hodierna de *big stick* visando amedrontar a Rússia ou a China comunista, possa ferir susceptibilidades de soberania há pouco conquistadas; e, máxime, todas as vezes em que a política norte-americana titubear em questões de igualdade racial – o Brasil deveria apoiar o país africano ou asiático nos conclaves internacionais, manifestar simpatia pela causa da gente, raça, povo ou nação que haja sido vítima de discriminação e, mais ainda, de inteira desaprovação pela atitude da potência ocidental.

Essa é uma política a ser praticada às escâncaras, com um máximo de fanfarras que repercutam em todo o mundo oriental, árabe e negro-africano. Nossas atitudes de não participação e desaprovação devem ser intensamente propagandeadas, a fim de que possamos delas tirar um máximo de benefícios.

Na segunda modalidade, devemos seguir política independente, inteiramente nossa. Política mais sigilosa, discreta de longo alcance, na qual o Brasil vise a um extenso e persistente trabalho de sedução

das massas africanas e asiáticas por meio do uso de nossa principal arma político-diplomática – igualdade racial e social quase perfeita existente no Brasil.

Devemos martelar paulatina, inexoravelmente, doa a quem doer dentro e fora de nossas fronteiras, que, apesar de ocidentais, não somos "vinhos da mesma pipa". Quer por nossa origem luso-tropicalista (na apropriada expressão de Gilberto Freyre), quer pelas misturas raciais negro-ameríndias de nossos tempos de colônia, quer ainda pelos mais recentes influxos de sangues das mais diversas proveniências, somos um país, um povo, que descrê completamente em separatismos ou superioridades raciais. Temos muitos traços de aproximação não só étnicos como espirituais com a África e com a Ásia; só as distâncias nos separam, pois os ideais são os mesmos. Somos tão anticolonialistas como qualquer outro país que tenha participado de Bandung, porquanto, ainda que o colonialato português no Brasil tenha sido dos mais brandos e patriarcais em seus aspectos sociais, no lado político e econômico, foi dos mais ríspidos e sufocantes. Tivemos um Tiradentes, tivemos gente degredada, também possuímos nossos mártires, nossas vítimas, nossos patriotas como qualquer outra colônia da Ásia e da África os teve e os está tendo. Ademais de colônia de Portugal, fomos vítimas também da cobiça de franceses e de holandeses que chegaram de fato a tomar e a exercer longo mando sob grandes tratos de nosso território. Somos por índole, e já o provamos, inteiramente anti-imperialistas. Tivemos a Banda Oriental em nossas mãos e nos curvamos às inclinações de seus habitantes; ganhamos sangrentas e demoradas guerras e respeitamos a integridade do Paraguai; com imensas fronteiras e considerável número de vizinhos, pudemos fixá-las em uma sinfonia de pacifismo e respeito mútuo, sob a batuta mágica de Rio Branco. Esses fatos de nossa história são inteiramente desconhecidos nestas regiões, e sua divulgação teria um imenso valor psicológico.

Finalmente, devemos fazer ver e divulgar entre os povos da África e da Ásia que essa busca de entendimento, de conhecimento e de mútua compreensão é de fato sincera e não ditada por interesses particulares, pelas reviravoltas da política internacional, como acontece com certos países.

Devemos mostrar-lhes que nosso anticolonialismo não é meramente acadêmico; que, no passado, já sentimos na própria pele o peso de tal sistema; e que, no presente, ainda o sentimos em virtude da vizinhança.

De fato, não há melhor exemplo que as Guianas para mostrar os malefícios ocasionados pelo colonialismo, mesmo em suas formas mais brandas.

Um todo geográfico, geológico, econômico e étnico que era perfeitamente uniforme permanece dividido, com suas três partes componentes alheias uma da outra.

Daqui a dez, vinte ou cinquenta anos, essas frações obterão fatalmente suas independências políticas; e, nesse dia, presenciaremos uma parte do continente sul-americano que poderia ser inteiramente homogênea se tornar disforme e separada. Separada pelas línguas faladas, pelas potências que a exploraram ao tempo de colônia. Separada pelas noções políticas, morais, religiosas e sociais que delas herdou. Separada no desenvolvimento de sua economia. Separada em seu todo geográfico; uma deformidade na extensão territorial sul-americana perfeitamente unida em sua herança luso-espanhola.

O que poderão almejar no futuro? Muito pouco em conjunto. Tenderão irremediavelmente para a desunião, para as atitudes políticas de desconfiança, de irremediável não cooperação no campo econômico – em uma palavra, um segundo tomo da América Central à testa do continente sul-americano e, convenhamos, uma América Central muito mais explosiva e com probabilidades de maiores desentendimentos em decorrência, principalmente, de sua formação étnica. Os componentes raciais incluirão índios nativos das três Guianas: o elemento hindu e o negro na Jamaica, ambos salpicados de sangue inglês na britânica; javanês, amboinos, gente da Sumatra, de Bornéu, chineses e hindo-holandeses no Suriname; nativos de Madagascar, árabes do norte da África, indo-chineses, todos de mistura com o pior sangue gaulês das terríveis penitenciárias, na parte francesa.

Só um milagre político-social poderá fazer desses territórios países prósperos e pacíficos depois de suas respectivas independências. Oxalá, briguem apenas entre eles. O perigo é que, em virtude de suas enormes diferenciações, venham a constituir uma espécie de agentes provocadores para o restante da América do Sul.

Infelizmente ainda não possuímos uma das armas hodiernas de maior poder de divulgação, ou seja, a agência telegráfica internacional de notícias. A imprensa, o rádio, a televisão são perfeitamente coxas sem o auxílio dessa preciosa muleta. Os maiores cérebros, os mais vigorosos plasmadores da opinião pública mundial trabalham de preferência nessas agências, mesmo quando podem obter melhores posições nos jornais e revistas de maior circulação mundial. Os correspondentes das principais agências são verdadeiros príncipes do jornalismo; atendem todas as conferências internacionais e suas observações são acatadas, e não raro transmitidas, pelos próprios representantes diplomáticos de seus respectivos países. Esses homens podem, em realidade, mais que seus

próprios governos, encaminhar a política internacional para determinados ângulos, torná-la mais agressiva ou receptiva a ideias ou propostas de outros países.

Não há potência ou quase potência nos nossos dias que possa prescindir de uma boa agência telegráfica. Não possuir tal organismo é não só entregar a divulgação de determinados problemas de política interna ou exterior à apreciação de estranhos, de terceiros, mas também deixar que as deduções e induções de seu próprio povo sobre política internacional fiquem sempre dependendo da apreciação, da interpretação dada por jornalistas estrangeiros, que, muito naturalmente, veem cada acontecimento parcialmente, de acordo com o interesse de seus respectivos países.

Isso é justamente o que nos acontece. Quase todo jornalismo indígena depende dos telegramas, dos *releases*, dos comentários das grandes agências americanas e, em grau menor, daqueles da Havas e da Reuter.

O que sabe o nosso povo do ponto de vista de outros grandes segmentos da humanidade sobre determinados problemas? Nesse ponto os países jovens e pobres do bloco neutralista são bem mais afortunados que o nosso ou que todos os outros da América Latina. A Indonésia, que é nação de poucas disponibilidades, sem moeda forte para a compra do papel de imprensa, edita vários jornais. Nenhum deles, porém, tem mais de quatro páginas. Entre nós, pelo tamanho, seriam apodados de pasquins ou jornalecos de vilarejo do interior. Entretanto, esses jornalecos, em virtude da diversidade de fontes, de onde provêm as notícias neles publicadas, proporcionam a seus leitores meios mais fartos de seleção para uma apreciação mais justa, mais imparcial, dos acontecimentos diários da política internacional.

Não sei quanto custará a formação de tal empresa. Não sei que elementos técnico-científicos serão necessários para o seu perfeito funcionamento material. Sei, porém, que o Brasil e o povo brasileiro não deverão prescindir por mais tempo de tal arma, de tal escola. Julgo também que devem existir capitães de indústria neste nosso Brasil bastante patriotas para se entregarem de corpo e alma a tão magno serviço, ainda que de início não venha a proporcionar lucros substanciais.

Caso não existam homens de visão, na imprensa ou nos meios industriais brasileiros, que se atentem para o valor profundamente patriótico de tal empresa, o Governo Federal deveria tomar a iniciativa de promover uma sociedade público-privada por ações ou subsidiar inicialmente um consórcio de várias empresas jornalísticas até que o

negócio venha a ter vida financeira individual. Nesse caso, porém, o governo deverá desassociar-se completamente da parte administrativa, a fim de não cair no costumeiro burocratismo e empreguismo que caracterizam quase todos os planejamentos nacionais.

Nossa agência internacional de notícias – essa *Brasil Press*, que oxalá não fique apenas em sonho, deveria ser perfeitamente equipada e, nos países ásio-africanos, suprida com o que de mais arguto, devotado e culto possuir a *intelligentsia* jornalística do país.

Outra arma de grande importância, de que também carecemos para a divulgação de nossos gestos e atitudes favoráveis a países ou problemas ásio-africanos, seria um bom serviço de imprensa e de rádio anexo às nossas missões diplomáticas.

Essa dependência seria apenas para fins internos, pois no estrangeiro esses órgãos deveriam aparentar a maior independência e separação possíveis, a fim de se fazerem porta-vozes de nossos embaixadores e ministros sem envolvê-los em imbróglios diplomáticos com outras missões ocidentais sediadas em capitais e cidades ásio-africanas.

Esse serviço deveria ser esquematizado, preparado e posto em funcionamento com o maior carinho possível pelo governo em geral e pelo Itamaraty em particular. A escolha do pessoal deveria merecer especial cuidado para não reincidirmos no erro cometido quanto aos adidos econômicos selecionados quase simplesmente por conveniência política.

Esses adidos de imprensa deveriam ser gente com real prática de jornalismo, com um bom cabedal de verdadeiros conhecimentos de sociologia e língua inglesa (a língua franca no Oriente e na maior parte da África) e de preferência jovens e solteiros para maior facilidade de locomoção. Moços que partissem da premissa de que o Brasil não é nação branca, que é o maior *melting pot* universal e que se orgulham disso. Gente, portanto, sem o menor prurido de superioridade étnica. O oferecimento desses postos deveria ser feito em uma base de contrato de serviços não menor que dois e não mais longo que cinco anos. Conseguir-se-ia, assim, ao cabo de algum tempo, um quadro de especialistas com verdadeiro conhecimento acerca da política, da economia e dos hábitos de certas regiões ásio-africanas, quase tão remotas para o público brasileiro, quanto os vales do planeta Marte. Ao mesmo tempo, fixando um limite máximo, faríamos com que essa gente não corresse o risco de "depaysar-se", como acontece com a maior parte dos funcionários europeus que são deixados indefinidamente por seus governos em determinados postos no Oriente.

Mais importante ainda: o grau de devoção à difusão da "brasilidade" deverá ser intenso nesses legionários da imprensa, tanto

mais que eles não terão jamais direito a uma opinião pessoal sobre os assuntos em que nosso país se envolver no âmbito internacional asiático e africano. Aparentarão inteira liberdade de opinião, mas em realidade não passarão de porta-vozes do embaixador ou ministro para seguirem a atitude previamente ditada a esses diplomatas pelo nosso Ministério das Relações Exteriores.

Entretanto, emprego público, por maior devoção que a ele se tenha, não é sacerdócio integral. Existe sempre o lado econômico e pecuniário do assunto, se o país de fato quiser ter bons quadros de funcionários no exterior.

É mais fácil, supremamente mais fácil, a um europeu conformar-se no estrangeiro com um ordenado mesquinho, que lhe dê para viver discreta e decentemente apenas, do que a um brasileiro, americano ou cidadão de qualquer outro país como o nosso, em fase de expansão. O brasileiro jovem e de real valor tem um grande potencial de *reussite* pecuniária em sua própria terra, em franca eclosão como ela se encontra. Em menos de uma década pode tornar-se rico para toda a vida, em qualquer ocupação de caráter privado a que se dedique.

Não se pode pedir, portanto, a este mesmo jovem que vá gastar cinco anos no estrangeiro – dedicando-se completamente aos interesses nacionais –, sem que lhe seja dada, pelo menos, uma parte do que era lógico e presumível que ele viesse a ganhar, caso permanecesse no Brasil. Não se trata de ordenado para viver, mas de remuneração que lhe sirva para deslocar-se ou fixar-se em um pé de igualdade, por exemplo, com um jornalista americano; e que, ademais, ainda lhe dê para colocar alguma coisa à margem, para sua volta.

Se o Brasil de fato avaliar a importância dessa política que visa fazermo-nos conhecidos, considerados e, quem sabe, mesmo, queridos nesses lados tão importantes do mundo, será compreendido quão fúteis são medidas de economia insignificantes tomadas por alguns de nossos governos com relação a seus serviços exteriores.

Trata-se de economias de palitos, mesmo quando as analisamos à luz de nossos interesses presentes, quer dizer, quando as comparamos com as despesas que advenham de guerras futuras e que possam ser evitadas pela sementeira fértil, pelo trabalho eficiente, de brasileiros categorizados, servindo no exterior.

Infelizmente, até agora, pouco temos feito para nos tornar conhecidos na Ásia e na África e, muito menos, considerados e admirados. Pelo contrário, poucas vezes nos foi dado opinar sobre problemas dessas regiões em conferências internacionais, ou bem nos abstivemos de emitir opinião ou nos colocamos ao lado das potências colonialistas europeias.

Por exemplo, em novembro de 1954 a AGNU vetou uma resolução apresentada pelo Comitê Político. O Brasil foi um dos que votou contra. A notícia talvez não tenha ocupado mais que algumas linhas no noticiário nacional, mas o mal que ela representou para nossa política internacional na Ásia requereria muitas páginas para que se pudesse avaliar toda a sua extensão, todas as suas repercussões e implicações.

Talvez nada mais foi divulgado além de um pequeno cabeçalho no noticiário telegráfico de nossos diários sob este título: "A delegação brasileira na AGNU vota contra a proposta da Indonésia na questão da Nova Guiné Holandesa." Nada mais que isso. Tudo, sem dúvida, muito remoto do Brasil e para o Brasil.

Quantos dos nossos 55 milhões de brasileiros saberão que é e onde está a Indonésia? Que dizer da Nova Guiné? Evidentemente, é notícia que o leitor da página política passa adiante com a mesma irreverência com que o assíduo acompanhante da página futebolística menospreza os resultados dos jogos da Segunda Divisão. No entanto, quanto prejuízo futuro para a condução de nossa política no Sudeste da Ásia (se algum dia, como é de esperar, viermos a ter política formulada por nós mesmos para essa área) representa essa insignificante notícia. Quanta animosidade gratuitamente suscitada. Quanta desconfiança não despertou essa atitude de um país tão desconhecido para os asiáticos, quanto alguns países asiáticos o são para nós.

De quem é a culpa? Do órgão responsável pelos nossos assuntos exteriores? De um deslize de nossa chancelaria? De uma má diretriz política traçada *a priori* pelo nosso governo? Não é de crer que o seja. Nosso governo não tem ainda política firmada em assuntos asiáticos ou africanos; temos apenas interesses econômicos muito limitados, que não chegam a servir de incentivo para o traçar de uma política global de longo alcance para essas regiões tão importantes.

A culpa, pois, em primeiro lugar, repousa no próprio povo que não percebeu que, não obstante seus defeitos, o Brasil inexoravelmente terá de vir a ser um dos supraestados de um mundo bem próximo e, como tal, terá de arcar da noite para o dia (como está se passando com o povo americano) com problemas e decisões de caráter global.

Para tomar tais decisões, é preciso que um povo esteja sempre bem e altamente informado, e seus órgãos por excelência informativos (mais até que a imprensa e o rádio, que visam mais que tudo à momentaneidade, e não à consequência possível dos acontecimentos) são os serviços diplomáticos e consulares, assim como suas agências conexas de cultura, de imprensa, de economia, de observação militar, de "inteligência". Tais

órgãos e serviços, mesmo quando supridos por verbas liberais, não pesam quase na balança orçamentária de qualquer país; entretanto, a maior parte das nações, à exceção talvez da Inglaterra (e por isso é que a diplomacia inglesa sempre foi e ainda é a mais consequente, produtiva e responsável), sofre de um verdadeiro ataque de avareza e inveja com relação aos dinheiros recebidos por seus funcionários no estrangeiro e as despesas com encargos de caráter exterior.

Não creio que haja no mundo um agrupamento profissional mais invejado, mais desunido e mais criticado que a carreira diplomático-consular.

Não se pense que é só no Brasil que o diplomata sofre o calor do olho cobiçoso, que guerreia entre si em uma competição sem quartel e que serve de bode expiatório para a imprensa. Não, isso acontece em todos os países onde existe esse nome sonoro de *la carrière*. Todavia, por que há essa inveja? De um lado, porque a maior parte da opinião pública crê que a carreira continua sendo um quadro cerrado e recrutado, tendo em vista a posição pecuniária e a tradição de família; de outro, porque, insuflada pela imprensa, o senso comum pensa que o diplomata foi e continua sendo o grande nababo burocrático, o eterno parasita que se locupleta com salários, viagens, banquetes, dando nada ou pouco em paga dos sacrifícios orçamentários que o país faz. Nada mais afastado da realidade. Uma simples análise estatística pode demonstrar a falácia dessa crítica.

Em todos os orçamentos, a parcela consagrada aos serviços exteriores (*carrière*, serviços locais, despesas com conferências e organismos internacionais) é uma das mais baixas, se não a mais baixa das distribuídas aos vários Ministérios.

No Brasil, então, a discrepância ainda é maior. A soma consagrada a esses serviços das Relações Exteriores é quase irrisória, se comparada com a que é dada aos outros Ministérios. Acresce ainda que não há quase saída de divisas fortes (a não ser para o pagamento de anuidades devidas a organismos internacionais), pois as arrecadações brasileiras de emolumentos consulares, que são feitas em dólares, somente dão para cobrir as despesas de salários e as ajudas de custo do pessoal diplomático e consular.

Entretanto, os serviços exteriores de um país não são empresas comerciais. Não se trata de saber se a folha de pagamento diminui muito ou pouco os dividendos a serem distribuídos pela companhia; se o salário de seus empregados é mínimo ou é máximo; se os gastos da firma, da sociedade, devem ser comprimidos.

A pergunta a fazer-se é: "A estatura e a importância da nação demandam o traçar e a observância de determinada política internacional de largo escopo?".

Se o demandam, a opinião pública, a imprensa, o Legislativo devem conceder inteiro apoio material e moral para que os órgãos encarregados de sua política externa possam desempenhar, na íntegra, as tarefas que lhes foram conferidas.

O que o Brasil precisa ter em vista é que o nosso Itamaraty é um órgão de defesa tão importante quanto os Ministérios da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica. Representa uma defesa vaga, imprecisa, às vezes, como no caso de nossas relações com o todo ásio-africano; uma defesa pouco demarcável no tempo e no espaço, mas, nem por isso, menos vital que a defesa ativa e perfeitamente configurada que cabe às classes armadas.

O raciocínio é claro, evidente e, à luz dele, nota-se tremenda incongruência toda vez em que a nação compra sem regatear aviões, carros de combate ou navios de guerra e não concede sequer verbas suficientes para a aparelhagem dos exíguos serviços exteriores já existentes.

Aliás, as classes armadas do país, principalmente o Exército, estão mais cônscias que qualquer outro setor nacional daquilo que realmente representa o Ministério das Relações Exteriores para o Brasil. De há muito, a Escola Superior de Guerra vem promovendo cursos e conferências nos quais os elementos mais destacados do Itamaraty e das classes militares têm ocasião de congraçar-se, de trocar ideias ou de observar, de estudar a íntima comunhão de objetivos existente entre a diplomacia e a espada.

Capítulo XX

Em defesa do Itamaraty

São inúmeros os *handicaps* de caráter pecuniário com que luta o Itamaraty para o bom desempenho de suas funções. São muitas também as medidas que poderiam ser tomadas e que a exiguidade das verbas não comporta.

Não resta dúvida de que muitas delas são, mais que nada, de caráter administrativo interno e deveriam ser propugnadas pelo interessado... Entretanto, os altos funcionários do Itamaraty padecem de um excesso de modéstia, de pundonor na solicitação de aumentos de verbas. Como o diplomata indígena é injustamente acoimado de receber vencimentos nababescos, aqueles encarregados da elaboração dos orçamentos se encaramujam, se acanham de batalhar para que seja dada ao Ministério do Exterior uma fatia menos magra ou diáfana, durante a distribuição anual do bolo orçamentário.

Não é demais, portanto, que o público se inteire, pelo menos ligeiramente, daquilo que o Brasil não só deixa de ganhar, mas também daquilo que perde em bens materiais e em prestígio em virtude desta inexplicável economia de palitos.

A diplomacia sempre cultivou a mística do prestígio, da exteriorização, da aparência. Parecer um país rico, mais importante ou mais forte a partir da projeção de seus representantes no exterior sempre foi (e parece continuará sempre a ser) a norma consagrada. Aliás, a reação é perfeitamente lógica; o sentimento, visceralmente humano. Se a maioria dos homens, como particulares, não prescinde do cultivo das

aparências, não se desvencilha dos complexos de orgulho e ostentação, adstritos à posição, à tradição ao nome ou à posse de bens materiais ou intelectuais, como poderia agir de maneira diversa quando representa coletividades, nações?

A esses sentimentos não se furtam nem mesmo os representantes dos países comunistas em que pese o desprezo que procuram aparentar por certas normas de conduta da diplomacia tradicional.

Remotamente, nas velhas civilizações, o brilho, a importância das missões, residia menos na pessoa do embaixador que na riqueza dos presentes por ele transmitidos de potentado a potentado. Mais tarde já não são somente os regalos, mas também a importância do séquito. Com a cristalização das usanças diplomáticas e com a instituição das embaixadas permanentes, durante o Congresso de Westphalia, o nome, o título nobiliárquico, passa a ser um dos motivos de maior importância para a formação de qualquer missão diplomática.

Em 1820, realiza-se o Congresso de Viena, a *carrière* é oficialmente formada e, aos atributos anteriores de *rank* e aristocracia, se junta também o da possibilidade financeira de o representante estrangeiro praticar diplomacia social, no que ela possa ter de mais brilhante e dispendiosa. Os plenipotenciários dos estados participantes competiram, rivalizaram-se em bailes e banquetes, em um redemoinho interminável de luzidos saraus, quase ininterruptos, meses a fio. Até a sóbria e taciturna *Enciclopédia Britânica*, ao tratar dos resultados do Congresso, não se pôde eximir de um comentário sobre o brilho dessa faceta da conferência. "*The social side of the Congress made a great impression on the age, and on history*."

No que pesem as críticas que gerações posteriores hajam feito a essa diplomacia de pomada e minueto, a verdade é que ela foi a responsável por quarenta anos de paz no continente europeu. Todo o "imenso dinheiro" gasto em festas pelos plenipotenciários em Viena não alcançaria o preço dos armamentos e da manutenção de um só dos regimentos de Napoleão durante o mesmo lapso de tempo. Fato curioso: nota-se presentemente uma recaída nessa diplomacia de banquete, de prestígio social, e justamente da parte do setor em que isto era menos de esperar: o comunista.

Após Viena, os métodos e formas com que as nações têm procurado aparentar força e prestígio por intermédio de seus representantes diplomáticos se vão tornando cada vez mais elaborados. São os uniformes, as normas de protocolo, as cerimônias da entrega de credenciais, que em alguns países como a Espanha são praticadas com o maior esplendor.

Até o advento do motor à explosão, embaixadores e outros diplomatas mais categorizados, quando não possuíam fortuna pessoal,

eram ajudados por seus governos na compra de carruagens. O país se esbatia na capital e perante o público estrangeiro, cortejava importância, por meio dos dourados, dos brasões esculpidos nas portas das vitórias e dos landaus, pela riqueza dos arreios, pela beleza dos animais de tiro.

Com o aparecimento do automóvel, passa ele a ser um dos principais objetos de prestígio diplomático. Outra concepção da primeira metade do século foi também a do embaixador ricaço, rastaquera, que não olhava despesas, capaz de *épater les bourgeois*.

Com a produção americana em massa, tanto de automóveis quanto de diplomatas capitães de indústria, essas duas características começaram a cair em desuso. Um Cadillac e até mesmo um Rollys Royce estavam ao alcance pecuniário, tanto do representante de um modesto país centro-americano, quanto dos embaixadores dos Estados Unidos ou de Sua Majestade Britânica. No entanto, os governos se estão mais e mais capacitando que o envio de diplomatas, considerando somente a fortuna pessoal, é uma forma de economia que redunda às vezes mais cara para o Estado pelos *faux pas* que tais representantes possam cometer. Nessa questão *d'éclat diplomatique*, não importa tão somente ter dinheiro e gastá-lo, mas, sim, ter dinheiro e também maneiras, linha para gastá-lo.

Em todas essas formas de exteriorização, uma existe, porém, que sempre teve e, agora mais que nunca, tem importância capital – o prestígio que advém para um país em função da qualidade e localização da habitação, da casa, da residência não só do embaixador, mas também dos demais membros da missão.

Sob esse aspecto, o Brasil está sofrendo tremenda *captis diminutio* em quase todas as capitais do mundo. A princípio o problema não era tão premente. As verbas concedidas às missões para seus aluguéis eram, e ainda são, razoáveis e, mesmo não desfrutando da tradição que confere um inalterável e bom endereço, íamos alugando imóveis de certo porte, que nos colocavam em um pé, se não de igualdade, pelo menos, de quase paridade com os grandes países.

Entretanto, depois da guerra, a situação mudou completamente. Nota-se um movimento de urbanização intenso em todas as capitais do mundo e uma consequente crise de habitação. Os aluguéis sobem a preços astronômicos, entra-se em um regime de luvas descaradamente altas e já não se trata mais de conseguir boas instalações, mas de obter quaisquer acomodações.

O que cumpria fazer – e isso o compreenderam não só as grandes potências, mas também até países pequenos e financeiramente modestos como Portugal – era desistir de alugar e comprar o mais depressa possível.

Infelizmente, no Brasil o processo administrativo para a compra de imóvel no estrangeiro é por tal maneira complexo, que se torna quase proibitivo. Requer nada menos que o estudo e a aquiescência do Legislativo por meio de decreto, a cada proposta de *per si*. É raro o proprietário estrangeiro que queira submeter-se à espera de intermináveis meses, às vezes anos, pelo moroso rodar da máquina administrativa brasileira, a fim de receber qualquer soma ajustada.

Depois de quase dois séculos de vida diplomática temos prédios em muito poucas capitais: Washington, Madrid, Buenos Aires e Nova Delhi; nesta última, em decorrência de um *tour de force* de perseverança do falecido embaixador Caio de Melo Franco. Consulados, esses, então, talvez somente em Portugal e, assim mesmo, porque os prédios nos foram doados.

A maioria dos embaixadores e ministros tem instaladas não só as chancelarias, mas também as próprias residências em prédios ou apartamentos modestos, quase nunca em um pé de igualdade com as grandes potências no que respeita ao setor da cidade e sempre sujeitos à transitoriedade do regime de aluguel.

Grande número dos chefes de posto é obrigado a residir em hotéis por falta de acomodações condignas; outros entulham residência e chancelaria em apartamentos irrisoriamente pequenos; em Paris mesmo, por muitos anos, tivemos residência do embaixador e chancelaria atravancados em um rés do chão.

Então, em certos países do Oriente, a maneira por que nossos funcionários e missões diplomáticas e consulares estão instalados é verdadeiramente confrangedora.

Em certa capital, onde já estávamos representados há quase três anos, o embaixador continuava em um quarto de hotel; e a chancelaria, em dois modestos cômodos de um apartamento, a despeito de todos os esforços feitos por nossos representantes a fim de obterem melhores instalações. Nesse lugar, à exceção de umas duas ou três missões que já possuíam casas alugadas para seus serviços consulares ao tempo em que o país ainda era colônia, as demais se viram obrigadas a comprar uma, duas ou mais casas de acordo com a importância dos serviços ou o tamanho do pessoal. Nessas ocasiões, então, há uma verdadeira competição de prestígio em que cada país procura adquirir os melhores e mais bem situados imóveis da cidade. Os Estados Unidos compraram cerca de trinta prédios; a Rússia declarou de antemão que só enviaria embaixador se o governo do país se comprometesse a conseguir-lhe a venda de dez boas casas para a instalação não só da missão, mas também para residência

de seus funcionários; o Canadá, país de interesses relativamente pequeno no Oriente, adquiriu casa para o embaixador, para a chancelaria, para os secretários, para o seu corpo de estenodatilógrafas e até mesmo uma residência de montanha. À exceção do Afeganistão e do Vietnã cujos representantes acabaram de chegar, todos os demais países, sejam eles potências como a França ou a Grã-Bretanha, sejam eles modestos calouros como o Ceilão, a Birmânia ou a Arábia Saudita, possuem seus prédios próprios nas melhores avenidas dessa nova capital no Oriente.

Reflitam, pois, bastante os "sueltistas", os legisladores, todas as vezes em que opinarem ou decidirem sobre as verbas a serem dispensadas ao Itamaraty. Que se lembrem (e diga-se isto sem a menor parcela de lirismo, de dramatização) que existem capitais ou grandes cidades mundo afora onde o nosso prestígio material está tão baixo, que não se tem lugar condigno nem mesmo para desfraldar o pavilhão nacional. Note-se que nosso assunto é menos uma questão de aumento de despesas, que de sistematização. Que o Poder Federal se decida a permitir que o Itamaraty equipe nossos serviços exteriores com prédios próprios e lhe avance uma soma anual (em divisa forte e de pronto manejo), a fim de facilitar-lhe aquisições rápidas independentemente de delongas burocráticas.

Não há casa e até palácio cujos aluguéis em alguns anos não cubram seu custo atual, por mais caro que seja. Em 20 anos apenas, o Itamaraty poderá, se quiser, ter suas embaixadas e consulados perfeitamente instalados em prédios próprios e condignos, os quais, daí por diante, não acarretarão maiores despesas que as de conservação.

Aliás, qualquer corretor de imóveis, qualquer companhia construtora ou de seguro compreende perfeitamente tal mecanismo. Já é tempo que o governo o perceba também, a fim de que não só possamos de fato economizar para o futuro, mas também colocarmos a parte material da representação exterior do Brasil no pé de igualdade em que ela merece estar com os demais países.

O *aparelhamento humano para as tarefas rotineiras de nossos serviços exteriores* é outra grande desvantagem com que luta o Ministério das Relações Exteriores. Qualquer pequena firma americana tem seu grupo de secretárias, de estenodatilógrafas, perfeitamente organizado. Qualquer comerciante, qualquer industrial de ideias mais modernas, não só na América, mas mesmo no Brasil, já compreendeu o que representa esse grupo de auxiliares, como ele abrevia o serviço, como permite um maior rendimento de trabalho aos empregados mais categorizados.

Nenhuma repartição de país com certa preeminência internacional prescinde ou pode prescindir de tais serviços. O primeiro que fazem as

grandes potências, essas então, ao instalarem uma missão diplomática, repartição consular, agência governamental econômica ou cultural, é enviar o pessoal encarregado da mecanografia, antes mesmo da chegada dos funcionários. O pobre Brasil não tem equipe de datilógrafas, nem mesmo nas nossas grandes embaixadas, como Washington, Buenos Aires, Paris e Roma. Temos auxiliares, homens ou mulheres, alguns dos quais acidentalmente são razoáveis batedores de máquina. Estenógrafas, então, são uma verdadeira raridade. Resultado: o Itamaraty que indiscutivelmente é um dos ramos governamentais mais bem supridos em matéria de aptidão e qualidade de funcionários não obtém deles nem 20% do rendimento que seria de esperar.

Em geral, os diplomatas e cônsules brasileiros quando no estrangeiro perdem-se na elaboração de serviços rotineiros burocráticos, respectivos, copiando à máquina trabalhos puramente secretariais, em vez de se entregarem a tarefas mais elevadas, mais úteis ao país e para as quais a maioria está perfeitamente capacitada.

Com a cooperação de uma estenógrafa, um comerciante de capacidade intelectual bem modesta pode facilmente ditar mais de umas trinta páginas diárias; sem essa ajuda moderna e vital, o mais brilhante dos nossos diplomatas não chega a minutar vinte páginas à mão ou à máquina. Há ministros e embaixadores brasileiros que, depois de mais de três décadas de carreira, ainda têm de bater à máquina, eles mesmos, as comunicações que desejam enviar. Em postos distantes, muitas vezes, não dispõem de secretário de embaixada e, mesmo dispondo, pode dar-se o caso em que este último não saiba datilografar – aliás, fato bem compreensível, pois o concurso do Instituto Rio Branco não exige, como não deve exigir, que o diplomata seja datilógrafo.

O Itamaraty no estrangeiro, nessa parte material do serviço, caminha, a bem dizer, apoiado em seus diplomatas datilógrafos, que vão se arrastando, capengando, batendo à máquina com dois ou três dedos no máximo, em um *tour de force* de improvisação, característica, aliás, bem brasileira e que procura compensar nossa crônica falta de planejamento, de visão mais ampla do futuro (e do próprio presente), em todos os setores da vida nacional.

Precisamos, portanto, neste particular, e o mais breve possível, organizar um corpo eficiente de estenógrafas e datilógrafas recrutadas, por meio de contrato de serviços de dois ou três anos e com passagens de ida e volta pagas pelo governo. É o sistema americano e que está dando excelentes resultados no Departamento de Estado.

Outro grande mal de que se ressentem os serviços exteriores do Brasil é a exiguidade dos quadros de carreira. De tempos em tempos, um

novo ministro de Estado promove uma reforma, um pequeno aumento em algumas das categorias. Visam, primeiro de tudo, porém, atender conveniências pessoais de amizade, e não um planejamento de conjunto abrangendo o volume e a importância dos trabalhos que o Itamaraty poderia realizar, caso aumentasse seus quadros de acordo com as necessidades inadiáveis da política exterior brasileira.

Existem ou têm existido missões cujo pessoal consta do embaixador ou do ministro e de um auxiliar intérprete recrutado no local. Há consulados em que o diplomata permanece sozinho, anos a fio, como uma espécie de "músico de sete instrumentos". Encontram-se capitais de grande importância política e econômica e que contam no máximo com dois secretários de embaixada, quando as conveniências de nosso país exigem pelo menos cinco.

Os adidos, então, esses colaboradores cada vez mais indispensáveis para a vida diplomática moderna, primam quase pela ausência. Representantes das classes armadas ainda são encontrados em algumas das capitais europeias, em Washington e nas missões brasileiras em países vizinhos. Entretanto, os adidos comerciais, culturais e de imprensa tão importantes também para o bom funcionamento de uma embaixada ou legação (uma vez que seja gente de real competência e não meros agraciados políticos) são, por assim dizer, inexistentes.

Uma vez que cesse esse ilogismo de gastar o país nababescamente com todos os órgãos públicos federais e estaduais e procurar fazer economia à custa de compressões nas já diminutas verbas do Itamaraty (a Prefeitura do Distrito Federal, sozinha, gasta com seu enorme funcionalismo mais do dobro de todas as despesas do Ministério do Exterior reunidas); uma vez que desapareça da mentalidade do povo e do jornalista patrício que diplomata é "capitalista viajante" (que atentem os críticos no decoro pecuniário que o cargo exige, no mundo atual, cada vez mais sujeito à inflação, na necessidade que tem o funcionário de fazer algumas economias, a fim de suportar o tempo de estágio no Rio de Janeiro, a época das vacas magras); uma vez que seja afastada essa ideia inteiramente falsa de que o "itamaratiano" é o eterno *playboy* das grandes metrópoles, o "grã-fino" internacional (essa classe de privilegiados políticos que passam a vida como vistosas borboletas doudejando entre Paris, Londres e Madrid é uma ínfima minoria na carreira) poderão finalmente o público e o governo chegar à conclusão de que nossos serviços exteriores precisam de melhor aparelhagem humana e material que permita ao Brasil projetar-se com a intensidade a que tem direito e dever no panorama internacional.

Portanto, o afastar de certas teias de aranha, de certas ideias preconcebidas do público em geral com relação aos funcionários que trabalham no exterior torna-se condição imprescindível para que sejam dadas ao Itamaraty a atenção e o amparo governamental que ele merece.

É mister que o brasileiro se inteire do reverso da medalha. Que não se atente só para as vantagens desfrutadas por uma pequena minoria de apadrinhados do governo ou dos maiorais da Casa. Que repare que cerca de 80% dos funcionários, percentagem que de fato faz o Itamaraty caminhar, serve ou já serviu muitos anos em pontos bem árduos e difíceis, seja pelas condições de vida, seja pelo clima.

Não é tão fácil, como se pensa, a vida de tais funcionários. Uma pequena enumeração de desvantagens poderia incluir: descontinuidade da educação dos filhos, quando menores, e inevitável separação, quando atingem grau acadêmico ou universitário; desgaste orgânico acarretado pelas estadas mais ou menos longas em postos quentíssimos e úmidos como Nova Delhi, Jacarta, Assunção, Bombaim, Calcutá, Karachi, Dakar, Manágua, Panamá; perigo que representam para a saúde as transições rápidas de tais postos para outros de clima consideravelmente frio; desgaste cardiológico produzido pelo viver em cidades situadas a grandes altitudes; separação dos genitores, em geral já bastante avançados em anos e que, por isso, dificilmente podem acompanhar o diplomata ao estrangeiro; afastamento dos amigos, arrefecimento de amizades, pois são raras as que resistem com o mesmo calor enormes separações no tempo e nas distâncias; estágios muito demorados no estrangeiro, pois a maioria dos funcionários não tem a sorte das viagens ameudadas ao Brasil ou não possui fortuna pessoal para fazê-lo por conta própria e, assim sendo, ao chegarem de regresso à pátria, depois de longos anos, sentem-se inteiramente desambientados, estrangeiros em sua própria terra.

É raro encontrar o ser humano que não estima certa continuidade de serviços, que não procura fazer com que certas relações de início inteiramente comerciais se transformem pela constância em intercâmbios menos rígidos e impessoais. Quem não gosta de ser sempre atendido por um médico que lhe conheça os achaques? Quem não procura manter sempre o mesmo advogado que já se tornou sabedor de seus problemas materiais? Quem não preza a manutenção dos mesmos empregados domésticos? Diplomata não pode nunca dizer "o meu médico", "o meu advogado", "a minha cozinheira". Não pode ter nem mesmo continuidade de confessor que lhe possa julgar os píncaros de desprendimento e renúncia ou os abismos de fel e o ranger de dentes, quando é preterido por novato consideravelmente "empelicado" ou "epistolado", o que é humano. Outra

desvantagem bem grande e que passa despercebida é que a vida de cigano, tão invejada por muita gente fora da carreira, não permite jamais um dos maiores prazeres do homem moderno que é idealizar, construir, mobiliar sua própria casa e nela viver por algum tempo. Esse prazer de melhorar, de embelezar o "*home sweet home*", não é para itamaratiano. A rotina de sua vida é viver em hotéis a maior parte do tempo e quando obtém casa ou apartamento torná-lo agradável, habitável, mais para o próximo inquilino que para ele mesmo.

Não resta dúvida de que o Itamaraty proporciona a seus funcionários excelentes e bem remunerados empregos – que a carreira ainda possui, mesmo hoje em dia, indiscutível fascínio. Entretanto, no que respeita à maior parte dos funcionários, o tratamento que lhe dispensa o erário público, ou a importância pessoal que lhe advém dos cargos, são perfeitamente compensados pela devoção de tais servidores e pelos inúmeros e despercebidos percalços que essa vida de saltimbanco lhes acarreta.

Para finalizar esta arenga da "defesa" no caso "itamaratiano" *versus* opinião pública, conviria lembrar que, desde 1938, por meio de concursos regulares e, depois de 1945, com a criação do Instituto Rio Branco, as portas de nossa diplomacia estão franqueadas a qualquer brasileiro.

Capítulo XXI

Medidas de caráter governamental

Uma vez que a opinião pública no Brasil se torne mais compreensiva a respeito das necessidades financeiras do Itamaraty, uma série de medidas visando a nossa projeção político-econômica sobre o mundo ásio-africano poderia ser transformada em realidade.

Dentre as de caráter inadiável deveria figurar a *expansão de nossa representação diplomática na Ásia e na África.* Existem sete países independentes na África (Líbia, Libéria, Costa do Ouro, Etiópia, Sudão, União Sul-Africana e Egito), e possuímos representação diplomática apenas nos dois últimos (a legação em Adis-Abeba é exercida cumulativamente pelo nosso embaixador no Cairo). Na Ásia, são 27 os países independentes, mas mantemos relações diplomáticas com dez deles apenas.

Na África, em dezesseis postos e cidades de relativa importância, como Casablanca, Tanger, Cape Town, *Dakar*, Argel, Túnis, Lagos, Acra, Bissau, Leopoldville, Luanda, Lourenço Marques, Nairóbi, Salisbury, Durban e Alexandria, mantemos repartição consular apenas nos quatro primeiros.

Na Ásia, em dez grandes cidades ou portos de considerável importância (sem contarmos os do Vietnã Meridional, os da China comunista e os das Províncias Marítimas russas), como Kobe, Hong Kong, Calcutá, Istambul, Nagasaki, Cingapura, Surabaya, Bombaim, Ader e Port-Said, possuímos consulado apenas nos quatro primeiros.

Há certos portos e cidades onde nossa ausência ainda poderia ser remotamente desculpada. Entretanto, em lugares de sempre crescente

importância político-diplomática, como Bangcoc, Manilha, Colombo, Rangoon ou Bagdá, é positivamente imperdoável.

Não há como negar, tampouco, o benefício que adviria tanto para o Brasil quanto para Portugal, se houvesse representação consular brasileira nos pontos chaves do ultramar. Cingapura, então, é uma encruzilhada para todo o comércio oriental, de onde já se originam consideráveis exportações para o Brasil. É cidade que, bem explorada pelos nossos homens de negócio, poderia ser convertida em uma base de irradiação dos produtos brasileiros pelo Sudeste Asiático. Além disso, é grande ponto de fermentação política e racial que, tudo leva a crer, muito breve possuirá completa independência. Em lugar tão importante para fazermos pelo menos notar nossa existência, possuímos apenas um vice-consulado honorário, o qual, embora atualmente entregue a jovem industrial inglês de grande prestígio e renome local (o Senhor Charles Letts), nunca poderá ter a mesma projeção de um consulado da carreira.

Há cidades como Kuala Lumpur, Acra, Tunis, Salisbury e a própria Cingapura nas quais seria de interesse abrirem-se imediatamente consulados. Hoje são cidades coloniais; amanhã, no entanto, serão capitais de países soberanos. A instalação dessas repartições redundaria em economia, pois seria possível dessa forma alugarem-se ou comprarem-se prestigiosas residências, bem situados escritórios, a serem usados mais tarde por nossas missões diplomáticas; e isso, antes da esfuziante alta nos preços de imóveis, que, quase sempre, advém de tal transformação.

Não resta dúvida de que certas capitais asiáticas e africanas não teriam o mínimo atrativo para os nossos mais categorizados diplomatas. Para homens com duas ou três décadas de serviços, que conseguem a custo chegar a ministros ou a embaixadores, serem enviados para cidades como Cabul, Addis Abebba, Kuala Lumpur ou Riad, seria verdadeiro castigo em vez de paga e recompensa; mas, nesses casos, poderíamos seguir o exemplo espanhol, em que um primeiro ou segundo secretário é acreditado como ministro em vez de atuar apenas como *Chargé d'Affaires*. Lucraria duplamente o país; nosso representante, colocado em um pé de igualdade com os demais chefes de missão, poderia mais bem defender os interesses nacionais e, também, por ser jovem, certamente desempenharia com maior estímulo as tarefas que lhe fossem confiadas.

Outra medida a ser posta em execução pelo Ministério das Relações Exteriores, tivesse ele a necessária ajuda financeira, seria o aproveitamento do acervo intelectual da nação, para desbravar continentes quase desconhecidos para nós.

Tudo o que sabemos acerca desses enormes setores, sejam as notícias momentosas dos jornais, das revistas e do rádio, sejam as deduções e as sugestões plantadas em nossos cérebros por meio dos livros, tudo isso provém do raciocínio de terceiros. A recíproca também é verdadeira. O que o Oriente, a África e quase toda a imensa plataforma cultural que vai da Cortina de Ferro até os Estados Unidos sabem a respeito de nosso país não provém de conclusões formadas sobre dados colhidos por brasileiros. Nesse aspecto não representamos mais que um enorme viveiro de 58 milhões de cobaias sujeitas às experimentações, aos processos de influência mental e às observações quase clínicas dos povos líderes na colheita e na manipulação das ideias. Tudo o que sabemos do Oriente ou da África vem da imprensa e do livro americano, inglês ou francês (os dois últimos atualmente em muito menor escala). Tudo o que os asiáticos sabem de nós a eles chegam por intermédio da observação, da dedução, do ponto de vista, da perspectiva do estrangeiro. Essa irradiação de ideias tem por força de ser feita de maneira parcial. A imagem que o americano, o inglês ou o francês nos pinta do asiático tem de ser evidentemente decalcada sobre seus próprios interesses, seguidora de suas linhas mestras de caráter, obediente a seus complexos raciais e políticos, a seus interesses econômicos.

Já é hora, pois, de deixarmos esse casulo que, pelo tempo em que nele estamos encerrados, mais parece ataúde. Façamos os países ocidentais cobaias também da observação, da análise e da crítica do jornalista e do homem de letras brasileiro. Olhemos a Ásia e a África diretamente; tiremos nossas próprias conclusões dos enormes problemas que se apresentam a esses formigueiros que virão a ser tão importantes no futuro; mostremos a esses continentes a imagem do Brasil e do brasileiro sob o nosso ponto de vista, nosso interesse, sem as prejudiciais muletas de terceiros.

Quanto às observações de caráter jornalístico, a situação poderá ser facilmente corrigida com a já aventada criação de uma agência internacional telegráfica e com o envio dos adidos de imprensa. Contudo, para aquelas observações mais longas que demandam o elaborar de livros, é mister um planejamento mais meticuloso.

Devíamos mandar economistas, sociólogos, literatos em geral, os nossos mais hábeis e brilhantes, para estudar, para compreender a nova pulsação do continente asiático; para observar a África; para fazer em grande escala, sólida, abalizada, minuciosamente, o que este pobre livro, este *pot-pourri*, esta pobre colcha de retalhos está humildemente tentando, ou seja: despertar no brasileiro o interesse pelo Oriente e pela África.

A menos que conheçamos esses continentes, a partir de olhos brasileiros, nunca adquiriremos a sabedoria necessária para tomarmos

as decisões certas e no momento adequado quando nossa política internacional largar as calças curtas. Além disso, a menos que comecemos a envergar calças compridas o mais breve possível, tomando tais decisões por nossa própria conta, e não seguindo meticulosamente as reações e as decisões de outros países, corremos o grave risco de cortejarmos futuramente a inimizade gratuita dos povos orientais e africanos.

Evidentemente não dispomos dos meios pecuniários dos países anglo-saxões, que podem vasculhar qualquer cantinho do mundo por intermédio de professores, bolsistas, cientistas, especialistas, extraindo livros, se não repletos de interessantes conclusões, pelo menos transbordantes de fatos, de *intellectual raw material*.

Os americanos, então, aproveitando-se das polpudas somas que a indústria e o comércio destinam a universidades e fundações de caráter internacional (dinheiro que de outra forma teria de cair nos cofres de Tio Sam a título de imposto de renda), desenvolvendo um sistema altamente organizado e eficaz. Ao candidato a escritor sobre determinado país ou área geográfica, é concedida razoável soma para viagens e despesas de manutenção. Vai viver um ano ou mais no local de sua escolha, colhendo dados, observando apenas, sem nenhuma preocupação de caráter financeiro ou obrigação de trabalho. De regresso, classifica o material coligido e o dita confortavelmente para uma eficiente estenógrafa de sua universidade, adicionando uma ou outra ideia pessoal à massa objetiva de fatos. Nada de laboração de livros nas horas que sobram de um emprego certo; nada de literatura como *side line*; nada de viagens apressadas; nada de manuscritar, bater à máquina ou passar a limpo. Isso é, sem dúvida, fazer literatura especializada da maneira mais fácil e confortável, e é, por isso, que os livros de autoria americana no gênero se contam às centenas.

Certo que é impossível advogar para o trabalhador indígena da pena esse tratamento de príncipe, tampouco esperar que a produção brasileira de livros técnico-literários possa concorrer em número com a americana. Entretanto, seria bem possível aos Governos Federal ou Estaduais subvencionar diretamente, ou por intermédio de organizações educacionais e literárias, a viagem de nossos homens de letras, de nossos jornalistas e economistas a determinados países da África e da Ásia com a precípua incumbência de estudá-los sob certo aspecto e escrever um livro sobre eles.

Deviam vir não por semanas, em viagens relâmpago, mas por meses e amparados por uma ajuda de custo bem razoável, que permitisse franca locomoção e lhes compensasse o sacrifício, pois, não raro, teriam de percorrer lugares de pouco conforto e de difícil acesso, de comer alimentos e alojar-se em locais bem abaixo do padrão para o interior do Brasil.

Concomitantemente, o governo deveria fazer uso de nossos diplomatas jovens e mais estudiosos já estacionados no Oriente ou na África. Seriam enviados em pequenas viagens aos países ou regiões mais próximas de seus postos, a fim de colherem dados que lhes possibilitassem a elaboração de relatórios, se não mesmo de livros. Por exemplo, as sugestões de um só brasileiro, sobre determinados aspectos da economia de certas regiões africanas que tendam tornarem-se nossas competidoras, serão de maior interesse que as de dez estrangeiros os quais nunca poderão focalizar certas situações de acordo com os interesses nacionais. O poupar liliputiano nesse aspecto nos é, portanto, sumamente prejudicial. Temos brilhantes rapazes no Itamaraty possuidores de diplomas em ciências econômicas ou políticas, conferidos pelas mais egrégias universidades americanas e europeias, e que, no entanto, passam grande parte da vida funcional carimbando faturas ou minutando inócuas comunicações oficiais do tipo "tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência".

Tal prática serviria também para incentivar jovens diplomatas patrícios a escreverem sobre assuntos essencialmente políticos e econômicos, em abandono daqueles estritamente literários, que não nos são tão valiosos. Quase todos os países do mundo (principalmente os Estados Unidos) fazem uso de seus diplomatas para divulgarem em suas próprias terras problemas internacionais acerca dos quais é de todo interesse informar ou despertar o interesse de seus concidadãos. No Brasil, infelizmente, o diplomata enclausura-se nos limites das "belas letras", arrisca-se a um relatório econômico ou quando muito escreve a coluna internacional de um matutino sob pseudônimo.

Visitas de altas autoridades

Esse é o outro ponto completamente descuidado talvez porque o Itamaraty não possui as verbas necessárias. Remontando nossa busca somente até 1945, podemos dizer que, dessa data para cá, jamais chefe de Estado, vice-presidente, ministro e mesmo senador ou deputado brasileiro influente visitou a Ásia ou a África. Entretanto, fomos honrados com as visitas do presidente do Líbano, do vice-presidente da Índia, da primeira-dama da China Nacionalista (em 1945, ainda nos tempos do governo de Chung-King).

Poder-se-á alegar que seria um desdouro para nós, que pareceria estarmos cortejando as boas graças de países aparentemente menos importantes que o nosso. Pura verdade. Ainda que erroneamente

julgássemos países como o Japão ou a Índia de tal maneira, aí justamente é que cumpria ganhar-lhes as boas graças. O forte, o rico, é que pode procurar sem receio o fraco e o pobre. Só tem medo de cortejar quem pensa que seus avanços vão ser desdenhados, julgando-se inferior.

Quando uma rainha da Inglaterra visita oficialmente o Ceilão ou o Quênia, quando um vice-presidente dos Estados Unidos comparece com todos os requisitos do protocolo à capital de um país recém-formado, como era então a Indonésia em 1953, essas personagens não estão fazendo outra coisa além de cortejar tais países. Quanto mais potência se julga uma nação, mais deve agradar às que ela julga menos fortes. Portanto, não limitemos as visitas de nossas mais altas autoridades ao continente americano e à Europa. Enviemo-las aos países ásio-africanos em missões de amizade e cortesia, as quais, com o correr do tempo, terão muito mais valor que o dinheiro que nelas tenhamos de gastar.

Quando um país como a Iugoslávia dispõe de verbas para enviar seu chefe de Estado à Ásia e à África, em visita de cortesia, o Brasil, que não é tão pobretão, poderia incorrer em tais ônus também. Ademais, a época é mais que propícia. Há secretários de Estado americanos e alguns altos funcionários e políticos ingleses que contam com mais horas de voo que um aviador de linha comercial. Por sua vez, os russos deixaram a toca ursina a que Stálin os havia habituado em um eterno hibernar, e parece que querem agora compensar o tempo perdido visitando mais capitais que um turista americano que siga à risca uma longa excursão planejada pela *Cook*. Os legisladores americanos rumam às dezenas para os países mais exóticos do planeta em visitas de cortesia e de *fact finding* e até os mandatários dos países orientais; não importa quão modestos sejam seus erários, vêm-se entrevistando com grande assiduidade.

Já é tempo, portanto, de pelo menos o legislador brasileiro (principalmente aquele encarregado dos negócios exteriores) vir ao Oriente e ao continente africano ver com os próprios olhos, tirar deduções por si mesmo, a fim de influenciar o governo e a opinião pública a concederem ao Itamaraty os meios materiais de que necessita para traçar e para pôr em execução uma política ásio-africana de grande escopo.

Outra medida que pode deixar excelentes resultados de propaganda e benquerença e que se ajusta como luva à anterior *é a questão das condecorações.* Possuímos as ordens e os graus necessários para agraciar chefes de Estado, militares ou civis de projeção e, no entanto, não nos valemos de tal arma no Oriente e na África. Ao que se saiba, até a presente data, a única personalidade de projeção que desde o fim da guerra, nesses dois continentes, haja recebido condecoração brasileira,

foi o ex-Rei Farouk do Egito. Entretanto, existem mandatários orientais e africanos, principalmente aqueles dos países recentemente formados, que são sumamente sensíveis a tais honrarias. Em princípios de 1955, três diplomatas latino-americanos, chefes de delegações que haviam votado favoravelmente à Indonésia na questão do West Irian, foram convidados oficialmente pelo governo a fazer uma visita ao arquipélago. Todos foram muito bem tratados pelo país anfitrião, que queria assim dar mostras públicas de gratidão e fazer ver aos outros países do bloco latino-americano que haviam votado contra ou se abstido o amuo da Indonésia. Entretanto, nenhum desses delegados foi recebido com mais honrarias que o da Bolívia, o qual tinha trazido especialmente para o chefe do Estado da Indonésia a condecoração do Condor dos Andes. O Presidente Sukarno mostrou-se sumamente desvanecido e convidou todo o corpo diplomático para uma recepção oficial, a fim de presenciar à solenidade de entrega.

São ações que não representam despesas, mas que, no entanto, proporcionam bons dividendos de simpatia e boa vontade. Todavia, até agora, não fizemos uso ainda dessa excelente arma.

Outro assunto que custa pouco e rende muito são as *pequenas dádivas de produtos ou mesmo de dinheiros de país a país* por ocasião de cataclismos ou de outras vicissitudes. Naturalmente, não podemos embarcar em programas de ajuda como os dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Rússia, do Canadá, mesmo da Austrália ou da Índia. Entretanto, há pequeninos gastos que o Brasil poderia ter e que alcançariam grande repercussão na Ásia e na África.

A amizade entre países é como a amizade entre indivíduos; é uma planta rara que precisa ser regada amiudamente pelos gestos de consideração e de carinho, pelos regalos. Esses presentes contam muito mais pela oportunidade e pelo desinteresse com que são feitos que pelo próprio valor intrínseco. Há uma inundação na Sumatra; o governo da Índia doa cem mil rupias ao governo da Indonésia para as vítimas das catástrofes. Não é nada; não chega talvez a 25 mil cruzeiros, mas o gesto foi grandemente apreciado. O vulcão Merappi, na Java Central, entra repentinamente em erupção, destruindo aldeias e matando camponeses. Os governos da Birmânia e da Índia enviam dádivas. Foram enviadas pequenas remessas de arroz, cem toneladas apenas, mas que fizeram excelente impressão por todo o país. Assim como esses, outros casos vêm-se sucedendo por toda a Ásia e África; e deles tanto os próprios países orientais quanto alguns ocidentais, e mesmo a Rússia, tiram o máximo de benefícios para sua propaganda.

Há tantas coisas que poderíamos dar e que não nos fariam falta; alguns artigos como o café, que às vezes temos em excesso. Pequenas

remessas de nossa rubiácea teriam duplo alcance, como mostra de amizade e como propaganda do produto em áreas desconhecidas ou de pequeno plantio. Outro gesto apreciável: abre-se uma universidade, um colégio; deveríamos mandar livros, um presente para laboratório ou museu. Dádivas simples, mas fazemos, de qualquer forma, sentir nossa "presença". Isso é que é o importante. Na África então, no campo educacional, nosso governo tem excelentes oportunidades para um trabalho profícuo e que não acarreta grandes despesas. Agora mesmo, em princípios de 1956, deverá ser inaugurada a maior universidade africana na cidade de Salisbury, na Rodésia do Sul. Será uma das mais bem-equipadas do mundo sob todos os aspectos. O corpo docente, embora na maior parte inglês, contará também com professores estrangeiros contratados. Essa será a primeira vez que vai ser experimentada uma coeducação racial na África, apesar de os alojamentos entre brancos e negros ainda continuarem separados. Nessa universidade serão formados muitos dos futuros líderes africanos. Grande lucro adviria, portanto, para o Brasil, se fosse subvencionado o envio de professores perfeitamente versados em inglês, de preferência mulatos e que soubessem mostrar, a par de seus ensinamentos, o ponto de vista brasileiro em questões raciais. Quem sabe, esses mestres patrícios não seriam de utilidade até para as autoridades inglesas.

Deveríamos ir mesmo além, subvencionar não só a ida de nossos professores como a vinda de jovens africanos promissores para estudarem em nossos colégios e universidades. Quase todos os líderes nacionalistas africanos de hoje – Zik, da Nigéria; Nkrumah, da Costa do Ouro; Kemmyatta, do Quênia – estiveram estudando na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Em contato mais direto com as restrições separatistas, com a desigualdade racial, ao testemunharem as humilhações dos segmentos negros radicados naqueles países, esses estudantes tenderam não raro para o comunismo, em detrimento da democracia que eles foram aprender e apreciar. Kemmyatta, por exemplo, o líder da Mau-Mau, tivesse ele vindo estudar no Rio de Janeiro ou no Recife, em vez de ter ido a Londres, e talvez a longa e cruenta revolução da África Oriental Inglesa jamais tivesse existido.

Nós brasileiros, então, estaríamos semeando, para excelentes e fartas colheitas futuras. Estamos, sem dúvida, nos descuidando desta valiosa oportunidade. Que esperamos? Que o negro vá ainda cair de amores pelo seu tradicional opressor anglo-saxão? Vamos dar tempo a Moscou e a sua insidiosa propaganda; tempo para que ela frutifique inteiramente na alma do negro africano? Ou vamos permitir que a liderança egípcia, por exemplo, transforme toda a África negra em um continente muçulmano inteiramente alheio às nossas tradições, ideias e maneiras de ser; ou, o que

é mais certo, ficaremos de braços cruzados, até que, mais forte, pesando na balança mundial de daqui a meio século, o africano venha a enfeixar todo o homem branco em seu ódio, sem distinção de países.

A desculpa de dizer que a África e o africano são região e homem atrasadíssimos e que terão por muito tempo ainda de ser guiados e encaminhados pelo Ocidente é tão infantil que não merece mais refutação. Africano e África já despertaram. Em poucas décadas poderão, talvez, fazer o mesmo rápido avanço feito pelo Japão em fins do século passado. Disso já se aperceberam os russos; a respeito disso já compreenderam muitos povos orientais, quando procuram ganhar-lhes a amizade e colocá-los dentro de seus planos políticos e econômicos. A Índia, muito habilmente, está procurando estender sua liderança a todo o mundo de cor não branca; e na África, onde já conta com fortes minorias, acelera dia a dia esse processo. Não se cansa de oferecer bolsas de estudo para africanos e já abriu até mesmo um grande centro de informações na cidade de Acra. A última medida certamente nos convinha muito imitar; nós, que, de fato, cultivamos uma igualdade racial muito maior que a da Índia, com seus sistemas de castas.

Concomitantemente, a Divisão Cultural do Itamaraty deveria promover o envio de conferencistas brasileiros, que fizessem ver a africanos e asiáticos nossos pontos fortes e, por um processo comparativo, realçassem na África negra os pontos fracos não só da ideologia comunista, mas também do mundo árabe, que continua adotando métodos escravistas completamente obsoletos.

Era de interesse uma capitalização de nossos negros e mulatos ilustres; torná-los os arautos do Brasil para fins de propaganda na África. Os Estados Unidos da América, em que pese toda a sua discriminação racial, faz excelente uso de seus negros mais representativos. O Doutor Lutter Foster, Presidente do Tuskegee Institute, universidade negra de grande nome, situada no Estado da Alabama, foi, por certo tempo, um dos Diretores da FOA e, coadjuvado por mais doze professores de cor do mesmo educandário, permaneceu vários meses na capital da Indonésia, auxiliando em um projeto de desenvolvimento de ensino vocacional. Antes, já havia estado na Índia a convite do governo, a fim de dar conselhos acerca de educação em áreas rurais.

O deputado negro Clayton Powell, embora contra a expectativa do Departamento de Estado, que via na Conferência de Bandung um agrupamento antiamericano e antidemocrático, compareceu à Indonésia, deu entrevistas e fez declarações pró-Ásia e pró-África que agradaram sumamente aos conferencistas e aos representantes da imprensa de

cor que ali estiveram. Quanto ao grande internacionalista Doutor Ralph Bunch, os Estados Unidos têm-no exibido pelos cinco cantos do planeta, desempenhando cargos de grande importância em sua política internacional.

As conferências e reuniões internacionais realizadas na Ásia e nas quais primamos sempre pela ausência é outro assunto que merecia exame apurado por parte de nossas autoridades. Em um período de menos de dois anos (limite de nossas observações), 1954 e 1955, foram inúmeras as conferências realizadas no Sudeste Asiático e no Extremo Oriente. Uma pequena enumeração poderia conter:

a) Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre aspectos econômicos da produção e distribuição do arroz. Rangoon, Birmânia, novembro de 1954;

b) Conferência das Colombo Powers. Colombo, Ceilão, abril de 1954;

c) Conferência das Colombo Powers. Bogor, Java, dezembro de 1954;

d) Conferência de Bandung. Indonésia, abril de 1955. Poderá parecer que, nessas três últimas conferências, de caráter antiocidental, não cabia nosso comparecimento; mas, muito ao contrário, o que deveria ter sido feito, a fim de dar uma demonstração de interesse pelos problemas e pelas atitudes dos países ásio-africanos, era solicitar-se o envio de um observador, de preferência um de nossos representantes políticos de cor ou de sangue misturado. Tal representante, que viria sem a mínima oposição de nosso governo e povo, não significaria apenas uma minoria com Clayton Powell, mas falaria por todo um grande país como o nosso, onde os problemas raciais são inteiramente desconhecidos;

e) Conferência sobre estradas de ferro asiáticas, promovida pela Economic Commission for Asia and the Far East (Ecafe). Tóquio, novembro de 1954. À primeira vista nada temos a ver com o assunto. Entretanto, mais bem analisado, observa-se que na Conferência foi debatido o problema da carência de dormentes para as estradas de ferro da Ásia. Esse produto, parece, poderia ser exportado em grande escala, representando grande fonte de renda para o Brasil;

f) Primeira Conferência do Sudeste da Ásia sobre música regional, promovida pelo Conselho Internacional de Música da Unesco. Manilha, agosto de 1954.

O tema da conferência foi "Compreensão de nossos vizinhos através da música". Embora geograficamente não sejamos vizinhos, musical e terspsicoricamente falando, os ritmos e as músicas de vários pontos do Sudoeste da Ásia têm muita afinidade com os do Brasil a partir de heranças, espanholas, portuguesas ou africanas;

g) Em janeiro de 1945, 40 dos mais importantes professores, pensadores, escritores e críticos de arte dos países asiáticos reuniram-se em Rangoon, Birmânia, a fim de opinarem sobre problemas de liberdade cultural na Ásia. A agenda da conferência era das mais interessantes. Incluía temas como: novo ressurgimento asiático, situação intelectual, impacto do Ocidente, problemas relativos à liberdade e ao planejamento econômico, ameaças totalitárias à liberdade cultural, que bem demonstram que a massa culta e líder na Ásia não deseja entregar-se nem a um nem a outro campo, mas sim evoluir sua própria mentalidade, tirar suas próprias conclusões. Esse foi um momento, pois, dos melhores para fazermos ver à elite pensante oriental nossa própria mentalidade;

h) Conferência de Juristas do Sul e do Sudeste da Ásia. Rangoon, Burma, outubro de 1954;

i) Conferência sobre a Habitação do Sudeste da Ásia e do Extremo Oriente. Bandung, junho de 1955. Foi uma rara oportunidade para mostrarmos ao Oriente nossos conhecimentos e progressos arquitetônicos;

j) Conferência da Organização Mundial da Saúde (OMS). Bandung, setembro de 1955. Principal item da agenda: campanha contra a tuberculose. Compareceram países europeus, como Portugal, França, Grã-Bretanha, além dos Estados Unidos;

k) Congraçamento Mundial de Maometanos e Cristãos. O objetivo do encontro foi obter maior compreensão e cooperação entre o islã o cristianismo. Compareceram, além de representantes asiáticos e africanos, outros da Grécia, da França, dos Estados Unidos, da Espanha e do Canadá. Foi uma rara oportunidade para mandarmos alguns de nossos elementos sírios ou libaneses, tanto cristãos como maometanos.

Os exemplos citados foram tirados a esmo dos jornais. Quase todos os meses, quem sabe mesmo, quase todas as semanas se realizam atualmente na Ásia e na África conferências e reuniões internacionais de caráter político, econômico, social ou cultural de interesse para o Brasil.

Mesmo àquelas que não nos interessassem diretamente, deveríamos comparecer, quando mais não fosse por uma questão de realce, de prestígio. Para algumas, bastaria um mero observador, um técnico no assunto a ser considerado. Para outras, nem mesmo essas despesas; designar-se-ia um diplomata, um "itamaratiano" servindo perto do local de realização.

A organização de boas filmotecas e discotecas para serem distribuídas a todos os nossos postos diplomáticos e consulares na Ásia e na África é outro assunto que requer atenção imediata. É necessário acabar com o sistema de dependermos de terceiros para fazermo-nos conhecidos fora do Brasil. As repartições brasileiras se acham tão mal servidas nesse particular, que não raro, para a comemoração de nossas festas nacionais no estrangeiro, precisamos recorrer ao auxílio de companhias de navios ou de universidades possuidoras de filmes e de discos brasileiros.

Finalmente, uma medida que sobrecarregaria de alguma forma os cofres públicos, mas que teria grande efeito psicológico e constituiria excelente propaganda, seria alongar-se a estadia e fazer com que nossos navios-escola escalassem em mais portos orientais e africanos. A Europa e a América já nos conhecem bastante. Conviria, pois, que jamais o *Saldanha da Gama* ou o *Guanabara* saíssem barra fora para terras estrangeiras sem levar a bordo aquele inexcedível cartão de visitas que é a banda dos fuzileiros navais.

Capítulo XXII

Medidas de ordem geral

Há medidas e atitudes de caráter geral que podem vir a ser tomadas com a ajuda direta do Itamaraty ou sem ela, uma vez que seja despertada a atenção do brasileiro para a importância de nossas relações político-econômicas com a Ásia e com a África.

Vão elas aqui mencionadas apenas à guisa de lembretes a serem estudados e ampliados, caso o homem público, o industrial, o economista ou o literário as julgarem aproveitáveis.

Cinema

Aí está uma possante arma de propaganda, cujo emprego descuramos completamente. Em dois anos de Oriente, tive ocasião de ver exibidas películas italianas, francesas, malaias, indianas, japonesas, chinesas, suecas, espanholas, mexicanas, russas e tchecas a par das americanas e inglesas, que reinam supremas aqui, como em toda parte. Filme brasileiro, nem um sequer. No entanto, nossa cinematografia já pode competir, em técnica, com a de muitos dos países citados. Nossos artistas, pela variedade étnica de seus tipos, constituiriam especial atração para plateias orientais e africanas; e os enredos leves prestar-se-iam a uma divulgação de nossas músicas e danças. Para os assuntos menos ligeiros seria explorado o romance histórico brasileiro, mas também, e principalmente, os argumentos relativos às andanças lusitanas pelos trópicos.

A cinematografia estrangeira não vê, ou não quer ver, o farto repertório de enredos contido na história luso-tropical, não só em passagens épicas, mas também em tramas líricas e amorosas, que tanto se prestam ao protótipo hollywoodiano. Uma viagem de Vasco da Gama; as campanhas de um Albuquerque; os casamentos de portuguesas e de índias apadrinhados pelo grande conquistador; as viagens de um Pero da Covinha, sua própria vida tão cheia de aventuras; tudo isso seriam excelentes tópicos para grandes películas.

A câmera americana já pôs na tela quanto pirata tenha assolado o Mar dos Caraíbas; quanto capitão de mato tenha cruzado o Mississipi, para exterminar o "pele vermelha". Todavia, assuntos tão épicos, coloridos, românticos mesmo, como a vida do Infante Don Henriques e a tomadas de Celta; as aventuras de portugueses pelos mares de Java, nas ilhas das especiarias; o itinerário evangélico de um São Francisco Xavier; tudo isso nunca mereceu o mais perfunctório *black and white* dos *cinemoguls* da Califórnia.

Que o produtor americano e de outros países europeus como a Itália, a Inglaterra, a França não aprecie o potencial de assunto e de enredo que existe na história da expansão portuguesa no século XVI é admissível. Que Hollywood pague às vezes mais de US$ 1 milhão pelo direito de adaptação de novelas perfeitamente banais, quando a história de Portugal nos trópicos não lhe custa um centavo sequer e está cheia de episódios interessantíssimos, também é compreensível. Talvez não lhe interesse difundir mundo afora a maneira igualitária, não discriminatória, que sempre caracterizou as relações de Portugal com os países da África e da Ásia. Talvez um filme que mostrasse um português tecendo enredo amoroso na corte do Negus ou do "Filho do Céu" com belas abissínias ou chinesas não conseguisse bilheteria no mundo anglo-saxão.

Entretanto, o que não é admissível nem compreensível é que Portugal e o Brasil (por intermédio de seus governos, caso não existam particulares com bastante visão, capital e idealismo) não façam um esforço conjunto para produzir bons filmes sobre tais assuntos e divulgá-los, amplamente, na África e na Ásia.

Teria o empreendimento duplo aspecto. O brasileiro inculto aprenderia um pouco sobre a brilhante história de seus antepassados, em vez de reter inconscientemente na memória fatos, passagens e vultos medíocres de nações que aqui não lhe interessam diretamente. Conheceria menos heróis ou quase heróis anglo-saxões e mais alguns lusitanos e espanhóis (que muitos os há também cuja vida clama por divulgação, por um trabalho de arqueologia cinematográfica).

Contudo, em uma quadra em que o mundo não ocidental olha com desconfiança tudo que não cheira fortemente a asiático ou africano, esses filmes serviriam para estabelecer um justo confronto da diferença de tratamento dos nativos, pelas potências ocidentais em suas respectivas fases expansionistas. Mostraria o português como de fato é, como de fato foi, o europeu mais verdadeiramente humano que haja contornado o Cabo ou descido o Mar Vermelho, desde 1498, e serviria, assim, de contrapeso para dispersar um pouco essas nuvens de antilusitanismo que, certo ou errado, a intransigência da posição do governo português acerca de Goa está formando nos céus asiáticos.

Não se diga também que ao Brasil pouco interessaria esse empreendimento conjunto. Existe mais de Oriente no Brasil e de brasileiro no Oriente do que sabemos ou sequer presumimos. Existe muito brasileiro mestiço que se elevou na hierarquia administrativa portuguesa do Brasil colonial e foi chamado a desempenhar as mais importantes funções no Oriente. Existe, por exemplo, a figura do mestiço nortista Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que em princípios do século XVIII chegou a Governador de Macau. Seu romance com D. Maria de Moura, filha de família das mais ilustres e abastadas da colônia, foi dos mais tempestuosos em razão dos ciúmes dos rivais. Esse enredo sentimental e a vida acidentada do herói dariam ensejo a uma excelente produção cinematográfica.

Nossos escritores teriam um inesgotável campo para o romance, a novela semi-histórica. Verdadeiras aventuras de investigação, de busca, cujos resultados literários poderiam ser imediatamente aproveitados por nossas empresas cinematográficas.

Futebol

Essa é outra alavanca de grande potencial ao nosso inteiro alcance e que dela nenhum uso fazemos. O futebol inglês (o *soccer*, não a variedade americana) é o maior denominador comum que talvez exista atualmente no mundo. Joga-se por toda a Europa, em toda a extensão da Rússia Soviética, com raras exceções, por quase toda a Comunidade Britânica, nos países árabes, na China, por quase todas as ilhas do Pacífico. Só não constitui esporte francamente popular na Austrália, no Japão e nos Estados Unidos. Nesse último país, é estranho que tal aconteça. Com toda a excelente máquina de publicidade de que dispõe e com a queda inata que tem o americano para qualquer esporte, o futebol seria uma excelente arma de propaganda para o país.

Há duas coisas na paisagem brasileira inteiramente indispensáveis, eternamente conspícuas. A igrejinha ou o cruzeiro e as duas balizas do campo de futebol. Em andanças pela Ásia, em países predominantemente budistas, hinduístas ou muçulmanos, infelizmente, é raro encontrar-se a igrejinha ou o cruzeiro. Entretanto, talvez para que o brasileiro não fique completamente nostálgico da paisagem pátria, ele sempre alegra seus olhos com um campo de futebol, seja de tonalidades modernas e arquibancadas de cimento armado, como em Jacarta ou Hong Kong; seja humilde e simples em sua grama mal cortada, em suas balizas capengas e mal aprumadas que se erguem do lado de uma mesquita paquistanesa, de um templo balinês devotado à deusa Káli ou das espiras de um oratório budista em um arrozal siamês.

Até na Nova Guiné levantam-se essas seis barras do denominador comum do século XX. Se desaparecessem da noite para o dia todos os missionários protestantes, todo o explorador de petróleo e funcionário australiano ou holandês da superfície da imensa ilha, a lembrança de pelo menos um ensinamento ocidental persistiria ainda na ultraprimitiva sociedade papua pelo futebol.

O futebol hoje em dia já deixou de ser somente um esporte. É arma de influência, de propaganda, de que todos os países lançam mão, principalmente na Ásia. É puro engano pensar que o maior intercâmbio futebolístico internacional se processa entre a Europa e as Américas ou entre os países da América Latina. Em vinte meses de residência na Indonésia, vi desfilar equipes das mais variadas procedências do planeta. *Teams* de Suíça, Suécia, Iugoslávia, Moçambique, Índia, Itália, Austrália, Polônia, Alemanha Ocidental, Malásia, Hong Kong e a grande equipe do Locomotiv de Moscou. Entretanto, o Brasil – que possui esquadrões tão adestrados, que praticam um futebol de malabarismos tão próprios a agradar o oriental, e cujos jogadores pela diversidade de tipos e de cores poderiam mostrar à Ásia, melhor que com qualquer outro meio, nossa perfeita igualdade racial – fica de pés e mãos cruzados, deixa que futebol seja assunto puramente monetário, comercial, e não repara na excelente oportunidade que está perdendo de tornar o país, seus habitantes e suas maneiras conhecidas pela Ásia e pela África.

Cabe ao governo encaminhar as andanças de nosso futebol para o Sudeste da Ásia, para o Extremo Oriente, ainda que as tenha de subvencionar, como também cabe aos paredros, aos "cartolas", aos donos desse esporte no Brasil, olhar este assunto menos com a ideia do ganho, tendo mais em mira a própria pátria.

Um intercâmbio intenso com o Oriente e com a África serviria para mostrar não só o bom êxito de nosso elemento *colored*, mas também as

oportunidades materiais de que ele desfruta. Nesse ponto, seria de todo aconselhável propagandearmos as fortunas ganhas pelos nossos negros e mulatos no futebol: o valor dos ordenados, os preços astronômicos dos passes dos chamados "craques".

Talvez para uns tantos brasileiros, para aqueles a quem a mania do pé na bola é a direta responsável pela lentidão de nosso progresso e por um certo traço de irresponsabilidades que se nota no povo – a lembrança pareça absurda. No entanto, não o é. Se de fato o futebol fosse a megera que alguns pintam, mais motivo teríamos para transformarmos em lucro tudo o que de bom dele pudéssemos retirar.

Seria incalculável o alcance psicológico da ideia. Para as massas asiáticas do mais modesto padrão de existência, para negros africanos ainda mal saídos do nível econômico tribal, mostraríamos a espécie de cumes econômicos a que nossos negros e mestiços podem aspirar pelo esporte, pelo futebol. Automóveis conversíveis, televisões, refrigeradores, passes "Leoninos" de 500 mil cruzeiros, no tempo em que o cruzeiro ainda era um senhor de certa dignidade e respeito; viagens à Europa sob as melhores condições de transporte e acomodação e, não raro, dinheiro bastante para terem casa própria e razoavelmente boa nos subúrbios do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

O americano, em que pese a todos seu racismo, sabe valorizar as manifestações artísticas de seus negros, para fins de sua propaganda exterior ou para seu próprio deleite. Vejam-se as operetas negras como *Carmen Jones*, *Porgy and Bess*, que estão fazendo tanto sucesso pela Europa quanto suas versões cinematográficas. *Porgy and Bess*, então, foi boa propaganda até na Rússia. A visita de atores negros, financeiramente prósperos e aparentemente felizes às principais metrópoles comunistas serviu para desmentir de certa forma as acusações mais virulentas da imprensa soviética contra a descriminação existente nos Estados Unidos. Por sua vez, músicos de cor adquirem renome mundial e trabalham grande parte do tempo em capitais estrangeiras, como Bill Armstrong.

Nós, entretanto, nada aproveitamos das manifestações mais típicas e interessantes de nossos negros e mulatos. Um maracatu, um congado, umas baianas constituiriam ótimos meios de propaganda não só na Europa, mas principalmente na Ásia e na África. É uma pena também que a difusão das festas regionais brasileiras, tão bem empreendida pelo Senhor Assis Chateaubriand, venha sendo feita em castelos franceses, em centros europeus. Se elas se realizassem em Nova Delhi, em Jacarta, em Cingapura, Tóquio ou Hong Kong, sua utilidade seria bem maior para o Brasil.

Não é só nesse aspecto que deixamos de aproveitar o que possuímos. É grande também o descaso pela divulgação de nossa música no estrangeiro. No entanto, ela já é conhecida por toda a parte, até nos mais remotos recantos da Ásia. Não me esqueço, por exemplo, do dia em que ouvi em um *kampong* de Jogjakarta, em pleno coração da Java Central e em um dos lugares mais exóticos que ainda possa ser encontrado por este mundo reduzido pelo avião, um garoto de *sarong* a assobiar "Chiquita Bacana". Entretanto, são raros os que conhecem a paternidade de tais ritmos e melodias. Para a maioria dos asiáticos trata-se apenas de música estrangeira, mas que lhes agrada o ouvido; para uns poucos que têm noção de geografia, apresentadas quase sempre de mistura com ritmos do Caribe, nossas músicas são rotuladas de cubanas.

Perigo ainda maior para o reconhecimento da música popular e regional brasileira ao redor do mundo é ela estar sofrendo mutações, arranjos, transformações, alguns muito belos, não há por que negar, como os de um Xavier Cugat ou de um Stanley Black. A verdade, porém, é que está sendo deformada e, muito breve, o que passará a ser conhecido e admirado por samba, baião ou qualquer outro ritmo nacional na Ásia, na África e mesmo na Europa, serão essas interpretações de estrangeiros e não nossa verdadeira música.

A falta poderia ser sanada com o envio de orquestras, cantores e dançarinos brasileiros a feiras e exibições internacionais na Ásia e na África. Estaremos protegendo a paternidade de nossos ritmos, das nossas danças e comparecendo econômica, mas eficazmente, a certames distantes dos quais de outra forma, dificilmente, poderíamos participar, pois a confecção e o transporte de mostruários de matérias-primas e produtos manufaturados, fossem eles bem-feitos e perfeitamente atualizados, acarretaria consideráveis ônus para o governo. Entretanto, uma orquestra típica, dois ou três cantores e dançarinos em um pequeno estande ou em um "Café do Brasil" constituiriam forte atrativo, tornavam-nos conhecidos para populações que sequer pressentem nossa existência, e isso com um mínimo de despesas.

Se em uma grande exposição como a New York World's Fair, de 1939, um pequeno restaurante, onde eram servidos pratos brasileiros típicos e bom café à nossa moda, ao som de animada orquestra de samba, pôde transformar-se em grande atração para uma população *sophisticated* como a nova-iorquina, que dizermos então de medida idêntica entre citadinos orientais, os quais, mesmo quando possuem alguns recursos, não têm maiores divertimentos que um cinema ou um futebol? Aliás, o comparecimento do Brasil a feiras asiáticas ou africanas, de uma ou de

outra forma, é questão de toda a importância. Os países da Cortina de Ferro não perdem nenhuma dessas exposições, nelas expondo o que têm de melhor ainda que se vejam forçados a vender os artigos exibidos bastante abaixo do custo ou deixá-los mesmo de presente. Não sigamos, pois, as pegadas dos Estados Unidos, que levaram tantos anos para reparar no potencial existente nessas feiras para indireta e facilmente difundir o *American way of life* que eles não se cansam de martelar por outros meios. É que Washington considerava tais empreendimentos como de caráter estritamente comercial e cabia assim a seus homens de negócios a decisão de comparecer ou não. Evidentemente, como para o produtor e o capitalista americanos eram pouquíssimos os negócios e os lucros a esperar de países e regiões onde se realizavam tais certames, os Estados Unidos primaram sempre pela ausência. Dez anos foram perdidos no Oriente, enquanto a Rússia e satélites compareciam a tudo, exibindo o que tinham de melhor. Finalmente, em 1955, depois que os comunistas, como se diz em frase chula, mas expressiva de nossa gíria, "abafaram completamente a banca" em exposições realizadas em Bagdá e Jacarta, o governo americano decidiu abrir o crédito de US$ 5 milhões. A despeito do ridículo de tal dotação, em feiras realizadas depois dessa data, os pavilhões americanos começaram a constituir grandes atrativos. Em Jacarta, apenas com uma estrada de ferro em miniatura e com uma companhia de patinadores sobre o gelo, foram captadas as atenções gerais. Trenzinho e patinadores fizeram com que os pavilhões da China comunista, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Rússia permanecessem às moscas quase todas as noites.

Nós, brasileiros, poderíamos fazer, também, coisa semelhante. Um modesto café, um bom restaurante vendendo a preços módicos comidas regionais, principalmente as nortistas, tão ao gosto do paladar oriental, e uma boa e animada orquestra brasileira.

Outra coisa muito descurada é a propaganda de nossa arquitetura moderna, um ramo de ciência e de arte em que o Brasil é sem dúvida país líder. Há cidades no Sudeste Asiático de clima perfeitamente igual às que se encontram no Brasil em idênticas latitudes. Cingapura e Jacarta têm quase o mesmo clima de Belém ou de São Luís do Maranhão. A primeira já deu mostras até oficiais de interessar-se na obtenção de maiores conhecimentos acerca de nossa arquitetura. A segunda, que é cidade apenas pelo formigueiro que ali vive, pois, arquitetonicamente, não passa ainda de um vilarejo colonial holandês, podia vir a constituir uma espécie de vitrina na Ásia, para estilos brasileiros de construção. De concreto, poderiam ser sugeridas exibições de arquitetura brasileira; visita dos nossos arquitetos de maior renome; construção de prédios para

nossas embaixadas, consulados, escritórios de propaganda ou "Cafés do Brasil"; subvenção da viagem de jovens e promissores arquitetos orientais e africanos ao Brasil.

No entanto, se somos um dos países líderes em arquitetura moderna (isso vale dizer em estilos grandiosos de prédios públicos e de casas de gente rica), estamos ainda muito atrasados no que respeita a habitação do pobre. É problema que ainda está por ser resolvido a despeito das amostras de vilas e conjuntos residenciais construídos pela infinidade de instituições governamentais de beneficência social. No que se relaciona, então, com a casa do trabalhador rural, muito pouco vem sendo feito. Sobre esse ponto, há muito o que aprender no Oriente, onde o bambu é a matéria-prima de construção por excelência. Quem sabe se, em vez de tentar fazer casa de tijolo e cimento para o sertanejo, a qual continua fora de seu alcance pecuniário, não seria melhor usar materiais e estilos adaptáveis às condições econômicas e climáticas brasileiras? O ideal seria que alguns professores do Instituto Joaquim Nabuco, de Recife, que parece ser o único grupo de investigadores que já cuidou desse problema com seriedade, pudesse vir à Indonésia estudar *in locum* as construções de bambu trançado usadas principalmente em Java. É material que, se não é abundante, o poderia se tornar em várias zonas tropicais no Brasil. Ademais, tem grandes qualidades de higiene e durabilidade. Pelo menos as casas feitas de bambu são bastante mais higiênicas que as de barro, de sopapo ou que os casebres de lata.

No setor econômico há também muito a tentar, muito a fazer de nossa parte. É um mundo quase virgem para nós, inteiramente por desbravar. De concreto pouco ainda existe, mas as possibilidades para um frutuoso intercâmbio são inesgotáveis. É bem fraca a desculpa de dizer que a maioria dos países asiáticos e africanos tem economias competitivas. A intensificação do nosso intercâmbio econômico com o Japão, ela só, seria suficiente para compensar quaisquer outras tentativas pioneiras que não nos dessem lucros imediatos. São dois países que se completam no campo econômico da maneira mais perfeita. Poderemos exportar manganês, sisal, madeiras e os excedentes de sal e de açúcar em troca de produtos manufaturados, inclusive locomotivas, trilhos, vagões e navios. As diminutas transações atuais poderiam facilmente elevar-se à ordem de US$ 50 milhões ou US$ 100 milhões por ano. A única coisa de que carece esse intercâmbio é transporte, pois até o mito das distâncias já não constitui empecilho ao sucesso financeiro de qualquer companhia de navegação ligando diretamente a Ásia à América do Sul.

Por exemplo, a companhia holandesa Royal Interocean Lines, mera intermediária, pois seus navios jamais vão à Europa, mantém uma linha

entre a América do Sul e o Extremo Oriente, servindo a África e o Sudeste Asiático, que só lhe deixa lucros. É verdade que dirão: "Mas isso é uma companhia organizada e dirigida por holandeses, por uma raça de homens para a qual os negócios do mar não têm segredos. Nós, entretanto, que possuímos companhias de navegação eternamente deficitárias, que temos o hábito prejudicial de converter organizações comerciais em repartições do governo, fontes de empregos públicos; nós, que, infelizmente, ainda não possuímos um grupo de industriais ousados e pioneiros, que tenha coragem bastante de arriscar-se em negócios fora das fronteiras, como poderíamos formar, organizar e dirigir entidade de comércio internacional tão complexa como uma companhia de navegação?".

Contudo, se, infelizmente, não temos a competência para atirarmo-nos sozinhos a empreendimentos de tal magnitude, por que não o fazemos associando-nos a companhias holandesas, japonesas, inglesas ou escandinavas, que são as que mais bem sabem dirigir tais negócios? Por que o governo brasileiro não incentiva um congraçamento de capitalistas de visão que se associem a holandeses ou, principalmente, a japoneses para formar uma companhia de navegação conjunta que nos coloque, quando não por conta própria, pelo menos de meação no fabuloso comércio do Oriente? Com relação ao Japão, é quase certo que encontraríamos facilmente uma fórmula financeira de construção dos navios que viessem a ser usados nessa linha.

Entretanto, nessa questão de comércio internacional, quase sempre a parte do leão não cabe àquela que vende matérias-primas e manufaturas e, sim, ao intermediário, seja ele indivíduo, cooperação ou país. Assim, pois, a par da companhia de navegação, era mister tomar outras medidas conexas, a fim de se obterem resultados, de fato, compensadores. Dentre essas, avulta a fundação de bancos nos portos de maior importância de escala dos navios brasileiros; não só bancos, mas também sucursais de nossas companhias de seguros. Esses *invisible exports* representam muito; totalizam quantias verdadeiramente astronômicas. Portanto, se nos decidirmos a entrar na competição, cada vez mais intensa, pelo comércio asiático e africano, façamo-lo com o pé direito, inteiramente equipados. Não nos contentemos apenas em vender nossos produtos nem deixemos que a maior parte dos lucros seja canalizada para os bolsos de terceiros.

Por que o governo não convoca, por exemplo, as dez mais importantes companhias brasileiras de exportação e, acenando-lhes vantagens fisco-tributárias, não as incentiva a organizar, nos principais centros comerciais ásio-africanos, por meio de cotizações iguais e generosas, sem burocracia e em uma base estritamente comercial, uma espécie de empórios no gênero americano e os quais contivessem:

a) mostruários e material de propaganda;

b) restaurante e café brasileiro;

c) pequeno estande, onde fossem vendidos discos e músicas brasileiras populares e regionais;

d) pequena casa bancária que pudesse encaminhar negócios e canalizar para nosso país as comissões de quaisquer transações eventuais.

Isso, enfim, são medidas de caráter complementar e que dependem de uma conjugação de interesses entre o capitalista e o governo brasileiro. Entretanto, já existe algo de tangível, tanto na Ásia, quanto na África, com relação a um intercâmbio econômico.

Há, por exemplo, o parque industrial japonês, ansioso de encontrar colocação para sua já considerável produção, principalmente agora, que ainda continua privado da China continental seu principal escoadouro. Há ainda a possibilidade de acordos triangulares. Em tratados como os que os Estados Unidos estão procurando fazer entre eles, o Japão e a Indonésia nós talvez pudéssemos ocupar o lugar desse último país. Ou quem sabe não poderíamos mesmo usar o Japão para tratados triangulares em que o terceiro componente fosse país do Sudeste Asiático, como a Indonésia, o Sião ou a Malásia, de onde já importamos borracha e estanho, compras essas que tendem a aumentar? Nesse caso o negócio poderia ser estabelecido na seguinte base: o Brasil pagaria o valor equivalente de suas compras de borracha e estanho por meio de algodão em rama. Esse produto seria processado pelo Japão, que guardaria, como paga, metade dos tecidos obtidos.

Outro assunto de resultado imediato seria a expansão do mercado cafeeiro do Brasil no Oriente. É mito essa crendice de que o oriental só toma chá. O gosto do café já é bem difundido e tende a aumentar principalmente nos países asiáticos, onde os Estados Unidos aumentaram sua influência. O americano nesse ponto é duplamente aliado do brasileiro. Como tomar café já faz parte intrínseca de seu modo de viver, em toda a parte do mundo em que vai implantando o americanismo, vai também introduzindo ou aprimorando o gosto pelo café.

O Sião, por exemplo, já começa a sentir os efeitos dessa implantação de novos hábitos. O consumo aumenta, e os suprimentos provenientes de Cingapura são insuficientes e mais caros do que aqueles que poderiam ser obtidos diretamente do Brasil. As Filipinas constituem outro mercado que deveríamos tentar suprir diretamente.

Isso são observações rápidas coligidas por economista amador, como se preza de ser todo aquele que é ou que foi cônsul. Entretanto, um especialista não teria dificuldade em desenrolar um rosário de possibilidades que dia a dia se apresentam à nossa economia pela Ásia e pela África.

Tudo o que esse imenso e importantíssimo mercado está pedindo de nós é um pouco mais de atenção do nosso governo, um pouco mais de visão e ousadia dos nossos homens de negócio e maior conhecimento mútuo.

Capítulo XXIII

Comunidade Luso-brasileira

A viagem foi decidida às pressas. Era o único fim de semana a passar em Hong Kong, e convinha aproveitá-lo para conhecer Macau. Estava a correr, pois, e a comprar passagens para os pitorescos naviozinhos que fazem o vai e vem entre solos britânicos e portugueses à vista da China continental, sob o sobrolho carregado do Senhor Mao Tsé-Tung.

Não, não podia ser. A companhia não vendia os bilhetes antes de os passaportes serem convenientemente visados pelo Consulado de Portugal.

– Mas nós somos brasileiros!

– Não importa.

– Mas os passaportes são diplomáticos...

– Não faz mal também... – dizia-me o colega que servia em Hong Kong, aduzindo que ele, autoridade brasileira na região, que ia constantemente a passeio àquela província do ultramar e que estava em termos da melhor amizade com os mais altos funcionários macaenses, também tinha de submeter-se sempre a tal formalidade.

Verdadeiramente chocantes essas exigências entre povos mais que unidos, como o português e o brasileiro. Assim como esse, muitos outros paradoxos existem quebrando a bela sinfonia de entendimento, soando como nota falsa à luz dos belos termos do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953.

É que a amizade existe, mas não está consubstanciada, juridicamente configurada. É porque todos os instrumentos até agora assinados pelos

dois governos têm sido muito lindos e sinceros, mas de fraseologia vaga, termos pouco precisos, quase sem dentes. É que há muito namoro, mas não chegamos a casamento; em uma palavra: é porque há muita comunhão entre os povos, mas não existe ainda uma Comunidade Luso-brasileira entre os governos.

É curioso que os dirigentes de ambas as nações ainda não hajam considerado seriamente a possibilidade de uma união menos simbólica, sentimental e mais realista, eficiente.

A despeito da onda de nacionalismo que assola atualmente alguns setores mundiais, a ideia dos supraestados ganha mais força a cada dia. A humanidade começa a vislumbrar que em um futuro bem próximo só as nações gigantes, ou os grandes grupos de nações, poderão pesar na balança internacional.

É por isso que países como a Índia, o Paquistão e o Ceilão preferiram permanecer nos quadros da Commonwealth Britânica, a despeito de grandes diferenciações com a célula *mater* e de suas próprias rivalidades. Os árabes, não obstante suas infindáveis rusgas, tentam fazer emergir um supraestado por meio da Liga. O monólito Soviético não deixa, à sua maneira, de constituir também uma espécie de comunidade; e até a velha e rabugenta Europa, cheia de birras seculares, começa a dar tintura de realidade ao seu tão projetado supraestado.

A Commonwealth Luso-brasileira poderá repugnar a alguns portugueses ultranacionalistas, que vivem somente em função das glórias do passado ou que se arreceiem de que o sócio maior e mais jovem tome uma ascendência perigosa em qualquer união desse tipo. Poderia repugnar a brasileiros temerosos de novo influxo de sangue negro por meio de uma desenfreada emigração do ultramar africano para o outro lado do Atlântico. Esses receios, porém, serão facilmente contornados por meio de legislação conjunta apropriada. Entretanto, o que não poderá ser negado é que a ideia de uma "comunidade" constituiria tanto no Brasil quanto no Portugal, metropolitano e ultramarino, motivo de justo orgulho para a maioria da população.

A análise desapaixonada parece vencer qualquer argumentação em contrário. Que poderá pretender um Portugal liliputiano em um mundo formado por Estados gigantes? Poderão aventar que o Estado português, com suas províncias ultramarinas, constitui um todo considerável. Justo; Portugal, Angola e Moçambique poderão tornar-se futuramente um grupo econômico respeitável, caso persista a iluminada diretiva econômica que ora emana de Lisboa. Entretanto, política, militar e demograficamente terá sempre valor muito secundário. Ademais, é bem problemático que no dia

em que a metrópole de *motu proprio* e airosamente, ou a contragosto e deselegantemente, se vir forçada a conceder independência a esses dois baluartes do ultramar, queiram eles ainda manter amarras com Lisboa. Entretanto, em um quadro maior do qual fizesse parte um grande país em franca ascendência como o Brasil, é bem provável que esses recém-formados países africanos quisessem nele permanecer por sua livre e espontânea vontade.

Essas são algumas das objeções que poderão ser interpostas do lado português. A alguns brasileiros, porém, a ideia poderá se afigurar mais desvantajosa ainda.

Dirão: "O que de bom poderá advir para uma nação grande e futurosa como o Brasil ao se unir de maneira tão estreita a país pequeno, de economia precária, polarizador das antipatias asiáticas hodiernas e que, de agora em diante, será mais e mais assoberbada com a solução de problemas político-coloniais?".

Economicamente, talvez, esse conúbio trouxesse ao Brasil poucos proveitos. Politicamente, porém, seria de extrema valia. Nossas obrigações para com Portugal, quer as decorrentes de instrumentos diplomáticos, quer as ditadas por nossos impulsos de sangue e sentimento, já nos tornam aliados, cúmplices e fiadores de qualquer linha de conduta boa ou má, esclarecida ou reacionária, proveitosa ou daninha, traçada pelo Ministério de Negócios Estrangeiros em Lisboa. A questão goana, em que esposamos e calorosamente defendemos os interesses portugueses, dá bem a medida de nossa posição presente e futura.

É mesmo inconcebível qualquer imbróglio internacional em que a nação lusitana seja parte relevante e no qual o Brasil não se tome parte imediatamente em auxílio da mãe-pátria. Assim, pois, estamos já, mesmo sem a existência de uma Commonwealth, intimamente ligados aos destinos da política internacional portuguesa. Sim, somos e seremos de agora em diante ainda mais uma espécie de guarda-costas, de filho jovem, forte, sempre disposto a correr em defesa de um pai já avançado em anos. Assim, posto que teremos de emprestar nosso concurso integral no *modus operandi* das diretivas internacionais lusitanas, é mais que justo que nos assista, por intermédio de uma comunidade real e juridicamente estabelecida, o direito de opinar, abrandar, adocicar qualquer medida mais impetuosa e reacionária tomada por Portugal com relação aos povos da Ásia ou da África.

Poderá a muitos parecer que o interesse da política internacional portuguesa está perfeitamente sincronizado com os objetivos estadunidenses. Puro engano. É provável que conveniências passageiras

deixem tal impressão. Entretanto, os interesses básicos, transcendentes para a preservação do ultramar (no que puder ser preservado) estão íntima e eternamente ligados ao futuro do Brasil, ao de nossas relações com o mundo afro-oriental, ao grau de sinceridade, lhanura e elevação moral por que essas relações possam ser conduzidas com países asiáticos e africanos existentes e em formação.

Esses são os imperativos político-diplomáticos que clamam pela formação de um entrelaçamento formal entre Brasil e Portugal. Todavia, outras razões, não menos relevantes pugnam pela eclosão desse laço político-jurídico. Por exemplo, de uma cooperação mais estreita entre Brasil, Portugal e o ultramar, resultaria certamente uma propulsão no processo de internacionalização da mentalidade do brasileiro, pois para os homens de Portugal (talvez em decorrência da tradição marítima), o mundo continua perfeitamente ao seu alcance. O português deixa a metrópole para o Timor, para o outro lado do mundo, com a mesma naturalidade com que vai de Lisboa ao Minho. Nós, entretanto, ainda olhamos a Ásia e a África como regiões, já coloridas e pitorescas que se devem observar por meio de belos livros de gravuras já enigmáticas, tenebrosas, para onde não nos devemos arriscar a viajar.

No entanto, com o incentivo de uma Comunidade Luso-brasileira, era bem provável que nos desvencilhássemos desses tolos receios e começássemos a conhecer e a nos interessar por estes lados do mundo. Eram funcionários civis que poderiam cooperar com seus colegas portugueses ou substituí-los, mesmo em postos administrativos de Portugal africano, muito pouco desejados pelo homem da metrópole. O nordestino brasileiro, melhor que ninguém, viria a calhar para empregos públicos em Angola ou Moçambique. Seriam também nossos militares, quer soldados, quer oficiais, que poderiam, como se passa no Império Britânico, substituir guarnições e comandos. Sob este aspecto, a medida seria não só de utilidade imediata para nós, pois nosso homem de armas teria ocasião de obter experiência fora das fronteiras, como medida altamente benéfica para o próprio Portugal. Atualmente, há pontos nevrálgicos como Macau, Timor, Goa, onde o português peca por ter cão e peca por não tê-lo. Se coloca tropas metropolitanas inteiramente brancas, é acoimado de reacionário e colonialista. Se manda vir guarnições de Angola e Moçambique inteiramente negras, é criticado por parecer querer rebaixar as populações desses *out-posts* asiáticos. Assim, pois, em tais lugares, o ideal seria um forte influxo de soldados brasileiros, não inteiramente brancos, não inteiramente negros, como os de Moçambique e de Angola, mas mulatos e caboclos, que bastante os há em nossos regimentos.

Economicamente também, a comunidade seria fator de grande utilidade. Para o Brasil, para seus homens de negócio, seria um incentivo para que saíssem do acanhamento das fronteiras nacionais; para Portugal, representaria uma injeção de óleo canforado em regiões como o Timor, onde tanto o capital quanto o negociante e o industrial brasileiro poderiam fazer seu aparecimento.

A ilha de Timor, em geral, e a metade portuguesa, em particular, compõem uma região fertilíssima, com uma considerável superfície quase igual à do estado de Alagoas. Colocada como está, a meio caminho entre a Ásia e a Oceania, guarda uma situação privilegiada para futuras rotas de comércio.

Entretanto, a despeito dos esforços feitos ultimamente pela metrópole para compensar o descaso de dois ou mais séculos, essa unidade do ultramar não pode ser considerada como saída ainda do primitivismo de um colonialismo do século XIX. São tantos os encargos ultramarinos portugueses, tantos os sacrifícios que fazem na metrópole os pagantes de impostos, a fim de levarem a bom termo o usado plano econômico do Ministro Salazar, que é impossível a Lisboa consagrar a territórios longínquos como o Timor todo o apoio econômico que deveriam merecer.

A população não vai a mais de meio milhão de habitantes, dos quais, apenas 568 são brancos ou misturados com portugueses. A não ser em volta de Didi, os nativos ainda continuam vivendo em pleno estado tribal e, mesmo nessa capital, não existe mais que um gerador elétrico.

Para comunicações com o exterior e com a metrópole, a ilha dispõe apenas de um navio bimensal, o *Índia*, e de dois aviões obsoletos, um dos quais já caiu em território indonésio por não dispor de instrumentos de navegabilidade. Tal fato e acidente serviram de excelente propaganda anticolonialista. O avião foi detido, não foi permitido que sobrevoasse novamente território indonésio enquanto não fossem feitos os devidos reparos e as partes solicitadas a Lisboa; levou cerca de três meses para chegar a seu destino.

Entretanto, o que poderá soar como crítica, não o é. É que, de fato, Portugal não tem, não dispõe dos meios necessários para o desenvolvimento de tão vastos latifúndios e tão espalhados que estão por todo o mundo. Vontade não falta ao Portugal moderno. Nota-se-lhe um sincero esforço; constroem-se escolas, hospitais, abrem-se estradas; infelizmente, tudo em bases homeopáticas.

No plano quinquenal do Senhor Salazar, ao Timor não pôde caber mais que a irrisória soma de um milhão de cruzeiros. Enquanto isso, a Indonésia procura dar todo o apoio e desenvolver sua metade da grande

ilha; e dia virá em que, a despeito de solenes afirmativas diplomáticas, em contrário, a Indonésia reivindicará soberania sobre essa parte do arquipélago, assim como já está clamando contra a Holanda no caso da Nova Guiné. Em tal ocasião, o único argumento que Portugal poderá ter para a continuidade de sua soberania é mostrar que a população nativa, sob seu mando, está muito mais desenvolvida que aquela sob a égide da Indonésia. Visto que, sozinhos, os lusitanos não podem arcar com os encargos do desenvolvimento de província tão longínqua, que procurem, portanto, associar-se, particular e governamentalmente, para tal fim ao Brasil e aos brasileiros. A única e remota possibilidade do Timor pode continuar permanecendo no quadro imperial lusitano: consiste em retirá-lo de sua estagnação; transformá-lo rapidamente em uma espécie de Cingapura ou Hong Kong luso-brasileiras, em um grande armazém para a redistribuição pela Ásia e Oceania dos produtos de Portugal e do Brasil. Tornar lusitano esse remoto bocadinho em uma espécie de polarizador de comércio e de harmonia étnica para todos os povos da Ásia e Oceania, contrastando-o, assim, com o exclusivismo australiano que lhe é vizinho.

Na busca de tal destino para o Timor, ninguém melhor que o Brasil e os brasileiros para ajudar Portugal.

Assim como o Timor, muitos outros pontos do ultramar, da metrópole e o próprio Brasil poderão ser beneficiados economicamente com a formação da Commonwealth. Não apenas políticas e econômicas serão as bênçãos desse conúbio, mas culturais, sociais, étnicas, emigratórias, jurídicas também.

Naturalmente, há muito que planejar para a realização de um perfeito entrosamento entre os dois países. Entretanto, é mister meter mãos à obra e começar o mais breve possível. A história caminha inexorável, com um fatalismo comparável ao das estações do ano. Com a mesma insensibilidade de esfinge, despe impérios de seus mais lindos atavios ou coloca responsabilidades tremendas sobre os ombros de nações desprevenidas. Cabe aos povos atingidos por esses recessos e avanços das marés do destino pressentir as mudanças, a fim de minorar os choques transicionais, readaptar-se, enfim, aos perigos da descida como aos pesados encargos materiais e espirituais das fases de ascensão.

O império, a nação, o povo que assim obra tem possibilidade de estar perpetuando sua memória para um dia, digamos, de um juízo final das civilizações. De outra forma, subirá ou descerá os pináculos da *gloria mundi* com a mesma inconsciência de bola de ping-pong colhida pelo jato de um repuxo de jardim.

Que Portugal, portanto, se ajuste definitivamente à ideia do ocaso, de declínio. Que procure perpetuar-se, continuar seus dias de glória, sua mensagem étnica civilizadora com o Brasil e a partir dele.

Que o Brasil pressinta o grande destino que lhe pode caber e se capacite a ele, a despeito da imaturidade política e cívica da maioria de seus cidadãos; aceite desde já os fortes encargos de caráter internacional, entre os quais figura, inadiável, a concretização de um Commonwealth Luso-brasileira.

Referências bibliográficas

Os livros seguintes constituíram fonte de dados e de inspiração para a elaboração deste trabalho:

ABEGG, L. *The Mind of East Asia* (a translation from the German). Norwich, Eng., 1952.

BARLETT, Vernon. *Struggle for Africa*. London, 1954.

BUESST TRISTAN, Ball; MACMAHON, Packer Gerald. *Security Problems in the Pacific Region*. Melbourne, 1949.

CONSELHO TÉCNICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Alguns problemas brasileiros*. Rio de Janeiro, 1955. v. 1.

DOBBY, E. H. G. *Southeast Asia*. Singapore, 1950.

ENCICLOPÉDIA Britânica, São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1950.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. Lisboa, 1952.

GREGOIRE, L. *Geografia geral*. 1876.

GORER, Geoffrey. *The Americans*. London, 1955.

HATCH, John. *The Dilema of South Africa*. London, 1954.

MACARTNEY, George. *An embassy to China*: Lord Macartney's Journal 1793-1794.

MACARTHUR, Douglas. *Consulado Nipônico*, 1945.

MITCHENER, James A. *Voices of Asia*. London, 1952.

MOORE, Harriet L. *Soviet Far Eastern Policy*. Princeton, 1945.

PANIKKAR, K. M. *Asia and Western Dominance*. London, 1953.

PETERSON, A. D. C. *The Far East*. London, 1951.

PURCELL, Victor. *The Chinese in Southwest Asia*. Toronto, 1952.

RICHMOND, Anthony H. *The Colour Problem*. Edinburgh, 1955.

ROBEQUAIN, Charles. *Le Monde Malais*. Paris, 1946.

SMEDTS, Matthew. *No Tobacco No Hallelujah*. London, 1955.

SHEEN, Fulton J. *Communism and the Conscience of the West*. New York, 1948.

STEVENSON, Adlai E. *Call to Greatness*. New York, 1954.

THE ANNALS OF THE AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE, mar. 1953, Philadelphia.

THE HANSARD SOCIETY. *Problems of Parliamentary Government in Colonies*. London, 1953.

THOMPSON, David. *World History from 1914 to 1950*. Oxford, 1954.

TOYNBEE, Arnold J. *Civilization on Trial*. Oxford, 1948.

TOYNBEE, Arnold J. *The World and the West*. London, 1951.

VARIAN, H.F. *Some African Milestones*. Worcester, London, 1953.

WINT, Guy. *The British in Asia*. London, 1954.

APÊNDICE

Discurso proferido pelo Premiê Chou En-lai, chefe da delegação da República Popular da China, por ocasião da sessão plenária da Conferência Ásio-Africana

19 de abril de 1955

Senhor presidente e delegados amigos:

Começou a Conferência Ásio-Africana, sobre a qual está focalizada a atenção mundial. A delegação da República Popular da China considera um grande prazer discutir, nesta conferência, com as delegações dos países participantes, os problemas comuns dos nossos países ásio-africanos. Em primeiro lugar, devemos agradecer aos cinco países patrocinadores. Burma, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão, cuja iniciativa e esforços tornaram possível a nossa presença aqui. Devemos agradecer, outrossim, ao governo da República da Indonésia, que ora nos hospeda, os cuidadosos preparativos para esta Conferência.

É a primeira vez na história que se reúnem tantos países da Ásia e da África para uma conferência. Nestes dois continentes, vive mais da metade da população do mundo. Os povos da Ásia e da África criaram cintilantes civilizações antigas, contribuindo extraordinariamente para o progresso da humanidade. Mas, em épocas recentes, a maior parte dos países da Ásia e da África foi submetida, em escala maior ou menor, à pilhagem e opressão do colonialismo, o que os obrigou a permanecer em uma estagnação de pobreza e atraso. As nossas vozes foram abafadas, nossas aspirações sacrificadas e o nosso destino entregue a terceiros. Destarte, nada mais nos resta do que insurgirmo-nos contra o colonialismo. Sofrendo do mesmo mal e lutando pelo mesmo fim, nós, povos asiáticos e africanos, encontramos maior facilidade de compreensão nutrindo, há muito, profunda simpatia e interesse uns pelos outros.

Atualmente, a face da região ásio-africana sofreu uma transformação radical. Cada vez maior número de países sacudiu ou procura sacudir as algemas do colonialismo. As forças coloniais não podem empregar mais os métodos do passado, para continuar a sua pilhagem e opressão. A Ásia e a África de hoje não são mais a Ásia e a África de ontem. Muitos países desta região, depois de se esforçar por longos anos, tomaram o seu destino em suas próprias mãos. Esta nossa conferência reflete essa profunda mudança histórica.

Entretanto, o regime do colonialismo nesta região ainda não terminou, e novos colonizadores tentam tomar o lugar dos antigos. Há ainda uns poucos países asiáticos e africanos que levam uma vida de escravidão colonial. Ainda há uns tantos povos asiáticos e africanos sujeitos à discriminação racial, privados dos direitos humanos.

Os caminhos que nós, povos dos países da Ásia e da África, seguimos na luta pela liberdade e pela independência podem variar, mas o caminho da vontade de vencer e conservar a nossa liberdade e independência, não. Por mais diferentes que possam ser as condições específicas nos nossos países, é igualmente necessário para a maioria eliminar o estado de atraso causado pelo colonialismo. Precisamos desenvolver os nossos países, independentemente de interferência estranha e de acordo com a vontade do povo.

Os povos da Ásia e da África sofreram, durante muito tempo, agressão e guerra. Muitos deles foram forçados pelos colonizadores a servir de carne para canhão, em guerras agressivas. Portanto, os povos destes dois continentes não podem sentir senão profunda repulsa pela guerra agressiva. Eles sabem que novas ameaças de guerra não só prejudicarão o progresso independente dos seus países, mas também intensificarão a escravização pelo colonialismo. É por este motivo que os povos asiáticos e africanos almejam a paz mundial e a independência nacional.

Em vista do exposto, o desejo comum dos povos dos países asiáticos não pode ser outro, senão o de preservar a paz mundial, o de conseguir manter a sua independência nacional e, consequentemente, o de fomentar uma cooperação amistosa entre as nações.

Depois do armistício na Coreia, a Conferência de Genebra ocupou-se das tréguas na Indochina, na base do direito à independência nacional, com o apoio da Conferência das Cinco Potências de Colombo. O resultado foi, naquela ocasião, um certo relaxamento da tensão internacional, e novas esperanças surgiram para os povos do mundo inteiro, particularmente para os da Ásia. Não obstante, o desenrolar posterior da situação internacional contraria as esperanças do povo. Tanto no Oriente quanto no Ocidente,

cresce o perigo da guerra. Os desejos dos povos coreanos e germânicos por uma unificação pacífica estão sendo frustrados. Os acordos de restauração da paz na Indochina, conseguidos na Conferência de Genebra, acham-se ameaçados. Os Estados Unidos continuam a criar uma tensão na área de Taiwan. Países estranhos à Ásia e África estabelecem cada vez maior número de bases militares nos territórios asiáticos e africanos. Os mesmos alardeiam abertamente que as armas atômicas são armas convencionais e fazem preparativos para uma guerra atômica. Os povos da Ásia não devem esquecer que a primeira bomba atômica explodiu em terras asiáticas e que o primeiro homem a morrer de uma explosão experimental da bomba de hidrogênio foi um asiático. Os povos da Ásia e da África, bem como os das demais partes do mundo, não podem permanecer indiferentes à sempre crescente ameaça de guerra.

Em todo o caso, os que perpetram a agressão e fazem preparativos para uma guerra são, afinal, em número muito limitado, enquanto que a maioria esmagadora de povos do mundo inteiro, independentemente dos sistemas sociais sob os quais vivem, quer a paz e é contrária à guerra. O movimento dos povos dos diferentes países pela paz tornou-se mais extensivo e mais intensivo. Eles exigem a cessação da corrida armamentista e dos preparativos para a guerra. Eles exigem, antes de tudo, que as grandes potências cheguem a um acordo quanto à redução dos armamentos. Eles exigem a proibição das armas atômicas e de outras armas de destruição em massa. Eles exigem que a energia atômica seja usada para fins pacíficos, a fim de proporcionar o bem-estar da humanidade. Seus clamores não podem mais ser ignorados. O povo repudia cada vez mais a agressão e a guerra. Os fatores da guerra recorrem cada vez mais às ameaças de guerra, para a norma de sua agressividade. No entanto, ameaças de guerra não forçarão à submissão quem está resolvido a resistir. Elas só podem colocar em uma situação isolada e confusa os fazedores de guerras. Julgamos que, se nos reunirmos a todas as nações e povos do mundo amantes da paz e se estivermos, efetivamente, no firme propósito de preservar a paz, esta poderá ser preservada.

A maioria dos nossos países asiáticos e africanos, inclusive a China, está ainda muito atrasada economicamente, devido ao longo período de domínio colonial. É por isso que não só exigimos a nossa independência política, mas também a econômica. Naturalmente, nosso anseio de independência política não implica a exclusão de países fora da região asiático-africana. No entanto, já pertencem ao passado os dias em que as potências ocidentais controlavam o nosso destino. Os próprios povos dos países asiáticos e africanos devem tomar em suas mãos o seu

destino. Esforçamo-nos por conseguir a nossa independência econômica, o que não significa a exclusão da cooperação econômica de qualquer país estranho à região asiático-africana. Todavia, queremos evitar a exploração por parte de poderes coloniais do Ocidente, de países atrasados do Oriente e desenvolver uma economia independente e soberana de nossos próprios países. A independência completa é o objetivo pelo qual a maioria dos países asiáticos e africanos terá de lutar ainda durante muito tempo.

Na China, desde que o povo se tornou dono de seu país, todo o seu esforço tem sido dirigido no sentido de eliminar o atraso deixado pela sociedade semicolonial e pela transformação de seu país em um país industrializado. Nos últimos cinco anos, reabilitamos a economia nacional, arruinada por longos anos de guerra; em 1953, iniciamos o primeiro plano quinquenal da construção econômica. Como resultado destes esforços, a produção em todos os campos principais, tais como ferro e aço, tecidos de algodão, cereais, excedeu o nível de todos os períodos da China. Mas essas realizações são muito pequenas em comparação com as nossas necessidades atuais. O nosso país, comparado com os altamente industrializados, continua ainda muito atrasado. Tais quais outros países da Ásia e da África, necessitamos com urgência de um ambiente internacional pacífico, para o desenvolvimento independente e soberano da nossa economia.

Os países asiáticos e africanos, combatendo o colonialismo e defendendo a independência nacional, enriquecem grandemente seus direitos nacionais. Países grandes ou pequenos, fortes ou fracos, todos eles deveriam ter direitos iguais nas relações internacionais. Sua integridade territorial e sua soberania deveriam ser respeitadas e não violadas. Os povos de todos os países dependentes deveriam gozar o direito de sua autodeterminação nacional e não deveriam estar sujeitos à perseguição e chacina. Povos, independentemente de raça ou de cor, deveriam gozar dos direitos humanos fundamentais e não ser submetidos a ultrajes e discriminações. Contudo, não podemos deixar de verificar que os povos da Tunísia, do Marrocos, da Argélia e outros povos dependentes, que lutam pela independência, sempre foram submetidos pela violência. Discriminação racial e perseguição sob pretexto de racialismo na União Sul-Africana e em outros lugares ainda não terminaram. Continua ainda sem solução o problema dos árabes refugiados na Palestina.

Dir-se-ia que atualmente o desejo uníssono dos países e povos despertados na Ásia e na África é o de combater a discriminação racial e exigir direitos humanos fundamentais, combater o colonialismo e exigir independência nacional, defender firmemente sua integridade territorial e

soberania. A luta do povo egípcio pela restauração de sua soberania sobre a zona do Canal de Suez, a luta do povo iraniano pela restauração de sua soberania sobre as fontes de seu petróleo, bem como as exigências da Índia pela restauração de seus direitos territoriais sobre Goa, e os da Indonésia sobre o Irã Ocidental, todas estas iniciativas contam com a simpatia de muitos países da Ásia e da África. Também o desejo da China, de libertar o seu próprio território de Taiwan, conta com o apoio dos povos justiceiros da região ásio-africana. Tudo isto prova que os povos dos nossos países ásio-africanos se compreendem e demonstram simpatia uns pelos outros.

A paz só pode ser resguardada pelo mútuo respeito da integridade territorial e soberania de cada um. A usurpação da soberania do território de qualquer país, bem como a interferência nos seus negócios internos, ameaçarão inevitavelmente a paz. Se as nações garantirem que não se agredirão umas às outras, haverá condições favoráveis de coexistência pacífica às relações internacionais. Se as nações garantirem não interferir nos negócios internos umas das outras, então, será possível que esses países escolham seus próprios sistemas políticos e a maneira de vida, consoante a sua vontade. Os acordos da restauração da paz na Indochina, firmados na Conferência de Genebra, baseiam-se exatamente na garantia das partes interessadas de respeitar a independência, a soberania, a integridade territorial dos Estados indochineses e de não interferir, de maneira alguma, nos negócios internos desses Estados. Desse modo, os acordos de Genebra estipulam que os Estados indochineses não podem firmar nenhuma aliança militar e que não será permitido nesses Estados o estabelecimento de bases militares estrangeiras. Isto explica por que foi possível a Conferência de Genebra criar condições favoráveis para a organização de uma área pacificada. Mas, depois da Conferência de Genebra, testemunhamos manifestações em sentido contrário. Isso não corresponde aos interesses dos Estados indochineses nem aos da paz. Somos de opinião de que os acordos de Genebra sobre a restauração da paz na Indochina deveriam ser estrita e fielmente observados. Não se deveria permitir a interferência ou obstrução de parte alguma. De acordo com os mesmos princípios, deveria ser resolvida a questão da Coreia para uma unificação pacífica.

Nós, os países ásio-africanos, precisamos cooperar nos campos econômico e cultural, a fim de facilitar a eliminação do atraso econômico e cultural causado por longo período de exploração e opressão coloniais. Essa colaboração deve ter por base a igualdade e o benefício mútuos, independentemente de quaisquer privilégios. As relações comerciais e a cooperação econômica, entre nós, devem ter por finalidade a fomentação

do desenvolvimento econômico independente em cada país, e não transformar um país em produtor exclusivo de matérias-primas e mercado de produtos para consumo. O nosso intercâmbio cultural deve visar ao desenvolvimento da cultura nacional de cada país, sem deixar de apreciar as características e méritos especiais de cultura de cada país, de maneira que possamos aprender a auferir benefícios uns dos outros.

Hoje em dia, em vista dos povos da Ásia e da África tomarem cada vez mais o seu destino nas suas próprias mãos, embora, presentemente, a cooperação econômica e cultural entre nós não possa ser de larga envergadura, pode-se afirmar definitivamente que essa cooperação, baseada na igualdade e benefício mútuos, terá um grande futuro. Estamos convencidos de que, com o avanço da industrialização de nossos países e o melhoramento do nível de vida dos nossos povos, e com a eliminação de barreiras artificiais de comércio, erguidas de fora, o intercâmbio comercial e a cooperação econômica entre os países ásio-africanos hão de se aproximar, e o fluxo cultural será cada vez mais frequente.

Observando os princípios mútuos de respeito à soberania e integridade territorial, da não agressão, da não interferência nos negócios internos dos outros, poderá conseguir-se a igualdade e o benefício mútuo da coexistência pacífica de países com sistemas sociais diferentes. Garantidos estes princípios e implementos, não haverá razão para que as disputas internacionais não possam ser reguladas por negociações.

No interesse da defesa da paz mundial, nós, países ásio-africanos, que nos achamos em circunstâncias mais ou menos similares, seremos os primeiros a cooperar uns com os outros de maneira amigável e tornar efetiva a coexistência pacífica. A discórdia e a desunião, criadas entre os países ásio-africanos pelos regimes coloniais do passado, não mais devem subsistir. Nós, os países ásio-africanos, devemos respeitar uns aos outros e eliminar qualquer suspeita e medo que possam existir entre nós.

O governo da República Popular da China concorda plenamente com os objetivos da Conferência Ásio-Africana, conforme foram definidos pelos primeiros-ministros dos cinco países sul-asiáticos no Comunicado Conjunto da Conferência de Bogor. Julgamos que, para promover a paz mundial e a cooperação, devem os países da Ásia e da África, antes de tudo, de acordo com o interesse comum, solicitar a boa vontade e a cooperação entre si e estabelecer relações de amizade e vizinhança. Índia, Burma e China reafirmaram como princípios normativos nas suas relações mútuas os cinco princípios de coexistência pacífica. Estes princípios receberam o apoio de países em número cada vez maior. Seguindo estes princípios, a China e a Indonésia já chegaram a bons resultados nas conversações preliminares sobre

a questão da nacionalidade dos cidadãos de um país, residentes no outro. Durante a Conferência de Genebra, a China manifestou igualmente a sua disposição de incrementar relações amistosas com os Estados indochineses, na base dos cinco princípios. Não há motivos para que as relações entre China e Tailândia, entre Filipinas e outros países vizinhos não sejam melhoradas. A China está pronta para estabelecer relações normais com outros países ásio-africanos na observação estrita desses princípios e, também, está desejosa de promover a normalização de relações com o Japão. A fim de promover compreensão e cooperação mútuas entre nós, propomos que os governos, os parlamentos e as organizações populares dos países ásio-africanos façam visitas amistosas recíprocas.

Senhor presidente e delegados amigos, foram-se para sempre os dias em que os destinos dos povos ásio-africanos eram manipulados pela vontade alheia. Acreditamos que se estamos resolvidos a preservar a paz do mundo, ninguém nos arrastará a uma guerra; se estamos resolvidos a lutar pela nossa independência nacional e salvaguardá-la, ninguém poderá continuar a escravizar-nos; se estamos resolvidos a entrar em cooperação amistosa, ninguém nos deterá.

O que nós, países ásio-africanos, queremos é paz e independência. Não é nosso intuito tornar os países ásio-africanos antagônicos a países de outras regiões. Queremos, outrossim, a instituição de relações pacíficas e cooperativas com países de outras regiões.

Não foi fácil realizar esta assembleia dos nossos. Embora haja entre nós muitos pontos de vista diferentes, os mesmos não devem influir no desejo comum que nós todos alimentamos. A nossa conferência deve exprimir os nossos desejos comuns e, destarte, figurar como uma página de ouro na história da Ásia e da África. Ao mesmo tempo, o contato que se estabeleceu entre nós por intermédio desta conferência deve ser mantido, a fim de prestarmos maiores contribuições à paz do mundo.

Conforme Sua Excelência o Presidente Sukarno, da República da Indonésia, disse acertadamente, nós, os asiáticos e africanos, devemos ser unidos.

Deixai-nos saudar antecipadamente o sucesso da nossa conferência.

Discurso de abertura do ilustre Carlos P. Romulo, membro do gabinete, Presidente da delegação filipina à Conferência Ásio-Africana, Bandung, Indonésia

Sinto-me ufano por trazer a esta conferência as saudações do presidente e do povo da República das Filipinas.

Nós, filipinos, compreendemos o profundo sentido dos eventos dramatizados por esta única assembleia; devo lembrar-vos de que fomos a primeira das novas nações a surgir na reorganização do mundo, que começou após o término da Segunda Guerra Mundial. A nossa república iniciou sua existência, livre e pacífica, a 4 de julho de 1946. Desde então, observamos com grande solidariedade e sentimento de unidade a organização de outras nações independentes de uma Ásia livre, tão velha e, contudo, tão nova. A nossa posição, durante estes nove anos, foi firme em apoiar a luta de todos os povos no afã de se tornarem senhores do seu destino, de gozarem sua identidade, de serem responsáveis por seus atos, de se associarem na ingente tarefa de construir uma nova estrutura de bem-estar humano e de instituições livres, e, para dizer a verdade, na empreitada de mudar a face do mundo. Aos povos da África que já trilham o mesmo caminho, hipotecamos a nossa amizade e todo o apoio moral e prático ao nosso alcance, para que se possam unir a nós, da Ásia, no grande esforço universal de melhorar as condições do homem.

Viemos na qualidade de membros de uma grande família, separados durante muito tempo, uns dos outros. Achamo-nos nesta reunião de família para falarmos dos bens do homem. Mas não creio que nos servirá de algo termos vindo de vários cantos da terra para amortalhar a verdade relativa ao bem do homem em trivialidades, propaganda ou cômodo

engano de nós mesmos. O mundo é um lugar demasiado áspero para tal, nossos problemas demasiado grandes, perigosos demais, demasiado complicados para nos permitirmos tal luxo. Esta conferência justificar-se-á se partilharmos os nossos pontos de vista franca e realisticamente, como deve ser entre irmãos. Nós prestaremos um serviço recíproco, se examinarmos a nós próprios, se expusermos as questões e os problemas claramente, conforme os compreendemos, se esclarecermos, tanto quanto possível, as nossas necessidades, os nossos desejos, os nossos intuitos e os nossos obstáculos. Procuremos um encontro de ideias, das que partilhamos em comum e das em que divergimos, e procuremos, afinal, compreendê-las.

Todos que aqui estão representados interessam-se certamente pelas questões a) do colonialismo e da liberdade política; b) de igualdade racial e c) do desenvolvimento econômico pacífico. A história do mundo, dos nossos dias, gira em torno das maneiras pelas quais essas questões são encaradas e resolvidas, ou não encaradas e não resolvidas. Nós todos fazemos parte de uma grande transformação, que diz respeito a cada um de nós e a todos os povos da terra. É uma época experimental, difícil, perigosa; contudo, boa para se viver nela. Certamente, nunca antes tão grande número de povos integrou conscientemente a história em cuja época vivia. Nós, nesta sala, por pouco que permaneçamos, fazemos parte dessa história. Como vemos isto? Como compreendemos isto?

Para começar, o simples fato de aqui nos termos reunido desta maneira demonstra este novo grande acontecimento: que as questões de liberdade, igualdade e desenvolvimento não são mais problemas meramente nacionais e sim problemas mundiais. Na realidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada como uma tentativa de harmonizar-se com esse novo grande fato. Em um certo sentido, esta conferência lembra que a ONU fez face inadequadamente, no que diz respeito aos povos da Ásia e da África, querendo estabelecer um terreno comum para povos que buscam mudança e desenvolvimento pacíficos. Mas eu acho que devemos, outrossim, dizer que, se a ONU foi fraca e limitada em seus progressos para atingir essa finalidade, isto resulta de que a ONU é mais um reflexo do mundo do que um instrumento eficiente para mudá-lo. Sua existência data de nove anos apenas, e durante este tempo todo foi objeto de pressões e dificuldades, de rivalidades nacionais e conflitos de potências, grandes e pequenas. É um lugar onde o homem, não sendo ainda animal racional, esforça-se no afã de transformar-se em tal.

Não podemos estar satisfeitos com o grau de progresso, mas, nem por isso, podemos ficar cegos quanto às mudanças verificadas em

tão pouco tempo. O mundo é um lugar bem diferente do que foi há uns escassos 15 anos e, portanto, a ONU é uma organização bem diferente da antiga Liga das Nações. A diferença começa inicialmente pela presença dos novos porta-vozes dos povos asiáticos e africanos, que não permitem que os representantes ocidentais se esqueçam de que a Carta das Nações Unidas afiançou a liberdade e a autodeterminação de todos os povos nem de que há povos na Ásia e na África que tomam esta fiança seriamente, ao pé da letra, e que não descansarão enquanto a mesma não for remida.

A maioria das nações independentes aqui reunidas só obteve sua independência nesta última década. Quem teria tido bastante ousadia, há 20 anos, de profetizar que tal aconteceria? E quem terá agora bastante ousadia de dizer quão rápida ou vagarosamente esses povos da África, que venceram a primeira etapa, conseguirão o direito de enfrentar, sob sua exclusiva responsabilidade e a seu modo, os seus problemas? O texto encontra-se na parede, mas nem todos leem da mesma maneira ou interpretam por igual o que ali está escrito. Sabemos que a idade do Império Europeu atingiu o seu limite; no entanto, nem todos os europeus descobriram ainda. Nem todos os asiáticos ou africanos se certificaram, ainda, de que eles devem ser os instrumentos conscientes da decisão histórica.

A liberdade política foi conseguida por vários meios. Os britânicos abriram mão de seu domínio na Ásia Meridional por terem chegado à conclusão de não mais o poderem deter e foram bastante prudentes em assentar a sua ação na realidade. Os franceses e holandeses foram forçados a chegar à mesma conclusão. Os Estados Unidos parecem-nos, às vezes, faltos de consistência e de vigor ao sustentarem o direito à independência dos povos que não se governam por si próprios. Isto propendeu, em certas ocasiões, grandemente a favor das potências coloniais e desencorajou-nos devido à carência de ajustar seus atos aos ideais da igualdade e da liberdade. Achamos que isto foi mais do que lamentável; julgamos que isto foi imprudente. Entretanto, deve-se confessar honestamente que só no nosso caso os Estados Unidos intercederam formalmente junto às potências coloniais pela nossa independência, fixando a data com antecedência de dez anos, dando cumprimento pleno e honroso ao compromisso. Verdade é que batalhamos incessantemente pela nossa liberdade e que nunca cessamos a luta, conseguindo-a afinal. Nós, filipinos, certificamo-nos diretamente da boa-fé básica dos Estados Unidos nas nossas relações e esperamos que prevaleçam definitivamente os princípios sobre os quais a mesma se assenta.

É de esperar, no entanto, que esta conferência lembrará às potências ocidentais que o surto da independência política de povos subjugados não

depende de sua boa vontade ou do lento aumento de sua sabedoria ou virtude. A idade do império está sendo relegada ao olvido pela vontade despertada e pela ação de povos resolutos a se tornarem senhores de seu destino. Estes, entre nós, que já conseguiram sua independência, foram os iniciadores deste progresso. Todos os demais, quase todos na África, acham-se em vários pontos no seu caminho para chegar à completa autodeterminação. Contudo, há muita coisa que não pode ser prontamente prevista. Mas tudo quanto sabemos e compreendemos sobre a história assegura que, sejam quais forem as novas lides que o futuro nos reserva, a antiga estrutura do Império Ocidental sumirá e deve desaparecer do palco. Desaparecerá com calma e dignidade? Extinguir-se-á, estrondando violentamente? Isto dependerá de muitas coisas; mas sobre o fim não pairam dúvidas.

Há, pelo menos, mais três coisas que aqui devem ser referidas sobre esta questão de liberdade política. Primeiro, neste mundo é perigosamente cômodo para a independência nacional ser mais ficção do que realidade, pois ela interpreta o anelo de tantos povos que pode ser empregada inescrupulosamente como contrassenha, como fachada, como instrumento para uma nova e definitiva forma de submissão. Sei que há no mundo opiniões visceralmente opostas sobre este ponto. Lembro-me de que nações novas como a Índia, a Indonésia e o Ceilão foram chamados de fantoches do imperialismo, quando obtiveram sua recente liberdade. Naturalmente, a República das Filipinas foi taxada pelas mesmas fontes de simples instrumento dos Estados Unidos. Por outro lado, existe a maneira pela qual alguns entre nós consideram a posição de certos países, os quais sob a nossa apreciação consideramos como subservientes de outros impérios. Desejaria saber se em tais países os senhores poderiam ler na imprensa ou ouvir dos oradores, em seus discursos públicos, algo que se assemelhasse à crítica aberta e a outros ataques usuais em lugares como a Índia e as Filipinas, mesmo antes da independência. Desejaria saber se, nesses países, um orador poderia algum dia criticar tão livremente os países maiores, dos quais são amigos ou aliados, como, digamos nós, nas Filipinas, externamos as nossas opiniões sobre os Estados Unidos. Tenho a certeza de que os senhores perdoarão a minha franqueza, mas nesse país de engenhoso e artístico *wajang,* de admirável espetáculo de projeção de sombras e de marionetes, creio que devemos dizer francamente uns aos outros quando pensamos que um fantoche é fantoche.

Em segundo lugar, será completada a liberdade política quando flutuar sobre a sede do governo o pavilhão nacional, quando se for o governador estrangeiro, e o governo passar às mãos dos nossos líderes?

É a luta pela independência nacional a luta para substituir a oligarquia local pela oligarquia estrangeira? Ou será, por ventura, o começo da conquista da liberdade real pelo povo do país? Haverá lá liberdade política onde só um partido político governa? Haverá liberdade política onde o discordar do pensamento do governo importa na cadeia ou pior do que isso? Ocorre-me que a administração autocrática, o controle da imprensa e a opressão constituem justamente os piores aspectos de alguns sistemas coloniais, contra os quais lutamos durante toda a nossa vida e contra os quais tantos dentre nós ainda lutam. Será, na realidade, este o modelo de liberdade que procuramos? Ou será o jogo livre de competições partidárias, a competição franca de ideias e pontos de vista políticos na praça do mercado, a liberdade do homem de falar conforme lhe apraz, certo ou errado? Sei que há muitas respostas para estas questões. Mas, a falar francamente, por mim e pelo meu povo, nós consideramos a luta pela liberdade como um dever que não tem fim, constante e inadiável, e que, apesar de todas as nossas imperfeições, que reconhecemos, das faltas e fraquezas, procuramos organizar em nosso país uma sociedade em que a liberdade da nossa república tornar-se-á realmente a liberdade de cada cidadão.

Finalmente, neste mundo de choques entre as grandes potências, a independência das pequenas ou grandes nações é, na melhor das hipóteses, uma coisa precária e frágil. É claro que a liberdade fundamental maior repousará em uma coesão maior, na união de interesses regionais, na fundação de uma moral equilibrada, na força econômica e física, em uma ação comum, a mais forte possível, para impedir o desastre de uma nova guerra mundial. Deixai-nos encarar de frente o fato de que, dentro da nação, podemos recuperar o respeito de nós mesmos e harmonizar os nossos problemas locais, mas convenhamos que a nação, por si só, não é mais suficiente para as primordiais questões da transformação econômica, para o bem-estar e para a paz. O europeu ocidental paga hoje o preço mais pesado por ter preservado por tempo demasiadamente prolongado o estreito e inadequado instrumento do Estado Nacional. Nós, da Ásia e da África, ingressamos neste mundo como Estados Nacionais novos em uma época em que o nacionalismo, como tal, só pode resolver os mínimos dos nossos problemas, deixando-nos sem forças para enfrentar os mais sérios. Devemos procurar evitar cometer todos os erros históricos da Europa. Devemos ter a imaginação e a coragem de nos colocarmos na vanguarda da tentativa de criar um mundo do século XX, baseado na verdadeira interdependência dos povos.

Eu disse que além das questões de colonialismo e de liberdade política, nós todos estamos interessados no assunto da igualdade racial.

Julgo ser esta a pedra de toque dos que aqui se acham reunidos e para os povos que representamos. Não houve, nem há, regime colonial ocidental, embora variassem os sistemas e os modos, que não tenha imposto, em uma escala maior ou menor, aos povos que dominaram, a doutrina da sua inferioridade racial. Conhecemos, e alguns de nós conhecem ainda, a experiência contundente de sermos sistematicamente relegados não só política, econômica e militarmente, mas também racialmente a um estatuto de submissão. Era o estigma que caracterizava tanto os ricos quanto os pobres, o príncipe e o escravo, o mestre e o operário, o proprietário de terra e o camponês, o erudito e o analfabeto. Para fortalecer o seu preceito, para justificar o seu poderio perante si mesmo, o branco pretextava que a sua superioridade repousava na sua gênese privilegiada, na cor de sua pele. Na sociedade colonial, isto tornava o ébrio branco mais estúpido superior aos expoentes da cultura, da erudição e da indústria, dentre o povo submisso.

Não creio precisar demonstrar nesta reunião toda a importância desta doutrina e prática perniciosas. Não creio precisar medir o papel representado por este racismo como força propulsionadora dos movimentos nacionalistas em nossos vários países. Para muitos, transformou-se na finalidade de recuperar a simples hombridade, o princípio e o fim de uma vida devotada à luta e ao sacrifício.

Hoje, tal tipo de racismo ocidental tem sobrevivência virulenta em algumas partes da África, notadamente da África do Sul, bem como em outros lugares deste vasto continente. Isto repugna a qualquer homem decente da terra. Os Estados asiáticos e africanos chamaram repetidas vezes a atenção, pouco propensa, dos outros membros da ONU sobre esta questão. Ali pudemos verificar até que ponto os homens do Ocidente se tornaram intransigentes em relação a suas atitudes racistas do passado. Poucos países do Ocidente mostraram-se bastante inclinados a condenar os métodos racistas do governo da União Sul-Africana. Parece que eles terão de aprender, ainda, quão profundamente este expediente vexa e quão intensamente contribui para a união dos povos não ocidentais, que podem discordar de toda a sorte de questões. Só nos resta, novamente, a esperança de que esta conferência lhes sirva como lembrete sóbrio e significativo de que o dia do racismo ocidental se findou com o poderio ocidental sobre povos não ocidentais. Seja qual for a sua sobrevivência, ela só pode esvoaçar como um albatroz em volta das cabeças dos inúmeros povos do Ocidente que procuram sinceramente construir um mundo mais livre e melhor.

É só o que se pode dizer. Há, no entanto, algo mais. É uma das nossas maiores responsabilidades, para que nós, da Ásia e da África, não caiamos na

arapuca racista. Isto nos acontecerá se nos deixarmos arrastar insensivelmente – ou de propósito – por qualquer espécie de antirracismo, se replicarmos aos preconceitos dos brancos simplesmente porque são brancos. Que triunfo não seria para o racismo, se tal acontecesse? Como nos aniquilaríamos a nós próprios e a todos aqueles que em nossos países sempre lutaram pela liberdade! Não há ideia mais perigosa, mais imoral ou absurda do que a ideia de qualquer política ou agrupamento baseados na cor, na raça ou semelhantes. Isto significaria, no sentido mais profundo, alienar-se de toda esperança da liberdade humana, em nossos dias. Julgo que as gerações devem convencer-se de que o princípio mais fundo de nossa confiança em nós mesmos promana da noção arraigada de que o branco estava errado, de que, ao proclamar a superioridade de sua raça, como raça, ele ferreteou-se com a sua fraqueza e fortaleceu a nossa convicção tenaz de que nos reafirmaremos como homens.

A nossa contenda com o racismo é que ele substitui o colorido da tez pelo conceito dos homens como homens. Empregando o antirracismo, faríamos o mesmo: juntar os brancos segundo seus supostos grupos raciais e reger consoantemente os nossos atos e reações. É nossa tarefa sobrepormo-nos a este pernicioso contrassenso. Cumpre-nos saber que esta espécie de atitude racista não foi o método de todos os brancos, mas somente de alguns, pois isto contraria suas profundas crenças religiosas, suas finalidades políticas e suas aspirações e que, quase em todos os países ocidentais, especialmente nos Estados Unidos, a luta contra o racismo e suas manifestações tem sido contínua e vitoriosa.

Temos a obrigação de reconhecer mais do que isto: este negócio de racismo, ou outras coisas semelhantes, é a manifestação de uma das muitas fraquezas humanas que nos são comuns. O racismo do branco ocidental representou um papel proeminente na história devido ao fato de o branco o associar à extensão de seu grande domínio sobre muitos povos não ocidentais. Como tal, merece um lugar especial e predominante no pensar e sentir de cada um. Devemos, no entanto, perguntar com serenidade a nós mesmos: haverá nesta conferência uma única sociedade ou cultura que participa, até certo ponto, desta espécie de prevenção e ignorância? Onde existe essa sociedade em que os homens não se tenham dividido, de alguma maneira, para fins políticos, sociais e econômicos, em categorias totalmente irracionais e indefensáveis de estado, nascimento e, bem assim, de cor da pele? Foi o papel mais importante do imortal Mahatma Gandi, da imensa Índia, que devotou tanto da sua vida profícua de abnegação e sacrifício exatamente a uma luta contra tal estado de coisas na vida da Índia. Oxalá que nós todos dedicássemos o mesmo tempo que levamos a descobrir a trave em nosso olho, como dedicamos ao descobrir o argueiro no olho alheio!

Seguramente, temos o direito ao ressentimento e ao repúdio do racismo branco, onde o mesmo existir. Mas somos, também, solicitados a reconhecer, na qualidade de homens dignos que procuram melhorar as condições do homem, onde o estiver e o que for, que todos nós cometemos o mesmo pecado de ignorância e imoralidade. Peço-vos que vos lembreis de que, assim como o pensamento político ocidental nos forneceu tantas ideias políticas básicas, assim foi a ciência ocidental que pôs termo à mitologia da raça nesta geração. Não conservemos superstições raciais estúpidas, que pertencem ao passado. Deixai-nos proceder ao extermínio desta doença feia, onde estiver arraigada, seja entre os ocidentais, seja entre nós mesmos.

Eu disse, ultimamente, que todos nós aqui estamos interessados no desenvolvimento econômico pacífico. Isto nos aproxima o mais possível ao âmago, ao centro, ao coração de nossas preocupações comuns, porque as formas e os métodos políticos que procuramos, as ideias e os ideais sociais que esposamos, tudo isto responde à maneira pela qual nos esforçamos para conseguir o desenvolvimento. Nós todos procuramos o desenvolvimento econômico, a mudança econômica, a transformação das nossas economias atrasadas e inadequadas. Temos de procurá-las, do contrário, ficaremos na estagnação ou pereceremos. Em última análise, a maior parte de nós acha-se hoje aqui porque, justamente em nossos dias, um bilhão e meio de entes da Ásia e da África começaram a se esforçar para conseguir melhor nível econômico na vida. Este é o grande e preponderante fato do século. A maneira pela qual isto for conseguido fixará o aspecto da história para a humanidade futura.

Nós todos confrontamos as realidades mutáveis do nosso atraso econômico. Isto foi devido, em parte, aos fatores climatérios, geográficos e à recalcitrante sobrevivência de moldes sociais obsoletos. Mas isto foi devido em larga escala e talvez, decididamente, aos moldes que nos foram impostos pelo colonialismo ocidental. Esta herança é a carga mais pesada com a qual entramos na época da liberdade nacional. As grandes massas do nosso povo vivem em um estado de pobreza rural. Precisamos alterar as nossas economias. Precisamos industrializar-nos de acordo com os nossos recursos e as nossas economias. Precisamos conseguir um lugar mais estabilizado nos mercados mundiais. Devemos fazer isto de maneira que o nível de vida do nosso povo se torne efetivamente mais elevado. São estas as coisas pelas quais lutamos. São estas as coisas pelas quais alguns dentre nós ainda lutam. Por causa destas coisas, acima de tudo, tivemos de conseguir a liberdade e procurar o nosso caminho.

Mas não tenhamos demasiadas ilusões quanto à independência nacional. Entramos no mundo como nação nos meados do século XX e

não no XIX ou no XVIII. Devemos esforçar-nos por tornarmo-nos nações em um tempo em que a história passou das nações a unidades maiores de coesão econômica e social: a região, o continente, o mundo. É o mundo conforme foi visionado por Rabindranath Tagore "não dividido em fragmentos por estreitas paredes domésticas." A ideia da autossuficiência nacional serviu ao mundo ocidental só durante um curto período como meio de desenvolvimento efetivo. Na realidade, o grande trabalho do mundo ocidental, os seus conflitos, as suas rivalidades e guerras originaram-se, em parte, do fato de que a nação, como tal, ultrapassou a sua utilidade como um instrumento de progresso. Mesmo as grandes potências não podem viver hoje sozinhas, muito menos Estados novos, nascidos recentemente, fracos em tudo, salvo no desejo de crescer. É um fato evidente que, no século XX do mundo, a economia exclusivamente nacional não passa de uma ilusão. Nós não podemos começar onde, digamos, a Inglaterra começou há dois séculos. Temos de procurar um lugar em um mundo que fez extraordinários progressos técnicos e onde a interdependência econômica se tornou a chave do desenvolvimento econômico real e do progresso.

Considerando a presente situação do mundo, com os seus conflitos profundos e insegurança, ela pode ser considerada, por alguns, como desvantagem deformante. Mas em um sentido muito real, em um sentido mais esperançoso, ela é antes uma vantagem, contando que saibamos servirmo-nos dela. Isto quer dizer que não precisamos percorrer o equivalente de décadas ou séculos de um desenvolvimento disforme, penoso e dispendioso, conforme sucedeu na maioria dos países ocidentais. Isto quer dizer que, se as circunstâncias nos favorecerem, podemos aproveitar-nos da técnica ultramoderna para a nossa transformação mais rápida, de fazer um emprego novo e não previsto dos nossos recursos. Quem sabe, por ora, o que significarão para a Ásia e a África as novas potencialidades da força nuclear? É escusado dizer que o mundo real em que vivemos não oferece, no momento, a esperança de uma oportunidade próxima de o sabermos. Mas aqui temos um norte, que serve a nós todos para a manutenção da paz, criando instrumentos internacionais que ocuparão o homem no trabalho para o seu progresso, em vez de sua destruição.

O nosso destino acha-se ligado ao destino do universo. Isolacionismo nacional, em qualquer sentido real, é uma impossibilidade em nosso tempo, seja porque imaginamos um mundo ideal, que possa unir seus recursos humanos e naturais para o bem-estar de todos, seja porque vemos o mundo real dividido profundamente, que abre o seu caminho

para decisões que, de uma forma ou de outra, afetarão todos os entes da terra. O fato é que, se quisermos vingar, precisamos de uma coesão mundial, maior do que a que temos agora. O fato é que a mobilização de capital e recursos mundiais será para nós absolutamente vital no processo de mobilizarmos o nosso próprio capital e os nossos recursos. O fato é que tais coisas dependerão, em grande parte, do desenvolvimento ulterior dos conflitos que influem atualmente nos negócios mundiais. É pura ilusão julgar que podemos fugir à dependência destes grandes eventos.

O exposto não quer dizer, contudo, que nos deixa desvalidos de agirmos em nosso próprio interesse. Isto não quer dizer que não temos outra escolha senão a de deixar a outrem as grandes decisões. Muito ao contrário. *Muito ao contrário, pois é justamente em nossos países, em nossos continentes, que serão tomadas as mais importantes decisões. E seremos nós que as ditaremos pelo que fizermos ou deixarmos de fazer nos anos vindouros.*

É possível que as bombas da Rússia ou da América determinem a futura face do mundo e o destino da humanidade. Se chegarmos a este ponto, a tragédia será completa. Tudo quanto fizermos ou dissermos aqui ou em outra parte qualquer tornar-se-á inexistente. Será a morte da razão, e os que sobreviverem caminharão, da melhor forma possível, para uma nova época da selvajaria. Mas não creio que as grandes decisões enveredarão por esse caminho. Creio que a forma do mundo será determinada em grande escala pela maneira em que os povos da Ásia e da África procederem a transformação de sua vida e de suas sociedades.

O que queremos? Como pretendemos consegui-lo? É sobre estas questões que, na realidade, gira o destino do mundo. E por não compreenderem plenamente isto, é que muitos do mundo ocidental praticam os mais trágicos disparates. De nossa parte, nós, da Ásia e da África, devemos olhar com determinação as grandes oportunidades que se nos deparam. Devemos compreender, tão claro quanto possível, o seu sentido exato.

Nas nossas mentes, há várias coisas a esse respeito. Nós todos queremos, com o emprego de nossa força e sabedoria, procurar mudar, em termos, a mentalidade de nossas diferentes culturas e histórias. Ninguém de nós quer mais a exploração estrangeira da nossa riqueza, em benefício de interesses estrangeiros. Não queremos que o nosso progresso passe a ser outro enxerto estrangeiro na nossa vida. Queremos que esse progresso eleve o nível físico e nacional dos nossos povos. Quais os caminhos que levam a estes terminais? Como começaremos, para atacar estas vastas e formidáveis tarefas?

Não há varinha mágica ou fórmula automática para promover a mudança social e econômica. Isto quer dizer que nós mesmos devemos

arcar com a pesada responsabilidade. Isto quer dizer mobilizar gente, mobilizar recursos. Isto quer dizer trabalho, flexibilidade, adaptação, inteligência. Mas isto quer dizer, também, definirmos a nossa meta. Serão os nossos alvos muitas indústrias ou fábricas novas, diques novos ou sistema de transporte? Ou serão as nossas metas o melhoramento e a liberdade mais ampla para a vida dos povos, através desta e de outras coisas?

Esta não é uma simples questão retórica. Ela envolve todas as questões inquietadoras do nosso tempo. Permitam-me que esboce os nossos pontos de vista sobre as possíveis opções que se nos antepõem, pois consoante o comunicado conjunto da Conferência de Bogor, a finalidade desta conferência é que os países interessados venham a conhecer melhor o ponto de vista, uns dos outros.

Deve-se mudar o caminho que alguns países adotaram e o qual se oferece, por si próprio, como possível a escolher. É o caminho que propõe mudança total por meio de força total, por meio de manifesta ditadura e manipulação enérgica de homens e de meios para conseguir certos fins, a supressão implacável de toda oposição, o controle intenso da vida humana em todas as esferas, por uma organização de indivíduos de elite, escolhidos a dedo e sob administração rigorosa. Sei que para descrever tal sistema emprega-se, muitas vezes, uma série de frases e raciocínios elaborados. Mas eu não me interesso por mitos de propaganda. Interesso-me pela realidade. Creio que todos nós devemos nos interessar pelo que tal sistema oferece e significa. Será que o caminho para uma liberdade mais ampla passa por um período indefinido de menor liberdade? Será para isto que, nesta geração, levantamos as nossas cabeças e iniciamos a luta contra as tiranias estrangeiras?

Será, pois, que o sacrifício, a luta, a devoção e tudo o mais foi feito com o fim de substituir a tirania estrangeira pela tirania doméstica? Lutamos para reaver dos dominadores coloniais do Ocidente a nossa maioridade, somente para submetê-la a dominadores locais, que empunham o mando para nos conservar escravizados?

Será verdade, pode ser verdade que neste século XX tão adiantado o progresso nacional deve ser pago com o bem-estar e a liberdade de milhões de almas? Podemos acreditar que este preço será resgatado, em um futuro obscuro e indefinido, pelo bem-estar e a liberdade ainda por nascer?

Os filósofos desse sistema responderam a esta questão com o chamado processo *amaciador* do Estado. Mas os dominadores fixaram seu regime na vida real e não no domínio de sonhos livrescos, abandonaram

esse dogma de sua crença. Tivemos agora a oportunidade de testemunhar, através de várias gerações, que uma vez implantado tal regime, o mesmo cria raízes cada vez mais profundas e tende, cada vez mais, a perpetuar-se. Além do mais – e toda a lógica da experiência humana o confirma – tal sistema de regime torna-se inerentemente expansionista. Não pode aceitar a premissa de paz com adversários fora de suas fronteiras, tampouco pode concluir a paz com adversários dentro de suas fronteiras. Procura esmagar e tem de esmagar toda oposição, onde a mesma existir.

Este caminho está aberto diante de muitos dos que aqui se encontram. A cancela que dá acesso ao mesmo acha-se adornada com grinaldas perfumadas de frases, promessas e sentimentos nobres. Mas, desde que você a transponha, ela estronda à sua retaguarda... E, a partir daí, o policial passa a ser o senhor e o seu dever; daí por diante, e para sempre, é dizer sim. Mesmo os que gozam o papel de senhores devem saber que este sistema devora os seus próprios partidários.

Não, meus amigos, não acho que viemos para onde nos achamos para submetermo-nos cegamente a um novo superbarbarismo, a um novo superimperialismo, a um novo superdomínio. Não queremos em nossos países lideranças subservientes a dominadores estrangeiros, sejam eles de Londres, de Paris ou, devemos acrescentar, de Moscou. Creio que os nossos povos querem adorar o Todo-poderoso e viver de acordo com as suas leis, melhorar seu patrimônio, instruir-se e educar seus filhos, livrar-se do aviltamento, das moléstias e da miséria, levantar suas cabeças e agir livremente para alcançar estes grandes e difíceis resultados por seus próprios meios, livres em combinação com outros povos, em qualquer parte do mundo, que tenham a mesma dedicação.

Esta é a liberdade do modo de vida democrático. Esta é a liberdade, que desejamos ser gozada por todos os povos da Ásia e da África. Esta é a liberdade que o Presidente Ramon Magsaysay, das Filipinas, tinha na imaginação ao programar a Carta do Pacífico, que enquadra a dignidade do homem, seu bem-estar, a sua segurança, o seu progresso, o direito de sua nação para a autodeterminação. A delegação filipina acha-se aqui não só para reiterar, mas também para salientar, nesta conferência, que é pensamento do povo filipino que tal direito de autodeterminação inclui o direito das nações decidirem, exclusivamente, por si mesmas, a sua capacidade de assumir responsabilidades inerentes a um estado político independente. Este é o momento da Ásia e da África reafirmar este princípio e proclamar ao mundo que só sendo ele aceito por todos, sem restrições, poderá haver paz e justiça para toda a humanidade.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)